

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

AUTOPOIESE NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS DO
VALHA-ME-DEUS E CHAVES – JURUTI/PA

SANDRA HELENA DA SILVA

MANAUS/AMAZONAS
Outubro/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

SANDRA HELENA DA SILVA

AUTOPOIESE NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS DO
VALHA-ME-DEUS E CHAVES – JURUTI/PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na área de concentração em Conservação dos recursos naturais.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra do Nascimento Noda

MANAUS/AMAZONAS
Outubro/2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586a Silva, Sandra Helena
Autopoiese nos Agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves - Juruti/PA / Sandra Helena Silva. 2015
237 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Sandra do Nascimento Noda
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Autopoiese. 2. Sustentabilidade. 3. Várzeas Amazônica. 4. Juruti. I. Noda, Sandra do Nascimento II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

SANDRA HELENA DA SILVA

AUTOPOIESE NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS DO
VALHA-ME-DEUS E CHAVES – JURUTI/PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na área de concentração em Conservação dos recursos naturais.

Aprovada em 16 de outubro de 2015.

Comissão Julgadora:

Prof. Dra. Marlene Corrêa da Silva Freitas

CPF nº 078249628-20

Prof. Dra. Elisabete Brocki

CPF nº 767341204-49

Prof. Dr. José Camilo Ramos de Souza

CPF nº 206.901.69272

Prof. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

CPF nº 822326582-49

Prof. Dra. Kátia Viana Cavalcante

CPF nº 130347742-49

Prof. Dra. Sandra do Nascimento Noda - Presidente

CPF nº 181043632-04

Sandra Helena da Silva
Doutoranda

Fernanda Mendes Miranda
Secretária do PPG/CASA.

Dedico essa tese a todas
cultivadoras e cultivadores das
Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves
pelas contribuições na construção
do complexo conhecimento sobre a
Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Essa tese é a realização de mais uma etapa de minha vida, foram três anos e sete meses para a conclusão dessa caminhada, com inúmeros momentos de reflexão, leituras, orientações e viagens à área de pesquisa para compreender o *modus vivendi* de mulheres e homens cultivadores das várzeas Amazônicas.

Estou feliz com a finalização dessa etapa e quero dividir com meus amigos e familiares essa felicidade, agradecendo e destacando nomes valiosos e colaborativos para o desenvolvimento da tese.

Eu não sou nada, nem ninguém sozinha, tudo o que eu sou, é resultado de minhas crenças, do apoio de meus mestres e guias espirituais que tanto contribuíram para minhas reflexões e *insights* sobre o melhor caminho a seguir. Acredito na força e magia do Universo, na sintonia entre os pensamentos e ações movidos pelo espírito e essa tese é resultado dessa crença.

Agradeço a razão do meu viver, minha filha Juliana Cristina, todas minhas ações e valores são pensados para você ter em mim um exemplo de mulher forte e perseverante em seus objetivos. Agradeço por você estar sempre ao meu lado, mesmo distante espacialmente, por acreditar e confiar em mim. Vivo por você minha filha.

Agradeço ao carinho e a confiança de meus pais amados (Maria Helena e João Hilton) estão sempre ao meu lado me apoiando e compreendendo minhas ausências. Minha irmã querida Alexandra, também, agradeço a ti, a confiança e por acreditar em meus sonhos.

Minha orientadora Sandra Noda, a você agradeço imensamente, por me aceitar como sua orientanda no meio do caminho, por acreditar no potencial de minha tese, por de fato me orientar para ser uma pesquisadora responsável. Com você aprendi a fazer uma tese e me sinto muito orgulhosa por ser sua orientanda. Tenho por você um respeito e carinho muito especiais.

A equipe do NETNO agradeço pela atenção, apoio e carinho para o desenvolvimento de minha tese. Sou feliz por fazer parte dessa equipe comprometida pela construção de um conhecimento interdisciplinar sobre a Amazônia.

A Prof. Dra. Jesuete Pacheco Brandão pelas leituras e sugestões para o enriquecimento dos capítulos de minha tese.

A família Archanjo meu agradecimento especial, meu amigo Paulo, que tanto contribuiu com as leituras, sugestões e críticas para o desenvolvimento de minha tese. Ao

Pedro, meu bem amado, pela acolhida, paciência e carinho nesse especial momento de minha vida.

Agradeço a algumas pessoas muito especiais na minha vida: a Miriam Araújo minha grande amiga, pelo carinho e paciência em ouvir pacientemente minhas elucubrações sobre a teoria de Morin. Você é como uma irmã para mim. A Wanderleya por me acompanhar inúmeras vezes para a área da pesquisa, me dando dicas importantes sobre o agroecossistemas das Ilhas; ao Irineu Bruce pela sua prestação de serviço, me transportando em seu bote, para o meu processo de coleta de dados. Obrigado pelo respeito e atenção.

Agradeço ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/UFAM, e especialmente, aos meus colegas docentes e discentes do colegiado de Serviço Social, por oportunizar o meu afastamento e total apoio para o meu doutoramento. Espero poder contribuir com meus novos conhecimentos para a melhoria do curso e uma formação de qualidade para nossos discentes.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela disponibilidade da bolsa de doutorado, fundamental para as pesquisas de campo.

E por fim agradeço as famílias que me acolheram, abriram as portas de suas casas e vidas durante esses três anos de pesquisa, nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, sempre me recebendo com muito carinho e atenção. Aqui fica meu muito obrigada.

Se queremos conhecer a situação presente da humanidade em geral e a crise de nossa cultura em particular, devemos admitir que triunfamos e falhamos exatamente pela mesma razão: nosso tipo de racionalidade.

Jersy A. Wojciechowski

RESUMO

Compreender as estratégias para a conservação, nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, ambas localizadas no município de Juruti/PA, foi o objetivo central desse estudo. Para tanto, foram realizadas análises sobre o sistema ambiental das Ilhas, em seus aspectos eco-bio-sócio-culturais. Os conceitos de autopoiese, organização, sustentabilidade, adaptabilidade foram às referências teóricas para compreensão das ações estratégicas de conservação da autopoiese de mulheres cultivadoras nos agroecossistemas locais. A pesquisa seguiu o modelo de estudo de caso múltiplos, tendo como base epistemológica o paradigma dialético da complexidade sistêmica. Foram utilizadas entrevistas informais, com roteiro prévio e histórias de vida. Além da observação sistemática sobre o sistema ambiental das Ilhas, durante março de 2013 a maio de 2015. Os dados transcritos indicaram limitações para a conservação da autopoiese no ambiente das Ilhas pesquisadas, tanto para os seres humanos, quanto nas formações ambientais, como a fauna e flora. Entre as limitações estão às próprias mudanças climáticas mais recentes, gerando inundações extremas, nas várzeas afetando as unidades produtivas. As fragilidades nas políticas públicas agrícolas e sociais deixam os agricultores a própria sorte, indicando o movimento do capital na mobilização da força de trabalho, na busca de condições financeiras nas cidades; introdução de animais de grande porte, os bubalinos na Ilha do Valha-me-Deus, gerando perdas ambientais. Os dados indicaram perdas e ressignificações no modo de vida, com novos arquétipos, regras e doutrinas impostas pelo Estado e a Igreja, repercutindo nas relações familiares, com perdas dos acervos culturais reconstruídos ao longo das gerações. Como estratégias de resistência na manutenção de suas unidades produtivas, as cultivadoras têm buscado desenvolver atividades diversas, geradoras de renda monetária, caracterizando a pluriatividade, em especial na Ilha do Valha-me-Deus. A conservação da autopoiese das cultivadoras das Ilhas mantém-se, entre os estados de ordem e desordem desencadeados pelas interferências econômicas, sociais e ambientais, promovendo continuamente uma reconstrução cultural. Nessa, há perdas de saberes sobre si mesmo e sobre o sistema ambiental vivenciado, colocando em risco a sustentabilidade nas Ilhas.

Palavras chave: Autopoiese, sustentabilidade, várzeas amazônicas.

ABSTRACT

To understand the strategies for conservation the Valha-me-Deus and Chaves Islands, both located at Juruti/PA, was the main objective of this study. For that, there were made analysis about the environmental system of the islands, in their eco-bio-socio-cultural aspects. The concepts of autopoiesis, organization, sustainability and adaptability were the theoretical references to comprehend the strategic actions of autopoiesis's conservation from cultivators women at local agroecosystems. The research followed the study of multiple cases' model, epistemologically based on the dialectic paradigm of the systemic complexity. There were used informal interviews, with previous script and stories of life. Beyond the systemic observation about the environmental system of the Islands, from March 2013 to May 2015. The transcript data indicated limitations to preserve the autopoiesis at the studied Islands, both to the human beings and the environmental backgrounds, as the fauna and the flora. Among the limitations are the most recent climate changes, that generates extreme floods at the varzeas, affecting the productive units. The fragilities found at the public agricultural and social politics leave the farmers at their own luck, showing the capital move to mobilize the labor force, in the search of financial conditions at the cities, introduction of large animals, the water buffaloes at the Valha-me-Deus Island, resulting in big environmental losses. The data indicates losses and resignification in the way of life, with new archetypes, rules and doctrines imposed by the State and the Church, reflecting at the familiar relations, losing its cultural collections that were rebuilt over generations. As resistance strategy to the maintenance of their productive units, the cultivators have been trying to develop several activities, that generates monetary income, featuring the pluri-activity, specially at the Valha-me-Deus Island. The autopoiesis's conservation of the cultivators from the Island are kept, between the states of order and disorder unleashed by the economic, social and environmental interferences, promoting steadily a cultural reconstruction. In that, some knowledge of themselves and of the environmental system are lost, endangering the Islands sustainability.

Key words: Autopoiesis, sustainability, amazonic floodplains

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Representação Gráfica sobre a episteme da Tese.....	19
Figura 02 -	Representação gráfica da dinâmica entre as águas e terras.....	28
Figura 03 -	Planta elaborada por Arthur Viana, em 1898.....	31
Figura 04 -	Área de estudo – Ilha do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA.....	32
Figura 05 -	Área de estudo – Ilha do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA.....	33
Figura 06 -	Área de estudo – Ilha do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA.....	34
Figura 07 -	Terras caídas, na Ilha do Chaves, lado direito à jusante do rio Amazonas.....	36
Figura 08 -	Período das cheias – Ilha do Chaves.....	38
Figura 09 -	Período das cheias – Ilha do Valha-me-Deus.....	38
Figura 10 -	Representação esquemática digital do fenômeno El Niño e influencias sobre secas e chuvas no Brasil.....	42
Figura 11 -	Área da comunidade da Ilha do Valha-me-Deus.....	53
Figura 12 -	Área da comunidade da Ilha do Chaves.....	58
Figura 13 -	Escala temporal da produção de juta (<i>Corchorus capsularis</i>) e malva (<i>Urena Lobata L.</i>).....	74
Figura 14 -	Representação gráfica das unidades nos agroecossistemas das Ilhas.....	81
Figura 15 -	Representação fotográfica do quintal da cultivadora S.N.C.	84
Figura 16 -	Área de roça e quintais da Ilha do Chaves.....	87
Figura 17 -	Área de roça e quintais da Ilha do Valha-me-Deus.....	88
Figura 18	Representação fotográfica de um canteiro suspenso	96
Figura 19 -	Área e locais de pesca nos lagos, furos e rio Amazonas.....	100
Figura 20 -	Representação fotográfica de área de criação de bubalinos.....	102
Figura 21 -	Representação fotográfica de área de criação de bubalinos.....	103
Figura 22 -	Representação fotográfica de área de chocadeiras, criação de quelônios.....	107
Figura 23 -	Representação gráfica de cartografias sociais sobre a organização produtiva no sistema ambiental das Ilhas.....	111
Figura 24 -	Representação gráfica de cartografia social da Ilha do Valha-me-Deus.....	24

Figura 25 -	Representação fotográfica de Barco de “recreio.....	119
Figura 26 -	Representação gráfica de cartografia social da Ilha do Chaves.....	124
Figura 27 -	Representação gráfica dos fluxos de insumos internos e externos.	133
Figura 28 -	Representação gráfica dos fluxos dos produtos dos agroecossistemas das Ilhas.....	138
Figura 29 -	Representação gráfica sobre circulação de renda monetária nas Ilhas.....	141
Figura 30 -	Representação gráfica sobre a organização do trabalho nos agroecossistemas das Ilhas.....	149
Figura 31 -	Representação gráfica sobre a organização autopoiética das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Índice pluviométrico mensal, Parintins, AM.....	43
Gráfico 02 -	Índice fluviométrico no município de Manaus e Parintins/AM período 2002 a 2014.....	44
Gráfico 03	Percentual de ocorrência de espécies hortícolas em canteiros suspensos.....	95
Gráfico 04 -	Percentual por faixa etária das cultivadoras das Ilhas do Valha- me-Deus e Chaves.....	164
Gráfico 05 -	Percentual sobre o local de nascimento das cultivadoras.....	165
Gráfico 06 -	Percentual sobre a descendência familiar das cultivadoras.....	166
Gráfico 07 -	Percentual sobre a faixa etária da primeira menstruação das cultivadoras.....	174
Gráfico 08 -	Percentuais sobre a faixa etária do início da vida sexual das cultivadoras.....	179
Gráfico 09 -	Percentuais sobre a faixa etária da primeira gestação das cultivadoras.....	183
Gráfico 10 -	Percentual sobre o estado civil das cultivadoras.....	202

Lista de Tabela

Tabela 01 -	Índices fluviométricos anuais com volume acima de 29m.....	45
Tabela 02 -	Local de ocorrência de espécies nas unidades da roça e quintais.	82
Tabela 03 -	Produção de toneladas da espécie malva.....	90
Tabela 04 -	Criação de animais de grande porte nas Ilhas.....	102

Tabela de Quadros

Quadro 01 -	Espécies cultivadas nos sistemas produtivos agrícolas nas Ilhas	70
Quadro 02 -	Índices fluviométricos marcados nos portos das cidades de Manaus e Parintins, período 2002 a 2014.....	77
Quadro 03 -	Espécies piscícolas capturadas nos ecossistemas pesqueiros das Ilhas.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORJUVE	Associação dos Comunitários de Juruti Velho
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
APRAPAEVID	Associação dos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais no Projeto de Assentamento dos Agroextrativistas do Valha-me-Deus
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COOMAPEN	Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru
CPTEC	Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos
CTC	Companhia Têxtil de Castanhal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IFIBRAM	Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PBF	Programa Bolsa Família
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
TACA	Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 A DINÂMICA ENTRE AS ÁGUAS E TERRAS NAS VÁRZEAS AMAZÔNICA.....	28
1.1 AS ILHAS E A MICRO BACIA HIDROGRÁFICA: A ÁREA DA PESQUISA	32
1.2 A SAZONALIDADE AMAZÔNICA E O AMBIENTE DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES.....	42
1.3 A PERCEPÇÃO DA SAZONALIDADE AMAZÔNICA NAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES.....	48
1.4 O POVOAMENTO E O COTIDIANO DE VIVÊNCIA DAS ILHAS	50
1.4.1 Povoamento da Ilha do Valha-me-Deus.....	53
1.4.2 Povoamento da Ilha do Chaves.....	59
1.4.3 As Políticas públicas: Participação e Estratégias Locais.....	63
2 O AGROECOSSISTEMA NAS VÁRZEAS AMAZÔNICA	68
2.1 OS AGROECOSSISTEMAS NAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES NOS ANOS INICIAIS.....	72
2.2 OS AGROECOSSISTEMAS PÓS-ENCHENTE DE 2009.....	80
2.3 UNIDADE DA ROÇA.....	83
2.4 UNIDADE QUINTAIS.....	85
2.5 UNIDADE QUINTAL COM CANTEIRO SUSPENSO.....	97
2.6 UNIDADE EXTRATIVISMO ANIMAL.....	99
2.7 UNIDADE DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE.....	103
2.8 UNIDADE DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE.....	103
2.9 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE QUELÔNIOS.....	108
3 SUSTENTABILIDADE NO SISTEMA AMBIENTAL VARZEANO.....	111
3.1 CARTOGRAFIAS SOCIAIS DOS LUGARES: REALIDADE CONSTRUÍDA PELA PERCEPÇÃO DAS CULTIVADORAS.....	113
3.2 O FLUXO DE INSUMOS NOS AGROECOSSISTEMAS.....	134
3.3 O FLUXO DE PRODUTOS NOS AGROECOSSISTEMAS.....	139
3.4 A CIRCULAÇÃO DA RENDA MONETÁRIA NOS	

AGROECOSSISTEMAS.....	142
3.5 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS AGROECOSSISTEMAS.....	148
4 A ORGANIZAÇÃO AUTOPIÉTICA DE CULTIVADORAS NAS ILHAS.....	160
4.1 AS CULTIVADORAS NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES.....	162
4.2 A MENARCA – UM NOVO CICLO NA VIDAS DAS CULTIVADORAS DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES.....	175
4.3 O SEMEAR A VIDA – O FLORESCER DA SEXUALIDADE.....	181
4.4 GERMINAR A SEMENTE, UMA NOVA VIDA – A MATERNIDADE....	185
4.5 O PÓS-PARTO, CUIDADOS NA ALIMENTAÇÃO E NO RESGUARDO.....	194
4.6 CULTIVADORAS SOB O GOVERNO DO PATRIARCA.....	199
4.7 O CASAMENTO E UM NOVO <i>STATUS</i> PARA A VIDA DAS CULTIVADORAS.....	204
CONCLUSÃO.....	212
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICE.....	222
ANEXOS.....	235

INTRODUÇÃO

O paradigma cartesiano dominante nas ciências até meados do século XX, e ainda presente em algumas correntes epistemológicas, tem como pressupostos básicos, a linearidade, a fragmentação, a hierarquização das relações e dos processos bio-sócio-culturais, além da separação entre os seres humanos e o ambiente, dando aos primeiros à condição de controlar e dominar os processos e os sistemas ambientais. Respalado pelo modo de produção capitalista e um modelo de relações sociais desiguais e alicerçadas pela divisão sexual do trabalho, vivenciou-se na era moderna, um colapso social e ambiental, com repercussões para atuais e futuras gerações.

O modelo de sociedade supracitado negou o saber e a cosmologia cultuados por milhares de anos, onde os seres humanos e o ambiente viviam uma relação de total interdependência e valoração da diversidade. As relações eram pautadas na solidariedade e no bem da coletividade. O culto à mãe terra, por meio das Deusas, era fundado numa perspectiva sistêmica, de interação entre todos os elementos ambientais, numa autonomia e interdependência das partes com o todo e vice-versa, numa dinâmica de circularidade. Este modelo de sociedade “comunal”, o paraíso perdido, ainda permanece em nossos inconscientes coletivos, e se reproduzem na busca constante dos seres humanos pelo encontro a essa sociedade.

Os processos civilizatórios, de colonização, pautados numa racionalidade mecanicista, controladora, opressora, de um único Deus - masculino, de um único saber - o da ciência, de uma única forma de produção – a capitalista, desconstruiu uma infinidade de saberes tradicionais, negou a diversidade bio-sócio-cultural na Amazônia, e deixou para traz a *anima*, os aspectos femininos do ser humano, contidos em homens e mulheres, negando a constituição do humano como um ser complexo, auto-organizador, autopoietico.

O Ser humano num processo dialético, por meio do trabalho e das interações sociais e ambientais, constrói e reconstrói a si mesmo, pois quanto maiores às interações nas redes, maiores as possibilidades deste ser humano, autocriar-se, num processo de transformação continuo, pois “todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer”. (MATURANA; VARELLA, 2001, p.31). Quando um ser humano tem sua identidade e seus saberes negados, há a redução das conexões nas redes no sistema ambiental, esta passa a ser um sujeito individual, uma abstração, tendo sua essência, o seu ser em sua totalidade ocultado. Valorizam-se aspectos do masculino no ser humano em detrimento do feminino, quando na verdade deveria haver uma

integração entre eles, uma retomada do unissexo. A existência dos seres humanos, em especial das mulheres, passa a ser medida e valorada, de acordo com a adjetivação do outro - o ser masculino e suas representações institucionais, o Estado, Igreja e Família.

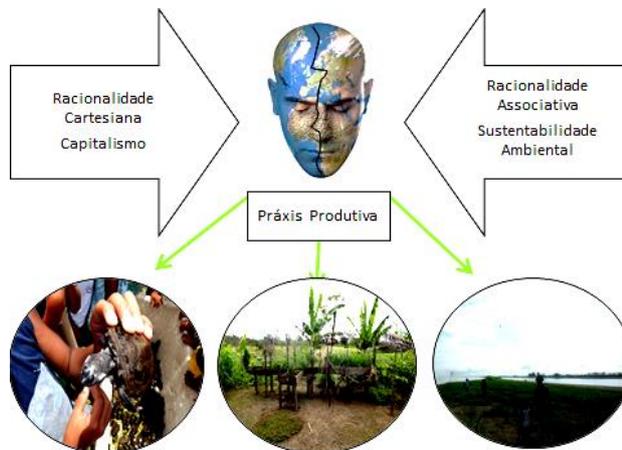
Temos hoje a negação da essência feminina, entendida como geradora de vida, criadora, propulsora de ações coletivas e comunais; não só na mulher construída social e historicamente, mas em todos os seres, nos homens e em especial no sistema ambiental. Negar a essência feminina no ser humano é fundamentar-se numa racionalidade de dominação, de injustiça e opressão sem controle, é ampliar o colapso social e ambiental. É pela integração e interação do ser nos seus aspectos feminino e masculino, por meio da aceitação da complexidade da natureza humana, será possível traçar estratégias para a sustentabilidade ambiental.

As cultivadoras com destaque as dos agroecossistemas nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, no município de Juruti no Estado do Pará, Brasil, apresentam uma associação recursiva com todos os elementos ambientais: a fauna, a flora, os bens comuns (águas, terras, sol, ar), assim como com os saberes reproduzidos mimeticamente ao longo das gerações, fundamentais para garantir a sua adaptabilidade no ambiente. Nesta interação ocorre o processo de acoplamento estrutural onde cada elemento se associa ao outro trazendo transformações para sua estrutura, sua forma de ser e fazer, tanto as mulheres se transformam, assim como o ambiente, num movimento de circularidade, autonomia e interdependência, numa dinâmica pela conservação da autopoiese (MATURANA; VARELLA,2001), para a realização do viver.

O pressuposto básico dessa tese é o quanto a práxis produtiva agrícola oportuniza o desenvolvimento de uma racionalidade associativa e complementar ao sistema ambiental promovendo a conservação da autopoiese e, a realização do viver.

A figura 01 indica essa dialética ambiental, entre estados de ordem, desordens e organização, na qual é possível criar estratégias para a conservação da autopoiese dos seres vivos. Entende-se quando se possui uma racionalidade de integração com o sistema ambiental, por meio da práxis produtiva, é possível manter uma autopoiese mais sustentável para as partes e o todo do sistema.

Figura 01: Representação gráfica da episteme da tese



Fonte: Sandra Silva, 2015.

Resgatar e reconhecer no sistema ambiental a intrínseca associação entre os seres humanos, com destaque mulheres cultivadoras, com o ambiente é *condition sine qua non* para estabelecer um ambiente onde a ética, a justiça e a participação sejam integrais e a sustentabilidade ambiental prevaleça.

A partir desses pressupostos esta tese teve como objetivo principal: compreender o *modus vivendi* de mulheres cultivadoras de agroecossistemas nas Ilhas fluviais do Valha-me-Deus e Chaves, sua organização autopoietica e a relação de seu ser e fazer com a sustentabilidade ambiental.

As questões norteadoras da tese foram: Como se estabelece a organização autopoietica das cultivadoras nos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves? Quais são os arquétipos influenciadores de suas interações com o sistema ambiental condutores de seu modo de vida? Quais as percepções das cultivadoras sobre o seus ciclos da vida, seus saberes sobre o funcionamento do seu corpo? Como as diferenças de gênero se reproduzem nas famílias pesquisadas, na criação dos filhos, na organização das produções agrícolas e criatórias? E qual o olhar das cultivadoras sobre o processo produtivo, a conservação da vida e da sustentabilidade ambiental?

A partir dessas questões e dos objetivos propostos à tese apresentou como categorias teóricas centrais a *adaptabilidade* (MORAN, 2010, p.27; MORIN, 2011, p.65); *agroecossistemas* (ALTIERI, 2012, p.15); *sustentabilidade* (MORIN, 2010, p. 262; GLIESSMAN, 2008, p. 81); *organização autopoietica* (MORIN, 2011, p. 107;

MATURANA; VARELLA, 2001, p. 133). Essa última categoria permeou todas as discussões na tese visto ser ela fundamental para compreender como os seres vivos e o sistema ambiental, se associam, complementam e se diferenciam para a realização do viver; contribuindo para a formação e transformação de cada um dos componentes do sistema ambiental.

As Ilhas fluviais do Valha-me-Deus e Chaves foram o cenário dessa pesquisa de doutorado, ambas situam-se a jusante do Rio Amazonas, na As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves estão localizadas na divisa estadual entre o Estado do Amazonas e o Pará, cujos pontos extremos são delimitados pelas coordenadas 2°15 e 2°18'S e 56°20 e 56°25'W. As Ilhas estão localizadas no município de Juruti, na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Óbidos.

As áreas da pesquisa são denominadas várzeas, visto estarem anualmente sujeitas ao pulso das inundações promovidas pelas águas, no Rio Amazonas. Ambas as Ilhas pesquisadas são banhadas em todas as margens pelas águas dos rios, produzindo transformações contínuas nas paisagens, em virtude das intensas movimentações das águas as quais promovem a erosão, o *transporte* e a deposição de sedimentos por todo seu trajeto.

Nesse cenário de várzeas residem 102 famílias, sendo 65 na Ilha do Valha-me-Deus e 37 na Ilha do Chaves. Parte dessas famílias abriram as portas de suas casas e de suas vidas, para recordar, historiar, e dividir conosco a sua intimidade, contribuindo para a produção do conhecimento organizado por nós, mas feito por elas.

Durante o ano de 2014 e 2015 foram realizadas inúmeras visitas, numa média de uma semana por mês para o processo de coleta de dados necessários para a composição dessa tese. Idas e vindas para melhor compreensão de como é viver em ambientes de Ilhas fluviais, as quais estão sujeitos anualmente as inundações das águas do rio Amazonas, influenciando diretamente a relação com o ambiente.

Desenvolver uma pesquisa interdisciplinar nas ciências ambientais, em um cenário como as das Ilhas fluviais, prevê uma estratégia metodológica ampla e diversa, aberta para as incertezas postas durante o caminhar da elaboração da tese. Para tanto, fez-se necessário uma estratégia dialógica com o processo de pesquisa de campo, visto ser nesse, onde se desperta o real a ser compreendido a luz da teoria e das reflexões na produção do conhecimento.

O paradigma dialético da complexidade sistêmica (MORIN, 2010, p.176), foi o aporte teórico balizador dessa tese, por este oportunizar uma melhor compreensão dos seres bióticos e abióticos com o sistema ambiental, por meio de um circuito recursivo. Os humanos

como seres bio-sócio-culturais em total interação com o sistema ambiental, indicando o movimento de associação, complementariedade e antagonismos entre o todo e as partes.

O delineamento desta pesquisa foi projeto em dois eixos complementares o estudo de caso múltiplo e a análise de conteúdo dos discursos proferidos pelas cultivadoras. O Estudo de caso múltiplos apontado por Yin (2014) possibilitou uma investigação descritiva e analítica sobre as características holísticas das experiências vividas pelas cultivadoras. Optou-se pelo estudo de casos múltiplos, visto essa pesquisa tratar de um número variado de mulheres, com crenças religiosas diferenciadas, moradoras em agroecossistemas também diferenciados, ainda que próximos geograficamente. Nesse ponto, as cultivadoras foram sendo selecionados primeiro como tendo uma associação praxica com os agroecossistemas pesquisados; o segundo ponto foi a aplicação da lógica da replicação das informações, até a saturação das mesmas, indicando o quanto quantitativa e qualitativamente os dados eram suficientes para uma análise robusta dos resultados, dando validade aos mesmos tanto teórica como metodologicamente. A etapa da saturação dos dados apresentou-se no processo de coleta de forma singular, indicando ao pesquisador que os dados e o tempo de coleta já foram suficientes para prosseguir para uma nova etapa, a análise da tese.

A análise de conteúdo teve como fundamentos os estudos de Bardin (2011, p.15) e Guerra (2010, p.62). Para Bardin (2011, p.15) a análise de conteúdo é um instrumento metodológico aplicado a discursos (conteúdos e continentes) diversificados, oscila entre os polos da objetividade, podendo os discursos serem transformados numericamente, e o polo da subjetividade, valorando os dísticos dos informantes da pesquisa como dados qualitativos fundamentais para a interpretação e compreensão do real. Para Guerra (2010, p.16-62) a análise de conteúdo possibilita o mergulho em universos sistêmicos e complexos, apresenta uma dimensão descritiva e interpretativa, a primeira buscando apreender as narrativas e a segunda dimensão é decorrente das interrogações do pesquisador diante do objeto estudado, por meio do uso de um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação possibilita elaborar regras de inferência.

Assim foram participantes dessa pesquisa dezessete mulheres, oito na Ilha do Valha-me-Deus, e nove na Ilha do Chaves, cultivadoras de uma diversidade de espécies alimentares e não alimentares, criadoras de pequenos animais, mães, esposas, companheiras, amigas, curadoras e por fim mulheres guerreiras e de coragem. Essas mulheres foram selecionadas tendo como ponto de partida a sua inserção e sua práxis produtiva nos agroecossistemas das Ilhas pesquisadas. No último capítulo quando se faz uma análise da organização autopiética

das cultivadoras, foram selecionados oito homens, quatro de cada Ilha, sendo esses cônjuges, companheiros de parte das cultivadoras participantes. Esses homens também foram selecionados utilizando a lógica de replicação de informações e saturação de dados.

O estudo de caso múltiplos oportunizou uma liberdade na escolha e uso de técnicas e instrumentos diversos os quais foram compondo cada etapa da pesquisa de campo, conforme os dados foram se destacando do real.

Foram utilizadas as técnicas de **entrevista individuais** a partir de um roteiro de perguntas destinadas a possibilitar a compreensão sobre o modo de vida das cultivadoras, a organização dos processos produtivos nos agroecossistemas, as espécies vegetais e animais presentes nas Ilhas, assim como a relação de interdependência com eles; as interações humanas tanto internas como externas as Ilhas, as relações comerciais, de apoio técnico e informativo, e informações referentes ao ciclo de vida das mesmas.

Foram realizados levantamentos relativos aos ciclos de vida das mulheres participantes, por meio de **história de vida**, as quais puderam relatar em detalhes os sentimentos, medos, desafio e transformações em cada estágio de suas vidas. Essas histórias foram contadas em mais de um encontro e complementadas pelas **entrevistas informais** a cada encontro. Esses encontros foram realizados na casa das informantes sempre em horários programados e conforme a disponibilidade das mesmas. A disponibilidade do tempo foi fundamental para o processo de coleta de dados, o qual perdurou por 24 meses. Tempo fundamental para ampliar e garantir uma intimidade entre os participantes da pesquisa. Intimidade essa proporcionadora de uma riqueza de dados sobre suas vidas.

A **observação direta e sistemática** também constituiu como uma técnica de pesquisa. Houve a participação em reuniões de “comunitários”, nas associações de ambas as Ilhas, participações em cultos na Igreja Protestante na Ilha do Valha-me-Deus e celebrações religiosas na Igreja Católica na Ilha do Chaves. Participações em festas da “comunidade” e visitas de políticos, as quais são sempre um grande festejo, com almoço e discursos políticos. Nessas observações foram levantados dados referentes à participação de homens e mulheres nas reuniões, concepções sobre as relações e papéis sociais nas Ilhas, influencias religiosas no ser e fazer das cultivadoras; além da observação sobre as relações de poder instituídas nas Ilhas.

Uso da **Cartografia social**, desenvolvido a partir do mapa mental elaborado pelas cultivadoras sobre a percepção do sistema ambiental das Ilhas. As cartografias sociais são destaque no terceiro capítulo e foi um instrumento fundamental para analisar a

sustentabilidade das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, na perspectiva dos conceitos de lugar, tempo e espaço.

O **diário de campo** foi um instrumento fundamental no processo de pesquisa de campo, para melhor armazenamento das percepções durante o processo de coleta de dados; muitas ideias, reflexões surgiram no cotidiano da pesquisa de campo, tornando fundamental o diário de campo para anotações, as quais serviram em para composição das discussões desenvolvidas ao longo da tese.

A organização do material coletado aconteceu primeiramente pela separação dos dados em quantitativos e qualitativos. Os primeiros foram apresentados por meio de gráficos, tabelas e figuras, utilizando de estatística descritiva.

Os dados qualitativos, destaque nessa tese, são resultados dos dísticos produzidos pelas cultivadoras e por alguns de seus companheiros. Nesse aspecto vale destacar, a inserção de oito homens no contexto do desenvolvimento dessa tese, no último capítulo da mesma, visto somente ser possível compreender a organização autopoiética das mulheres na e pela interação junto aos seus companheiros/cônjuges.

Os discursos das cultivadoras e dos cultivadores foram gravados, posteriormente transcritos e separados em categorias temáticas, a partir da análise dos conteúdos apresentados nas entrevistas, histórias de vida e conversas informais. Em mãos dessas categorias temáticas, procedeu-se a análise interpretativa dos dados, acompanhada de uma revisão de literatura e de reflexões sobre a apreensão do real, resultando na análise escrita nessa tese.

Essa tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma descrição da dinâmica estabelecida entre as águas e as terras para a constituição das várzeas Amazônicas, indicando o quanto essas estão sujeitas as mudanças climáticas, as ações antrópicas e seus efeitos para a manutenção dos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, tendo a adaptabilidade humana como categoria central desse capítulo.

O segundo capítulo caracterizou o sistema produtivo agrícola nas Ilhas pesquisadas, procurando identificar os princípios da agroecologia nas diversas unidades agrícolas e criatórias, a cadeia produtiva dos cultivos alimentares e não alimentares, destacando os entraves para a manutenção da produção da fibra vegetal malva no ambiente das Ilhas e no Amazonas, assim como a introdução de animais de grande porte, os bubalinos, colocando em risco a sustentabilidade ambiental.

O terceiro capítulo apontou a percepção das cultivadoras quanto à sustentabilidade ambiental nas várzeas, transitando por suas relações com o sistema ambiental das Ilhas, no

tempo, espaço- lugar; assim como a organização do trabalho, da geração de renda monetária e dos processos de aquisição de insumos e produtos para a manutenção da produção rural, indicando os principais limitadores para o desenvolvimento da agricultura familiar local.

A tese se encerra no quarto capítulo, analisando como se organiza a vida das mulheres cultivadoras nas Ilhas, seus ciclos de vida, as interações humanas no contexto da “comunidade”, as influências religiosas e ancestrais na constituição dos arquétipos norteadores de seu viver, além da dinâmica para a conservação da autopoiese. Indicando o quanto estar associado ao ambiente, desenvolvendo uma práxis produtiva e participativa na comunidade contribui sobremaneira para a sustentabilidade ambiental.

Essa tese foi um grande desafio, visto a necessidade de adentrar num mundo diferente do vivenciado na cidade, das temáticas pesquisadas na Universidade e especialmente por nossas experiências de vida terem sido adquiridas em um universo cosmopolita como o Estado de São Paulo.

Todo esse processo foi um grande aprendizado de convivência com as mulheres participantes e os moradores das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves e, me ajudou a construir uma nova concepção sobre a questão ambiental na Amazônia, ampliando minha responsabilidade como docente e cidadã.

Essa tese é o resultado do nosso caminhar não só na espacialidade das Ilhas, nas trajetórias pelo rio Amazonas até chegar às mesmas, enfrentando banheiros e os desafios impostos pelo movimento das águas e dos ventos, mas é do caminhar intelectual, das contínuas reflexões sobre o viver nesse ambiente e fundamentalmente na busca de respostas para a compreensão de como se conserva a vida dos seres humanos no sistema ambiental, como esse povo se organiza autopoieticamente, diante de tantas incertezas postas pela sociedade contemporânea.

Essa tese é uma defesa pela vida de todos os seres vivos na Amazônia. Indicando o quanto esse povo tem estado sozinho na luta para se manterem vivos e resistentes a todas as interferências políticas, econômicas, sociais impostas pelo sistema capitalista. O qual degrada não só o sistema ambiental, em seus aspectos bio-físico-químico, mas degrada as relações humanas, tornando seus valores efêmeros e pulverizados.

É uma defesa ao reconhecimento e a valorização dos agricultores familiares das várzeas amazônicas, promotores de ações mantenedoras da conservação ambiental, conhecedores dos ciclos da natureza, da dinamicidade do pulso das águas e resistentes aos

ditames postos pelo capital. Esses agricultores apresentam a coragem e a iniciativa para a cada vazante iniciar uma nova etapa na busca de realizar o seu viver e de seus familiares.

Faz-se urgente um olhar sobre esses agricultores familiares varzeanos, estes esperam por ações políticas promotoras de tecnologias para melhorar sua produção, estratégias criativas para enfrentar as cheias do rio, manterem suas terras, suas casas e ainda assim obterem alguma renda monetária para a sobrevivência de seus familiares. Não esperam acumular fortunas, mas sobreviver e conservar o seu ambiente para as futuras gerações poderem usufruir do sistema ambiental ocupado pelos seus antepassados.

As águas na Amazônia representam um dos mais importantes vetores de transformação da superfície terrestre. Em seu regime fluvial altera física e quimicamente rochas, transportando, por meio da gravidade, partículas em suspensão e sais minerais para os fundos dos vales, lagos, mares e oceanos. Três por cento da água existente no planeta é água doce corrente e um quinto dessa água é resultante da descarga do rio Solimões/Amazonas no oceano Atlântico.

As águas na Amazônia nascem, cruzam-se e interagem pelos inúmeros rios, lagos, igarapés, paranás e nascentes presentes em sua bacia hidrográfica, somadas ao grande oceano verde atmosférico deslocando as águas pluviais para o continente (NOBRE, 2014, p.14).

As sociedades amazônicas por seus saberes repassados geracionalmente, por uma cosmologia integrada ao sistema ambiental, são conhecedoras da dinâmica das águas amazônicas. O rio comandante da vida dos moradores das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves é o Amazonas. Tudo em suas vidas é regido pela dinamicidade deste. Compreender a sua complexidade é deter maiores condições de adaptação¹ (MORAN, 2010, p.27; MORIN, 2011, p.65) e sobreviver nas várzeas.

As águas e as terras possuem uma relação de circularidade no Rio Amazonas. As primeiras são responsáveis pelos transportes de sedimentos provenientes de processos de erosão marcantes para formação e transformação das paisagens por todo trajeto do rio. A valoração das águas não se resume apenas no fato de cobrirem e descobrirem as terras, e, tão pouco, na medida da espessura da lamina líquida que sobre esta se estende. O valor das águas está na sua contribuição para manutenção na vida de diversas espécies vegetais, animais, humanas e pela produção de um solo fértil, rico em nutrientes como os encontrados nos agroecossistemas de várzeas.

Os materiais e organismos componentes dos solos dependem do movimento e das propriedades das águas amazônicas conduzidas nos pulsos de inundação e das características de seu escoamento. A fertilidade dos solos está interligada exclusivamente com a dinamicidade dos rios, transportando nutrientes necessários para a manutenção dos solos varzeanos.

¹ Adaptação no contexto desta tese é uma categoria não no sentido genético ou evolutivo, mas resultante de um movimento de circularidade, em que seres humanos e sistema ambiental estão em contínua interação e associação. Não são apenas fatores ambientais que selecionam os seres vivos, mas estes últimos selecionam e modelam o ambiente. Adaptação é a primeira condição para qualquer existência. Vivemos para nos adaptarmos porque nos adaptamos para viver, numa relação de recursividade tendo como finalidade emergente o viver (MORIN, 2011, p. 64 - 65).

O solo amazônico, em especial da terra firme, segundo Sioli (2006, p. 290) originalmente é um solo pobre, entretanto, este serve como substrato para a reciclagem fechada, entre os nutrientes liberados pela decomposição da matéria morta da floresta, folheiros e cadáveres de animais, contribuindo para uma maior fertilidade do solo e a manutenção da biodiversidade. As raízes das plantas como estão na superfície, servem como um filtro denso para reter as substâncias produzidas pela reciclagem.

Em relação ao rio Amazonas, a trajetória desse até chegar às Ilhas pesquisadas é longa e atravessa diversos lugares recriando paisagens continuamente. Os estudos coordenados por Cáuper (2006, p. 24), sobre a biodiversidade amazônica revelam o início do rio Amazonas nas galerias de Yarupa, nos Andes Peruanos, numa altitude superior a 5.000 metros e percorre uma distância de 5.890km até chegar ao mar.

Em sua trajetória o rio recebe diversas denominações. Em terras brasileiras é reconhecido como rio Solimões, seguindo com este nome até a confluência com o rio Negro nas proximidades da cidade de Manaus, capital do Amazonas. Em sua trajetória à jusante, em direção ao Baixo Amazonas, passa a ser chamado de rio Amazonas, percorrendo em território brasileiro um total de 2.921km, até desembocar no oceano Atlântico. O volume de água do rio Amazonas despejado neste oceano é pouco mais de 17 bilhões de toneladas ao dia (NOBRE, 2014, p. 12).

O regime fluvial amazônico apresenta características diferenciadas quanto a sua coloração. O rio Solimões/Amazonas com água barrenta, vem dos Andes, perto de La Paz. Este rio vem para a Amazônia pelas encostas orientais do Andes, com todos os vales bem íngremes, protegidos pela floresta.

Os sedimentos transportados pelo rio resultam da decomposição recente da crosta terrestre nos Andes. São terras novas, não sujeitas a lixiviação durante milhares de anos, como as terras firmes da Amazônia. Esse processo é responsável pela alta fertilidade dos solos das várzeas, com terras bem recentes, renovadas pelos Andes a cada ano e depositadas pelas enchentes (SIOLI, 2006, p. 294). As águas barrentas também são denominadas de brancas ou turvas e podem ser encontradas além do rio Solimões/Amazonas, nos rios Madeira, Juruá e Purus.

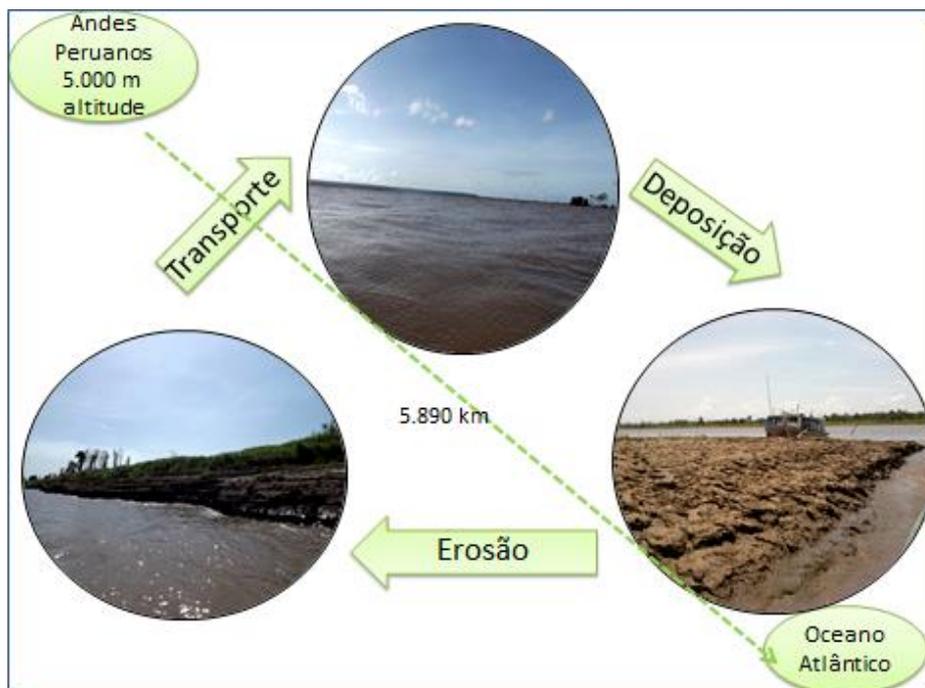
As águas claras do Tapajós, Trombetas e Xingu são provenientes do Brasil Central, em parte coberto pelo cerrado. Visto as terras nessa região serem mais ou menos planas, com reduzida erosão, não ocorre o transporte de materiais em suspensão para a Amazônia. Esses

rios vêm das montanhas da Venezuela com um suave declive e protegidos por uma mata densa (Ibid., p. 294).

As águas cristalinas e do tipo água preta têm origem nos escudos guianos, em solos arenosos. Os rios típicos são o Negro, Uatumã, Urubu. Esse tipo de coloração das águas também é encontrado nos igarapés (Ibid., p. 294; BRANDÃO, 2013, p. 122).

As várzeas nessa pesquisa são banhadas pelos rios de água branca (cor amarela ou turva), também, reconhecida como barrenta. São sujeitas às inundações e uma intensa atividade de sua tríade (erosão, transporte, deposição) (BRANDÃO, 2013, p. 28). Nessa tríade (Figura 02) estão imbricados os processos de erosão ao longo da bacia do rio Solimões/Amazonas, conhecidos como terras caídas – o transporte de sedimentos, materiais orgânicos e nutrientes, os quais são depositados ao longo de seu trajeto, formando novas terras.

Figura 02 – Representação gráfica da dinâmica entre as águas e terras nas Várzeas Amazônica



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As Ilhas, ao longo do rio Solimões/Amazonas, são o resultado dessa tríade (erosão, transporte, deposição), e vão se reconstruindo devido aos processos de construção da fase atual do rio. A grande largura de um canal de rio atual, associado à flutuação excessiva do

nível da água, ocasiona a sedimentação de material transportado pelo rio. Devido aos desvios do canal de navegação, os sedimentos arenosos (grosseiros ou mais finos) vão sendo empilhados em camadas alternadas, emergindo novas porções de terras acima do nível médio das inundações anuais, formando uma nova ilha. A alternância de camadas, de texturas diferenciadas pode ser observada nos barrancos e nas praias afloradas no período da seca (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007, p. 26).

As várzeas são parte do plano aluvial (*valley flat*) produzida pela erosão lateral dos rios, definido como terrenos baixos e planos margeando o canal fluvial situa-se entre as paredes do vale. A várzea na Amazônia, pela associação nuclear entre a água e a terra, é considerada um sistema complexo e heterogêneo (Ibid., p. 13).

As várzeas amazônicas estão entre os mais complexos, biodiversificados e produtivos ecossistemas de água doce. Historicamente, estas têm sido responsáveis pela provisão de diversos bens e serviços ecossistêmicos à população local. No entanto, as funções sócio-ecológicas das várzeas são altamente sensíveis a mudanças na cobertura florestal, que por sua vez resultam em processos de perda e fragmentação dos *habitats*, alterando sua funcionalidade e sua capacidade em fornecer muitos desses serviços. Este processo de alteração da cobertura florestal não é contínuo no espaço e no tempo, pois está sujeito aos sucessivos ciclos econômicos e à história de ocupação da região. Os padrões espaço temporais da cobertura florestal de diferentes localidades ao longo da calha central do Solimões/Amazonas, permitem identificar os principais fatores responsáveis por tais padrões, e avaliar seus impactos na integridade dos ecossistemas florestais e no bem-estar das comunidades ribeirinhas.

As várzeas recriam-se periodicamente, em sua própria organização², pela manutenção da vida, possuem uma estrutura e organização próprias, as quais são resultantes do acoplamento estrutural (MATURA; VARELLA, 2001, p. 115), entre as unidades das águas, terras, vegetações e ações antrópicas. Toda unidade organizacional no sistema ambiental varzeano seja biótico ou abiótico desencadeiam transformações ontogênicas³, de maneira circular e recursiva em cada um dos seus elementos.

² Organização autopoietica – Organização compõem a tríade ordem, desordem e organização, associadas as ininterruptas interações entre o todo e as partes. Organização é num mesmo movimento a transformação e a formação, como uma morfogênese (MORIN, 2008, p. 164). A autopoiese é um contínuo transformar-se num devir histórico, independente da complexidade do ser vivo (MATURANA; YANES, 2009, p. 273-275). Organização autopoietica é a dinâmica re-produzida pelo ser vivo para realizar o seu viver.

³ Ontogênia: refere-se às mudanças estruturais de uma determinada unidade, se vivo, sem que este perca sua organização. (MATURANA, VARELLA, 2011, p. 86)

Ao longo do trajeto do rio Solimões/Amazonas, segue-se uma dinâmica de perdas (terras caídas⁴) e ganhos (novas terras), em um movimento de circularidade, entre a água e a terra. Neste processo, cada ecossistema depende diretamente dos demais no sistema ambiental, não havendo um todo sozinho, mas um todo e diversas unidades associadas e interdependentes.

Águas, terras, vegetações e seres humanos em conexão contribuem para a formação das paisagens amazônicas. Os seres antrópicos com suas interferências no sistema ambiental, como o desmatamento, as queimadas, criações de áreas de agricultura e pecuária, de moradias, também, transformam substancialmente a estrutura ambiental.

Descrever essas transformações ambientais nas várzeas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves é o objetivo desse capítulo, a partir de um olhar sobre a bacia hidrográfica amazônica, o clima, as vegetações e o processo de povoamento das Ilhas.

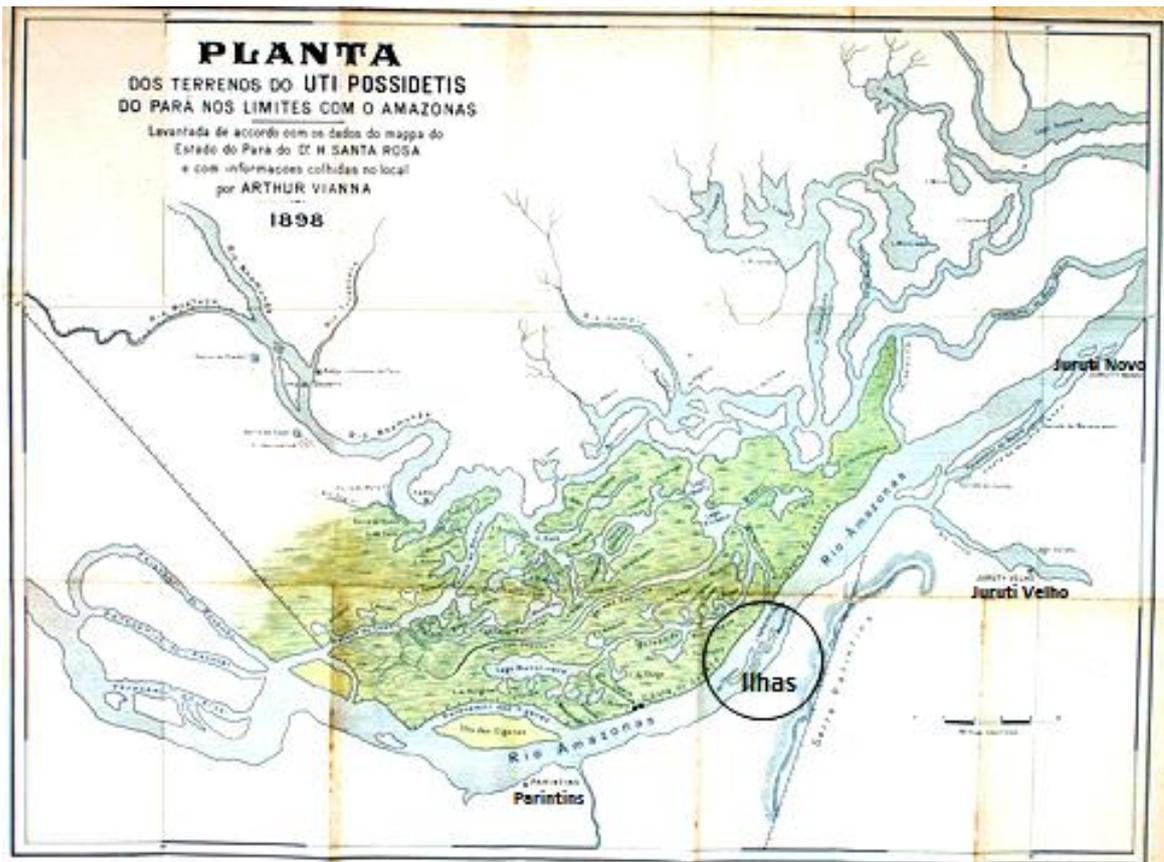
1.1 AS ILHAS E A MICRO BACIA HIDROGRÁFICA: A ÁREA DA PESQUISA

As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, sistemas ambientais pesquisados, estão na jusante do rio Amazonas, localizadas em terras Paraenses. O estudo produzido por José Veríssimo, em 1898, intitulado “Pará e Amazonas: Questão de Limites” indicava os limites de terras entre os Estados do Amazonas e do Pará. Nesse, as Ilhas foram identificadas como pertencentes a este último Estado. A Ilha do Valha-me-Deus nos anos de 1854 e Ilha do Chaves em 1898, esta última denominada de Paraná do Chaves. Ambas foram registradas no Livro Competente da Intendência de Juruti/PA.

O mapa datado de 1898, elaborado por Arthur Viana (Figura 3), destaca as Ilhas do Valha-me-Deus, Chaves e Macaianim, nas proximidades da Serra de Parintins, aparecem como ilhotas, formadas lado a lado, mas separadas entre si, pelo próprio rio Amazonas.

Figura 03 – Planta elaborada por Arhtur Viana, em 1898, original arquivado na mapoteca do Centro Cultural Povos da Amazônia.

⁴ Terras na várzea amazônica referem-se às terras que, hoje, podem ser depositadas pelas águas do rio Amazonas e amanhã poderão ser removidas pelo movimento destas mesmas águas (STENBERG, 1998, p. 62).



Fonte: Mapoteca do Centro Cultural dos Povos da Amazônia. Foto: Sandra Silva, 2014.

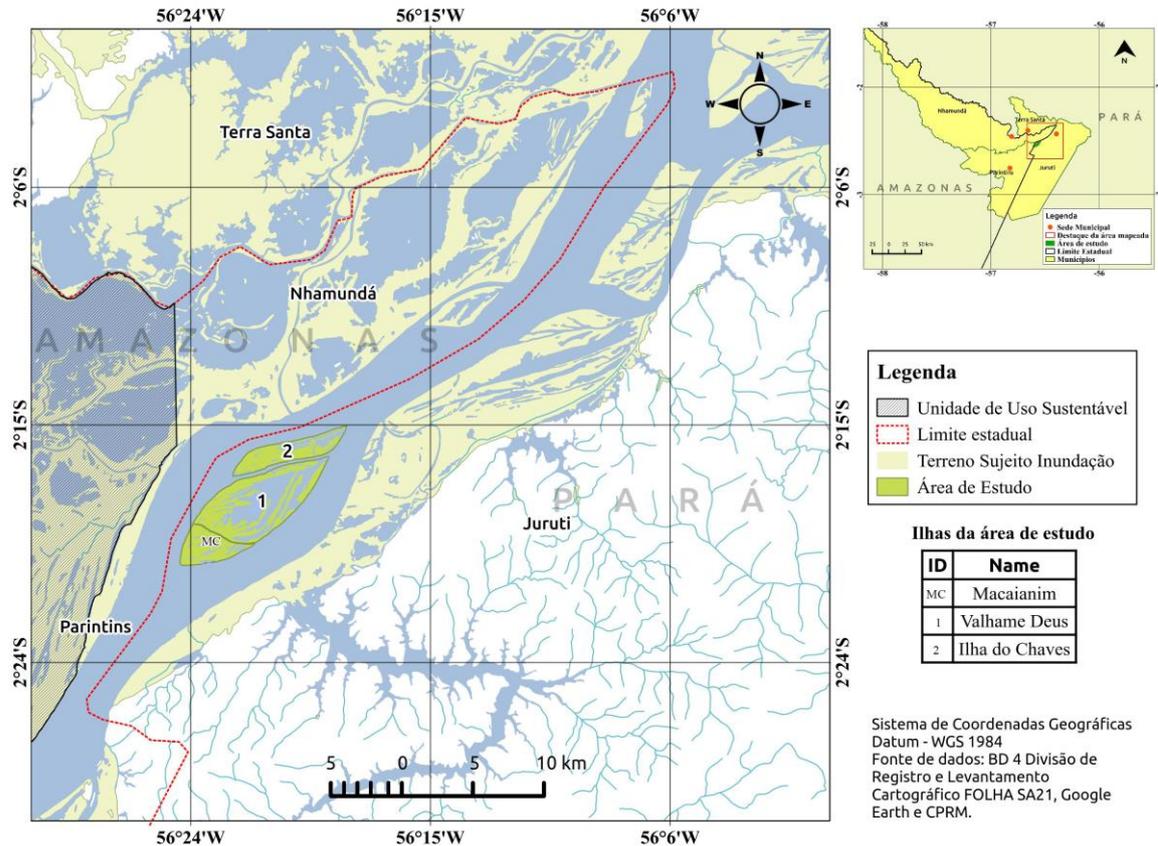
Observa-se, na Figura 03, uma maior proximidade das Ilhas com o município de Parintins/AM e uma maior distância com o município de Juruti/PA, até mesmo com a comunidade na qual os moradores ao longo da história tiveram maior interação - Juruti Velho. Os estudos de Veríssimo (1899, p. 5) destacam a serra de Parintins como determinante para estabelecer os limites entre o Estado do Pará e Amazonas.

As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves compõem o município de Juruti, localizado no Estado do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Óbidos. Foi elevada a categoria de município em 09/04/1893 e extinto em 03/04/1900, sendo seu território anexado ao município de Faro e Óbidos. Em 08/03/1913 é novamente elevado à categoria de município. Juruti Velho é um assentamento coletivo criado em 2005, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o mesmo compunha o Imóvel da Vila Amazônia. (LOPES, 2012, p. 138).

Na Figura 04, elaborada a partir de dados de geoprocessamento e imagens de satélite, é possível verificar o movimento das Ilhas à jusante do rio, formando, hoje, as Ilhas

Macaianim e Valha-me-Deus, uma única Ilha, sendo seguida pela Ilha do Chaves, com o rio/Paraná do Amazonas dividindo as Ilhas.

Figura 04 – Área de estudo - Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA



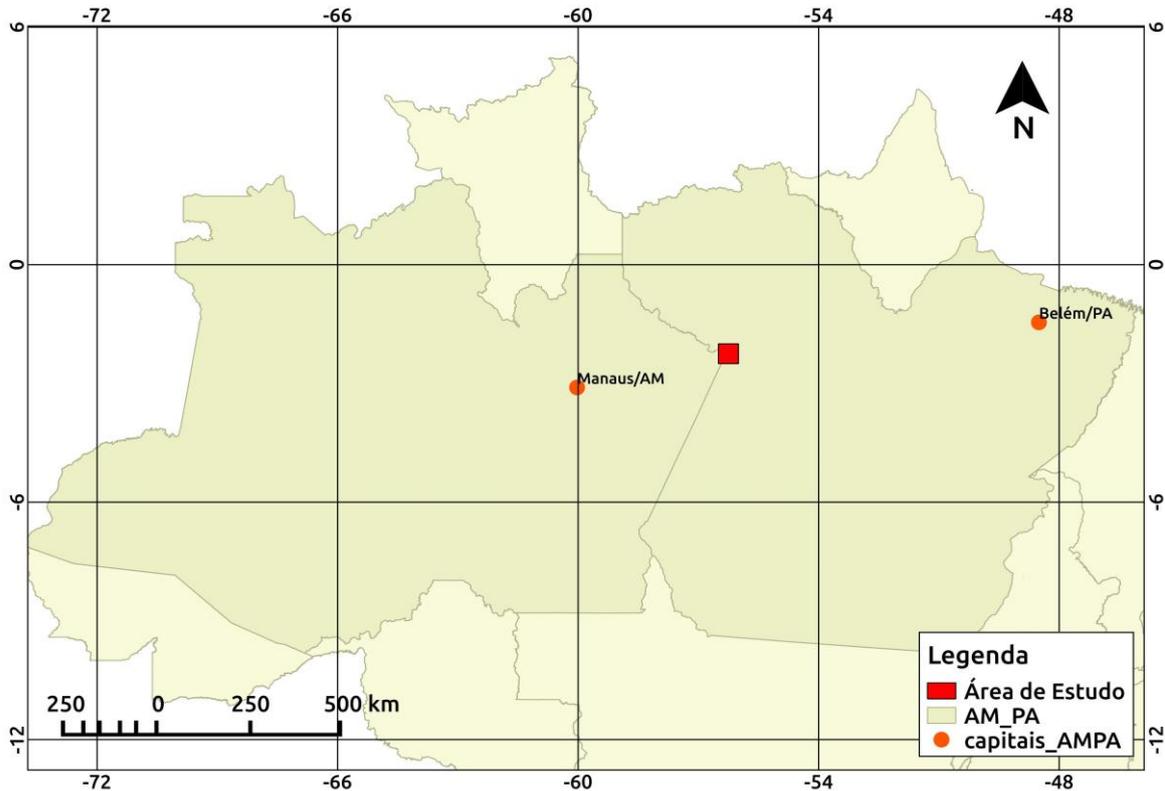
Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM. Colaboração Técnica: Davi Grijo. Ano 2014.

Em relação ao canal do rio, que separam as duas ilhas, não há consenso das cultivadoras quanto a sua denominação. As da Ilha do Valha-me-Deus, tendem a nomeá-lo de Amazonas pequeno, Amazonas, apenas indicam a existência de um paraná quando no período da seca. Na Ilha do Chaves, identificam-no como paraná do Amazonas, pois entendem que é um braço do rio que corta as duas Ilhas e volta a se unir ao rio Amazonas. Esta identificação como paraná, parece permanecer em virtude do nome registrado em 1892, no Livro Competente da Intendência de Juruti/PA, como sendo paraná do Chaves.

Apesar de declararem como paraná, não há nas falas das mesmas indícios de conflitos no uso das águas entre as duas Ilhas, essas são tidas como originalmente bem comum. É de uso de todos para aqueles que dela precisarem.

As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves estão localizadas na divisa estadual entre o Estado do Amazonas e o Pará, cujos pontos extremos são delimitados pelas coordenadas $2^{\circ}15'$ e $2^{\circ}18' S$ e $56^{\circ}20'$ e $56^{\circ}25' W$, (Figura 05).

Figura 05 – Área de estudo - Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM. Colaboração Técnica: Davi Grijo. Ano 2014.

Quanto às cidades circunvizinhas (Figura 06), os moradores das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves mantêm relações comerciais com o município de Juruti/PA, sendo as Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, duas das duzentos e catorze comunidades rurais deste município. Analisando a figura 06, pode-se afirmar que a oeste das Ilhas, situa-se o município de Parintins/AM, cuja cidade representa o espaço de relações comerciais e assistência técnica na produção rural. A noroeste está o município de Nhamundá/AM e ao norte o município de Terra Santa/PA. Leste e sul a região do município de Juruti.

Figura 06 – Área de estudo - Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti, PA



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM. Colaboração Técnica: Davi Grijo. Ano 2014.

Os registros das transformações ambientais e do povoamento das Ilhas foram coletados a partir das informações repassadas oralmente por seis cultivadoras (três de cada ilha) das dezessete participantes, detentoras de um saber repassado geracionalmente e por viverem nas Ilhas desde o seu nascimento. As cultivadoras registraram em suas falas o crescente ganho de terras destas ilhas e as transformações ecológicas resultantes desde o período de sua infância até os dias de hoje, passado um período médio de mais de 40 anos.

Relembram o quão altas eram as restingas onde moram, como no caso das cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus; e como tiveram de mudar para novas áreas de restinga criadas a partir das novas terras, formadas pelo pulso de inundação do rio, tal é o caso das cultivadoras da Ilha do Chaves.

Afirmam na infância, à distância a percorrer do rio às suas casas no Valha-me-Deus, no período da seca, era muito grande, havia necessidade de subir barrancos, e carregar baldes d'água. Uma das informantes recorda da imagem da Igreja no alto da restinga. Nos tempos atuais está tudo plano. Em frente à área da comunidade ganhou-se muita terra, formando uma nova ilha onde é a área da roça e de criação de animais de grande porte.

Quanto a Ilha do Chaves, as cultivadoras afirmaram, também, o ganho de terras nestes mais de 40 anos. Tudo no passado era diferente. A área da comunidade, escola, igreja, se localizava na parte mais alta, local onde aportavam os barcos, construía-se as moradias, considerada por elas como área de várzea alta. Lembram as casas no alto, e a necessidade de subir escadas, como pode ser observado no seguinte dístico:

Nasceu muita terra. Quando a gente enchia água, nessa beira, a mamãe mandava a gente ir buscar água, aí nós ia buscar. O papai fazia escada de pau assim, cortava uns paus dessa grossura e fazia aqueles dentes assim, aí ele botava lá na terra. Aqui em cima ele cavava uma beirada assim e botava o pau, aí a gente subia com o balde pela aquela escada. Era alto, isso aqui era um grande barranco, eu me lembro. Ele dizia: cunhantãezada não vão cair na água, que era meio empinado assim, era bem alta essa restinga. (Dona V. B.S⁵., de 79 anos, moradora da Ilha do Chaves, Juruti, PA. 2014).

Com o decorrer dos anos e o incessante ciclo das águas, as Ilhas foram ganhando cada vez mais terras, a antiga área de restinga do Chaves ficou baixa e distante do rio, uma nova terra se criou, onde estão as casas hoje. Próximos dos anos de 1990, durante a seca as ilhas formavam uma única Ilha, não havia o rio/paraná. O dístico de uma moradora local elucidada esse tempo:

Quando começou a chegar às terras de 1995 começou a chegar estas terras todas. Hoje quase que encontra as duas ilhas, antigamente não encontrava. Já teve seca nesta ilha que emendou terra com terra, a gente andava por cima da terra no rio aí. No ano da (nome da filha), em 1994, neste ano eu levava minha filha para a puxadeira lá do outro lado, por terra, agora cada vez mais tá encontrando as ilhas. (Dona Z. B., de 52 anos, moradora do Valha-me-Deus Juruti, PA. 2014).

Um fato a destacar na fala das cultivadoras do Valha-me-Deus é o acúmulo de terras na área da comunidade à frente da mesma, na área da roça. As áreas dos lagos e floresta, considerada, por elas, a parte de trás da Ilha, tem mantido aparentemente o mesmo movimento

⁵ Todos os nomes e abreviações dos mesmos usados nessa tese são fictícios, mantendo a confidencialidade da identidade das cultivadoras participantes.

de terras. Isto se dá pelo grande número de indivíduos representativos da flora presente na área, impedindo as águas do rio de deixarem aluviões.

As terras passam a ser acumuladas na região entre as Ilhas e mais intensivamente no sistema ambiental da Ilha do Chaves. Observam-se as modificações na altura dos assoalhos das próprias casas. As cultivadoras afirmaram o quanto esses eram altos, sustentados em palafitas, havia escadas para subir até as casas, mediam entre 1,50m a 1,70m. Hoje, não medem mais que 70 cm.

Quanto ao fenômeno das terras caídas (Figura 07), a ablação das margens, como pondera Sternberg (1998), ocorrem, na margem direita e esquerda das Ilhas, à jusante do rio. As terras caídas são resultantes da erosão fluvial, conhecida na Região Amazônica como o processo de corrosão e/ou impacto mecânico do movimento das águas fluviais sobre as faixas de terra (impacto lateral) e/ou o turbilhonar (de baixo para cima) (PACHECO, et al., 2012, p. 546).

Figura 07 – Terras caídas, na Ilha do Chaves, lado direito à jusante do rio Amazonas. Município de Juruti, PA. 2014.



Foto: Sandra Silva/2014.

As falas das cultivadoras indicam um paralelismo com os estudos realizados por Pacheco et al. (2012, p. 543); Junk e Piedade (2010, p.10); Sioli (2006, p. 291) sobre a

circularidade entre as fases aquáticas e terrestres encontradas nas várzeas. Essa circularidade promove os processos de erosão, transporte e depósito de sedimentos por todo trajeto do canal do rio Solimões/Amazonas. Terras são retiradas pelo movimento da erosão e novas terras, sedimentos, são depositados trazidos pelas águas do rio, modificando substancialmente as paisagens amazônicas.

Para Pacheco et al. (2012, p. 543) “...o rio Solimões/Amazonas é o principal canal coletor de águas da maior e mais volumosa bacia hidrográfica do mundo.” Esse rio ao modelar o relevo fluvial durante seu percurso promove modificações frequentes nas paisagens das áreas de várzeas, ora erodindo-as ora sedimentando-as. Por meio dessa dinâmica o processo fluvial do rio vai deixando bancos detriticos podendo formar ilhas fluviais, ecossistemas de várzeas, onde os seres humanos passam a interagir com seu sistema ambiental.

Para Sioli (2006, p. 293) na margem do rio o mesmo terreno é mais alto, em virtude da entrada da água barrenta. Subindo para dentro das várzeas, a correnteza passa a ser freada pelas árvores. Esse processo acontece tanto na Ilha do Valha-me-Deus como na Ilha do Chaves, e conforme se adentra as áreas de floresta observa-se um menor acúmulo de terras. A sedimentação nas áreas de várzeas começa logo depois do leito do rio, neste espaço são depositadas as partículas mais grossas, mais pesadas, por isso há uma elevação em forma de dique. A água ao adentrar nas várzeas são mais finas e pobres em sedimentos em suspensão.

No período das cheias (Figura 08 e 09), observa-se o rio Amazonas, tomando o todo da Ilha, ficando apenas as casas e as copas das árvores em sua superfície. A mobilidade para sair da Ilha é altamente facilitada, os barcos param nas portas das casas. Contudo, para movimentar-se na própria Ilha há maiores dificuldades, visto somente ser possível sair de casa se tiver um bote, principalmente entre os meses de junho e julho quando a cheia atinge seu pico mais alto, não havendo condições de se construir pontes para ligar uma casa a outra.

Figura 08 – Casa Ribeirinha, período das cheias – Ilha do Chaves



Foto: Sandra Silva//2014

Figura 09 – Período das cheias – Ilha do Valha-me-Deus



Foto: Sandra Silva/2014

É um período no qual se observa uma maior movimentação no interior das casas, as crianças sem quintal para brincar, ficam agitadas; mulheres e homens buscam alguma atividade para ocupar o tempo, como tecer malhadeira, limpar e organizar a casa, ler a Bíblia, cuidar das plantas nos canteiros suspensos e dos animais nas marombas. Após o almoço

observa-se um grande silêncio nas Ilhas: os moradores sem terem muitas atividades, aproveitam o tempo para se embalar nas redes e espantar o calor, acentuado neste período.

As cultivadoras observam a direção dos ventos e das chuvas, para se prevenirem contra uma maior enchente. Quando estes vêm da região de Parintins significa a ocorrência de maiores chuvas e cheias do rio; ao vir da região de Juruti Velho, as chuvas rápidas acompanhadas de ventanias, com temperaturas mais baixas, indicam o início da vazante. Conhecer a complexidade do clima amazônico, no que tange ao saber herdado dos antepassados, é possuir maiores condições de adaptação e sobrevivência neste sistema, onde o pulsar das águas fluviais e pluviais condiciona parte do viver.

Esse conhecer sobre o clima amazônico e as transformações pertinentes a cada estação do ano expressa o conhecer adquirido no fazer cotidiano, o qual está enraizado na própria maneira do ser humano em sua unidade autopoietica. Nas estruturas dessas unidades estão contidos saberes ancestrais e aqueles adquiridos por meio das condutas culturais, os quais compõem o ser e fazer dos seres humanos, possibilitando a sua organização e manutenção no sistema ambiental. (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 40).

Na Ilha do Chaves a preocupação dos moradores é maior cada ano, vão seguindo o movimento das águas e terras, quanto maiores estas, mais mudanças são percebidas, tanto na altura das casas como na alteração do próprio espaço geográfico, procurando áreas mais altas, garantindo uma maior segurança para a família.

Na Ilha do Valha-me-Deus o movimento do pulso de inundação das águas influenciam na altura dos assoalhos das casas, não havendo, em contrapartida, mudanças na localização das mesmas.

Observa-se o processo de contínua adaptação dos moradores frente às adversidades colocadas a eles pelo pulso das águas. Pergunta-se o porquê esse povo ainda se mantém nesse sistema ambiental? Entende-se a resposta como o forte sentimento topofílico (TUAN, 2012, p. 135) em relação às Ilhas, as quais foram ocupadas pelos seus familiares a mais de um século.

Os moradores locais nasceram e constituíram suas famílias nas Ilhas, convivendo com a proximidade e abundância das águas, a fertilidade dos solos e as transformações das paisagens recriadas pelas suas ações antrópicas e pelo próprio movimento ecológico das Ilhas. Até mesmo em quem não mora nas Ilhas observa-se um sentimento topofílico em relação a elas. Nas festas comunitárias, em especial as das Igrejas, onde parentes distantes comparecem para celebrar, é possível observar em suas falas, a saudade dos tempos vividos nas Ilhas e das

histórias contadas por seus antepassados. O sentido de pertença às Ilhas rompe as distâncias e o tempo, indicando a circularidade da cultura imaterial e a reprodução dos saberes.

1.2 A SAZONALIDADE AMAZÔNICA E O SISTEMA AMBIENTAL DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES

Uma grande preocupação das cultivadoras é em relação ao clima amazônico, o volume das águas trazidas pelas chuvas e cheias do rio. Observam o clima, atentam aos índices meteorológicos pela rede midiática e utilizam suas próprias ferramentas para medir o nível das águas. Fazem suas marcas com o terçado nas bases de sustentação da casa e observam o movimento da natureza. Como nos conta a Sra. M.C. B, de 50 anos, Valha-me-Deus: “onde o Uruá desova, faz sua marca,... é até onde vai dar a água”.

Não necessariamente o volume dos índices pluviométricos irá determinar os índices fluviométricos no baixo Amazonas, visto esta região sofrer influências das precipitações da bacia amazônica. Para Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p. 15), a falta de sincronização entre o regime fluvial e pluvial contribui para a existência de um pulso de inundação das águas nos ecossistemas de várzea, as quais vão regular o calendário da produção agrícola: a enchente, a cheia, a vazante e a seca.

A bacia hidrográfica amazônica é a mais extensa rede hidrográfica do globo terrestre, é limitada a oeste pela Cordilheira dos Andes, a norte pelo Planalto das Guianas, ao sul pelo Planalto Central e a leste pelo Oceano Atlântico. (FISCH; MARENGO; NOBRE, 1998, p. 101). A sazonalidade e abundância das precipitações na região dos Andes influencia o nível da água nos rios Solimões/Amazonas, por produzir uma flutuação anual, regular e de grande amplitude.

A Região Amazônica apresenta, em relação ao clima, uma alta umidade relativa atmosférica, grande índice de nebulosidade, precipitações abundantes e temperaturas médias altas. A precipitação é uma das variáveis climáticas de maior importância quando se analisa a Região Amazônica, pois esta interfere nas demais características como: a temperatura, a umidade relativa e o vento. A precipitação na área de captação do rio Solimões/Amazonas é fundamental para a sua descarga (JUNK, 1980, p. 781).

Para Fisch, Marengo e Nobre (1998, p. 102), a Região Amazônica tem uma precipitação anual média de 2.300mm/ano, embora tenha regiões na fronteira com o Brasil, como a Colômbia, Venezuela, onde o total anual pode atingir até 3.500mm. No noroeste do

Estado do Amazonas, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, é onde ocorrem as maiores precipitações em torno de 3.600 mm/ano. No norte, até além do Médio e Baixo Amazonas, há uma faixa mais pobre em chuvas, ficando, em certos, anos abaixo de 2.000 mm/ano.

As mudanças climáticas mais recentes, resultantes dos desmatamentos, queimadas na floresta amazônica, além do aquecimento global, tem afetado diretamente o clima na Região. Para Ramalho et al. (2009, p. 62), a sazonalidade e abundância das precipitações na região dos Andes influencia o nível da água no rio Amazonas por produzir uma flutuação anual, regular e de grande amplitude.

O clima ressalta Nobre (2014, p. 26), interage com a vegetação, e ao alterar um, ao outro tende a sofrer mudanças em retroalimentação positiva (desestabilizando) ou negativa (estabilizando) até o surgimento de um novo equilíbrio.

A floresta e os rios amazônicos tem um valor central para a manutenção das precipitações por meio do oceano verde. Este seria como um rio aéreo, sendo alimentado pelo conjunto das árvores, as quais bombeiam do solo e transpiram diariamente mais de vinte bilhões de toneladas de água para o céu (idem, 2014, p. 12), contribuindo na formação das nuvens e precipitações a serem distribuídas para todo continente. Além de conectar regiões doadoras de umidade com outras receptoras de umidade, indicando o valor ambiental das florestas a montante.

Nos últimos quarenta anos, a floresta amazônica, a cabeceira das águas atmosféricas (NOBRE, 2014, p. 10), foi refém de inúmeros ataques antrópicos como o desmatamento e as grandes queimadas para exploração madeireira, abertura de áreas de pastagens e agricultura, gerando desastres naturais ligados a anomalias tanto por excessos (de chuva, calor, ventos) como por falta (secas).

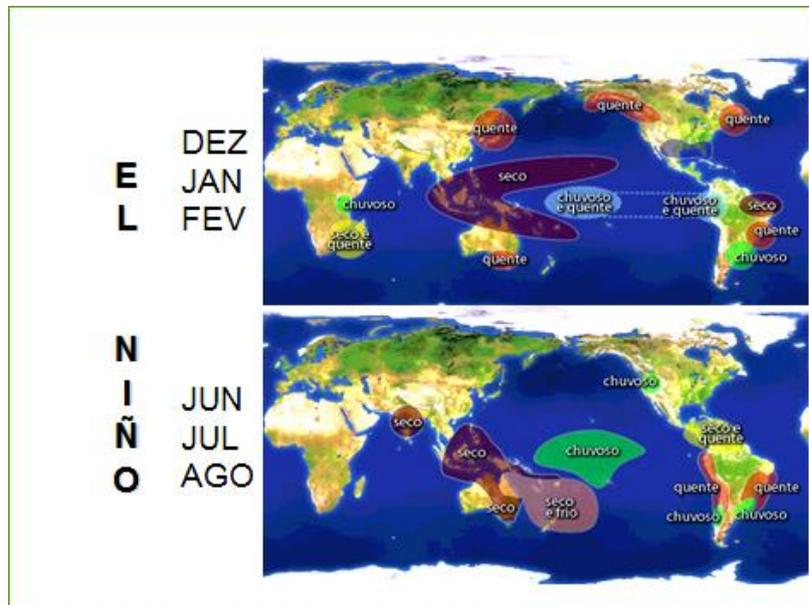
Esse processo de degradação da natureza esteve associado a uma concepção de mundo pré-dado, em relação à experiência humana e promotora de uma mentalidade extrativista, hierárquica e separatista entre o ser humano e sistema ambiental. (MARIOTTI, 2001, p. 7).

Destaca-se, ainda, no clima da bacia amazônica as influências dos fenômenos *El Niño e La Niña*, repercutindo na região do Baixo Amazonas. Os episódios de *El Niño* mais recentes ocorreram em 2009, 2010, 2011, 2014; *La Niña* em 2012.

Quando ocorre um *El Niño* há um aquecimento anômalo das águas superficiais do Pacífico Equatorial Oriental. O mesmo tem duração típica de doze a dezoito meses e

reaparece em intervalos de dois a sete anos. Este fenômeno ocorre pela forte influência da alteração do regime dos ventos alísios sobre o Oceano Pacífico. As nuvens que normalmente produzem chuvas abundantes na parte oeste do Oceano Pacífico, próximo à Indonésia, movimentam-se para leste, para o Pacífico Central, e, em seguida, para a costa oeste da América do Sul, trazendo chuvas para toda região da bacia amazônica. As maiores precipitações ocorrem a oeste da Amazônia e maiores secas na parte leste da Região (FIGURA 10) (CPTEC-INPE, 2014, p. 1).

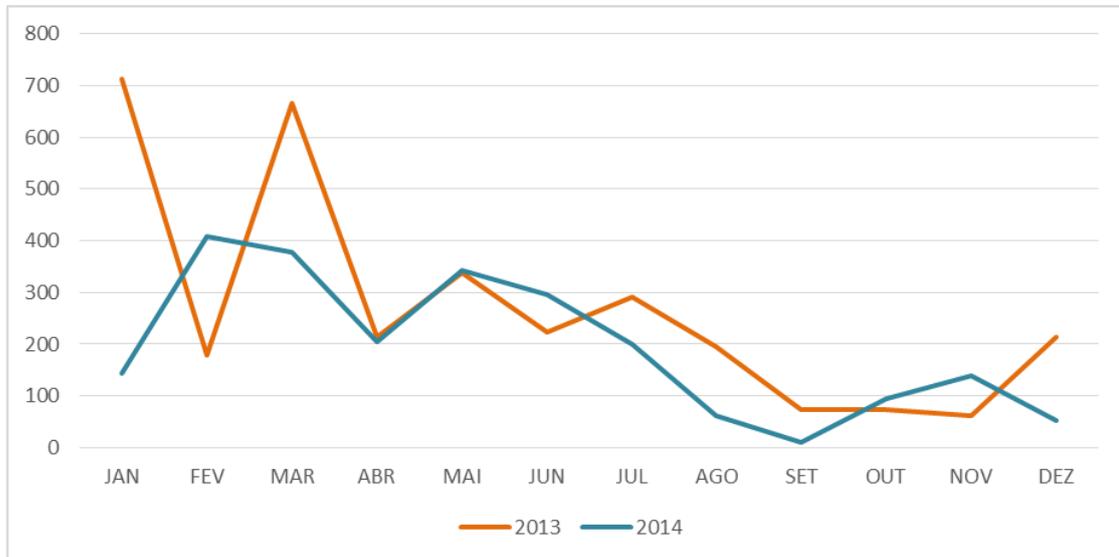
Figura 10 – Representação esquemática digital do fenômeno *El Niño* e influencias sobre as secas e chuvas no Brasil



Fonte: Material didático-pedagógico disponibilizado por Prof. Mestre Reginaldo Luiz Fernandes da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Campus Parintins, AM.

La Niña é um fenômeno contrário ao *El Niño*, resfriamento das águas superficiais no Pacífico Equatorial Central e Leste. Em sua dinâmica começa a se desenvolver no início do ano, atinge sua intensidade máxima no final desse e se dissipa em meados do ano seguinte. Entre seus efeitos há um maior volume de chuvas no nordeste brasileiro e no leste da Amazônia. (CPTEC-INPE, 2014, p. 1).

Os dados organizados e apresentados no gráfico 01 sobre os índices pluviométricos de 2013 e 2014 indicam este movimento.

Gráfico 1 – Índice Pluviométrico mensal. Parintins, AM. 2013/2014

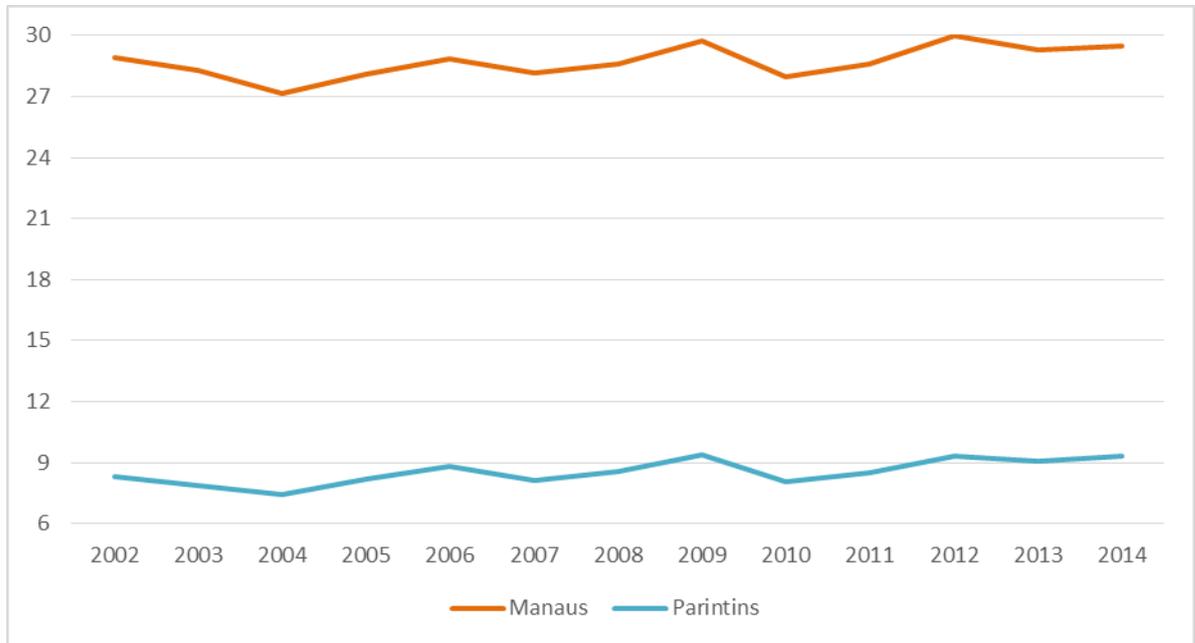
Fonte: Estação Meteorológica de Parintins/AM, 2014. Org. Sandra Silva

No ano de 2013, a Bacia Amazônica estava sobre influência do fenômeno *La Niña*, trazendo chuvas intensas para esta região, registrando na Estação Meteorológica de Parintins/AM uma precipitação total de 3.244mm, volume este superior à média que é de 2.000mm/ano. Na região oeste da Amazônia ocorreu um movimento inverso, com predominância do clima seco. Seca a oeste da bacia amazônica, baixas enchentes no Solimões/Amazonas.

Em 2014, o total de 2.328mm/ano de precipitações indica uma substancial redução nesse índice quando comparado a 2013. Esta ocorrência é devido à influência do fenômeno *El Niño*, contribuindo para maiores chuvas nas cabeceiras dos rios amazônicos e uma maior cheia por todo rio Solimões/Amazonas, alagando as várzeas, os beiradões, as ilhas e cidades à jusante do rio.

Relacionando os dados da estação meteorológica de Parintins/AM (Gráfico 1), com o índice fluviométrico (Gráfico 2 e 3) e os dados do CPTEC/INPE, identifica-se, em 2009, um ano recorde nas cheias dos rios amazônicos, sendo um ano de influência do fenômeno *El Niño*. Os estudos de Val et al. (2010, p. 100) atestam o quanto as mudanças climáticas têm afetado a Amazônia, com a ampliação dos efeitos do fenômeno *El Niño* e *La Niña* e a previsão de diminuição significativas de chuvas na parte leste e nos bordos da bacia.

Gráfico 02 – Índice Fluviométrico no município de Manaus e Parintins/AM no período de 2002 a 2014.



Fonte: Portos de Manaus e Parintins/AM, 2014. Org.: Sandra/2014.

O índice fluviométrico (Gráfico 02), elaborado a partir dos dados do Porto de Manaus e Parintins, indicam o período de pico de cheias e seca no rio Negro/Amazonas, desde o ano de 2002. Este ano foi utilizado como base, visto em Parintins ter sido o início das medições fluviométricas da região.

As maiores cheias ocorreram a partir de 2009, seguidas de períodos de grandes secas. Estes fenômenos são confirmados pelas cultivadoras. Desde as cheias de 2009, observam-se mudanças, trazendo inúmeras consequências para os cultivadores de várzea.

Os estudos de Junk et al. (2010, p.535), em relação as mudanças climáticas, indicam o quanto as áreas úmidas costeiras serão afetadas pela subida do nível do mar, além do aumento da incidência das queimadas; os pequenos igarapés e áreas alagáveis poderão sofrer excessivas secas, trazendo consequências drásticas para a fauna e a flora; e, por fim, que as áreas de cerrado poderão experimentar impactos significativos de amplitude, afetando negativamente a biodiversidade desses locais.

Os processos de ocupação nas férteis áreas de várzeas ocasionou uma crescente demanda por madeira, resultando em uma acelerada destruição das florestas de várzea. Hoje, as florestas inundáveis estão entre os tipos de florestas mais ameaçadas do mundo (JUNK;

PIEDADE, 2010, p. 4-5). A pressão humana nessas áreas está aumentando, devido à contínua exploração da madeira, a agricultura, a formação de pastagem, habitações e a construção de infraestruturas, como as construções de reservatórios, diques e as estações de captação de água.

Os episódios mencionados fazem-nos refletir sobre a complexidade do sistema ambiental. Há uma total e profunda interdependência entre os ventos, as águas dos oceanos, dos rios, das florestas, da atmosfera, determinando e ditando a dinâmica de todos os demais sistemas compostos no sistema ambiental, assim como o humano. Como já afirmava o anatomista suíço Hans Bluntschli em 1912, citado em Sioli (2006, p. 291-292), na Amazônia tudo está conectado, o vento, a planície, a floresta e a água agem todos juntos e sofrem influências um do outro.

Volumes de águas pluviométricas e/ou fluviométricas serão influenciados pelas mudanças climáticas de todo planeta, não podendo deixar de negar as fortes pressões antrópicas ocorridas no desenvolvimento da sociedade “civilizada” capitalista, influenciadoras dessas mudanças climáticas. Destacam-se os desmatamentos ocorridos na floresta amazônica, em 2004 contabilizou-se um total de 663 mil/Km², em anos mais recentes, o total de desmatamento acumulado até 2013 chegou a 762.979 km². Nesse processo de destruição e degradação da floresta superior a 60% de sua cobertura, tem-se uma substancial mudança nas características estruturais, ecológicas e fisiológicas, repercutindo em inúmeras consequências ambientais para todo planeta (NOBRE, 2014, p. 24).

Ao Analisar os dados da tabela dos níveis máximos das enchentes e vazante, do Porto de Manaus (Tabela 01), volumes acima de 29 metros do nível do mar, identifica-se intervalos prolongados entre uma grande enchente e outra, podendo chegar a 18 anos como ocorrido entre os anos de 1953 a 1971, bem como períodos muito mais curtos como o de 1975 e 1976. Contudo, em anos mais recentes, a partir de 2009, os volumes das águas do rio tem mantido intervalos médios de 1 a 3 anos entre as maiores enchentes.

Tabela 01 – Índices Fluviométricos anuais com volume acima de 29 m.
Porto de Manaus, AM.

Índice Fluviométrico Manaus acima de 29 m		
Ano	Índice	Intervalo anos
1909	29,17	0
1922	29,35	13
1953	29,69	11
1971	29,12	18

1975	29,11	4
1976	29,61	1
1989	29,42	13
1994	29,05	5
1999	29,30	5
2009	29,77	10
2012	29,97	3
2013	29,33	1
2014	29,50	1

Fonte: Porto de Manaus. Org. Sandra /2014.

As cultivadoras afirmam até 2009, haver bananais (*Musa spp.*), cacauzeiros (*Theobroma cacao*), mangueiras (*Mangifera*), mamoeiros (*Carica papaya*), as frutas eram fartas nas Ilhas, tinham o suficiente para sobrevivência e geração de renda. Na atualidade sobram-lhes poucos cultivos de bananas (*Musa spp.*) e mangueiras (*Mangifera*), os cultivos de cacau e de mamão não existem mais.

Essas mudanças podem ser explicadas pelos fenômenos *El Niño* 1994, 2009 e *La Niña* 2013, mas evidencia-se a pressão humana como fortalecedores destes episódios. Em 2014 evidenciou-se o mesmo efeito. A vazante de 2014 apresentou um fenômeno atípico, a lenticidade no baixar das águas. No início de agosto nas Ilhas pesquisadas, as águas mantiveram-se acima do volume previsto.

A lenticidade na vazante tem chamado a atenção das cultivadoras, como um fenômeno nunca visto, trazendo sérios prejuízos para os cultivos, em virtude de terem um curto espaço de tempo para o seu desenvolvimento, em média de três a quatro meses. Em 2014, os cultivos na várzea foram afetados, pois iniciou em final de agosto, tendo apenas setembro, outubro e meados de novembro para florescer e colher.

1.3 A PERCEPÇÃO DA SAZONALIDADE AMAZÔNICA NAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES

As cultivadoras entendem a lenticidade da vazante como reflexo da sazonalidade e das mudanças climáticas e essas como sendo consequência dos desmatamentos. Informam sobre os períodos antecedentes aos dos desmatamentos nas Ilhas, nesses não haviam problemas de enchente. Mas foram criando áreas de pastagem, campos abertos e sentem os efeitos ocorridos

não só nas Ilhas. Os estudos de Nobre (2014) sobre o futuro climático na Amazônia evidenciam essas mudanças climáticas manifestadas pelas cultivadoras pesquisadas.

Na Amazônia não há uma significativa variação de temperatura e regime de chuvas ao longo do ano. Assim, só são reconhecidas duas estações climáticas, sendo a primeira entre os meses de dezembro a maio e a segunda nos demais meses do ano. O ciclo das águas seguem os ritmos das estações amazônicas (RAMALHO et al., 2009, p. 67), sendo o período das cheias de maio a meados de julho; vazante de julho a agosto; seca de agosto a meados de novembro e enchente de novembro a abril.

Não há uma definição de cada período do pulso de inundação, pois seguem as mudanças, em especial dos fenômenos citados. A exatidão e a certeza são duas variantes não condizentes ao analisar o ambiente como um sistema complexo. Há a existências de inúmeras variáveis interdependentes, movimentando-se numa dinâmica de circularidade, influenciando e sendo influenciado pelo sistema ambiental provável, mas incerto.

As chuvas podem não determinar o período de cultivo e colheita, mas favorecem ou prejudicam sobremaneira, caso estas venham em abundância ou minguadas, como se observou neste estudo. Além das precipitações, há na bacia amazônica a influência da umidade relativa do ar como outra variável interveniente.

A alta umidade relativa do ar contribui para a manutenção das altas temperaturas. A média anual na estação chuvosa fica em torno de 26° C, na estação seca 27,5° C. Ao longo do dia, a diferença entre as temperaturas mais alta e mais baixa pode chegar a até 10° C (CÁUPER, 2006, p. 31; STERNBERG, 1998, p. 7; FISCH; MARENGO; NOBRE, 1998, p. 102).

As águas pluviométricas e fluviométricas determinam o tipo de vegetação mais adaptada às áreas de várzeas, assim como as sementes domesticadas a serem utilizadas nos cultivos alimentares e não alimentares.

No sistema ambiental das ilhas fluviais onde há a pressão antrópica encontra-se práticas agrícolas e criatórias, modificando as paisagens. Entretanto, há a própria paisagem das Ilhas, representada por uma floresta pluvial, constituída de espécies herbáceas.

Quando perguntado às cultivadoras sobre as vegetações típicas das Ilhas, as mesmas indicaram como planta aquática o mureru (*Eichornia crassipes Solms*) encontrada em abundância por todo ambiente alagadiço, furos, lagos, rio, paraná, além dos capins ou forrageiras constituintes das áreas de refúgios e reprodução dos peixes, além de servirem de alimentação para a criação de bubalinos.

Encontra-se nesse sistema ambiental as espécies arbóreas, a embaúba (*Cecropia spp.*), a castanha do macaco (*Couroupita Guianensis*). Esta última é muito utilizada para alimentar animais de pequeno porte, em especial, no período das cheias, quando estes ficam sob as marombas⁶. Em abundância encontra-se a munguba (*Malvaceae*) da várzea.

A cultivadora Dona V.B.S., (79 anos, Ilha do Chaves, 2014), destacou a presença da espécie arbórea – cedro (*Caducifolia*), sendo essa extinta na Ilha. No período de sua infância, tem a lembrança de homens retirando as madeiras da floresta, na Ilha do Chaves, para comercialização.

A extração ilegal de madeira na região de Juruti, não atingiu grandes proporções, de acordo com os estudos de Lopes (2012, p. 100), mas contribuiu para a degradação ambiental, principalmente quando associada às atividades criatórias de animais de grande porte desenvolvidas extensivamente. Este processo foi marcado nas proximidades do lago de Juruti Velho, Município de Juruti/PA. Destaca-se ainda em Juruti/PA, a implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, promovido pela Alcoa⁷ como responsável pelo maior processo de degradação ambiental vivenciado na região (Idem, 2012, p. 33).

A ação humana e empreendimentos mineradores trouxeram transformações substanciais para a região de Juruti/PA, incluindo as Ilhas. Espécies arbóreas foram extintas, florestas foram desmatadas para construção das moradias, criação do gado e para os plantios. As cultivadoras apontam o quanto suas ações e de seus antepassados degradaram o sistema ambiental das Ilhas, desde o início de seu povoamento. Entendem a necessidade de algumas ações para criar as áreas de cultivo e criação de animais, para garantir a sobrevivência de suas famílias, mas também a necessidade de conservar para o usufruto de seus filhos e netos. Conciliar o uso do sistema ambiental e a conservação do mesmo está entre os princípios da sustentabilidade, entretanto, o desafio em tempos hodiernos para os agricultores está em resistir a uma produtividade onde prevalece o lucro econômico em detrimento da conservação ambiental.

⁶ Marombas - bases flutuantes de madeira que servem para abrigar animais durante o período das enchentes.

⁷ Alcoa – *Aluminum Company of America*, a partir de 2005, iniciou processo de implantação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti, nas proximidades das comunidades dos Projetos de Assentamentos de Juruti Velho. Em agosto de 2009, recebeu do INCRA a Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU), ocupando uma área de 50 mil hectares, as quais foram desmatadas e degradadas para a extração da bauxita. A reserva de bauxita de Juruti é considerada como uma das maiores reservas mundo. Esta implantação gerou uma série de conflitos sócioambientais, os quais perduram até os dias de hoje (LOPES, 2012).

1.4 O POVOAMENTO E O COTIDIANO DE VIVÊNCIA DAS ILHAS

As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves compõem o município de Juruti, como citado anteriormente. As atividades econômicas de maior destaque nessa localidade ocorreram no período da extração do pau-rosa (*Aniba rosaeodora ducke*) e da juta (*Corchorus capsularis L.*). Entretanto, não foram suficientes para levar o município a um desenvolvimento econômico e social estável e duradouro.

A economia do município concentra-se nos cultivos temporários, destacando a mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e a melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum. et. Nakai). O extrativismo animal representado principalmente, pela pesca, o extrativismo vegetal, a pecuária, o comércio e os serviços de pequeno porte são as demais atividades presentes na região. Desde 2005 com o início da implantação do projeto de mineração da Alcoa, houve um incremento na economia, com a ampliação do mercado de trabalho demandando profissionais ligados diretamente à empresa, assim como empresas terceirizadas e suas respectivas forças de trabalho especializadas.

A população de Juruti, de acordo com dados do censo do IBGE (2010), é de 47.086, sendo 22.508 mulheres e 24.578 homens, onde 40% da população estão na área urbana e 60% na área rural.

As Ilhas pesquisadas iniciaram seu processo de povoamento fundado numa dinâmica de comunidade, seguindo os princípios de interações humanas guiadas pelas vontades naturais relacionadas aos instintos de nutrição, auto-preservação e reprodução. (TONNIES, 1973, p. 102; BRANCALEONE, 2008, p. 99). Desenvolvendo uma vida social de compreensão, união, intimidade e exclusividade. Para Mocellim (2011, p. 106) as interações humanas características de comunidades apresentam uma continuidade no tempo e são limitadas pelo espaço, quanto menor esse maior a proximidade emocional. As comunidades apresentam um arquétipo tanto histórica quanto simbolicamente concentrado na família e nas relações de parentesco.

As comunidades ganham visibilidade como uma crítica ao modelo de sociedade utilitarista, fundada numa radicalização do modo de vida moderno, os processos de urbanização e individualização e a globalização da sociedade, a qual deslocou o tempo e espaço, acabando com qualquer possibilidade de demarcação de limite de uma comunidade. A comunidade se destaca diante de sua antítese não comunitária, ou seja, a sociedade. (MOCELLIM, 2011, p. 107).

Na sociedade, as interações humanas e ambientais são baseadas por uma racionalidade arbitrária, não há vínculos afetivos, de compreensão humana (TONNIES, 1973, p. 106; BRANCALEONE, 2008, p. 100). É o lugar onde as pessoas estão separadas, apesar de toda ligação. Cada um é para si e ninguém fará alguma coisa ao outro, a não ser em troca de serviço ou de algo pelo menos equivalente ao que foi realizado.

O capitalismo moderno, entre suas estratégias, derrete tudo que é sólido e artificializa o que antes era natural (BAUMAN, 2003, p. 33-36). As comunidades de outrora autossustentáveis e auto reprodutivas tiveram destaque no rol de sólidos a serem liquefeitos; assim como o ritmo regulado pela natureza, pela agricultura e a rotina regulada pela tradição, as quais foram suprimidas por uma rotina artificial projetada e coercitivamente imposta e monitorada.

Nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves a dinâmica de comunidade se mantém, em virtude das relações de parentesco, onde é possível encontrar ações de solidariedade, compartilhamento e relações afetivas. As Instituições religiosas também promovem um importante elo entre os moradores das Ilhas, cada um de acordo com suas doutrinas - Católicas ou Protestantes.

Essa influencia das Igrejas e do reforço da organização social em comunidade, deve-se ao movimento das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs. Movimento criado pela Igreja Católica, nas diversas regiões brasileiras, incluindo as rurais, como forma de dar maior visibilidade aos leigos, como protagonistas das ações evangelizadoras. As primeiras CEBs surgiram por volta de 1960 em regiões do nordeste e sudeste, depois se espalharam por todo Brasil. Eram consideradas comunidades os pequenos grupos organizados em torno da paróquia ou da capela, por iniciativa dos leigos, padres ou bispos. Comungavam da mesma fé, pertenciam a mesma igreja e moravam na mesma região. A organização dos aglomerados humanos em comunidades facilitava o acesso aos serviços públicos (SILVA, 2009, p. 65).

O povoamento das Ilhas, assim como o mosaico das águas e terras amazônicas (SCHERER, 2004, p. 2), segue uma dinâmica de interações humanas, comerciais e religiosas, promovendo em determinadas circunstâncias relações mais comunais, em outras relações societárias, variando de acordo com os estados de ordem e desordens desencadeados pelo sistema ambiental, pela economia, pelos interesses sociais ou individuais.

A luta dos moradores das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves é transformar as comunidades em áreas de assentamento, reconhecidas pelo INCRA, para terem maiores acessos às políticas da Reforma Agrária, créditos rurais, documentos de posse da terra.

Nenhum morador das Ilhas pesquisadas possuem documentos de posse, apenas simples recibos de compra e venda. Quando necessitam de alguma declaração, esta é fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti.

A Ilha do Valha-me-Deus, foi indicada como comunidade Polo pela Prefeitura de Juruti em 2012, integrando as demais Ilhas Chaves e Macaianim. Desde 2009, os moradores têm se organizado por meio da APRAEVID⁸, no desenvolvimento do Plano de Utilização do Projeto de Assentamento do Valha-me-Deus, o qual está em andamento e será encaminhado para aprovação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Este plano contempla as demais Ilhas Chaves e Macaianim e seus respectivos moradores. O mesmo somente poderá ser avaliado e aprovado pelo INCRA após o aval dos moradores envolvidos, representantes das três Ilhas.

Neste aspecto, entende-se o povoamento das Ilhas pesquisadas não como parte de um programa de reforma agrária e ações de assentamento do Governo Federal, por meio do INCRA, mas como um processo de ocupação no Valha-me-Deus e posse e distribuição de terras na Ilha do Chaves.

1.4.1 Povoamento da Ilha do Valha-me-Deus

A Ilha do Valha-me-Deus, foi registrada em 1854 em nome de Antônio Gonçalves de Souza (VERISSIMO, 1899, p. 77). Infere-se esse registro como resultante da promulgação da Lei de Terras do Brasil (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) a qual determinava o quanto de terra seria concedido ou vendido pelo Estado.

Moraes (2009, p. 15), afirma que a distribuição de terras pelo Instituto Sesmaria⁹ não definia a quantidade de terras a serem doadas, podendo o ato resultar em pequenas, médias ou grandes propriedades. A Ilha do Valha-me-Deus e a titulação da terra ao Sr. Antônio Gonçalves parece resultante desse processo. De acordo com dados atuais de geoprocessamento efetivado em agosto de 2014, na pesquisa de campo, a Ilha apresenta uma área de 2.913 hectares.

Os registros coletados nesta pesquisa não identificaram nenhum dado escrito ou oral quanto à pessoa do Sr. Antônio Gonçalves. Para as cultivadoras o povoamento da Ilha do

⁸ APRAEVID – Associação dos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais no Projeto de Assentamento dos Agroextrativistas do Valha-me-Deus.

⁹ Sesmaria: Legislação fundiária instituída no reinado de Fernando I, período em que o Brasil esteve sob o domínio de Portugal. Lei agrária de fomento à produção agrícola e do cultivo das terras ermas. (NOZOE, 2006, p. 2).

Valha-me-Deus ocorreu com a ocupação primeiramente pela família da Sra. Leopoldina Bruce, seguida das famílias Castro e Fragata.

A história verbalizada conta o fato da Sra. Bruce ter sido uma mulher recém-separada de seu companheiro (um italiano), que junto com seus cinco filhos iniciaram a formação da Ilha, no final do século XIX. Havia outros moradores na Ilha, mas não se sabe a origem ou para onde foram. As informantes ao historiar sobre as origens do povoamento relatam as características da Sra. Bruce como uma mulher independente, de garra, autoritária e de muita austeridade. Era mulata, descendente de escravos, considerada uma mulher alta e forte. Todas as decisões da Ilha passavam por ela.

Destacam ainda, a Sra. Bruce como a primeira missionária evangélica da região e a Ilha passou a ser reconhecida por muitos como a Ilha dos Crentes. Os primeiros missionários da Assembleia de Deus, oriundos da Suécia, Daniel Berg e Gunnar Vingren, ao visitar a região, nos anos de 1910, como parte da estratégia de introduzir esta religião no Pará, evangelizaram a Sra. Bruce a qual se converteu à religião.

Para as cultivadoras, o Evangelho saiu da Ilha e se expandiu para Parintins/AM e Juruti/PA. Para elas, a sede da Igreja deveria ser na Ilha do Valha-Me-Deus, onde tudo começou. Posteriormente, vieram às famílias Castro e Fragata, como resultantes de casamentos com moradores de outras localidades, em especial de Juruti Velho, os quais contribuíram para a formação social e política da Ilha.

As terras naquele período não eram vendidas, eram doadas pela Sra. Bruce. Formaram-se novas famílias extensas, mas seguindo a linha consanguínea das famílias Bruce e Castro. Hoje, não há nenhuma descendência na Ilha da família Fragata.

Os moradores da Ilha do Valha-me-Deus atribuem ao capitão João Pereira Queiroz o nome da Ilha, pois este teria seu barco encalhado no paraná, numa noite escura e assustado gritou alto: “Vala-me-Deus”. Infere-se que o capitão Queiroz sendo um comerciante, conhecedor de cada localidade, navegador daquelas margens, deveria ter conhecimento do nome daquela Ilha, apenas tornou público esta informação, de uma maneira lúdica e repleta de significados.

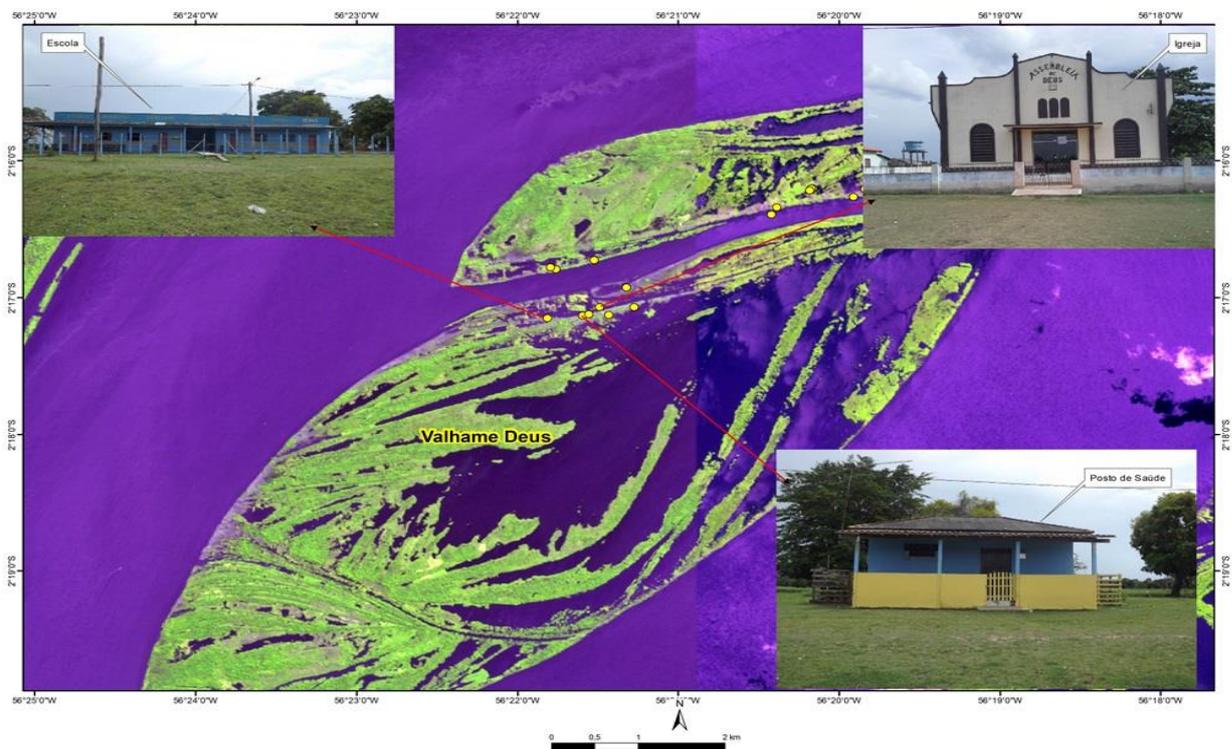
A Ilha possui uma população de 213 pessoas, constituída de 114 homens e 99 mulheres, distribuídas em 65 famílias entre os Bruce e Castro. Espacialmente, as famílias estão concentradas na área da restinga da comunidade, considerada por eles a parte mais alta, em casas de madeiras construídas em palafitas.

O futebol, esportes, jogos de qualquer natureza são proibidos entre os frequentadores da Igreja evangélica “Assembleia de Deus”, têm-se como lazer as atividades religiosas e a banda de música; além de assistir filmes em vídeo ou programas de televisão.

Na Ilha existem dois comércios locais, os quais vendem alimentos, mantimentos em geral, gasolina e diesel, há ainda os geleiros, vendedores de gelo para os moradores, em especial, para os pescadores. A venda de bebida alcoólica é proibida, no comércio local, não evitando alguns moradores de consumi-las, ao serem adquiridas no comércio regional.

A Igreja Evangélica (Figura 11) foi fundada há 83 anos, a primeira estrutura foi de madeira, atualmente é de alvenaria. A festa anual é organizada pelos obreiros com a duração de três dias. Costuma acontecer no final de semana próximo ao dia 26 de janeiro, aniversário da fundação da Igreja na Ilha e toda alimentação (café da manhã, almoço e jantar) durante a festa é doada aos participantes. Em 2014, foi realizada a vigésima terceira festa. A Ilha chega a receber uma média de 1.000 visitantes de outras Congregações.

Figura 11 – Área da comunidade da Ilha do Valha-me-Deus. Município de Juruti. PA. 2014, num período entre a vazante e a seca.



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM.
Colaboração técnica: Willer Hermeto Almeida Pinto. Org. e Fotos: Sandra Silva.

Há outras festas durante o ano, para os jovens, pais, mães, crianças contando com a presença de visitantes e até mesmo pregadores de outros Estados do Brasil. A festa segue o calendário natural do ciclo das águas. Em janeiro, as chuvas já começaram e o paraná que liga as Ilhas ao Rio Amazonas começou a encher o suficiente para os barcos atracarem mais próximos à comunidade da Ilha.

O círculo de oração realizado pelas mulheres aos sábados, pela manhã, na igreja, acontece há 33 anos, com a participação exclusiva de mulheres. O objetivo deste  orar pelo bem de todos. As vozes e orações das mulheres ecoadas pela comunidade quebram o silêncio da manhã.

Os cultos são realizados na quarta e sexta-feira e no domingo  noite. No domingo, pela manhã, é realizada a Escola Bíblica. O material para as aulas são distribuídos pela Assembleia de Deus, com sede em Belém, compreendendo materiais exclusivos para homens, mulheres e jovens. Os conteúdos dos mesmos são relativos aos trechos da Bíblia para reflexão, orientações, para a manutenção dos valores religiosos e comportamentais a serem mantidos entre os fieis nos tempos atuais.

Reside na Ilha um pastor e sua família, o mesmo não é nascido na Ilha, mas encaminhado para contribuir para a evangelização na região. De tempos em tempos é trocado e encaminhado um novo pastor. O mesmo e a Igreja recebem uma média mensal de R\$ 4.000,00, resultante dos dízimos dos fieis da Igreja.

Este recurso  para manutenção predial, viagens para outras localidades, assim como para as despesas do Pastor e sua família. Os dizimistas são oriundos da própria Ilha, assim como de Manaus/AM, Parintins/AM, Juruti/PA, Juruti Velho/PA e outras localidades.

Toda colheita realizada na Ilha seja de cultivos alimentares ou não alimentares, bem como as atividades criatórias, devem destinar uma parte para a igreja, seja em espécie ou em dinheiro.

Entendem a Igreja e o pastor na Ilha do Valha-me-Deus como a maior autoridade para realização das atividades. Esta visão reforça a Instituição Religiosa com uma função de controle na Ilha e mantenedora da disciplina entre os moradores; define papeis centrais a cada membro da família, dando a eles a responsabilidade em conduzir suas ações em prol do bem maior da comunidade. Contudo, observa-se a não aplicabilidade de valores como solidariedade, comprometimento com o bem comum, com o coletivo nas ações de parte dos moradores.

Periodicamente, o pastor sai em visitas às casas dos moradores, segundo as cultivadoras, para levar a palavra do Senhor; resolver conflitos entre vizinhos e familiares; orar e manter uma relação amistosa entre todos.

A Igreja possui um barco de uso coletivo da comunidade. O mesmo faz viagem, semanalmente para Juruti e, esporadicamente, para Parintins. Há diversos moradores na Ilha possuidores de pequenas embarcações para uso próprio, também fazem viagens para Juruti/PA, Parintins/AM ou outras localidades, sem depender apenas do barco da Igreja.

Quanto à política educacional formal na Ilha do Valha-me-Deus, as duas primeiras salas de aula da Ilha foram construídas por Juruti nos anos de 1980, fornecendo o ensino fundamental, com professores do próprio município. Após transferirem os títulos para o Amazonas os moradores solicitaram da Prefeitura de Parintins a construção de duas outras salas, o que ocorreu em torno de 1988.

A escola possui 04 salas (Figura 11). Em meados de 2008 receberam a instalação do ensino médio tecnológico do Estado do Amazonas. As cultivadoras recordam o movimento da Ilha e o entusiasmo dos professores e alunos na escola naquele período. Havia diversas atividades nas comunidades, organizadas pelos professores, os mesmos eram oriundos de Parintins/AM.

O primeiro nome da escola foi Leopoldina Bruce, teve sua alteração em 2011, quando da passagem da gestão das políticas públicas para Juruti, passando a ser reconhecida como Escola Municipal Rana Rocha Bruce.

As crianças e jovens das Ilhas do Chave e Macaianim, também, frequentam a escola da Ilha do Valha-me-Deus e o transporte é feito pelo barco da Prefeitura de Juruti. A escola segue o horário do Pará, o mesmo horário oficial do Brasil. Todas as demais atividades da Ilha são de acordo com o horário do Amazonas, gerando alguns transtornos e desencontros.

A escola funciona no horário da manhã para turmas da oitava e nona série do ensino fundamental; à tarde para educação infantil e fundamental e noturno para o ensino médio. Os professores residem na Ilha, mas são oriundos de Juruti.

A escola é um espaço ocupacional para oito moradores da Ilha, são contratados anualmente pela prefeitura, para prestar serviços administrativos e gerais na escola, recebendo um salário mínimo mensal.

No aspecto relativo ao ensino médio, até 2011 este era fornecido pelo Estado do Amazonas, por meio do ensino médio tecnológico. Posteriormente a comunidade perdeu este nível educacional, ficando muitos jovens sem condições de continuarem seus estudos na

localidade. As famílias não tinham como manter os filhos na cidade, então acabaram interrompendo os estudos. Durante o período da pesquisa, em setembro de 2014 as atividades do ensino médio foram retomadas por meio da Resolução municipal n. 48, referente ao ensino médio no campo. São salas multisseriadas assim como no ensino fundamental, e o período de formação no ensino médio é de um ano e seis meses. A Educação formal foi estabelecida, contudo, com uma série de precariedades e fragilidades, pouco contribuindo para um processo educacional formador de cidadãos conscientes sobre a realidade posta nas Ilhas.

Na Ilha do Valha-me-Deus há um posto de saúde (Figura 11) com a presença de uma técnica de enfermagem. Sua instalação ocorreu nos anos de 1980, mas funcionou como salas de aula. Em 2010, foi reestruturado para desenvolver ações de saúde, com a contratação de uma técnica de enfermagem e agentes de saúde. O mesmo é mantido pela gestão do município de Juruti. A técnica faz curativos, medição de diabetes e aferição da pressão arterial, além de marcar exames e consultas médicas. O médico vem à comunidade quinzenalmente. O posto de saúde, também, atende os moradores das Ilhas do Chaves e Macaianim.

O primeiro meio de comunicação instalado nos anos de 1990 na Ilha foi um telefone, com a presença de uma telefonista para prestar serviços à comunidade. Atendia os moradores das demais Ilhas. Posteriormente, foi instalado o orelhão e, atualmente, fazem uso do celular, alguns moradores utilizando o DDD do Amazonas e outros do Pará.

Destaca-se na Ilha o Telecentro, construído em 2011, com recursos da empresa Alcoa, o qual deveria ser utilizado para cursos de informática, mas aguarda a instalação de uma antena para acesso à internet. Eventualmente, é utilizado para atividades escolares.

Quanto ao abastecimento de luz, há um motor gerador de energia elétrica, doado pela Prefeitura de Juruti, instalado há mais de 50 anos. No início, esta fonte de energia não atendia as necessidades dos moradores. Na atualidade, com uma fiação de maior resistência e qualidade atende a toda área da comunidade.

A prefeitura de Juruti fornece 300 litros de diesel por mês e os consumidores pagam uma taxa de R\$ 10,00 e, quando necessário, compram mais combustível para não faltar energia à noite. O diesel fornecido pela prefeitura não é suficiente para todo mês, seria necessário o dobro para atender a toda necessidade da comunidade. Este gerador de energia funciona no horário das 18:00 às 22:00. Alguns moradores possuem geradores próprios para encher as caixas d'água e também para o uso de Televisores, rádios, carregar a bateria de celular, máquinas de lavar, freezer, entre outros eletroeletrônicos.

A água para o consumo, em especial para beber, é trazida da cidade de Juruti, por meio de galões ou retirada do rio ou lagos. Neste caso, utilizam hipoclorito, fornecido pelos agentes de saúde do posto da Ilha para o seu tratamento. As casas, em sua maioria, possuem água encanada facilitando as atividades de lavagem de roupa e tomar banho.

1.4.2 Povoamento da Ilha do Chaves

A Ilha do Chaves foi registrada no livro competente da Intendência de Juruti, em 1893 como Paraná do Chaves, em nome de Virginia Maria de Souza (VERISSIMO, 1899, p.88). Infere-se a Sra. Virginia, também, se beneficiou da Lei de Terras do Brasil (Lei nº601, de 18 de setembro de 1850). Atualmente a ilha ocupa uma área de 1.028 hectares, de acordo com dados de geoprocessamento executado em agosto de 2014.

Para a Senhora V. B. S. (79 anos, ano 2014), a Ilha foi fundada por quatro “velhas”. Afirma que quatro senhoras, com seus respectivos maridos passaram no final do século XIX, a morar na localidade. Saíram da comunidade de Juruti Velho para construir suas vidas neste local. Três dessas “quatro velhas¹⁰” eram da família Souza, a “quarta velha” não foi apontado a sua linhagem.

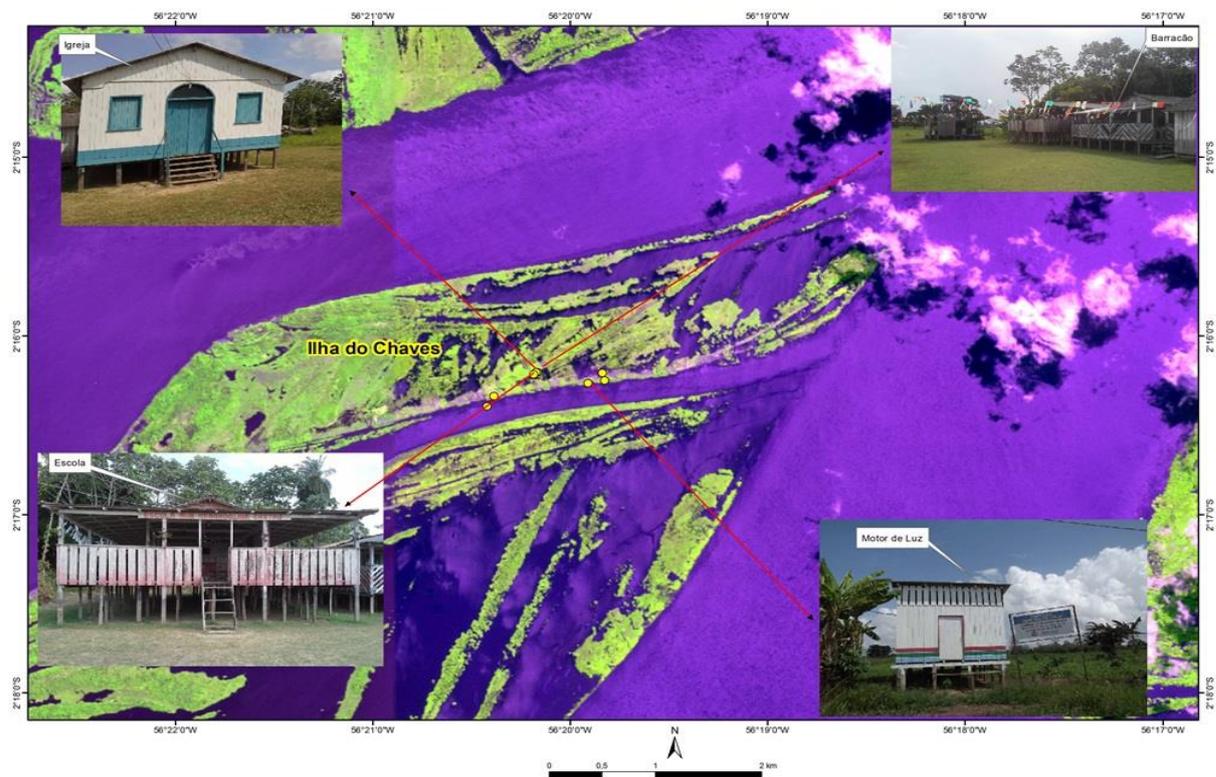
Conforme relata dona V.B.S., elas tinham marido, mas elas que agiam. Havia, na época, no tempo de Dona Leopoldina Bruce, um Senhor criador de gado, morador da comunidade do Jacaré, cuja intenção era tomar conta da Ilha. Os moradores da Ilha do Valhame-Deus entraram em confronto com este homem, mas a Sra. Bruce chamou-o para uma reunião, e por decisão da comunidade, proibiram-no de tomar conta das terras, pois já tinha as “velhas”. Elas tinham um documento autorizando ficar na Ilha do Chaves, contudo, o mesmo foi destruído pelos cupins. Para garantir suas terras, Dona Virginia Souza e demais senhoras, foram para Óbidos/PA para retirar uma segunda cópia do documento de registro das terras em seu nome. Vale destacar naquele período as canoas serem movidas a remo e, apresentavam-se como a única opção dos moradores dessas localidades para se locomoverem entre as diversas regiões.

¹⁰ Quatro velhas – chamaremos as quatro mulheres que ocuparam a Ilha do Chaves dessa forma, visto elas serem conhecidas pelos moradores dessa forma e também para manter o sigilo de seus nomes, o único nome a ser apontado é da Sra. Virginia de Souza, visto o mesmo estar registrado no livro de Verissimo (1899).

Na Ilha do Chaves vivem 182 pessoas, sendo 91 mulheres e 91 homens, organizados em 37 famílias. Espacialmente, estão espalhados por toda área da Ilha, diferentemente do Valha-me-Deus, na qual as casas estão postas lado a lado.

As casas, igreja, escola, salão da comunidade (Figura 12), todos são construídos de madeira, suspensas em palafita, com telha de amianto, em geral possuem de 01 a 02 cômodos e banheiros do lado de fora da casa, seguindo o modelo da fossa seca.

Figura 12 – Área da comunidade da Ilha do Chaves. Município de Juruti. PA. 2014, período entre vazante e seca.



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM. Colaboração técnica: Willer Hermeto Almeida Pinto. Org. e Fotos: Sandra Silva.

Para as cultivadoras, há diferenças entre as Ilhas, devido, a Valha-me-Deus ser área Polo, o presidente da APRAPAEVID ser de lá, e angariar mais recursos para aquela Ilha. No Chaves é tudo mais difícil, como dizem as cultivadoras, os recursos tardam em chegar, precisa de muita organização da comunidade e pressão ao poder público.

A água consumida é retirada diretamente do rio, manualmente, por meio de baldes. Há pouco ou nenhum tratamento da água para o consumo, ficando a cargo de cada morador. O agente de saúde distribui o hipoclorito aos moradores e realiza as campanhas de prevenção

de doenças, para minimizar as ocorrências. Não é comum trazerem águas da cidade de Juruti/PA para o consumo, como ocorre, entre as moradoras, na Ilha do Valha-me-Deus.

Em abril de 2014, houve a instalação do motor gerador de energia elétrica, movido a diesel. A instalação do motor é resultado de um esforço de todos moradores, juntamente com a ACORJUVE (Associação dos Comunitários de Juruti Velho) e a Prefeitura Municipal de Juruti/PA.

Os moradores retiraram os postes de madeiras de uma área de floresta pertencente à empresa Alcoa, com a autorização da mesma. Com apoio da ACORJUVE, fizeram o transporte dos postes, por meio de balsas e barcos. Os moradores fincaram os postes, seguindo orientação do técnico da prefeitura, além de darem todo suporte humano para a instalação da fiação.

A luta pelo direito a energia elétrica dos moradores da Ilha vinha há muitos anos, o qual foi concretizado com o esforço de todos, com destaque aos moradores, homens e mulheres. O diesel também é repassado pela Prefeitura de Juruti, uma média de 200 litros mês, esse não é suficiente para atender as necessidades dos moradores, necessitando da união entre eles para adquirir no comércio o combustível a ser consumido durante o restante do mês.

A luminosidade da Ilha gerou uma nova dinâmica para os moradores, as luzes se destacam na escuridão da noite e na imensidão das águas do Rio Amazonas. A energia elétrica se mantém ligada das 18h00min às 21h30min.

Os moradores, em sua maioria, possuem seu barco de pequeno porte ou canoas com motor de rabeta¹¹ para se locomoverem entre as Ilhas ou para o continente. Há um comércio na comunidade, o qual vende mantimentos, combustível (gasolina e diesel), gás, entre outros itens de consumo geral.

A religião predominante é a Católica Apostólica Romana, presente na comunidade há mais de oitenta anos, há em média, quarenta pessoas que professam ser católicas. A estrutura atual da igreja foi iniciada em 2005 e concluída em 2009, com recursos dos próprios comunitários. Anterior a este período havia uma capela de madeira.

Uma vez ao ano, o pároco de Juruti, representante da Paróquia Nossa Senhora da Saúde, vem à comunidade celebrar missas. Na ausência deste, o culto dominical é realizado pelos próprios moradores, organizados em grupo. São quatro grupos, sendo um responsável pelos cânticos, outros pela liturgia, pela prece e pela oração do perdão.

¹¹ Motor de Rabeta – parte de baixo de motores de popa, que sustenta a transmissão e em sua ponta há uma hélice.

Toda celebração é realizada coletivamente. O presidente da comunidade adquire da Paróquia o material necessário para fazer as rezas, além de passar, periodicamente, por formações religiosas em Óbidos/PA. O material das celebrações é comprado pelos frequentadores da Paróquia. Em determinados períodos o presidente da comunidade presta conta ao pároco sobre os dízimos e oferendas recebidas, repassa dez por cento para Igreja, ficando com o restante para as despesas e compra de materiais para celebrações, que acontecem aos domingos das 8h às 9h30. O Santo Padroeiro é São Benedito.

A festa do Santo acontece na última semana do mês de março, são oito dias de festas, da qual participam uma média de 600 visitantes, oriundos de diversas comunidades próximas. Estes visitantes, em sua maioria, fazem parte de um grupo denominado de Assembleia, formada por oito comunidades que se reúnem para debater sobre o movimento religioso, pastoral da criança, catequese, trabalho comunitário, e, organização das festas religiosas. Uma comunidade contribui com as demais para o desenvolvimento das atividades, em especial participando das festas.

A Ilha do Chaves faz parte do grupo D das Assembleias, há ainda os grupos A, B, E, G. A Paróquia de Juruti, determina o tempo máximo de dois anos para cada presidente, não podendo exceder o prazo.

Quando a festa acontece, as águas do paraná já subiram, os barcos atracam próximos à comunidade, em algumas áreas mais baixas as águas já tomaram conta e é o grande período de colheita da malva. A mobilidade pela Ilha torna-se mais difícil necessitando o maior uso das canoas. Durante os dias de festa, são realizados bingos com brindes doados pelos moradores, além das rezas.

Na Ilha do Chaves há como atividade de lazer o futebol, sendo mais frequente entre os homens. As mulheres, eventualmente, realizam um jogo. Os campeonatos são frequentes na Ilha no período da seca; na cheia, o campo de futebol fica totalmente submerso. Jogadores das diversas comunidades próximas dirigem-se a Ilha para participar dos torneios de futebol. Moradores da Ilha, homens, mulheres, crianças e adolescentes participam desta atividade, como uma forma de lazer. Algumas mulheres aproveitam para vender bolos, sucos, bombons e salgadinhos, como forma de angariar recursos para as atividades da Igreja.

A gestão da escola do Chaves sempre coube ao Pará, mas o primeiro nome da escola foi dado pelo Amazonas, Nossa Senhora de Nazaré. Nessa Ilha, o ensino sempre foi o Jardim II e o fundamental, de primeira a quarta série, em séries multisseriadas. Os demais períodos escolares foram e são realizados na Ilha do Valha-me-Deus. Diariamente, há um barco que

transporta as crianças. Em 2011, a escola recebeu outro nome: Escola Municipal Merandolina Castro.

O ensino médio não é oferecido na comunidade, devendo os jovens se dirigir para a Ilha do Valha-me-Deus, outras comunidades como Juruti Velho, ou para os municípios de Juruti ou Parintins. A professora da escola é nascida na Ilha. A escola constitui-se também, em um espaço ocupacional para um morador, a qual desenvolve atividades de serviços gerais, por meio de um contrato renovado anualmente com a prefeitura de Juruti.

1.4.3. As Políticas públicas: Participação e Estratégias Locais

No aspecto relativo às políticas públicas de educação, saúde, assistência social, assistência técnica rural, os moradores das Ilhas Valha-me-Deus e Chaves vinham até 2011 recebendo apoio das gestões públicas do município de Parintins/AM e Juruti/PA. Como as Ilhas ficam na fronteira entre estes municípios, tendo o primeiro um desenvolvimento social e econômico maior do que Juruti, parte dos moradores das Ilhas transferiram seus títulos na década de 1980 para Parintins. Esta foi uma estratégia política dos moradores das Ilhas na busca de melhorias em suas condições de bem estar econômico e social.

Naquele período não havia por parte dos cartórios eleitorais um controle sobre o local de moradia dos eleitores, principalmente para quem era oriundo de áreas rurais. Com eleitores do Amazonas nas Ilhas, vereadores e prefeitos de Parintins/AM iniciaram o processo de desenvolvimento do sistema ambiental, com destaque ao Valha-me-Deus. Em tempos de eleições eram formadas salas tanto para eleitores do Pará como Amazonas.

No censo de 2010, os técnicos do IBGE estiveram nas Ilhas pesquisadas para fazer os levantamentos de dados de alguns moradores selecionados. Neste período, era de conhecimento do Cartório Regional Eleitoral de Parintins a existência de eleitores naquela região, fato comunicado ao IBGE unidade de Parintins. Após o processo de coleta de dados e o repasse das informações para o IBGE central, em Manaus/AM, foi identificado àquela área como pertencente ao Estado do Pará.

Esta identificação do Estado foi possível pelo uso de tecnologias GPS, as quais identificaram precisamente o local de moradia de cada pesquisado, assim como as coordenadas geográficas do local. Com base nesses dados, o IBGE informou ao TRE das regiões afetadas, para que fossem tomadas as providências para as mudanças dos títulos de eleitores, de acordo, com cada localidade. Neste sentido, em 2011, os eleitores do AM

moradores das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves tiveram seus títulos alterados para o município de Juruti, houveram alguns que resistiram e retransferiram seus títulos para Parintins, visto possuírem domicílio na cidade, entre as cultivadoras somente uma e sua família do Valha-me-Deus, utilizou essa estratégia.

As cultivadoras destacam, nesse período, a realização do plebiscito em 11 de dezembro de 2011, para consultar a opinião da população paraense sobre a divisão territorial do Estado do Pará, cujo objetivo era a criação dos Estados do Tapajós e Carajás. Mesmo período em que os moradores das Ilhas receberam os títulos, sendo obrigados a votar no plebiscito.

A partir da fala das mulheres, em ambas as Ilhas, pode-se inferir a troca de títulos como mais uma questão política do que divisa entre Estados. Para o município de Juruti, arcar com as despesas públicas, com a inclusão das Ilhas em seu orçamento, teve maiores custos e poucos ganhos. Para os moradores houve somente perdas. A estratégia adotada por eles de morarem no Pará e votarem no Amazonas, por estarem numa área de fronteira, proporcionou ganhos e melhores condições de bem estar social e econômico, por mais de três décadas. Com as mudanças e a retirada do Estado do Amazonas no desenvolvimento de políticas públicas locais, acarretaram-lhes muitas perdas.

Um processo interessante ocorrido nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, durante a etapa de coleta de dados, foi acompanhar as campanhas eleitorais de 2014, tanto pela televisão como pelo rádio. Observou-se que as propagandas eleitorais televisivas eram relativas ao Estado de São Paulo e/ou Rio de Janeiro, visto as casas em sua totalidade possuírem antena parabólica, e estas não transmitirem propagandas e ou jornais regionais. Quanto às programações de rádio, dependendo da sintonia escolhida, podia ser da região de Parintins e/ou Nhamundá, no Estado do Amazonas, ou Juruti no Pará. Porém, tendiam a optar pelas rádios de Parintins, em virtude da melhor qualidade do som e informações.

Assim, os moradores eleitores dos candidatos a Governador, Senador, Deputados Estaduais e Federais, não têm acesso à propaganda eleitoral destes em sua região, não os conhecem, não sabem suas legendas nem as suas propostas para o seu Estado e sua localidade. As informações acessadas e conhecidas por todos referem-se aos candidatos à Presidência da República. Quando perguntadas como faziam para escolher seus candidatos, informaram anular o voto para os cargos Estaduais e Federais, com exceção do Presidente da República.

Eventualmente, aparecem às vésperas das eleições alguns cabos eleitorais, presidentes de comunidades, associações, trazendo os panfletos, “santinhos” de seus

candidatos e pedindo voto para os mesmos. São nesses candidatos que alguns moradores votam, sem a mínima informação sobre eles. Poder-se-ia afirmar a presença do voto de cabresto com ares de liberdade e autonomia. O eleitor pode escolher, mas na ausência de opção, vota em quem foi indicado pelo “patrono”.

O voto é um direito constituído, desde os anos de 1932 para homens e 1934 para mulheres; antes deste período existia o direito ao voto para homens, mas com uma série de restrições e irregularidades. Hoje, todo cidadão acima de 16 anos pode votar, vive-se a era da tecnologia digital; mas há sociedades humanas, pelo fato de estarem em áreas de fronteira estadual e sem acesso as informações locais, não podem exercer este direito na sua efetividade. Estes têm direito ao voto, mas não têm garantido o direito de conhecer e reconhecer no momento da eleição em quem está votando. A face do candidato que aparece na urna eletrônica lhes é estranha em todos os sentidos.

Vive-se uma democracia às avessas. Ele tem acesso pela rede midiática a uma série de informações, porém estas não são suficientes para escolher com consciência, quem será o candidato a lhes representar nos fóruns públicos, a determinar o futuro de seu país e de sua localidade, ficando a deriva no exercício pleno da cidadania.

Em relação às eleições municipais, os candidatos a cargos de Prefeito e Vereadores fazem “o corpo a corpo” nas Ilhas do Chaves e Valha-me-Deus, levam seus informativos, conversam sobre as necessidades dos moradores das Ilhas, fazem promessa. Na hora do voto os moradores têm maiores conhecimentos e informações sobre os candidatos e conseguem reconhecer a face de quem estão votando na urna eletrônica.

Um ponto destacado pelas cultivadoras foi à ausência de apoio social depois da saída dos serviços de Parintins das Ilhas, em especial no período das enchentes. Até 2011, recebiam, anualmente ajuda com alimentos e madeiras para trocar assoalhos, fazer pontes. Após este período não houve apoio da defesa civil ou da assistência social do município Juruti até a enchente de 2014, onde receberam cada família dois colchões de solteiro e dois cobertores.

Durante o processo de coleta de dados, foi observada à presença nas casas de um tapete vermelho, produzido com material semelhante ao de cobertor. Causou estranheza tal material visto o calor da região e aquele tipo de tapete. No decorrer das entrevistas nos foi relatado a “ajuda” recebida nas enchentes e o quanto os cobertores eram inapropriados para o lugar e clima amazônico, transformando-os em tapetes para enfeitar a casa. A cultivadora I.B.S. (25 anos, da Ilha do Chaves, 2014), relatou-nos o quanto o cobertor “pinicava” o corpo

e o colchão não pode ser usado, pois em determinados momentos das cheias, quando as embarcações passavam, as águas adentravam para os cômodos da casa, impedindo de deixar qualquer coisa no assoalho. Os colchões têm sido usados no período das secas.

Esse fato demonstra a total dissociação entre as políticas emergenciais para situações de enchente, propostas pelos governos, e a realidade das populações em cada região brasileira. Nas regiões sul e sudeste, onde as enchentes ocorrem destruindo casas, as pessoas são obrigadas a se manterem em abrigos provisórios, há de fato a necessidade de cobertores e colchões, até mesmo pelo clima da região, mais frio. Mas em uma região como a Amazônica, com elevadas temperaturas ambientais, na qual as pessoas, em sua maioria, principalmente na área de várzea, descansam e dormem em suas redes, entregar colchões e cobertores indica-nos uma grande falta de discernimento acerca da cultura e necessidades amazônicas. As necessidades desses povos, sejam em enchentes ou secas, são totalmente diversas de povos de outras regiões brasileiras e até mesmo dentro da própria Amazônia.

Quando se pensa a política pública dissociada do público alvo, sem conhecer a complexidade do *modus vivendi* deste povo, se desenvolve ações pontuais, fragmentadas, e que não contribuem para melhoria do bem estar social, gerando para quem recebe a “ajuda” um sentimento de desrespeito para com o povo amazônico, sua cultura e suas diversidades.

No aspecto relativo à assistência técnica nos cultivos, colheitas e comercializações, os agricultores das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, sempre receberam apoio do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas), do município de Parintins, que tem se mantido até os dias de hoje. Recentemente, a Secretaria de Produção Rural de Juruti tem contribuído com alguns projetos experimentais, como o cultivo da mandioca.

Os dados desse capítulo indicaram as descrições do ambiente ecológico e da ocupação humana nas Ilhas pesquisadas revelando o quão conectado estão todos os componentes do sistema ambiental. Identificaram como as ações humanas, promotoras de desmatamentos e queimadas de florestas, têm desencadeamentos no modo de vida de quem está à jusante ou a montante da floresta amazônica.

As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, nesse mais de um século de ocupação, passaram por inúmeras transformações, influenciadas pelas mudanças climáticas, por suas próprias ações humanas e da subordinação ao complexo modelo econômico capitalista, de apropriação, controle e dominação dos recursos naturais. As paisagens modificaram-se,

seguindo a dinamicidade e circularidade existente entre os componentes das águas, das terras amazônicas e das atividades práticas.

Desde o período de conquista da Amazônia até os dias de hoje, grande parte da Floresta Amazônica foi desmatada, explorada, para a comercialização ilegal de madeiras e para criação de extensas áreas de cultivos e criações de animais (NOBRE, 2014). O mesmo ocorreu com as Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Os reflexos das ações antrópicas em quase dois séculos, são, atualmente, sentidos nas mudanças climáticas, no aumento da frequência e volume das águas do rio Amazonas, interferindo diretamente nos sistemas produtivos agrícolas.

As transformações vivenciadas pelas cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, em sua práxis agrícola, a partir dos efeitos das mudanças climáticas e dos episódios políticos e econômicos da Região Amazônica, são os temas discutidos no próximo capítulo.

2 O AGROECOSSISTEMA NAS VÁRZEAS AMAZÔNICAS

Os ciclos da vida, do trabalho e da re-produção das famílias, nas Ilhas do Chaves e Valha-me-Deus, seguem a dinamicidade das águas do rio Amazonas. Estas determinam o que, como, quando, onde viver e retirar os recursos para sobrevivência e para renda monetária familiar. A associação simbiótica entre a água, a terra, as vegetações, e os seres humanos constitui o ritmo da vida no sistema ambiental das várzeas.

Estar em conexão com o rio é possuir melhores condições de adaptação e sobrevivência, num sistema ambiental onde a organização econômica se define pelas atividades práticas na roça e na pesca. O comportamento do povo varzeano é ditado por um ritmo de ordem e desordem, de re-organização permanente, de intrínseca relação com o pulso de inundação das águas e suas interações com as terras e vegetações da várzea.

Cada unidade no sistema ambiental fluvial, a sua maneira, interage entre si, para manter a sua organização autopoietica¹², num movimento de autonomia e dependência de seu meio. Só é possível a vida no sistema ambiental, havendo uma complementação entre cada uma das unidades bióticas e abióticas. Enquanto houver comensurabilidade entre seres humanos e o sistema ambiental, esses atuarão como fonte de perturbações mútuas, gerando contínuas mudanças de estado, as quais dá-se o nome de acoplamento estrutural (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 112). Nesse sentido, as Ilhas fluviais são o resultado de diversos componentes contidos nas águas do rio Solimões/Amazonas, nas terras, vegetações e ações antrópicas, e esses quando acoplados estruturalmente contribuem para a formação das mesmas.

As interações entre as organizações humanas no sistema ambiental ditam os espaços a serem navegáveis, o tempo e o espaço das organizações produtivas, a reconstrução cultural e as relações com as demais organizações comunais e municípios vizinhos.

No processo do pulso de inundação das águas, neste mais de um século, as Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves foram elevando seu volume de terras, criando novas áreas de

¹² Organização autopoietica – Organização compõem a tríade ordem, desordem e organização, associadas as ininterruptas interações entre o todo e as partes. Organização é num mesmo movimento a transformação e a formação, como uma morfogênese. (MORIN, 2008, p.164). A autopoiese é um contínuo transformar-se num devir histórico, independente da complexidade do ser vivo (MATURANA; YANES, 2009, p. 273-275). Organização autopoietica é a dinâmica reproduzida pelo ser vivo para realizar o seu viver.

restinga, de roça e praias. Estas foram cobertas pela vegetação aquática e espécies alimentares e não alimentares introduzidas pela ação humana ao iniciar o processo de cultivo das plantas pela seleção das sementes.

O cultivar remete ao processo desenvolvido a milhares de anos, desde o período onde o homem inicia o processo de intervir na natureza, pela ação de transformá-la, tanto para a garantia de alimentos para suprir as necessidades do bando, quanto para a construção de instrumentos para a manutenção da vida. Cultivar é manejar o solo, preparar as sementeiras, capinar e arrancar o mato, é adubar, acompanhar o florescer e colher os frutos das ações humanas (SANTILI, 2009, p. 29).

Mazoyer e Roudart (2010, p. 46) elucidam, em seu livro sobre a História das Agriculturas no Mundo, o aparecimento dos primeiros sistemas de cultivos e de criação de animais, desde o período neolítico, há aproximadamente dez mil anos. Quando o homem começou a cultivar não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, passando a domesticar diversas plantas, a partir de então.

A domesticação, para Santili (2009, p. 27) refere-se à passagem da planta de um estado silvestre, o qual independe a ação humana, para uma relação mais estreita com o ser humano e suas atividades agrícolas. Pelo critério de seleção dos agricultores e também pelas condições ambientais não diretamente controladas, as plantas são modificadas. Estas passam a ter uma total dependência do homem para sobreviver, e o homem a partir deste processo passa, também, a ter uma total dependência das plantas para sua alimentação e sobrevivência.

Em grande parte da Amazônia, em especial nas áreas de várzeas, a ação de cultivar está baseada no modelo da agricultura familiar, caracterizada pela seleção das plantas mais vigorosas para coleta e armazenamento de sementes. Observou-se nas áreas pesquisadas que o armazenamento é feito em garrafas *pet* e as sementes usadas para o plantio da safra posterior.

A quantidade dos membros da família representa a força de trabalho na produção agrícola. Os instrumentos de trabalho, em geral o terçado e a enxada são os encontrados para as práticas agrícolas nas unidades de roça. As relações de trabalho de ajuda mútua dentre as quais o puxirum, tão presente na agricultura familiar amazônica são as estratégias utilizadas para aumentar a produção e melhorar a renda monetária familiar.

O modelo de agricultura familiar, a qual Lamarche (1998, p. 70) denomina de agricultura camponesa e de subsistência, define-se pela predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao ambiente exterior. Essa mesma lógica encontra-se nos sistemas ambientais pesquisados, entretanto, tendo a denominação de agricultores familiares.

Em geral, foram encontradas unidades ocupando pequenas áreas produtivas e trabalhadores utilizando técnicas tradicionais. O objetivo primeiro dos agricultores é a garantia da sobrevivência dos familiares.

O sistema de produção agrícola organiza-se, prioritariamente, para abastecer as necessidades das famílias, em seguida gerar renda monetária com o excedente. Nesta perspectiva, há um patrimônio cultural repassado circular e geracionalmente permitindo as sociedades amazônicas de várzeas adaptarem-se continuamente às transformações resultantes dos ciclos de inundação das águas, as quais acometem sobremaneira seu modo de vida.

Este sistema pode seguir uma lógica baseada em princípios agroecológicos, também, denominado de agroecossistema, o qual se refere às atividades agrícolas realizadas por um pequeno número de pessoas, em geral um núcleo familiar, espacialmente desenvolvido em pequenas unidades geográficas. O objetivo desse capítulo 2 é descrever os agroecossistemas nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves e seu paralelismo com os princípios da agroecologia.

Os agroecossistemas são a associação de inúmeros ecossistemas numa relação de interdependência para a manutenção ambiental. Seguem princípios da agroecologia (ALTIERI, 2012, p. 15), produzindo paisagens biodiversas, resilientes e eficientes do ponto de vista energético, socialmente justas, sustentáveis e vinculadas à soberania alimentar. Falar em agroecologia é pensar o sistema ambiental como sendo aberto, complexo e numa dinâmica dialógica entre todas as unidades compostas no sistema ambiental.

A sustentabilidade e resiliência são alcançadas por meio de ações de manutenção da diversidade e complexidade do sistema ambiental. Neste os cultivos são praticados por meio de consórcios, rotações, arranjos agroflorestais; as sementes são nativas; controle natural de pragas; uso de adubação natural; autossuficiência das unidades produtivas quanto aos insumos utilizados; estímulo a criatividade e resgate do saber tradicional sobre os agroecossistemas; manutenção estável e crescente da capacidade produtiva ao longo prazo, manutenção e enriquecimento da diversidade biológica (Ibid. 2012, p. 16).

Gliessman (2008, p. 63) apresenta o conceito de agroecossistema intrinsecamente relacionado com o conceito de ecossistema. Esse é conceituado como um sistema funcional de interações entre diversos organismos e seus *habitats*, cada um atuando para a conservação de sua unidade, apresentam fronteiras delimitadas, as quais no espaço e tempo recriam um equilíbrio dinâmico e estável, mesmo num ambiente incerto.

Nos ecossistemas em cada nível de organização emergem propriedades que não estavam presentes na unidade anterior (Ibid. 2008, p. 66). Esse processo pode ser explicado

pelo conceito de reprodução apontado por Matura e Varella (2001, p. 66-67), no qual a reprodução pressupõe duas condições básicas: a unidade original e o processo que a reproduz. Especificamente entre os seres vivos, a unidade original é um vivente, uma organização autopoietica. No processo de reprodução uma unidade em interação com as demais de seu sistema ambiental deve terminar com a formação de pelo menos outra unidade autopoietica, distinguível da primeira, contudo nessa nova estão inseridos componentes celulares históricos, tornando os seres vivos, seres ancestrais.

Nesse sentido, uma população, em um ecossistema, é mais do que a coleção de indivíduos de uma única espécie, ela é parte e todo de um sistema, é o resultado do desencadeamento histórico das interações entre organismos e o sistema ambiental.

Para Morin (2010, p.2 62) a vida é um feixe de qualidades emergentes, desencadeadas pelas interações e organizações entre as partes e o todo; esse feixe emergente retroage sobre as partes, por meio de interações parciais, globais produzidas nesse processo. O todo é mais do que a soma das partes; o todo é menos do que a soma das partes; o todo é mais do que o todo, visto nesse processo o todo retroagir sobre as partes, as quais por sua vez retroagem sobre as partes e o todo.

Em essência isso significa que a unidade agrícola é maior do que a soma de seus cultivos individuais, mas ao mesmo tempo é menos que a soma desses cultivos e a unidade agrícola como um todo é mais do que ela mesma. Esse processo só é possível quando se compreende uma unidade agrícola como um sistema complexo, autônomo e ao mesmo tempo dependente, cada parte dessa dependente para sua conservação do ambiente externo, dos seres bióticos e abióticos, cada um transformando ontogenicamente a si mesmo e o todo ambiental. Sendo produtor e produto de suas interações. (MARIOTTI, 2001, p. 14; MATURANA; VARELLA, 2001, p. 86).

Uma agricultura sustentável, para Gliessman (2008, p.602) compreende o ambiente numa perspectiva sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com valores fundados na equidade, na preocupação com o bem estar social, com a justiça social e a viabilidade econômica.

Os pressupostos contidos no conceito de agroecossistema são as balizas para a descrição e compreensão da agricultura familiar praticada nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, antes e pós 2009, evidenciando os efeitos das mudanças climáticas e dos ciclos das águas, na manutenção da sustentabilidade e complexidade no sistema ambiental das Ilhas.

2.1 OS AGROECOSSISTEMAS NAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES NOS ANOS INICIAIS

Dona V.B.S. (79 anos, Ilha do Chaves, 2014) recorda a fala de seu pai, nos anos de 1945, quando esta ainda, era uma criança: “os **promotores do governo** [grifo nosso] vieram até aqui e nos orientaram no uso da terra para cada uma das Ilhas: o Chaves apenas para o cultivo, proibida a criação de gado; o Valha-me-Deus para cultivos e criações de gados”. A partir destas orientações, as quais foram seguidas no início, mas não mantidas nos dias de hoje, traçaram as paisagens das Ilhas e definiram o ritmo de vida destes povos.

Estas orientações indicaram, por todo século XX, as produções nas Ilhas. Os primeiros cultivos na Ilha do Chaves, listados no quadro 01, foram os bananais, a mandioca, o jerimum, a melancia, o mamão, a macaxeira, a manga, o cacau, além das hortaliças tradicionais, coentro, a cebolinha, a chicória, a pimenta de cheiro e a couve. As cultivadoras, por unanimidade, contam que, nos anos entre 1960 a 1990, havia muita diversidade de tubérculos e hortaliças para comer e vender, além da fibra vegetal – juta e malva.

Quadro 01 – Espécies cultivadas nos sistemas produtivos agrícolas nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA, antes e pós 2009.

Nome popular	Nome científico	Família botânica
Espécies Arbóreas/lenhosas		
Cacau	<i>Theobroma cacao L.</i>	<i>Sterculiaceae</i>
Caju	<i>Anacardium occidentale L.</i>	<i>Anacardiaceae</i>
Coco	<i>Cocos nucifera</i>	<i>Arecaceae</i>
Goiaba	<i>Psidium guajava L.</i>	<i>Myrtaceae</i>
Juta	<i>Corchorus capsularis</i>	<i>Malvaceae</i>
Malva	(<i>Urena lobata L.</i>)	<i>Malvaceae</i>
Mamão	<i>Carica papaya L.</i>	<i>Caricaceae</i>
Manga	<i>Mangifera indica L.</i>	<i>Anacardiaceae</i>
Espécies Arbóreas/herbáceas		
Banana	<i>Musa spp.</i>	<i>Musaceae</i>
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum L.</i>	<i>Poaceae</i>
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum L.</i>	<i>Liliaceae</i>
Chicória	<i>Erygium foetidum</i>	<i>Apiaceae</i>

Feijão-de-metro	<i>Vigna sinensis (L.) Savi ex Hassk.</i>	<i>Fabaceae</i>
Feijão-de-praia	<i>Vigna unguiculata (L.) Walp</i>	<i>Fabaceae</i>
Jerimum	<i>Cucurbita máxima Duchesne</i>	<i>Cucurbitaceae</i>
Macaxeira/mandioca	<i>Manihot esculenta Crantz</i>	<i>Euphorbiaceae</i>
Maracujá	<i>Passiflora edulis Sims</i>	<i>Passifloraceae</i>
Maxixe	<i>Cucumis anguria L.</i>	<i>Cucurbitaceae</i>
Melancia	<i>Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum & Nakai</i>	<i>Cucurbitaceae</i>
Milho	<i>Zea mays L.</i>	<i>Poaceae</i>
Pepino	<i>Cucumis sativus L.</i>	<i>Cucurbitaceae</i>
Pimenta-doce	<i>Capsicum spp.</i>	<i>Solonaceae</i>
Pimenta-malagueta	<i>Capsicum spp.</i>	<i>Solonaceae</i>
Pimenta-murupi	<i>Capsicum spp.</i>	<i>Solonaceae</i>
Pimentão	<i>Capsicum annum L.</i>	<i>Solonaceae</i>
Tomate	<i>Lycopersicon esculentum Mill.</i>	<i>Solonaceae</i>
Espécies medicinais		
Capim santo	<i>Cymbopogon citratus (D.C.) Stapf</i>	<i>Poaceae</i>
Hortelã	<i>Mentha piperita L.</i>	<i>Lamiaceae</i>

Fonte: Noda et al. (2007, p.187)

Os primeiros cultivos de cacau chegaram a mais de 70 anos no Chaves, trazidos da terra firme, espalhando-se por toda Ilha. Eram muitos cacauzeiros para comer e vender, relatam as cultivadoras. Os achados de Benchimol (2010, p. 600-601) identificam no período de 1755, tempos do Marquês de Pombal, a primeira iniciativa de introdução desta espécie no Baixo Amazonas.

Num período mais recente, houve o incentivo de retomada da produção do cacau, por meio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, nos anos de 1954. Nossas informantes não recordam de técnicos ou empresas incentivadoras dos plantios desta espécie nas Ilhas, os próprios moradores trouxeram as sementes de outras localidades.

As Sras. V.B.S. (79 anos, 2014), S. N.C. (49 anos, 2014) e I.B.S. (25 anos, 2014), todas da Ilha do Chaves, recordam com saudades daqueles tempos de fartura de frutas, hortaliças e tubérculos. Havia a necessidade, ou melhor, o desejo por comer alimentos diferentes como o macarrão, a goiabada, a bolacha e outros produtos industrializados, mas quanto à alimentação regional, esta era farta. Peixe, farinha, frutas, macaxeira, era tudo em abundância, situação que hoje não é vivenciada pelos filhos e netos das cultivadoras.

Nos anos de 1940, foi introduzida nas Ilhas a fibra vegetal, juta, e, posteriormente, nos anos 70, a malva. Os primeiros experimentos das Ilhas ocorreram na Ilha do Macaianim. Dona V. B. S. (79 anos, 2014) recorda quando seu pai e outros cultivadores foram conhecer e aprender com os japoneses como plantar aquela nova semente chamada juta.

A imigração japonesa para o Amazonas ocorreu oficialmente nos anos de 1930, em decorrência de um acordo internacional entre o Brasil e o Japão, cujos objetivos eram a expansão capitalista e a garantia da ordem nacional, num momento de crise do ciclo da borracha (HOMMA, 2010, p. 47-48). Em 1936, iniciaram-se as primeiras experiências com o plantio da juta pelos colonos japoneses nas localidades da área da Vila Amazônia e Ilha Formosa em Parintins/AM.

No início dos anos de 1940, após inúmeras experiências de adaptação das sementes nos solos da várzea amazônica, a fibra vegetal juta começa a ser cultivada ao longo do rio Solimões/Amazonas pelos agricultores, entre outros grandes rios como o Madeira (PINTO, 2010, p. 174-175; NODA, 2010, p. 87; HOMMA, 2010, p. 59-60). A Sra. V. B. S. (79 anos – Ilha do Chaves, 2014) relatou a falta de conhecimento sobre a fibra vegetal juta, nem seu uso e serventia, mas sabia que havia mercado, comprador para a mesma, rendendo um bom dinheiro. A lógica de produção capitalista adentra o sistema ambiental das Ilhas e transforma as relações sociais. As práticas antes comunais passam a ser regidas pela lógica societária, fundada em bases comerciais capitalistas.

Os cultivadores das Ilhas, de acordo com a fala da Sra. V.B.S. (79 anos, 2014), receberam dos japoneses algumas sementes para começar os experimentos nas terras das Ilhas do Chaves e Valha-me-Deus. Estas se adaptaram rapidamente ao sistema ambiental, resultando numa boa produção, além do que, havia muita força de trabalho, homens e mulheres, para fazer frente a esta nova empreitada. A fibra se espalhou pelas Ilhas, agora além das espécies alimentares em fartura, havia a fibra exclusivamente para geração de renda monetária.

Na Ilha do Valha-me-Deus seguiam a mesma lógica de produção da juta, de pequenos cultivos e a criação de gados brancos e bubalinos. Os moradores desta Ilha, também, possuíam terras no Chaves, exclusivamente para os cultivos de espécies alimentares mais precoces, de ciclos curtos, em razão das enchentes anuais.

As cultivadoras A.M.P.F. (49 anos, 2014) da Ilha do Chaves; C.B.V. (64 anos, 2014) e M.C.B. (50 anos, 2014) ambas da Ilha do Valha-me-Deus relatam a era de ouro e riqueza durante o ciclo da produção da fibra vegetal – juta e malva. Nas Ilhas circulavam pessoas, trabalhadores, mercadorias, dinheiro. Havia a presença de trabalhadores assalariados e mutirões, para garantir uma boa colheita e melhores retornos financeiros.

Os assalariados eram trabalhadores da própria comunidade ou de outras próximas, não possuidores de terras para o plantio, tendo apenas sua força de trabalho para fonte de renda monetária e sobrevivência. Os mutirões em contrapartida eram organizados entre os próprios agricultores, no sentido de gerar uma melhor e maior colheita nas unidades de roça.

Destacam-se, como personagens centrais deste período histórico, o regatão e o patrão, ambos agentes de comercialização da produção agrícola. O primeiro transportando em suas embarcações uma variedade de bens de consumo e alimentos, para suprir as necessidades dos moradores do local, além de servir de um canal de veiculação de mensagens entre as pessoas. Trocava mercadorias pela produção agrícola e ou animal e as revendia a um segundo agente, a fim de que esta chegasse ao consumidor final (NODA, 2010, p. 118; PINTO, 2010, p. 174; FERREIRA, 2009, p. 203).

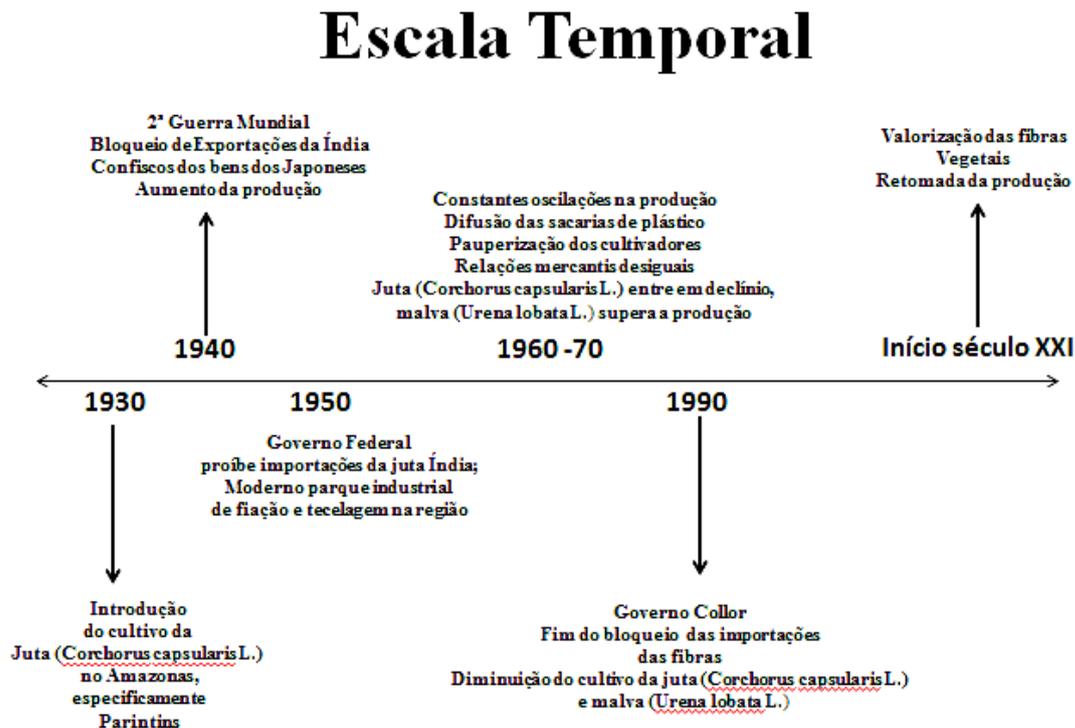
Esses pesquisadores da Amazônia indicam o regatão e patrão como os personagens centrais na apropriação dos excedentes gerados pelos agricultores. O patrão era aquele detentor do capital, em condições de adiantar os recursos financeiros de uma futura safra. Recursos significativos para os agricultores arcarem com os primeiros custos da colheita, o pagamento e alimentação de trabalhadores avulsos.

A figura 13 ilustra a escala temporal da introdução, desenvolvimento e declínio da produção da fibra vegetal na região.

Os dados da escala temporal indicam os anos de 1940 e 1950 como de crescimento, incentivos políticos, econômicos e fiscais para a produção da fibra no Amazonas. A segunda guerra mundial e o bloqueio das exportações da juta, oriunda dos países asiáticos (Índia e Bangladesh maiores produtores e exportadores mundiais), foram os primeiros efeitos para impulsionar a produção brasileira. No período pós-guerra, houve o incentivo do governo

federal na proibição da importação da juta desses países e a criação de um moderno parque industrial de fiação e tecelagem na região.

Figura 13 – Escala temporal da produção da juta (*Corchorus capsularis* L.) e malva (*Urena lobata* L.) no Amazonas, Brasil. 1930 a 1990.



Fonte: Pinto (2010, p.173 – 185). Org. SILVA, S.H.

No município de Parintins/AM foram criados a Fundação da Cooperativa Mista dos Juticultores; a instalação da prensa de Juta Martins Melo; a instalação da Fabril Juta de Parintins, da Prensa de Juta S. Araújo e a Instalação Caçapava. Nos anos de 1970, a cidade de Parintins, possuía dezesseis estabelecimentos industriais, somente a Fabril Juta empregava mais de 1.000 funcionários em três turnos de trabalho. (SOUZA, 2013, p.50 e 58).

A Companhia Têxtil de Castanhal – CTC, se instalou na cidade de Parintins em 1968 (BIANCHEZZI et al., 2014, p. 198-200), contando com uma infraestrutura predial, maquinários, centenas de trabalhadores e perdurou na região até os anos de 2012, quando fechou definitivamente suas portas na cidade, após sérios ciclos de crise econômica da empresa.

A pesquisa organizada por Bianchezzi et al. (2014, p. 202-203) indica o processo produtivo nas instalações da fábrica CTC, em Parintins/AM. Esse era realizado em seis etapas: carregamento, secagem, classificação, drenagem e armazenagem. As mulheres estavam envolvidas diretamente na etapa de classificação. Nessa etapa eram formadas equipes de seis pessoas, sendo cinco mulheres e um homem. Em cada equipe havia três classificadeiras, um amarrador (homem), uma caixeira e uma pesadeira. As mulheres cuidavam da etapa de fazer as “bonequinhas” de acordo com a classificação da juta; o homem amarrava; a caixeira colocava as “bonequinhas” nas caixas e pesava. O peso máximo para cada caixa era 30 kg. Posteriormente, o homem carregava a caixa para pesar, tarefa de responsabilidade de uma mulher, depois esse mesmo homem levava a caixa para a equipe de prensa e, finalmente, para a armazenagem.

As mulheres trabalhadoras na fábrica de juta na cidade de Parintins sofriam além do preconceito e discriminação no ambiente de trabalho, jornadas de trabalho excessivas, ausência de direitos trabalhistas, de equipamentos de segurança, frequentes acidentes de trabalho, sem assistência (BIANCHEZZI, et al., 2014, p. 203-204). Enfim, a precarização do trabalho na produção da fibra vegetal, na região do Baixo Amazonas, ocorria em todas as etapas do processo produtivo, desde a colheita, a plantação e a manufatura, indicando a total falta de investimento público na força de trabalho dessa produção agrícola.

Nos anos de 1960, 1970 e 1980, a produção da juta e malva foi marcada por constantes oscilações. Entre os fatores influenciadores houve a difusão das sacarias de plástico em substituição às de juta; abertura de mercado e a necessidade de investimentos em aparatos tecnológicos para acompanhar a competitividade econômica; dependência de financiamentos bancários a juros altos; e escassos investimentos em políticas agrícolas destinadas aos agricultores, ocasionando uma pauperização dos mesmos (SOUZA, 2008, p. 4).

Em relação à conjuntura internacional houve um aumento da produção mundial de fibra, especialmente da juta indiana, contribuindo para a redução dos preços da juta brasileira, visto o preço da mesma ser regulado pelo mercado internacional (PINTO, 2010, p. 182).

Estas oscilações entre os picos de produção e as quedas nos preços foram sentidos na prática pelos cultivadores das Ilhas. Entretanto, não tinham compreensão da competitividade com o mercado internacional, com o desbloqueio das importações nos anos de 1990, além dos efeitos e circunstâncias das modificações nos sistemas político, econômico nacional e internacional, para a produção local.

Evidenciam-se nas configurações do cenário de produção da fibra vegetal no Amazonas, como estão conectados todos os sistemas humanos, econômicos, políticos, sociais e ecológicos e que basta mover uma parte deste sistema para que toda estrutura seja transformada ontogenicamente.

Esse movimento indica a não separação entre as partes e o todo, produtor e produto (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 57). As interações entre os diversos sistemas abertos desencadeiam transformações estruturais nas unidades e cada uma a sua maneira se reorganiza para a conservação de sua autopoiese, para manutenção de sua vida. (Ibid, p. 112).

Com a queda na produção da fibra vegetal, os agricultores se reorganizaram para manter sua sobrevivência, tendo como estratégia a introdução da pecuária bovina na Ilha do Chaves, nos finais dos anos de 1980. A transformação na estratégia produtiva pode ser averiguada no relato da moradora:

Aqui antigamente fazia muito frio, ainda não existia o gado, era mato mesmo, depois foram cortando o mato para criar o gado, foi nos anos de 1988. A queimada ficou até pior que antes, teve muito desmatamento, por causa do gado. Era proibido criar gado aqui, os promotores de Juruti e Óbidos/PA vinham dizendo que esta Ilha foi tirada para plantação e não para criação de gado. Mas depois as pessoas começaram a comprar, cada um com sua terra, falavam a terra é minha, então, posso criar, aí foram criando gado e acabando com a mata. Os padres vinham visitar aqui e falavam se vocês ficarem desmatando mais tarde vocês vão sentir, vai vir a seca, vão te faltar a água, mas muita gente diz, Deus multiplica, mas a gente tem que fazer a parte da gente, se acabar com tudo, se não preservar o que é meu, vai acabar tudo mesmo. Sra. S.N.C. (49 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Os moradores foram cercando seus terrenos, derrubando as árvores e inserindo o gado bovino. Ainda nos dias de hoje, mantem-se a proibição dos bubalinos, em função da rusticidade dos animais e manejo inadequado, estes acabam com o aningal¹³, com o peixe, com as áreas de roça, atacam pessoas e dificilmente há quem os possa segurar. Sobre esse aspecto a Sra. I.B.S. (25 anos, Ilha do Chaves, 2014) afirma: “...aqui era proibido criar gado, mas o pessoal foi criando nos seus terrenos, fazendo o cercado, não pode varar no terreno do vizinho. Quanto ao búfalo nem pensar nessa região, este animal acaba com a terra, com o aningal, com os peixes, a gente chama ele de selvagem.”

Os cultivadores e criadores do Valha-me-Deus participaram das mesmas experiências dos da Ilha do Chaves, no aspecto relativo a produção da juta e malva. Mesmo com todas as oscilações do mercado, estas duas ilhas foram reconhecidas, ao longo da

¹³ Aningal: área onde se encontra uma vegetação típica de várzeas, conhecida popularmente como aninga (*Montrichardia linifera*). Faz parte dos ecossistemas de várzea da Amazônia e da dieta naturais de peixe-boi, tartaguras, búfalos e gado (AMARANTE, et.al., 2010).

história, pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, como as maiores produtoras de fibra no Médio Amazonas, seguidas pelas demais áreas Costa da Águia, Ilha do Bispo, Costa do Itaboraí, Paraná do Arco e Saracura, comunidades pertencentes ao município de Parintins/AM.

Estes períodos de larga produção de espécies alimentares e não alimentares foram como relatam as cultivadoras, acompanhados de períodos onde as áreas de restinga não ficavam cobertas pelas águas durante as enchentes do rio. Os cultivos passavam de um ano para o outro. As cultivadoras reconhecem a enchente ocorrida, em 2009, como determinante para as modificações no sistema ambiental. Diversas espécies alimentares não resistiram às águas intermitentes desde então, como o cacau, a mandioca, os bananais e as mangueiras.

O agroecossistema das Ilhas segue o ritmo ditado pelas águas, hoje, com enchentes cada vez mais marcantes, com uma vazante atípica pela sua lentidão e períodos de exposição das terras mais curtos. Ao analisar o índice fluviométrico de Manaus e Parintins/AM, em períodos distintos (Quadro 02), observa-se que, de 2003 a 2008, a média foi de 28,19 m em Manaus, enquanto de 2009 a 2014, este valor foi 29,19 m, resultando uma tendência de aumento, no valor médio de 1,0 metro no volume da água do rio Amazonas.

Na região de Parintins, o aumento médio no volume da água, no mesmo período, foi de 0,77 cm, quando consideramos a média 8,16 no período de 2002 a 2008 e 8,93 no período de 2009 a 2014. Os dados apresentados no quadro 02 evidenciam, concretamente, o quanto este aumento no volume das águas foi relevante e determinante para transformações no sistema ambiental das Ilhas.

Quadro 02 – Índices Fluviométricos marcados nos portos das cidades de Manaus e Parintins/AM. 2014.

Cidades	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Manaus	28,91	28,27	27,13	28,1	28,84	28,18	28,62	29,77	27,96	28,62	29,97	29,33	29,5
Parintins	8,32	7,9	7,42	8,16	8,82	8,13	8,56	9,38	8,03	8,5	9,3	9,04	9,34

Fonte: Porto de Manaus e Parintins/AM, 2014. Dados organizados pela Autora.

Os seres humanos e os agroecossistemas presentes nas Ilhas são resultantes da resistência e adaptação destes às modificações ambientais ocorridas no processo histórico de colonização e ocupação nesses ambientes. Suas unidades autopoieticas (estruturas e organizações) transformam-se dialeticamente seguindo o pulso das águas, o movimento do

rio, a periodicidade da terra, os episódios econômicos, políticos e sociais, influenciadores da dinamicidade de suas vidas. O ponto central nesse aspecto de resistências e modificações ambientais, não são essas ocorrências em si, mas o que se conserva no fluir dessas. Ao falar de história remete-se a um devir de modificações em torno de algo conservado - a autopoiese. (MATURANA; YANES, 2009, p. 128-142).

Assim, nessa dialética entre seres humanos e o sistema ambiental, há a conservação de saberes reproduzidos geracionalmente e aqueles apreendidos, nas interações entre as diversas unidades autopoieticas, no decorrer da história, dando lhes condições de se adaptarem e criar estratégias de sobrevivência. O mundo segundo Maturana e Yanes (2009, p.128) se transforma em torno do viver conservado.

Nesse cenário de certeza e incertezas diante dos episódios postos na contemporaneidade e na conservação de seu viver na várzea, as cultivadoras têm buscado estratégias para manter os seus agroecossistemas e garantir a sobrevivência de suas famílias nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves.

A vazante é o início de um novo ciclo de esperança, após o desalento das cheias do rio, da baixa do preço da malva, da ausência do comprador. A terra quando surge dá um novo folego, a alegria de iniciar um novo ciclo de cultivos, retomando a esperança das cultivadoras por um ano melhor.

2.2 OS AGROECOSSISTEMAS PÓS-ENCHENTE DE 2009

Os relatos iniciais sobre as práticas agrícolas nas Ilhas evidenciam as mudanças ocorridas no sistema ambiental quando se analisa esses em sua relação com o clima amazônico, principalmente pós 2009, considerado o ano de maior cheia do rio Solimões/Amazonas.

Antes de 2009 a ilha não ia para o fundo, alguns pedaços mais baixos, os furos enchiam, mas depois de 2009 mudou muito, nunca mais teve cheia pouca. Agora todo ano vai para o fundo. Hoje fica mais cheia que antigamente, o tempo de terra é menor. (I.B.S. 25 anos – Ilha do Chaves. 2014).

Quando a água não estava invadindo muito assim, todo ano seguido, tinha muita fruta. Tinha cacau que a gente ia lá apanhar, tirava a semente e fazia o vinho. Banana também era uma época de muita fartura. Hoje tudo tem que comprar por causa da água, quando a gente nem espera, ela chega e vai derrubando tudo. Depois da cheia de 2009 tudo mudou. (L.F.B., 56 anos - Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

O ano de 2009 foi brabo, foi a maior cheia, minha cunhada foi embora, a água deu no meio da casa dela. Quando aumenta a água a gente faz a maromba. A gente fica só olhando pra água, depois quando ela vai vazando vai ficando melhor. (M.C.B., 50 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

2009 foi a que mais marcou, encheu nossa casa. Antes da cheia de 2009 tinha muita coisa, mas depois o tempo ficou difícil. Cacau tinha muito aqui nessa Ilha, muita gente vinha aqui comprar, a partir de 2009 acabou tudo. (S.N.C., 49 anos – Ilha do Chaves, 2014).

A maior cheia foi de 2009, antigamente quando eu era criança tinha muita fartura de frutas, peixes, hoje não tem mais nada, tudo tem que comprar, cada vez enche mais de água e as plantas não aguentam. (E.A.S., 19 anos, Ilha do Chaves, 2014).

As falas das cultivadoras corroboram com os dados apontados no primeiro capítulo sobre as mudanças climáticas, as influências dos efeitos *El Niño* em anos recentes, e de como esses vêm afetando e modificando o modo de vida dos moradores nas áreas de várzea.

Esse perceber as mudanças no sistema ambiental só é possível, visto as mulheres estarem diretamente integradas no fazer cotidiano das produções agrícolas. É pelo fazer que essas vão ampliando o seu conhecer e sua complexidade como unidade autopoietica.

Observa-se, nos agroecossistemas pesquisados, a efetiva participação direta ou indireta das cultivadoras nas etapas relacionadas ao planejamento e a execução das atividades produtivas das espécies alimentares ou não alimentares. Quando não estão na roça realizam papel fundamental no suporte e sustentação para a produção agrícola.

Um sistema ambiental captado em sua complexidade remete à noção de interdependência de cada um dos seus componentes. Cada ser vivo, sendo um componente do sistema, se auto-cria e re-cria na interação e associação com todos os demais seres vivos (MORIN, 2010, p. 28; MATURANA; VARELLA, 2001, p. 57). Todos somos produtos e produtores do sistema ambiental. Não há atividades, ações humanas ou práxis onde a produção não esteja presente. Estamos continuamente numa relação dialógica, de transformação de nós mesmos e do meio.

Diante de sistemas ambientais compreendidos em sua complexidade, entende-se que produtivas não são somente aquelas atividades ligadas diretamente à área externa da casa, da roça, do quintal, mas produtivas, são, também, as práticas privadas, reprodutoras da força de trabalho familiar, para a garantia da sobrevivência da mesma. Em especial, num sistema ambiental onde o trabalho vivo prevalece entre todas as atividades.

Na agricultura familiar a exploração dos membros da família é ponto chave para o desenvolvimento e integração na economia de mercado (LAMARCHE, 1997, p. 13). Esta

integração não pode ocorrer sem a participação de todos familiares, independente de sexo e/ou idade.

A respeito da exploração familiar há uma interdependência dos fatores da produção agrícola, da propriedade e do trabalho, esses são internamente ligados à família. As atividades realizadas são diversas, independente do papel ocupado pelos membros. O que determina a quantidade e o tempo de trabalho são as necessidades imediatas e não apenas os aspectos de gênero.

Um sistema complexo, como o ambiental, é aquele onde cada parte e seu todo é tecido junto, numa associação retroativa em circularidade. Cada membro da família é um todo, enquanto, indivíduo/espécie, mas é uma parte do todo da família/sociedade. Estas partes ou unidades comunicam-se de maneira intermitente, cada um constituindo e sendo constituinte do todo ambiental.

É o princípio da separação e não separação, expresso por Morin (2010, p. 30). Portanto, não se pode afirmar, neste cenário, sujeitos sociais dos gêneros masculinos e femininos possuem papéis principais ou secundários, visto estarem todos interligados por uma rede de conexão, independente de suas necessidades egoísticas. A importância dada a cada personagem da cena familiar dependerá das circunstâncias de cada momento. Embora para os homens, em virtude da cultura patriarcal, ainda dominante, são concedidos papéis considerados de maior envergadura social.

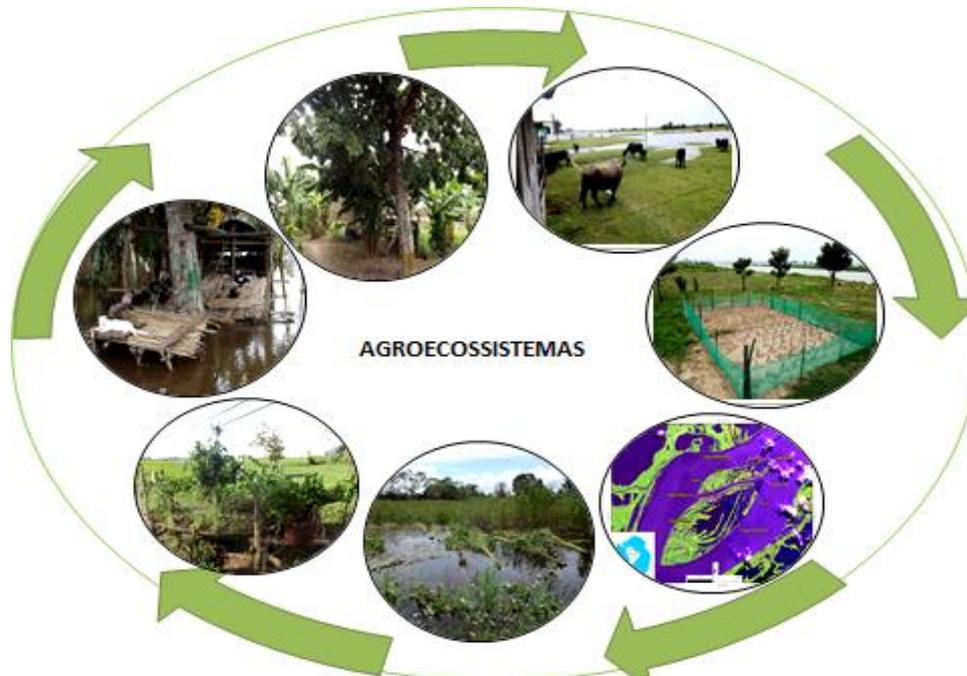
A partir desta lógica é válido desenvolver ações que deem a estes personagens o *status* de igualdade (FRASER, 2007, p. 7), de sujeito integrado na vida social em sua plenitude, para se reconhecerem como parte e todo de seu sistema ambiental e corresponsáveis pelos sistemas produtivos, organizacionais e ambientais. Não existe “sistema ambiental” sem o ser humano, assim como não existe este sem o “sistema ambiental”.

Os agroecossistemas pesquisados apresentam dois princípios fundamentais: fazem parte da dieta alimentar regional; e são de ciclo curto, uma média de 3 a 4 meses para o seu desenvolvimento.

Nos agroecossistemas encontram-se uma menor diversidade de espécies alimentares, quando comparado ao período anterior a 2009. Essas espécies estão distribuídas em unidades cultiváveis e criatórias (FIGURA 14): a roça; quintal; canteiros suspensos; extrativismo animal; criação de animais de pequeno e grande porte; conservação de quelônios. A distribuição dos plantios nas unidades destinadas para esse fim depende de variáveis relativas

ao tempo da vazante, surgimento das primeiras terras, oferta de sementes e demanda de mercado.

Figura 14 – Representação gráfica das unidades nos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A malva é a espécie não alimentar presente na unidade da roça. Ressalta-se em tempos recentes não haver mais sementes de juta a serem cultivadas. Quanto às sementes de malva, essas também, apresentam problemas na sua produção e comercialização.

2.3 UNIDADE DA ROÇA

Nas unidades de roça e quintais são cultivadas espécies alimentares e não alimentares. Nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves são comuns encontrar uma variedade de cultivos, há aqueles de ciclos curtos, destinados à sobrevivência, e os de ciclo longo, como malva, cultivada única e exclusivamente para geração de renda monetária.

Para Noda et al. (2007, p. 32-36) as roças são paisagens onde parcelas das espécies alimentares e não alimentares são cultivadas, podendo ser em regime de monocultura, rotação ou policultivos. Os quintais normalmente encontram-se associados às moradias, são organizados nessa unidade os cultivos das espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas.

Nas áreas roças pesquisadas encontram-se uma variedade de espécies alimentares (Tabela 02): de maior predominância estão à melancia e o jerimum; seguido do maxixe, da macaxeira e do pepino; posteriormente, temos o plantio do feijão, do milho, da cana de açúcar e mandioca. Na fibra, espécie não alimentar, identifica-se a malva.

Tabela 02 – Local de ocorrência de espécies nas unidades da roça e quintais, dos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA. N=17

Espécies	Unidade Agrícola	
	Roça	Quintal
Melância (<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. et. Nakai)	X	X
Jerimum (<i>Cucurbita spp</i>)	X	X
Maxixe (<i>Cucumis anguria L.</i>)		X
Macaxeira (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	X	X
Pepino (<i>Cucumis sativus L.</i>)		X
Feijão-caupi (<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.)	X	X
Milho (<i>Zea mays L.</i>)	X	X
Cana de Açúcar (<i>Saccharum officinarum L.</i>)	X	X
Mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	X	X
Malva (<i>Urena lobata L.</i>)	X	

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Todos estes plantios são iniciados no alvorecer do período da vazante, quando as terras começam a sair e a colheita ocorre antes do período da enchente, exigindo dos agricultores, uma grande variedade de cultivos mais precoces.

A unidade onde será iniciado o plantio será definida de acordo com a vazante e o aparecimento das terras. Em geral, as áreas de várzea mais altas, áreas dos quintais, são as primeiras a darem os primeiros sinais de solo fértil. Nestas, são cultivadas as espécies alimentares como a melancia, o jerimum, maxixe e pepino. As cultivadoras denominam os quintais as áreas ao redor de suas casas. Na Ilha do Chaves os quintais são abertos, sem cercas dividindo-os com as unidades da roça; diferentemente da Ilha do Valha-me-Deus, onde todos quintais são cercados, separando os terrenos entre os vizinhos, a área da comunidade e principalmente limitando a entrada dos bubalinos.

Nas roças são predominantes a macaxeira, mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e a fibra vegetal malva, podendo também receber os plantios de melancia e jerimum.

A quantidade de terras a serem cultivadas na roça depende da quantidade de sementes adquiridas nos órgãos de Assistência Técnica como IDAM (AM), Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do Pará e/ou Secretarias de Produção do município de Juruti (PA), ou, ainda de acordo com a condição econômica da família para adquirir no comércio regional.

Os dados indicam a Ilha do Chaves como a maior produtora dos cultivos alimentares e não alimentares, mantendo a tradição de ser esta Ilha a responsável pela maior produção desses cultivos.

A produção de melancia, em anos mais recentes, tem se expandido em decorrência da introdução de sementes geneticamente melhoradas e dos incentivos dos órgãos de assistência técnica, com destaque ao IDAM. As sementes de melancia e couve, essa última plantada nos canteiros suspensos, são adquiridas no comércio regional.

No ano de 2014, pela ausência da semente da malva para cultivos, houve um incremento nas roças de melancia e jerimum, como estratégia de incrementar a renda monetária familiar.

Destaca-se entre os cultivos: a mandioca, que não vinha, nos últimos anos, fazendo parte das espécies alimentares cultivadas nas Ilhas. Em 2013, o seu plantio tomou fôlego novamente, visto o incentivo da Secretaria de Produção do Município de Juruti, em parceria com a EMATER.

2.4 A UNIDADE QUINTAIS

Nos quintais são predominantes às espécies frutíferas, hortaliças, espécies medicinais e ornamentais. Os quintais são localizados próximo à moradia do agricultor. Os cultivos encontrados nessa unidade são destinados à sobrevivência da família, às trocas com vizinhos e, quando há excedente, podem gerar renda monetária. Nessa unidade, os saberes tradicionais são evidenciados, especialmente os relacionados ao uso das espécies medicinais, à forma de armazenamento das sementes, conservação e utilização das plantas.

Nas áreas pesquisadas foram identificadas (Tabela 02): banana, goiaba, manga, caju, maracujá, jaca e coco. Nos quintais da Ilha do Valha-me-Deus encontra-se a maior variedade de espécies frutíferas (Figura 15). Na Ilha do Chaves há o destaque para os bananais e o maracujá, este último numa pequena proporção e apenas encontrado nesta Ilha.

Figura 15 – Representação fotográfica do quintal da cultivadora S.N.C. (49 anos, Ilha do Chaves, 2014).



Fonte: Sandra Silva, setembro/2014

Estes dados revelam as perdas de espécies cultivadas ocorridas na Ilha do Chaves, pós enchente de 2009, dentre as quais as frutíferas como o cacau, o coco, a goiaba e diminuindo, visivelmente, as espécies de banana e manga.

As cultivadoras relatam a preocupação na variedade de espécies alimentares a serem cultivadas, (jerimum, macaxeira, maxixe, feijão, banana) para garantir uma alimentação mais diversificada e rica em nutrientes para seus familiares. Todo plantio é destinado à sobrevivência da família e o excedente destinado à comercialização.

As sementes utilizadas em cada novo ciclo são armazenadas pelas mulheres nas Ilhas pesquisadas. Declaram terem aprendido com suas mães e avós a ação de guardar as sementes, sendo este um patrimônio imaterial fundamental para a conservação das espécies nativas. Estes saberes são repassados para as atuais gerações.

Todo processo de cultivar, preparar a semente, a cova, o plantio, a capina, e a colheita, também compõem este saber tradicional. Este dado confirma os estudos desenvolvidos por Mies e Shiva (1993, p. 220) e Simonian (2012, p. 331) quando afirmam o relevante papel das mulheres como guardiãs das sementes e da biodiversidade.

As mulheres no mundo rural possuem um relevante papel nas diferentes etapas de produção de alimentos, seja nas ações de conservar as sementes, cultivá-las e colher os

plantios resultantes desse processo, além de se envolverem diretamente na preparação de alimentos para o consumo da família, contribuindo sobremaneira para a segurança alimentar familiar. (KRONE, MENASCHE, 2012, p. 2).

A segurança alimentar está relacionada à capacidade de acesso suficiente e permanente a alimentos com boa qualidade nutricional, isentos de componentes químicos prejudiciais a saúde humana e o respeito aos hábitos e a cultura alimentar dos povos do planeta, considerando a dimensão do patrimônio cultural reproduzido geracionalmente. (MALUF; MENEZES, 2000, p. 2-4).

No sistema ambiental pesquisado identifica-se uma organização social para produção de espécies alimentares congruente com os espaços agrícolas produtivos e a temporalidade dos plantios, seguindo o pulso de inundação. Nesse sentido, contribui para a produção e acesso a alimentos pela via não monetária, uma produção direcionada, prioritariamente, para o autoconsumo, ampliando a segurança alimentar dessas comunidades. Esse processo encontra simetria com os estudos desenvolvidos por Noda et al. (2013, p. 64).

As cultivadoras participam ativamente de todas as etapas do plantio dessas espécies alimentares, dividindo seu tempo entre as atividades domésticas, da roça e dos quintais. Informaram ter grande satisfação em poder acompanhar o marido nas roças. Entendem este processo como familiar, a força de trabalho da mulher é um diferencial na geração de uma maior produção.

Na unidade da roça nas Ilhas pesquisadas não é comum o uso de adubação química ou vegetal. As cultivadoras ratificam o solo de várzea como apropriado e fértil para o cultivo das espécies regionais. A melancia, adquirida no comércio regional, por ser uma semente geneticamente modificada, necessita de adubação ao semear e uso de defensivos químicos para o combate de pragas. Para a adubação é utilizado o esterco do gado e/ou o paú, oriundo do processo de decomposição da espécie arbórea munguba (*Malvaceae*), já os defensivos são adquiridos no comércio regional.

Os cultivos estão distribuídos espacialmente em pequenas áreas, uma diversidade deles indicando um modelo de policultivos na agricultura na várzea. Os modelos de policultivo ocorrem em zonas tropicais onde as propriedades agrícolas são pequenas e os produtores têm pouco capital financeiro e/ou incentivos, por meio de créditos para aquisição de insumos e produtos para incrementar a produção. Os cultivos quando praticados nesse modelo tem maior capacidade de explorar eficientemente os recursos naturais, a luz,

nutrientes, possibilitando uma maior produção e paralelamente a conservação ambiental. (LIEBMAN, 2012, p. 222).

Esta é uma estratégia de produção agrícola de conservação dos Agroecossistemas proporcionando aos cultivadores melhores condições de inserção dos produtos no mercado regional e uma alimentação mais variada em hortaliças, frutas, leguminosas e tubérculos.

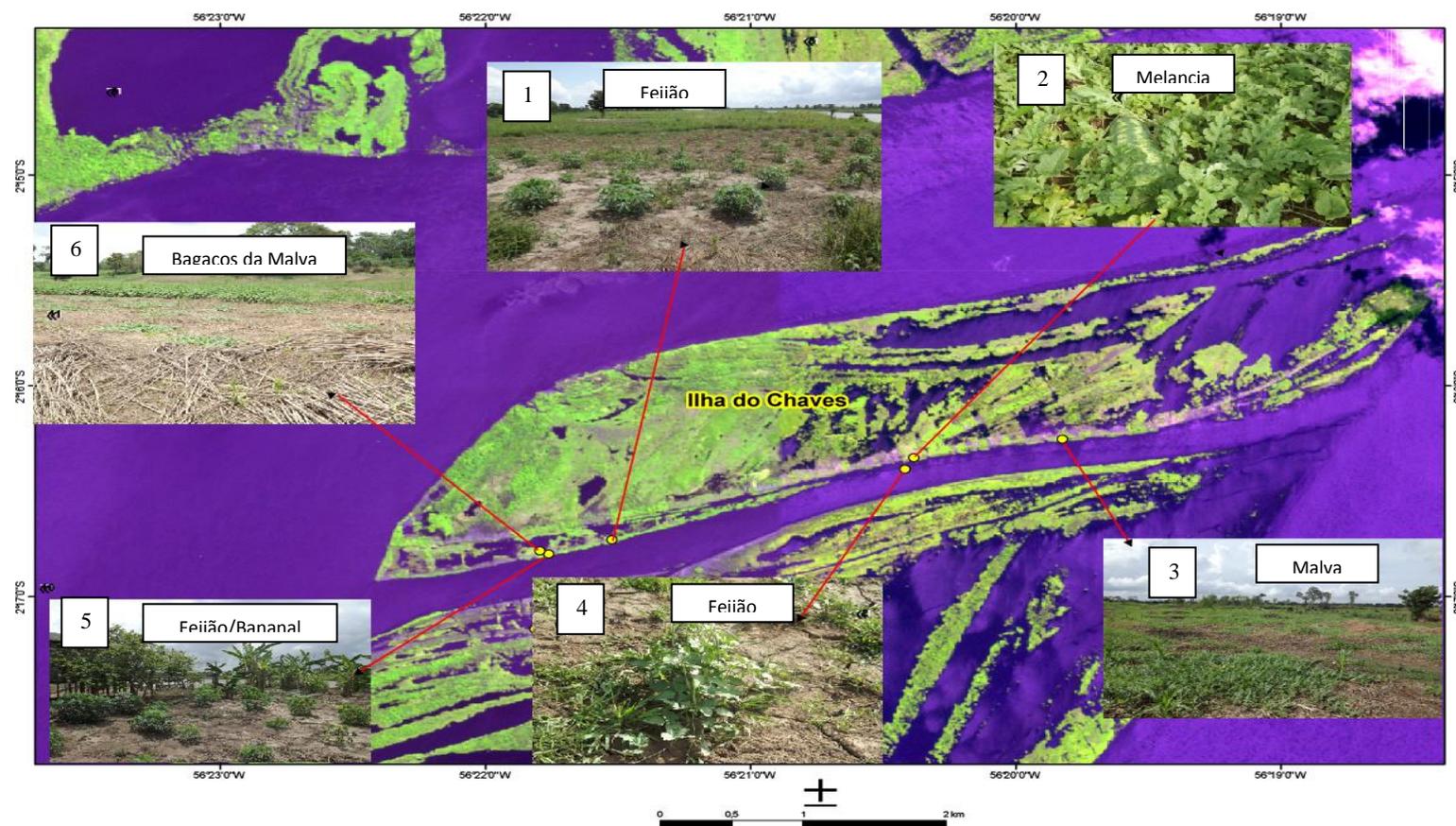
A Figura 16 indica as unidades de roça e quintais da Ilha do Chaves, na mesma identifica-se, no ponto 01: roça de feijão; ponto 02: o cultivo de melancia; ponto 03: roça da malva; ponto 04 roça de feijão-caupi; 05 quintal com plantio de feijão-caupi e bananas; 06 bagaço da malva.

Na figura 17 das áreas de roça e quintal do Valha-me-Deus, identifica-se, no ponto 01 área de roça e pasto, quando da ausência de cultivos, são criados búfalos; 02 roça e quintal, a mesma situação da imagem 01; 03 área destinada exclusivamente a roça de uma das cultivadoras; 04 e 05 área de quintais, próximas as casas, destinadas nos cultivos de frutos, canteiros suspensos e criação de pequenos animais. As áreas de roça em tempos recentes nessa Ilha têm sido destinadas as criações dos bubalinos.

Estas são áreas onde não há cercas de fio de arame dividindo os terrenos, as mesmas não resistem às cheias do rio, sendo destruídas a cada vazante. O custo para reconstruí-las é muito elevado para o baixo retorno financeiro das produções agrícolas e até mesmo ausência das sementes para produção, como o caso das fibras vegetais. Nesta circunstância a pecuária tem sido a estratégia de alguns produtores para obter alguma; renda monetária.

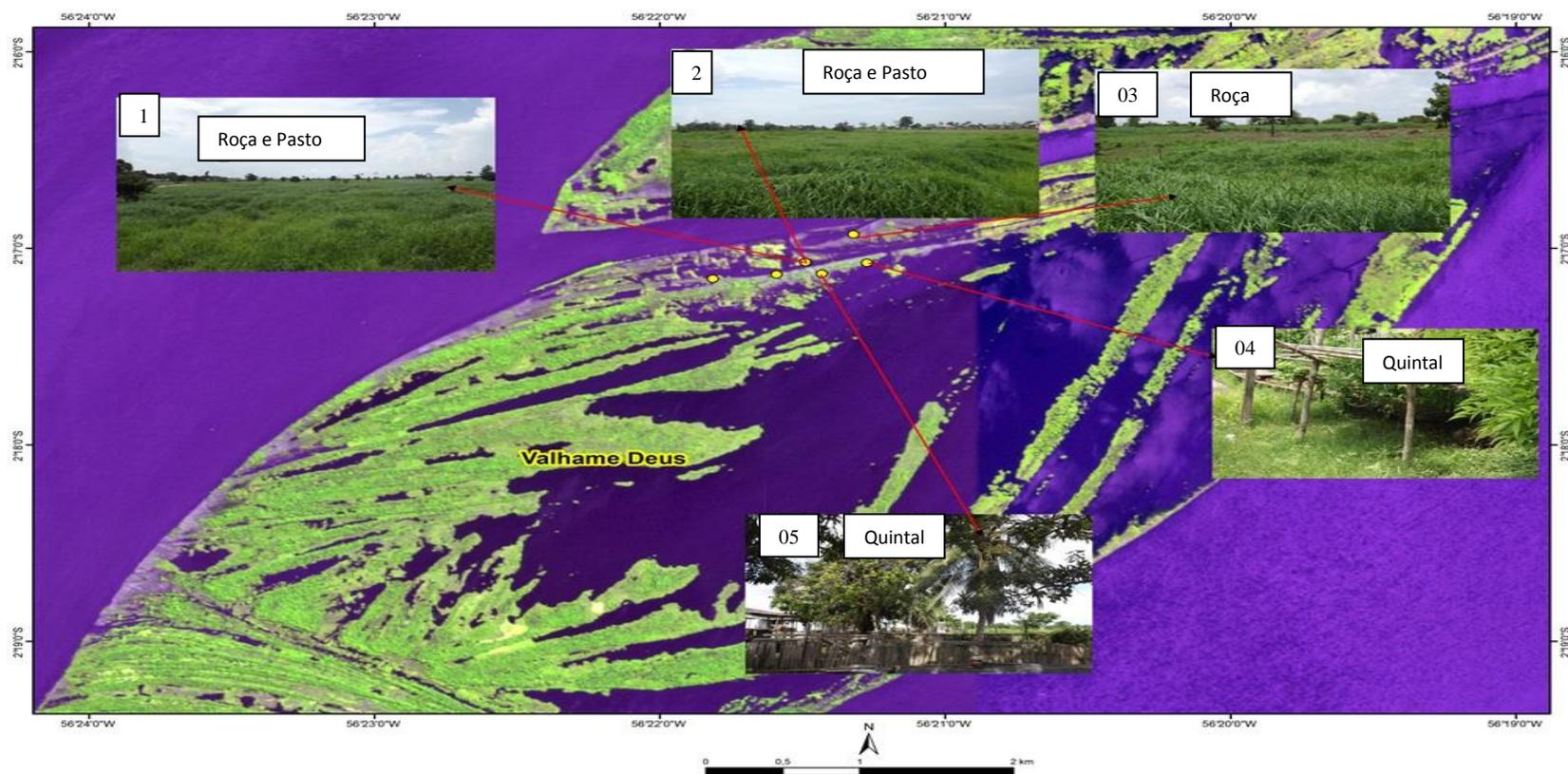
Cercar a área de roça passou a ser uma necessidade na Ilha do Valha-me-Deus, devendo os cultivadores arcar com os custos para aquisição de madeiras, arames e o próprio trabalho humano. Esta tem sido uma situação geradora de conflitos entre agricultores e criadores na Ilha do Valha-me-Deus, ficando os primeiros em desvantagem.

Figura 16 – Área de roça e quintais da Ilha do Chaves, setembro 2014



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM. Colaboração técnica: Willer Hermeto Almeida Pinto. (Org. Sandra Silva)

Figura 17 – Área de roça e quintais da Ilha do Valha-me-Deus no período de seca. 2014.



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM. Colaboração técnica: Willer Hermeto Almeida Pinto. (Org. Sandra Silva)

O cultivo da malva há décadas teve um valor central na renda monetária destes produtores, em especial a partir do segundo e quarto trimestre do ano. Era uma renda extra e uma oportunidade de pagar dívidas no banco e adquirir bens. Destaca-se o significado dessa produção para estes povos das Ilhas, nas falas das cultivadoras:

Tenho saudades de trabalhar na malva, melhorou muito as condições financeiras, eu comprava tudo a vista, tinha o dinheiro na mão, na época da malva, aqui corria muito dinheiro. Eram muitos trabalhadores, movimentos de barcos, muita gente trabalhando, era muito animado aqui. (C.B.V., 64 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Aqui era muito bom na época da juta, o dinheiro corria solto, era animado. As festas tinham prendas monetárias boas, porco, carneiro, hoje em dia é tudo devagar, desanimador, porque tem dificuldades de vender a juta. É duro trabalhar na juta, mas tudo que temos foi por causa dela, a nossa casa, foi feita com dinheiro da juta, o motor de rabeta também. Então, temos muita coisa que veio do dinheiro da juta. Hoje não tem mais juta é só malva, mas também tá acabando. (A.M.P.F., 49 anos – Ilha do Chaves, 2014).

O cultivo da fibra vegetal iniciou nos anos de 1940, com seus pais, mães e avôs aprendendo com os japoneses a cultivá-las. Este ato foi reproduzido culturalmente ao longo das gerações. Assim, há uma identificação com esse processo produtivo, esse parece compor a identidade dos produtores destas Ilhas, como uma herança bio cultural dando a eles significados existenciais.

As cultivadoras contam sobre o fato de suas mães irem gestantes para dentro das águas para o processo de colheita e afogamento das fibras. O primeiro contato das cultivadoras com a juta iniciou-se no ventre de suas mães, assim foi com tantos outros cultivadores. Estas gestadas nas colheitas da juta reproduziram os mesmos mecanismos com seus filhos, hoje cultivadores da malva. Ser juticultor ou malvicultor está impregnado bio, sócio e culturalmente no ser de homens e mulheres das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves.

Essa herança é resultante das condutas culturais, configurações comportamentais adquiridas ontogenicamente, na dinâmica comunicativa geracional entre os seres humanos e o sistema ambiental cambiante. A imitação e a contínua seleção comportamental intergrupar, desempenham um papel essencial na reprodução das heranças bio-sócio-culturais, tornando possível o estabelecimento de acoplamentos dos jovens com os adultos. Cada um possuindo em suas estruturas autopoiéticas elementos de sua ancestralidade e das modificações postas pelo devir histórico. (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 223).

As mulheres que, hoje, já não plantam por conta da idade, lembram com saudade dos tempos do auge da fibra, considerada como geradora de “riqueza”. As casas, motores, barcos, canoas, entre outros bens, são resultantes das produções da fibra vegetal e da faina deste povo.

As duas Ilhas, mesmo não compondo as áreas de várzea do município de Parintins/AM, receberam, desde a introdução da fibra na região, o apoio do IDAM no desenvolvimento desta prática agrícola. Fazendo parte das estatísticas e das atividades técnicas desta Instituição (Tabela: 03).

Tabela 03 – Produção toneladas da espécie malva (*Urena lobata L.*).

Comunidade	Produção (t)				
	2011	2012	2013	2014	Total
Ilha do Chaves	80,5	87,3	75,6	25,6	269,0
Ilha do Valha-me-Deus	41,8	34,5	34,6	7,0	117,9
Total	122,3	121,8	110,2	32,6	

Fonte: Dados secundários do IDAM (Organizado por Silva, Sandra, 2015).

A tabela 03 indica as safras produzidas a partir de 2011, as quais reforçam a queda na produção a partir de 2013. No ano de 2014, os dados são referentes à produção declarada ao IDAM por nota fiscal, coletiva em quase sua totalidade, para o acesso à subvenção paga pelo Governo do Estado, como política de incentivo à produção.

A malva, no ano de 2014, não foi contabilizada por produtor rural no IDAM, visto ter sido entregue ao agente de comercialização - em Parintins/AM, por meio de grupos, sendo o representante deste grupo o possuidor do Cartão do Produtor Primário. Este fazia entrega, recebia os valores e os repassava de acordo com a produção de cada cultivador. Esta foi uma estratégia para os mesmos poderem emitir a nota fiscal e receber a subvenção do Estado do Amazonas, sobre a fibra vegetal.

O valor médio do quilo da malva em Parintins foi de R\$ 1,60, abaixo do valor mínimo de R\$ 1,96, estipulado pelo Plano Safra 2013/2014 para fibra embonecada no caso de operações de AGF (Aquisição do Governo Federal), e a prensada a R\$ 2,17/kg, valor mínimo também assegurado pelo Governo do Amazonas. O valor da subvenção sancionado via Decreto Estadual é de R\$0,20 por quilo de fibra embonecada dos tipos 1

e 2. Porém, como parte do plano de ação para impulsionar a cadeia, a safra de 2013/2014 teve subvenção de R\$0,40/kg de fibra embonecada.

Os cultivadores esperavam receber os valores relativos à subvenção no segundo semestre de 2014, entre os meses de setembro e outubro, contudo, devido ao atraso na execução da nota fiscal e entrega da mesma para a ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável) do Estado do Amazonas, o pagamento não foi realizado. Novamente é o produtor rural em desvantagem.

Para as cultivadoras, o cultivo desta fibra é muito sofrido, além de toda exploração por parte dos agentes de comercialização, dos baixos preços, ainda são relatadas as doenças adquiridas a partir deste trabalho, como as dores reumáticas, dores na cabeça, abortos, o forte odor deixado pelas águas nos corpos, além do desalento, por desenvolverem múltiplas tarefas. Movimentos repetitivos acarretam dores nos braços, assim como ficar o dia todo na mesma posição ocasiona dores nas costas.

As cultivadoras afirmaram o desejo de abandonar este tipo de plantio devido as grandes dificuldades do mesmo e, principalmente, na comercialização. Nesta região, a presença de um tradicional agente de comercialização é frequente, adquire o produto a preços inferiores ao determinado pelo Governo do Estado do Amazonas, além de atrasar o pagamento ou não o fazer conforme acordado. Estes dados revelam a total subordinação dos agricultores ao capital e a vergonhosa exploração da força de trabalho, indicando o abandono do poder público nesta esfera.

Os prejuízos físicos e mentais têm sido muito maiores do que o retorno monetário, de acordo com a visão das cultivadoras. Entretanto, observa-se na fala das mesmas, a esperança de que este cultivo possa retomar o ritmo de épocas passadas, com técnicas e instrumentos mais apropriados, e alcançar melhores resultados.

A malva, como pode ser observado nas figuras 13 e 14, nas Ilhas, possuem áreas destinadas exclusivamente para o seu plantio, em geral são as mais próximas aos furos, a várzea baixa.

As pesquisas de Noda (2010, p. 111 e 112) e Ferreira (2009, p. 170 - 176) evidenciam o processo produtivo da fibra vegetal. Após o processo de semeadura, as fibras passam pelo corte e formação dos feixes, maceração, desfibrilamento, secagem e enfardamento. O corte consiste no desligamento da planta de sua raiz, processo no qual são geralmente, utilizados terçados. Após, são feitos os feixes para serem afogadas e ficarem submersos por cerca de 7 a 8 dias, podendo chegar até 10 dias, quando não há mão de obra suficiente.

Em seguida, inicia-se o desfibrilamento dos feixes afogados denominado de “lavagem” da fibra. Esse é o momento do processo de trabalho, no qual os cultivadores estão expostos aos mais variados riscos, pois passa em média de 8 a 10 horas com a metade do corpo submerso, podendo ser picado por cobras, sofrer ataques de animais aquáticos, como: jacarés, sangue suga, arraias e poraquês ou ainda contrair graves doenças.

Depois de serem desfibriladas, as fibras são levadas de canoas para os varais para secarem, esse processo consiste no estender e revirar as fibras para secá-las ao sol. É uma etapa muito exigente da força física do cultivador, pois as fibras devem ser lançadas nos varais. Nesse momento, é necessária a vigilância constante das fibras para a sua secagem ser o mais breve possível.

Observa-se o quanto o cultivador, neste processo, tem uma total dependência de seu sistema ambiental, pois a água serve para o momento de afogamento e amolecimento da fibra, enquanto o sol e o vento são os únicos responsáveis pela secagem das fibras. Após essas etapas, as fibras são separadas para serem enfardadas, nesse momento utiliza-se a “prensa”, um apetrecho feito de madeira pelos próprios trabalhadores. Este processo tem se mantido desde os anos de 1940, sem nenhuma introdução de tecnologias ou políticas públicas eficazes para melhorias da produção.

As precárias condições de produção, distribuição e comercialização da fibra vegetal já vinham em *débâcle* há alguns anos, os agricultores estavam saturados da exploração vivenciada a cada nova colheita, dos preços pagos pela safra, sempre inferiores ao definido pelo Governo do Estado do Amazonas e da insalubridade do processo produtivo. Saturados do abandono por parte das autoridades políticas a esta atividade agrícola. Esta situação se agravou ainda mais no ano de 2014, com a total escassez das sementes, refletindo um problema estrutural da cadeia produtiva da fibra vegetal malva, a qual se inicia com os produtores das sementes no município de Capitão Poço, no Pará.

A cadeia produtiva¹⁹ da malva segue o ciclo de produção das sementes, distribuição e comercialização das mesmas, produção da fibra vegetal, processamento,

¹⁹ A cadeia produtiva da malva foi identificada acompanhando as atividades desenvolvidas pela equipe do Projeto de Transferência de Tecnologia e Estratégias de Desenvolvimento para Dinamizar a Cadeia Produtiva de Malva e Juta no Estado do Amazonas. Inserido no Programa Estratégico de Transferência de Tecnologias para o Setor Rural – Pró-Rural.

distribuição e comercialização. Nestas etapas estão inseridos os cultivadores e agentes de comercialização, cada um em seu nicho.

A primeira etapa da cadeia inicia em Capitão Poço/PA com os coletores das sementes da malva. Estas crescem espontaneamente ao longo das margens das estradas. Apesar de todas as pesquisas científicas da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Amazônia Oriental para o desenvolvimento das sementes, até os dias de hoje não houve o cadastro da mesma no Registro Nacional de Sementes e Mudas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, tão pouco uma Instrução Normativa do MAPA para regulamentar a produção, ocasionando entraves na comercialização das mesmas.

Os produtores e coletores das sementes, assim como da fibra vegetal, ficam reféns dos agentes de comercialização, exploradores da produção, por meio de suas práticas especulativas e espoliadoras. Nas relações entre os produtores agrícolas e os agentes de comercialização são retratados os momentos de subordinação destes produtores aos interesses do capital comercial.

Os preços das sementes ou fibra são determinados por estes agentes e nunca correspondem aos custos da produção. Somado a isto, há o clima de insegurança quanto à venda ou não da produção. Os agentes de comercialização não garantem a compra da mesma deixando, a cada ano, o produtor ainda mais refém dos seus ditames.

Em Capitão Poço/PA, esta tem sido a realidade de centenas de produtores das sementes. A SEPROR (Secretaria de Estado de Produção Rural) do Amazonas, por meio do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais – IFIBRAM tem sido o maior comprador e distribuidor de sementes da malva na região. Entretanto, em 2014, devido a uma fiscalização do MAPA, que identificou a ausência do registro da semente, foi proibida esta tramitação, além da determinação de incinerar todo estoque das sementes presente na SEPROR.

A estratégia adotada pelos produtores e cooperativas foi se basear na Lei 10.711/03, a qual reconhece as sementes crioulas, e a não necessidade dos agricultores familiares registrarem essas no MAPA para poderem produzi-las ou fazer mudas. Podendo essas, ainda, serem distribuídas e comercializadas com outros agricultores familiares. Foi a partir desta brecha na lei que a SEPROR, por intermédio da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru – COOMAPEN negociou com o IFIBRAM a compra de um lote de sementes, a fim de distribuir para todos os

municípios produtores de fibra. No entanto, a estratégia não teve sucesso e apenas uma pequena parcela de agricultores foi beneficiada - os cooperados.

Em Parintins/AM, há uma Cooperativa de Jucultores e de Agricultores Rurais, contudo, por falta de organização política, não houve planejamento para aquisição de sementes, e, também se observa a falta de perspectiva de retomada do crescimento desta produção na região por parte da cooperativa.

Os cultivadores de malva do Médio Amazonas ficaram sem as sementes distribuídas pelo IDAM em 2014. Aqueles que cultivaram, nas Ilhas²⁰ pesquisadas, foram porque guardaram parte das sementes distribuídas no ano de 2013, esperando auferir melhores preços na safra de 2015, fundado na lógica da oferta e da procura. Apenas uma pequena parte recebeu sementes do IDAM, porém sem registro do número de produtores, nome e quantidade recebida.

Diferentemente das sementes das espécies alimentares, as sementes da malva não tem como serem guardadas e reproduzidas anualmente pelos cultivadores varzeanos, visto estas necessitarem de manejo diferenciado havendo a necessidade de serem produzidas em terra firme, em função da requisição de maior tempo para as plantas entrarem em processo produtivo das sementes.

Evidenciam-se, nesta análise, problemas estruturais em toda cadeia produtiva da malva, desde a produção das sementes até a comercialização das fibras vegetais processadas para a comercialização na indústria têxtil. Apesar das tentativas de retomar a produtividade de outrora, por parte da SEPROR, os resultados não têm se mostrado satisfatórios. Entretanto, estes dados são importantes para identificar os nós nesta cadeia produtiva e serem propulsores de novas estratégias de ação, mais consolidadas e fundamentadas por parte do Estado do Amazonas e Pará.

A fibra vegetal é uma espécie adaptada à várzea amazônica, é uma fonte de renda monetária diferenciada para os cultivadores destas áreas. Faz-se necessário uma política pública agrícola mais efetiva e um maior compromisso político dos órgãos de assistência técnica retirando de circulação os agentes de comercialização, os quais têm se apropriado há décadas dos excedentes da produção da fibra vegetal e de tantas outras espécies alimentares cultivadas pelos varzeanos da Amazônia.

²⁰ Duas famílias na Ilha do Valha-me-Deus, Sras. V.F.B.R. (44 anos) e L.F.B (56 anos) e na Ilha do Chaves quatro famílias, nenhuma delas pertencentes as nossas pesquisadas.

Quanto ao uso da técnica do pousio para conservação dos solos, não há essa prática nas ilhas pesquisadas. As terras, segundo as cultivadoras, somente são deixadas em descanso no período das cheias do rio Amazonas, as quais cobrem toda a área das Ilhas. Entendem o próprio processo de cheia do rio e os sedimentos deixados pelas águas, como fonte de nutrientes e fertilidade do solo.

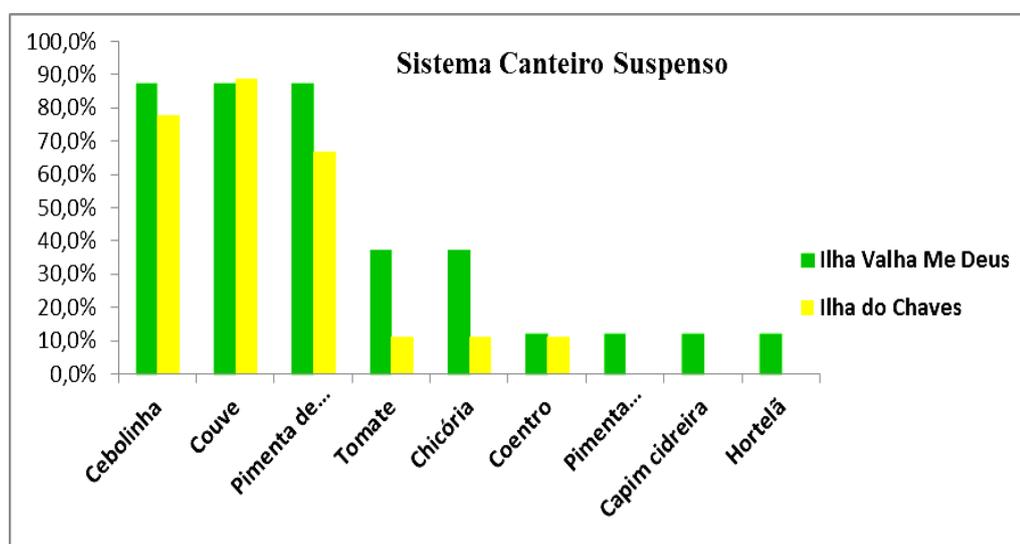
A descrição sobre a organização da unidade de roça indica que força de trabalho, adaptabilidade, vontade e esperança dos cultivadores fazem parte de sua organização bio-cultural, apresentam alta capacidade de resiliência, faltam-lhes incentivos, tecnologias sociais e políticas públicas justas para potencializar suas produções.

2.5 UNIDADE QUINTAL COM CANTEIROS SUSPENSOS

Os canteiros suspensos, de acordo com Noda et al. (2007, p. 33) é uma estratégia adotada pelos agricultores familiares para diversificar e ampliar a capacidade produtiva do sistema agrícola. São como tabuleiros suspensos, onde são produzidos hortaliças para atender as necessidades de sobrevivências das famílias e o mercado local.

Nos canteiros suspensos pesquisados (Gráfico 03) identifica-se a: cebolinha, couve, pimenta de cheiro, tomate, chicória, coentro, capim santo e hortelã.

Gráfico 03 – Percentual de ocorrência de espécies hortícolas em canteiros suspensos na unidade sítio/quintal dos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA. 2014. N=17



Fonte: Trabalho do campo, 2014.

A cebolinha, couve e pimenta do cheiro (Figura 18) são as espécies mais encontradas nos quintais das cultivadoras, em geral plantadas em canteiros suspensos. As demais espécies nem todas pesquisadas possuem em seus quintais. É muito comum a troca, a venda ou até mesmo a doação de algumas dessas entre as vizinhas ou familiares, para contribuir no enriquecimento da dieta alimentar. Gerando também, com essa prática, o aumento da variabilidade genética dessas espécies por meio da permuta de sementes e mudas entre os agricultores, ampliando a possibilidade de conservação dos recursos genéticos vegetais.

Figura 18 - Representação fotográfica de um canteiro suspenso encontrado no quintal cultivadora S.N.C. (49 anos, Ilha do Chaves, 2014).



Foto: Sandra Silva, setembro/2014

No período das cheias dos rios entre maio e junho, as terras das Ilhas ficam submersas nas águas do rio Amazonas, ficando apenas os canteiros suspensos com algumas espécies alimentares. Plantas ornamentais cultivadas em vasos ou latas são suspensas de forma a resistir ao período das chuvas e as enchentes do rio.

Quanto às plantas medicinais, estas não são muito comuns na região, hoje as famílias tem buscado assistência no posto de saúde da Ilha do Valha-me-Deus, para minimizar ou eliminar qualquer mal-estar, deixando para traz os saberes tradicionais de

grande valor cultural. Encontram-se algumas espécies como: capim santo, hortelã, utilizadas para dores de cabeça, estômago, enjoos, segundo relatos.

Nesta unidade há a manutenção das plantas ornamentais, uma diversidade delas, muito comum na casa de todas informantes. Estas embelezam e dão cores ao ambiente. É possível encontrar flores nas mais diversas tonalidades, muitas destas se perdem no período das cheias, não resistindo ao grande volume das águas.

2.6 UNIDADE EXTRATIVISTA ANIMAL

O extrativismo vegetal e animal é uma prática comum entre os povos da Amazônia, o primeiro para alimentação e geração de renda monetária, como indicou o estudo de Noda, et al. (2007, p. 106), o qual identificou 144 espécies vegetais utilizadas na prática do extrativismo pelos agricultores familiares da região do rio Solimões/Amazonas.

Nas Ilhas, não há informações de nenhuma prática de extrativismo vegetal, nem mesmo as madeiras das árvores presentes na floresta são utilizadas, por sua pouca resistência.

Quanto à caça, informaram extrair apenas os peixes das águas do rio Amazonas e dos diversos lagos existentes nas Ilhas (Quadro 03), além do camarão na Ilha do Valha-me-Deus, entre os meses de agosto e setembro. O peixe é uma das fontes de proteínas mais importantes e principal na dieta alimentar dos ribeirinhos (SCHERER, 2004, p.2).

Quadro 03 – Espécies piscícolas capturadas no ecossistema pesqueiro das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, Juruti/PA. N=17

Nome Popular	Nome científico	Família botânica
Acari	<i>Pterygoplichthys pardales</i>	<i>Loricariidae</i>
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>	<i>Prochilodontidae</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	<i>Pimelodidae</i>
Mapará	<i>Hypophthalmus spp.</i>	<i>Hypophthalmidae</i>
Matrinchã	<i>Brycon spp.</i>	<i>Charicidae</i>
Pacu	<i>Mylossoma spp.</i>	<i>Serrasalminidae</i>

Pescada	<i>Plagioscion</i> , <i>Pchypops</i> , <i>Furcraeus</i>	<i>Sciaenidae</i>
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>	<i>Serrasalminidae</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma</i> <i>fasciatum</i>	<i>Pimelodidae</i>
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	<i>Serrasalminidae</i>
Tamoatá	<i>Hoplosternum</i> spp., <i>Callichthys callichthys</i>	<i>Callichthyidae</i>
Tucunaré	<i>Cichla</i> spp.	<i>Cichlidae</i>

Fonte: Noda et al. (2007, p.190)

A pesca é exercida no rio Amazonas, nos lagos, furos, paranás e igarapés das Ilhas. No Valha-me-Deus (Figura 19), destacam-se os lagos do Braço, Sacambo, Lago da Ressaca e os furos. Na Ilha do Chaves tem-se em destaque os lagos Arraia, Acari e Ressaca e o furo.

Entre as espécies mais comuns nas pescarias, encontra-se no período da seca: curimatã, pescada, Acari, mapará, surubim, tambaqui, tamoatá, tucunaré; no período das cheias há uma maior escassez de peixes, em especial na Ilha do Valha-me-Deus.

No período das cheias, encontra-se entre as espécies de peixes: o acari, tambaqui, pirapitinga, curimatã, pescada, pacu, tamoatá, numa quantidade e qualidade muito inferior quando comparado ao período da infância das cultivadoras, conforme estas relatam.

De quando eu era criança até hoje diminuiu muito a quantidade de peixe, se pesca bem menos. Eu conto para os meninos que quando eu era criança e meu irmão ia pescar, ele trazia muito curimatã no casco, mas hoje quando eles vão pescar dá até tristeza. Comi peixe boi e hoje minha filha nem sabe o que é, comi tartaruga e hoje ninguém vê mais. (I. B.S. 25 anos – Ilha do Chaves. 2014).

Antigamente tinha mais fartura de peixe, bicho de casco. Hoje não pode mais pegar os bichos de casco porque é proibido, precisa mais do dinheiro, se não tiver dinheiro hoje passa necessidades, antigamente tinha muita fartura de peixe. (L.F.B., 56 anos - Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Antes tinha peixe muito farto, mas não tinha comprador, hoje tem pouco peixe e tem comprador, naquela época tinha que esperar o regatão vir, trazia farinha, vendia o peixe e comprava a farinha, açúcar, café, não tinha dinheiro, era só na troca. Hoje se não tiver dinheiro fica mais difícil. (M.C.B., 50 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Há 20 a 30 anos, quando eu era jovem havia muita fartura de peixe, de forma poder escolher os peixes, optando por aqueles maiores, como o tambaqui, o tucunaré e o pirarucu. Hoje quando se pesca um desses é uma festa, todo mundo quer ver. (C.B.V., 64 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

As cultivadoras relatam o quanto o peixe, hoje, é mais escasso, despende-se um tempo maior para a pesca do mesmo. No período da cheia, de dinheiro curto, de maiores necessidades, os homens chegam a passar mais de doze horas nos lagos e rios, durante a noite, para pescar a quantidade suficiente para a sobrevivência da família e gerar alguma renda monetária. Necessitando se dedicar mais horas a pesca hoje os cultivadores tem um menor tempo para a agricultura. A base da dieta familiar é a farinha e o peixe, em especial durante o período das cheias do rio, quando são improváveis alimentos oriundos dos cultivos nas roças e quintais.

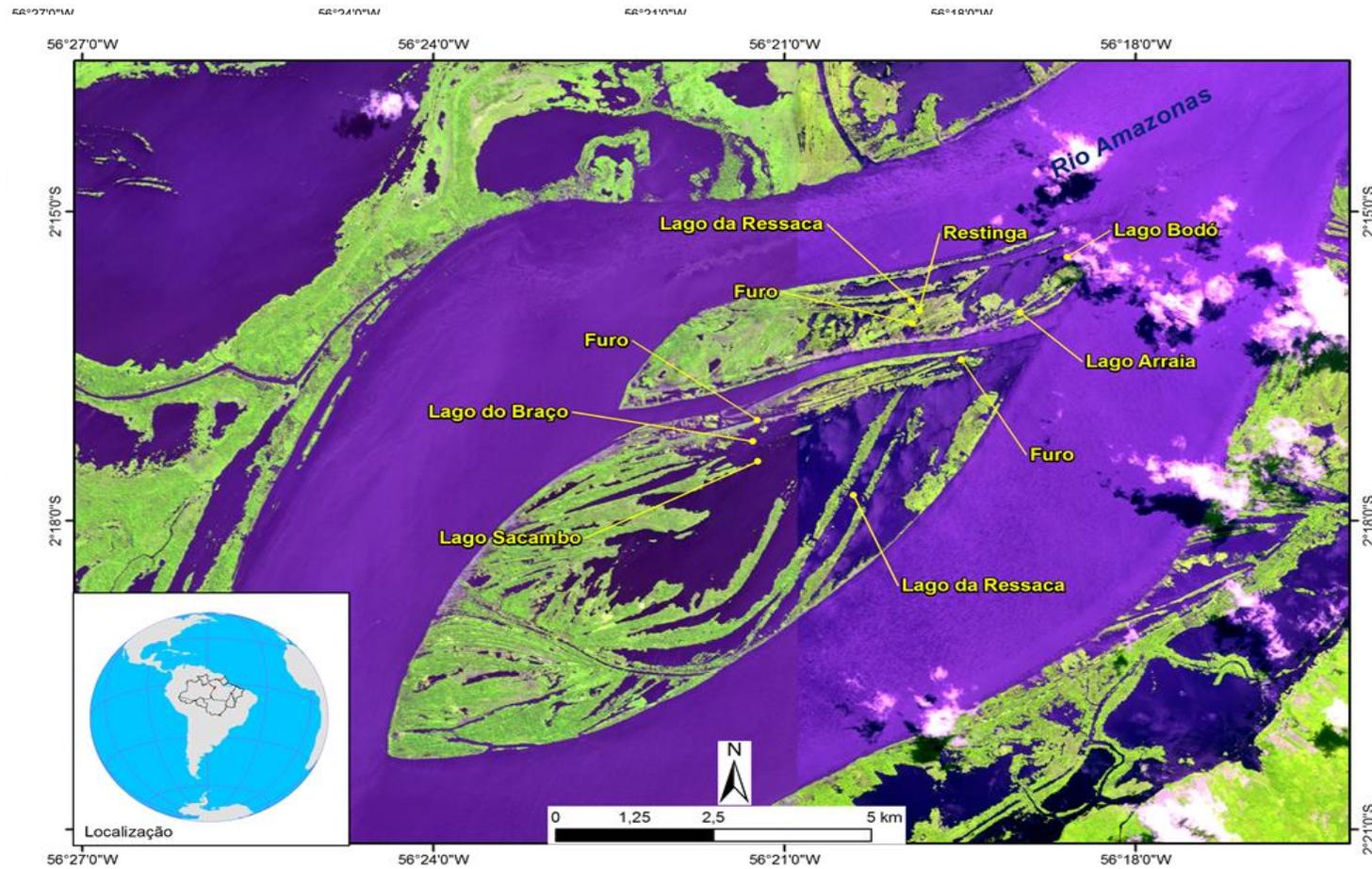
Quanto a pesca do camarão, essa ocorre logo após a vazante, sendo duas cultivadoras, as Sras. M.C.B (50 anos) e C.B.V. (64 anos), as protagonistas desta modalidade de pesca, ambas da Ilha do Valha-me-Deus. Elas preparam as iscas, a captura da espécie e o comercializam na própria comunidade.

As cultivadoras destacam a presença da criação de búfalos no Valha-me-Deus como um dos fatores para a diminuição na quantidade de peixes e do camarão nos lagos e rio da Ilha. A presença dos bubalinos nas proximidades dos lagos e rio, em especial no período da vazante, contribuem para destruição da vegetação flutuante a qual margeia os pontos de pesca e servem de alimentos para as diversas espécies aquáticas, incluindo o camarão (DIÓGENES; SCHERER, 2014, p. 4).

Quanto à participação das mulheres na pesca, nas Ilhas destacaram esta atividade como prioritariamente dos homens, a praticam quando da ausência do marido ou de algum filho em condições de exercer a pesca.

Há aquelas identificadas com a pesca e mesmo com a presença de maridos e filhos, praticam esta atividade continuamente, como as nossas cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus, as Sras. V.F.B. R (44 anos, 2014), M.N.S. (51 anos, 2014) e L.F.B. (56 anos, 2014). Estas mulheres tem um destaque nos processos produtivos da Ilha, sendo cultivadoras de malva e de outras espécies alimentares.

Figura 19 - Área e locais de pesca nos lagos, furos e rio Amazonas da Ilha do Valha-me-Deus, Juruti/PA



Fonte: BD 4 Divisão de Registros e Levantamento Cartográfico, Google Earth e CPRM
Colaboração técnica: Willer Hermeto Almeida Pinto. (Org. Sandra Silva)

2.7 UNIDADE DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE

Nas Ilhas pesquisadas foram identificados os animais de pequeno porte como os patos (*Anas platyrhynchos*), galinhas (*Gallus gallus domesticus*), carneiros (*Ovis aries*) e porcos (*Sus domesticus*). Estes são alimentados com restos derivados do processamento de produtos, como por exemplo, raspa de mandioca ou milho, produzidos nas próprias unidades de produção ou adquiridos no comércio regional.

No período das cheias estes são mantidos nas marombas. Nesse espaço, em geral pequeno, são mantidos os animais de pequeno porte e, nem sempre ocupam o mesmo espaço, podendo haver mais de uma maromba no quintal da casa.

Os animais de pequeno porte são ricos em proteínas e fonte de alimento para as famílias moradoras das Ilhas. Quando necessário, são fonte de renda monetária, com a comercialização dos mesmos nas próprias comunidades.

A criação e manutenção dos animais ficam sob a responsabilidade das mulheres e dos filhos mais jovens, os homens desenvolvem ações de transporte, de sacrifício do animal para alimentação da família e na comercialização dos mesmos. Mas, estas atividades não são estanques, dependendo das necessidades, os papéis familiares são modificados e outros membros da família assumem a tarefa.

2.8 UNIDADE DE CRIAÇÃO DOS ANIMAIS DE GRANDE PORTE

Em relação ao sistema de criação de animais de grande porte na Ilha do Valhame-Deus, encontra-se a criação de bubalinos e bovinos (Tabela 04). Os bubalinos, em especial, alimentam-se dos aningais, forrageiras e tudo mais que encontram pelo caminho. Muitas destas plantas aquáticas são refúgios de peixes. Ao degradar estes agroecossistemas cria-se uma desordem ambiental contribuindo para a diminuição e ou extinção das espécies, principalmente as de peixes.

A extinção de espécies vegetais e aquáticas é desencadeada, visto não haver condições para o acoplamento estrutural entre as unidades autopoieticas em interação no sistema ambiental. Esse acoplamento se mantém apenas enquanto houver compatibilidade entre as interações entre a estrutura do meio e das unidades dos organismos. Quando não ocorre o acoplamento estrutural não há possibilidades de haver reprodução entre organismos, ainda que uma unidade autopoietica exista. (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 125).

Tabela 04 – Criação de animais de grande porte nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA. N=17

Criações	Ilha Valha-me-Deus		Ilha do Chaves	
	Quantidade	Criadores	Quantidade	Criadores
Bubalinos	400	15	0	0
Bovinos	200	15	30	2
Total	600	15	30	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os búfalos se reproduzem entre as terras e as águas da várzea. Os mesmos são mantidos na ilha por quase todos os meses do ano, sendo retirados apenas no período da grande enchente entre maio e final de julho (Figuras 20 e 21).

Figura 20 – Representação fotográfica de área de criação de búfalos na Ilha do Valha Me Deus, Município de Juruti, PA. julho/2014.



Foto: Sandra Silva, 2014.

Figura 21 - Representação fotográfica de área de criação de búfalos na Ilha do Valha-me-Deus. Município de Juruti, PA. julho/2014.



Fonte: Sandra Silva, 2014.

Os criadores, em torno de quinze, em sua maioria não moram na Ilha, mas possuem terras e familiares na mesma, deixando a cargo de algum vaqueiro a criação dos búfalos. Os animais são espalhados para pastar pela Ilha, inclusive na comunidade, dividindo espaços com moradores, crianças, idosos, animais domésticos, invadindo quintais e áreas da roça.

Nesta Ilha, poucas são as divisões por meio de cercas nas áreas de roça, prevalece o cercado nos quintais das casas. Três cultivadoras, no Valha-me-Deus, afirmaram ter perdido parte de suas produções em virtude da invasão dos búfalos nas áreas do roça.

Os bubalinos geram renda monetária com a comercialização dos mesmos e com os seus derivados: o leite e o queijo. Negociados na própria comunidade ou no comércio regional do município de Juruti e na comunidade de Juruti Velho, pelos próprios criadores, residentes na comunidade.

As cultivadoras do Valha-me-Deus afirmaram a ausência de práticas de manejo no sistema ambiental da Ilha, os bubalinos são criados soltos, junto com outros animais como os bovinos e equídeos, trazendo uma infinidade de transtornos. O solo da ilha

ficou compactado pela ação do pisoteio dos animais e com buracos, dificultando a mobilidade, principalmente à noite, período de menor luminosidade.

A parte de trás da Ilha, entre os lagos e as casas, tiveram seus solos prejudicados, onde havia roça, hoje só há búfalos, nada mais se cultiva. Os animais são criados de forma extensiva, sem a preocupação e comprometimento com a fauna, flora, água e solo do sistema ambiental. Wandelly e Cavalcante (2013, p.1) afirmam que a criação de gado quando não manejada adequadamente pode alterar drasticamente as propriedades físico-químicas do solo e diminuir o potencial regenerativo da sucessão natural.

Os melhores criatórios de bubalinos são as áreas próximas aos lagos e rios, visto estes animais precisarem da água para disseminar o calor extra, produzido pelo seu corpo. As áreas de várzea das microrregiões do Baixo e Médio Amazonas têm sido destinadas as pastagens destes animais (BERNARDI, 2005, p. 83), trazendo inúmeros conflitos ambientais entre agricultores e criadores.

A contrapartida da criação extensiva dos búfalos próximos aos lagos, rios é a contribuição para a degradação ambiental, visto estes animais afugentarem algumas espécies de fauna e se alimentarem da flora aquática, provocando desequilíbrio das espécies presentes nas margens de rios e lagos; compactação do solo; redução da quantidade de peixes, influenciando negativamente o ciclo de vida no ecossistema (Ibid, 2005, p. 107). No Valha-me-Deus destaca-se o desmatamento da Ilha como estratégia para criar maiores áreas de pastagem, com efeitos e consequências não dimensionadas, mas sentidos pelos moradores.

Um sistema ambiental, como das Ilhas pesquisadas, representa a associação de inúmeros ecossistemas, contribuindo para a manutenção homogênea deste. Todos estão sujeitos a inúmeras interferências gerando estados de ordem e desordem ininterruptas. Conflitos entre as diversas espécies na busca de garantias de sobrevivência e melhores condições de adaptação. Assim é o búfalo lutando pela manutenção de sua vida, no sistema onde o peixe, as espécies alimentares e o próprio ser humano também lutam pela sua sobrevivência.

Sobreviverão àqueles com maiores experiências, capacidades adaptativas ampliadas, maior complexidade e condições de lidar com as diversidades. É a luta pela vida, mas nesta se morre ao viver. A estrutura de todos os seres vivos está em contínua transformação para a conservação de sua autopoiese, essa dinâmica acontece a cada

instante, ininterruptamente e de maneira diversa e simultânea. (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 114).

Quando se altera a lógica de um sistema ambiental, desprezando alguns ecossistemas em privilégio de outros, tem-se a perda de partes e em consequência o todo é alterado, produzindo efeitos adversos. No caso específico da Ilha do Valha-me-Deus, em decorrência da criação dos bubalinos sem o manejo adequado, privilegiando o interesse econômico de uma minoria detentora do capital, tem-se como consequência a degradação de áreas de roça, dos lagos e a fuga dos peixes.

A criação destes animais tem gerado muito conflito entre os moradores, já houve intervenção do INCRA, reuniões entre produtores e criadores, mas nenhuma medida concreta foi tomada para modificar esta realidade. Parece faltar uma intervenção do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, frente a este conflito ambiental.

O IBAMA tem entre suas atribuições a tarefa de criar acordos entre criadores de bubalinos e agricultores, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental – TACA, de maneira a evitar impactos ambientais. Faz-se necessário, por parte dos agricultores, a busca de estratégias e garantias para a conservação ambiental desta Ilha, hoje ameaçada pela pecuária sem nenhum manejo.

Em relação à Ilha do Chaves (Tabela 04) encontra-se a criação de bovinos, em pequena escala, de propriedade dos próprios moradores ou de vizinhos que arrenda as terras para a criação do gado. É comum moradores da Ilha do Valha-me-Deus arrendar terras no Chaves para criação destes animais.

A criação dos bovinos do Chaves é recente, a partir dos anos de 1990. Houve desmatamento em diversas áreas para a criação das áreas de pastagem. Após quedas nas produções da fibra vegetal e demais espécies alimentares, criar gado se tornou uma estratégia para geração de renda monetária.

Os bovinos tem um papel fundamental para a renda monetária familiar, funcionam como uma poupança para as despesas emergenciais; para aquisição de bens; ajudar filhos residentes em outras localidades. Além de seus derivados contribuírem na alimentação da família e uma renda monetária extra, com a produção do leite e queijos.

Nesta Ilha, há um acordo entre os moradores pela proibição da criação de bubalinos, pois entendem que esta espécie, quando não manejada adequadamente, colabora para a degradação ambiental. O acordo é informal, foi resultado das reuniões da associação da comunidade, não tendo nenhuma ata ou documento por escrito.

A Ilha é pequena, com uma variedade de lagos, furos, poços e área de reserva, a criação dos búfalos poderia colocar em risco estas áreas de conservação dos peixes e preservação dos quelônios.

2.9 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE QUELÔNIOS

Na comunidade do Valha-me-Deus e Chaves houve o compromisso para a conservação dos quelônios, primeiro com incentivo do IBAMA, onde dois moradores trabalharam como fiscais, recebendo um salário mínimo por mês e, posteriormente, por iniciativa dos próprios moradores, sem nenhum rendimento.

Em pesquisa de iniciação científica, realizada em 2013, identificou a presença de duas chocadeiras para quarenta e oito ninhadas e uma média de trinta ovos cada uma, perfazendo um total médio de 1.440 ovos. Nestas ninhadas foi possível encontrar os ovos de Tracajás (*Podocnemis unifilis*), Pitiús (*Podocnemis sextuberculata*), Tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*) (ANDRADE et al., 2005, p.8). A soltura dos mesmos aconteceu no mês de janeiro de 2014. Nesta ação participou toda comunidade.

No ano de 2014, não houve incentivos financeiros para conservação dos quelônios, na Ilha do Valha-me-Deus. Assim, observou-se uma total ausência de ações com este fim. Foram nos relatados a comercialização e o consumo dos ovos, dos tracajás e tartarugas por parte de alguns moradores.

Na Ilha do Chaves, os ovos de quelônios foram retirados da área de Reserva e levados para as chocadeiras na área da Ilha, na casa de um dos moradores, os mesmos foram enterrados e vigiados pelos fiscais, evitando a caça predatória. A Prefeitura de Juruti, por meio da Secretaria do Meio Ambiente foi, até 2013, a responsável pela contratação destes fiscais, sendo estes moradores da própria comunidade.

Em 2014, nesta Ilha, também foi cancelado o incentivo financeiro aos fiscais. A comunidade organizou-se e realizou ações de conservação das espécies. Foi organizada uma chocadeira (Figura 22) para a guarda e crescimento dos ovos. De acordo com as cultivadoras, toda madrugada durante o período de desova, um grupo de três homens saíam para área de reserva, para retirar os ovos, antes do alvorecer do dia e trazê-los para armazená-los na chocadeira na área da Ilha.

Figura 22 – Representação fotográfica de área de chocadeiras, criação de quelônios. Local, município, PA. Setembro/2014



Foto: Sandra Silva

Em setembro de 2014, foi realizada uma ação comunitária objetivando ensinar para as crianças e jovens o valor da conservação ambiental das espécies de quelônios, juntamente com a participação dos moradores da Ilha. Oportunamente, realizaram um almoço de confraternização no local.

Esta ação indica a consciência ambiental destes moradores, mesmo não recebendo a contrapartida por parte das gestões públicas, conservam essas espécies. Isto não quer dizer que não há o consumo ou mesmo a comercialização, porém, esta é feita numa menor escala e com senso de conservar para as futuras gerações, um princípio básico da sustentabilidade.

A iniciativa de conservação dos quelônios é recente nas Ilhas, ocorre há, aproximadamente, dez anos; anterior a esta, a caça predatória aos quelônios e ovos de tracajá eram recorrentes entre os próprios moradores e caçadores locais e de fora da Ilhas.

Hoje, quando fica uma tartaruga presa na malha e a mesma já está morta, afirmam usá-la para o alimento da família, mas é raro isto acontecer. Para as cultivadoras, a fiscalização é grande e o consumo ou a venda destas espécies traz consequências, como prisão e multas.

A consciência ambiental dos moradores da Ilha do Chaves parece ter sido construída ao longo dos anos, por medidas de orientação por parte do IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente dos municípios de Parintins/AM e Juruti/PA, quanto a necessidade da conservação das espécies, mas também, com a ameaça do rigor da lei e das penalidades quanto a comercialização e consumo dos quelônios. Esta realidade da unidade de conservação dos quelônios não é exclusiva das Ilhas pesquisadas, mas perpassa as diversas comunidades pelo rio Amazonas, as quais possuem áreas onde estas espécies fazem suas desovas.

Os sistemas agrícolas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves apresentam especificidades assemelhadas a outras áreas de várzea. Os cultivos de ciclo curto são das mesmas espécies por todo Médio e Baixo Amazonas, assim como as espécies frutíferas. As atividades criatórias, com destaque aos bubalinos têm instalado conflitos ambientais entre agricultores, pescadores e pecuaristas, sendo que estes últimos tem levado vantagem em algumas áreas, como a da Ilha do Valha-me-Deus.

Os problemas estruturais nas cadeias produtivas das espécies alimentares e não alimentares percorrem, assim como as águas, todo trajeto do rio Amazonas, influenciando modos e ritmos de vida dos povos varzeanos. Os cultivadores têm estado à deriva das políticas públicas agrícolas, que parecem ter sido criadas para sistemas ambientais não condizentes com a realidade amazônica. A exploração comercial da produção agrícola ainda é uma realidade a ser desconstruída e construída sobre novos moldes, onde a justiça social possa prevalecer.

Enfim, a caracterização dos sistemas agrícolas de várzea nos indicou uma realidade que possibilita uma análise mais aprofundada quanto à sustentabilidade deste sistema ambiental. Quais são as perspectivas de conservação dos ecossistemas das Ilhas pesquisadas, diante de uma racionalidade econômica onde prevalece o lucro, a apropriação e o uso desmedido dos recursos naturais? Este é o tema do próximo capítulo.

3 SUSTENTABILIDADE NO SISTEMA AMBIENTAL VARZEANO

Sustentabilidade é um tema recorrente hoje no cenário mundial, em virtude das excessivas mudanças climáticas, da evidente escassez dos recursos naturais, desastres ambientais e acentuadas crises econômicas.

O debate em torno deste tema é amplo, tanto no tempo como no espaço, e remonta os anos de 1968, do século XX, desde a divulgação do Relatório – Os limites do crescimento, passando pelo Relatório de Brundtland – Nosso Futuro Comum nos anos de 1987; e permanecem no cenário político por meio das Conferências das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ocorridas em 1972, em Estocolmo; no Rio de Janeiro, em 1992; e a Rio+20, também, no Rio de Janeiro, em 2012 (SILVA; FRAXE, 2012, p. 90-92).

O sistema econômico vigente não tem medido esforços para associar as dimensões da sustentabilidade (equidade, diversidade, adaptabilidade, incertezas) com as dimensões da economia (divisão de classes sociais, monoculturas mentais, controles, certezas), com objetivo de manter esta última em crescimento. Uma economia preponderantemente capitalista diverge sobremaneira dos princípios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Tornando a associação entre estas dimensões uma utopia nas arenas políticas, visto a divergência de interesses.

Compreende-se a sustentabilidade, nesta tese, como a possibilidade de um ambiente/*oikos* e o autos/sujeitos manterem as condições para a conservação de sua autopoiese (MORIN, 2011, p. 107; MATURANA; VARELLA, 2001, p. 133), sem que sua capacidade de resiliência tenha sido comprometida. Desta forma, prevalece uma cultura sustentável, fundada em relações solidárias, coletivas e justas, entre todos os seres vivos; a supremacia de um pensamento associativo e integrado, no qual o ser humano tem consciência de que é parte e todo do sistema ambiental, sendo produtor e produto das interações.

Complexidade, diversidade, resiliência, equidade e incertezas, são princípios de sustentabilidade e componentes de um sistema, os quais oportunizam a este a sua contínua re-organização, diante dos movimentos de entropia – degradação e neguentropia – regeneração, com a tendência para a complexidade crescente, ocasionados pelas desordens/crises impostas e postas no sistema ambiental (MORIN, 2010, p. 262; MORIN, 1975, p. 120; GLIESSMAN, 2008, p. 81).

Gliessman (2008, p. 602) sinaliza a necessidade de se reconhecer as influências dos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos sobre os agroecossistemas, com enfoque para a sustentabilidade dos sistemas alimentares, destacando as ações antrópicas como suporte fundamental a essa sustentabilidade e aos aspectos ecológicos do sistema ambiental.

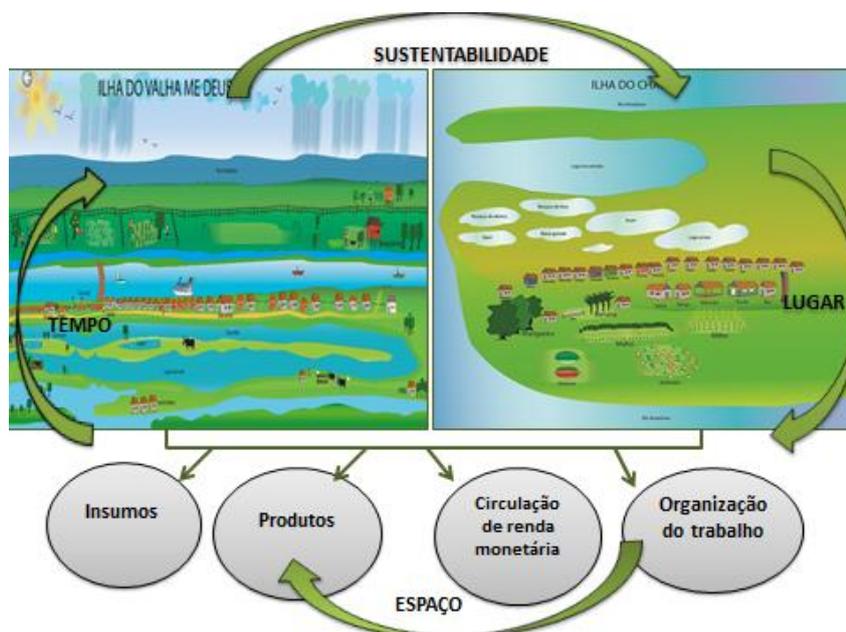
A sustentabilidade ambiental recria-se quando há a oportunidade para a ocorrência do acoplamento estrutural (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 112) entre os componentes da base social e da base ecológica, uma unidade relacional, interdependente entre essas, refletindo a interação dos conhecimentos e das preferências humanas com os componentes ecológicos do agroecossistema. (GLIESSMAN, 2008, p. 603).

Para prevalecer à sustentabilidade ambiental é fundamental os conceitos e princípios serem produtos da construção da consciência humana, conduzindo às ações produtoras de recursos e bens materiais, mantenedores da sobrevivência e geradoras de renda monetária para as gerações das atuais e futuras sociedades.

A sustentabilidade seja ela política, econômica, social, institucional, biológica ou ecológica, ocorre em um movimento ininterrupto de adaptação dos sistemas abertos e complexos às perturbações potenciais, informações recebidas e computadas pelos autos, as quais afetam a dinâmica interna do sistema, ocasionando um movimento de reorganização para a conservação da autopoiese (MORIN, 2010, p. 313).

Apontar a percepção das mulheres quanto à sustentabilidade ambiental nos agroecossistemas das Ilhas é o objetivo deste capítulo 3. Para tanto, far-se-á um apontamento das Ilhas quanto sistema ambiental auto-eco-organizativo. Tendo como pressupostos teóricos a compreensão das Ilhas como lugar, inseridas num tempo e espaço dinâmico e transformador, por meio das cartografias sociais. Posteriormente, apontar-se-á a sustentabilidade dos agroecossistemas a partir dos fluxos de insumos e produtos, da circulação da renda monetária e da organização do trabalho nos agroecossistemas, conforme apontado na representação gráfica da figura 23.

Figura 23 – Representação gráfica de cartografias sociais sobre a organização produtiva no sistema ambiental das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA.



Fonte: pesquisa de campo, 2014.

3.1 CARTOGRAFIAS SOCIAIS DOS LUGARES: REALIDADE CONSTRUÍDA PELA PERCEPÇÃO DAS CULTIVADORAS

Lugar e espaço conceitualmente apresentam sentidos diferentes, mas se materializam de forma totalmente associadas num movimento de recursividade, o qual cada um dá forma e significado para o viver humano. Lugar refere-se a sentimentos de segurança, afeto e bem estar; representa o lar, o abrigo; oportuniza recordações dos tempos vividos na infância, das histórias dos antepassados, os quais lhe dão significados existenciais, um sentimento de pertença (TUAN, 1983, p. 151).

Para Milton Santos (2006, p. 36), tempo, espaço e lugar estão associados com as técnicas e objetos produzidos em cada momento histórico, sendo esses os indicativos das transformações sociais e histórias dos modos de produção.

O lugar atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, informa o seu uso, integra-as ao conjunto da vida, retirando-as de sua abstração empírica, e dando-lhes um sentimento de afetividade histórica. O lugar revela uma referencia pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas o lugar é, também, o teatro das paixões humanas, das manifestações da espontaneidade e

da criatividade. Em tempos hodiernos o lugar é ao mesmo tempo, um objeto de uma razão global e de uma razão local, as quais convivem dialeticamente (Ibid., p. 36, 218, 231).

O espaço é a liberdade, a aventura, é a capacidade de mover-se, gerador de insegurança; é o recurso criador de riqueza e de poder, quando explorado adequadamente. Quando o espaço passa a ser inteiramente familiar torna-se lugar (HARVEY, 2004, p. 213; TUAN, 1983, p. 59).

O espaço, também, pode ser concebido como aquele onde se cria e recria por meio de condições ofertadas para a produção, para a circulação, para a moradia, para as interações humanas, para o exercício da política, das religiões, para as atividades de lazer e como condição para o bem estar social e econômico (SANTOS, 2006, p. 34).

O espaço é dinâmico e está sempre em transformação, mudando sua fisionomia, sua estrutura, suas aparências e relações. No espaço está contido um aglomerado de seres humanos, com objetivos nem sempre convergentes, criando valores desiguais, onde cada parte deve ser disputada a cada instante (Ibid., p. 34, 215).

O tempo é representado pelas lembranças imóveis, pelos fluxos de pensamentos, informações e conhecimentos, os quais se referem a lugares e espaços vividos indicando a intrínseca associação entre as categorias tempo, espaço e lugar. O tempo, para Tuan (1983, p. 132), está contido em “todos os lugares nas ideias de movimento, esforço, liberdade, objetivo e acessibilidade”.

Santos (2006, p. 33-34) indica o tempo, espaço e o mundo como realidades históricas, as quais estão associadas recursivamente e numa perspectiva totalizadora. O ponto de partida para a compreensão dessas realidades é a sociedade humana e sua organização. Por meio do processo de produção, o espaço torna o tempo concreto; o tempo do processo de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.

Estas categorias são básicas para a existência humana e se objetivam nas práticas materiais e imateriais da reprodução social. São as formas temporais e as estruturas espaciais que definem a representação do mundo de um determinado grupo e esse se organiza de acordo com esta representação.

“Há um tempo e lugar para tudo”, esta máxima, noção do senso comum, representa como o grupo organiza seu cotidiano, assim como os papéis sociais e o conjunto de prescrições, para manutenção da ordem social, dando sentidos sociais aos espaços e tempos (HARVEY, 2004, p. 198). Num sistema fechado, como uma fábrica,

esta organização ocorre por meio da definição dos espaços de trabalho, especializados em cada lugar específico, com o tempo sob controle, de quem gere a produção procurando minimizar ao máximo as incertezas.

No sistema aberto, como as Ilhas pesquisadas, o tempo e espaço têm uma tendência ao controle, com a institucionalização de papéis, espaços e lugares (BERGER; LUCKMAN, 2009, p. 79) a serem ocupados pelos seres vivos (humanos, flora, fauna). Entretanto, neste sistema as incertezas prevalecem, sendo resultantes tanto das ações antrópicas quanto do movimento ecológico no seu processo de reorganização.

Partindo destas premissas, têm-se as cartografias sociais como ferramentas que materializam a representação das cultivadoras quanto ao seu sistema ambiental, num tempo e espaço definidos.

Na Ilha do Valha-me-Deus (Figura 24) tem destaque as áreas dos lagos, furos e o Rio Amazonas. O elemento água, como destacado no primeiro capítulo, influencia o modo de vida dos moradores das Ilhas pesquisadas. O Rio Amazonas circunda toda Ilha, é fonte de alimento e de renda monetária; fornece a água para o consumo familiar e para os animais; é espaço de navegação e fronteira entre outros tantos espaços regionais; é onde circulam transatlânticos e navios cargueiros transportando inúmeros turistas, materiais advindos de países europeus, americanos e asiáticos.

Figura 24 – Representação gráfica de cartografia social da Ilha do Valha-me-Deus, Município de Juruti, PA. 2014.



Fonte: Cartografia social Mapa mental elaborado pelas cultivadoras, em fevereiro de 2014. Organizado em programa computacional corel draw por Sandra Silva (2015).

No espaço das águas do rio, dos furos e lagos, os moradores pescam, tomam banho, lavam as roupas, fazem os batizados. As águas, nestes lugares, alimentam o corpo e o espírito dos povos varzeanos. As terras, espaço dos cultivos e atividades criatórias, surgiram há pouco mais de cinco décadas. Relatam que, antigamente, era uma grande área de praia, tudo areia, com o tempo veio à vegetação. As mulheres retratam os cultivos da malva (*Urena lobata* L.) e da melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum. et. Nakai), as árvores frutíferas como a mangueira (*Mangifera*); as cercas para separar os terrenos. Há o campo de futebol de uso exclusivo dos não frequentadores da Igreja. Neste espaço, encontram-se diversas espécies arbóreas típicas da área de várzea, como umbaúba (*Cecropia spp.*) e a castanha do macaco (*Couropita Guianensis*). Recentemente, duas novas famílias (família Bruce) ocuparam esta área, construindo suas casas e como criadores de bubalinos.

Entre as áreas do roça e criação de animais há um furo, com tamanho e profundidade suficiente para navegar as embarcações dos moradores da Ilha, além daquelas destinadas a fazer viagens, levando passageiros, conhecidas como barco de “recreio¹⁶”, para as cidades próximas, como Parintins/AM e Juruti/PA. No período das cheias, parte da ponte, que separa a área da roça e a restinga da Ilha, é retirada para a passagem dos barcos.

Os moradores da Ilha construíram suas casas, desde o início do século XX, na área de restinga, considerada por eles a parte mais alta da Ilha. Os estudos de Noda et al. (2013, p. 119), em áreas de várzea, evidenciam as restingas como espaços favoráveis à ocupação humana.

As casas na Ilha são semelhantes, assim como na cartografia; algumas possuem um colorido diferente, visto alguns moradores as pintarem, para dar um destaque às mesmas. São de madeira, em sua maioria, sendo de alvenaria apenas a Escola, o Posto de Saúde, a Igreja e a Casa Pastoral.

As terras e as águas, em geral, são de uso comum. Contudo, as primeiras, para o uso da agricultura precisam ser cercadas para impedir a entrada dos búfalos. Cada morador da Ilha tem sua área destinada para o plantio de espécies alimentares e não alimentares, sendo as cercas imaginárias, não definidas concretamente, por meio de documentos; as cercas somente são instaladas por parte de alguns dos agricultores para proteger seus cultivos, nos períodos da vazante e seca.

¹⁶ Barco de recreio – denominação regional para transporte fluvial de pessoas e mercadorias.

Recentemente, as cultivadoras afirmaram a predominância do uso das terras, pelos descendentes da família Bruce, para a criação dos bubalinos, esses afirmando serem os proprietários das terras, visto seus ancestrais terem sido os primeiros a ocuparem a área. Nesse sentido, observa-se uma hierarquia social interna, gerando conflitos entre agricultores e criadores de gado e uma presente desigualdade no uso dos recursos ambientais.

A Igreja Assembleia de Deus tem um grande destaque na Ilha e serve de ponto de referência para a mesma. A ponte foi construída com propósito de conduzir os moradores e visitantes ao centro da Ilha, em frente à Igreja. Sua localização no espaço da Ilha, assim como sua imponência, simboliza o valor da religião para os moradores dessa localidade.

A Ilha se divide em duas partes tendo como referência a Igreja: há os moradores da parte de baixo, os situados à direita da mesma e da parte alta, na parte esquerda. Os pontos de encontro, reuniões acontecem em frente à Igreja ou no salão da mesma.

A Igreja Protestante é uma referência para a organização espacial e temporal da vida dos moradores. A Instituição religiosa define os papéis e espaços, para os moradores, até mesmo, para aqueles não frequentadores – os desviados. Relatam seguir a doutrina do Antigo Testamento. Nesse prevalece uma ética racional da ascese protestante, de autocontrole do corpo e do espírito, na busca do aperfeiçoamento moral (WEBER, 2005, p. 10).

Todas as suas ações, seus trabalhos são para adorar e glorificar a Deus. As cultivadoras relatam o quanto oram para que os cultivos e animais de criação se desenvolvam e garantam melhores condições de bem-estar social e econômico. Ao plantar ou criar animais, tem consciência de que parte da colheita ou da renda será destinada à Igreja. Pode ser um alimento a ser oferecido para o pastor e sua família e/ou o dinheiro, resultante da comercialização dos produtos agrícolas, o qual é destinado ao dízimo mensal.

A instituição religiosa mantém uma vigilância contínua (BAUMAN, 2003, p. 35) sobre todos os seus fiéis, as casas são próximas uma da outra, podendo cada morador ser observado por seu vizinho. Além do pastor, há na comunidade os representantes da Igreja, com autoridade, tal qual a do pastor, denominados de presbíteros, os quais colaboram na vigilância e manutenção da ordem da comunidade.

Esta espacialização das casas dá um sentido de segurança, pois estão sendo cuidados por seus pares, mas também de controle e privação de liberdade. Tudo que acontece no ambiente privado de um morador será conhecido por todos. Ao mesmo tempo se observam os cuidados e atenção para com os vizinhos, no sentido de vigilância, há também, uma falta de apoio econômico, financeiro. Podem-se encontrar casas com pouco alimento para toda família e nenhum vizinho para acolher ou ajudar. Quando se trata de questões econômicas, as relações sociais seguem uma lógica diferenciada da religiosa, da comunal.

As relações sociais na modernidade passam a seguir uma lógica mais utilitarista, prevalecendo características da individualização (MOCELLI, 2011, p. 108), o senso de comunidade se mantém apenas artificialmente num tempo e espaço específicos para atender os interesses comuns, no caso da Ilha do Valha-me-Deus, tudo aquilo relacionado com as atividades da Igreja.

O maior exemplo da racionalidade econômica prevalecer sobre os princípios religiosos de ajuda ao próximo, são as criações de bubalinos que têm degradado espaços nas margens de lagos, furos e rios, além de destruir áreas de cultivos, se alimentando das plantas. Os criadores são irmãos, dizimistas da igreja e afirmam viver uma vida fundada no ascetismo religioso, contudo, suas ações têm manifestado um caminho contrário, de destruição e desigualdade.

Mas, como afirmava Weber (2005, p. 74), sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, a associação entre os princípios protestantes com o capitalismo, só fez com que este último se desenvolvesse a partir não só de uma racionalidade científica, mas também religiosa, colocando o trabalho e a produção da riqueza, independente de sua natureza, como vocação a serviço de Deus.

A manutenção das casas próximas umas das outras, além do controle social, instituído pela religião, pode ser identificada como um movimento de resistência à mobilização do capital (PINTO, 2010, p. 157), para a manutenção dos moradores na Ilha, apesar de todas as limitações e desafios no cotidiano. Manterem-se próximos, com senso de coletivo, unidos pelos laços consanguíneos, além da posse da terra e dos meios de trabalho, ainda dão condições de serem reconhecidos como agricultores familiares de áreas de várzea, trabalhadores das terras e das águas amazônicas.

As águas, bens comuns e espaço de trabalho, são fonte de renda monetária e alimento para as famílias, devido a diversidade de espécies de peixes. Competindo por este espaço há a presença dos bubalinos, como destacado na cartografia social acima

exposta. A presença desses animais no espaço onde outrora havia cultivos, especialmente da juta (*Corchorus capsularis* L.) e espaços para reprodução de peixe, começa a surgir a partir do início dos anos de 1990, de modo mais extensivo, em virtude da queda na produção da fibra vegetal. Criar búfalos foi à estratégia, de quem detinha o capital monetário, para manter auferir sua renda monetária, na área de várzea.

Na figura 24, há a comunidade de Santa Maria, com apenas duas famílias, sendo estes criadores de bubalinos, os quais param pela Ilha somente no período onde é possível manter o gado pastando. O tempo dos criadores e vaqueiros na Ilha varia de acordo com o espaço suficiente para a engorda dos bubalinos e este espaço é determinado pelo pulso de inundação das águas. Quanto maiores estas, menores os espaços para criação de gado.

Ao observar a área no período da seca e início das cheias, identifica-se inúmeros búfalos nas beiradas dos lagos, furos, se alimentando das plantas aquáticas. As cultivadoras relataram ter consciência da degradação ambiental ocasionada pelos animais, entretanto, não veem possibilidade de mudança, pela ausência de abertura de diálogo junto aos criadores. Estes últimos consideram as terras como sendo da união, podendo, neste sentido, ser utilizada por quem tem condições para tanto. Aqui, destaca-se o quanto o espaço significa poder (HARVEY, 2004, p. 207), quanto maior condição de ocupá-lo, maior a riqueza e o controle sobre este.

O espaço e o tempo são resultantes de construções sociais, históricas, concebidas pelos seres humanos na forma como percebem, conceitualizam e experimentam o sistema ambiental. É por meio da relação dialética entre o corpo e a organização do espaço e do tempo que os processos produtivos e representações comuns vão sendo reconstruídas (HARVEY, 2004, p. 198).

Nas Ilhas definem-se espaços e tempos para cultivar, pescar, criar animais, residir, para celebrações religiosas, para o descanso, festas, entre tantas outras atividades, assim como os papéis sociais a serem ocupados pelos sujeitos, de maneira a ocorrer o máximo de integração social.

O espaço, para Tuan (1983, p. 59) abre a perspectiva de amplitude, de liberdade, mas também, de riscos, de competitividade dos seres vivos pela sobrevivência. Uma casa pode ser um espaço, quando comparada a um cômodo da mesma. Mas uma casa pode ser um lugar aconchegante, humanizado, quando comparada com o todo da Ilha.

O lugar pode ser percebido como morada, segurança, relações coletivas e solidárias (TUAN, 1983, p. 151). A Ilha do Valha-me-Deus é considerada o lugar para as cultivadoras. No período das cheias, famílias normalmente, saem das Ilhas para visitar filhos moradores em outras localidades, fazer tratamentos e consultas médicas, cultivar na terra firme. Relatam que o tempo no qual passam afastadas das Ilhas traz saudades da calmaria, da vizinhança, do ambiente da casa, das águas dos rios e lagos. As que ficam enfrentando as águas se agarram em suas orações pedindo a Deus para amenizar as chuvas, diminuir as cheias e dar segurança aos familiares.

Observa-se nos dias de saída do barco de “recreio” para a cidade de Juruti/PA, em geral, nas segundas e sextas-feiras, há toda uma movimentação na madrugada para se dirigir à cidade. Os barcos, normalmente, saem lotados, com uma média de 20 a 25 pessoas, são embarcações como a da figura 25. Com suas próprias embarcações alguns moradores também se destinam a cidade.

Figura 25 – Representação fotográfica de Barco de “recreio” navegando no Rio Amazonas. Ilha do Valha-me-Deus. Município de Juruti, AM. 2014.



Foto: Sandra Silva (2014)

A cidade e o trajeto são os espaços de aventuras, de incertezas, de estabelecer interações com parentes próximos, reencontrar conhecidos e contatar pessoas

desconhecidas. A mobilidade, hoje, tornou-se uma regra. O movimento sobrepõe ao repouso e a circulação entre diversos ambientes é mais criadora que a própria produção. Ir para a cidade é romper, mesmo que temporariamente, com a cultura herdada para se encontrar com outra, diversa e desconhecida (SANTOS, 2006, p. 222).

A cidade é o espaço de resolver assuntos gerais, principalmente financeiros, de fazer negociações, de se arriscar comedidamente, de adquirir bens duráveis e de necessidades básicas. De comprar um alimento industrializado, diferente dos encontrados no comércio local da Ilha, de comer uma fruta vinda da região sul do país e rara no norte.

Viajar para a cidade de Parintins/AM, Juruti/PA ou para as capitais, é romper fronteiras de si mesmo e do espaço das Ilhas, deixar momentaneamente a segurança do lar, o afeto dos familiares e circular por ambientes cambiantes, por onde parece haver um senso maior de liberdade. Um espaço que ora instiga, ora amedronta, pois as transformações são rápidas e o mundo na cidade parece efêmero por demais e despedaçado.

Defrontar-se com um espaço cuja criação o ser humano não foi partícipe, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, é adentrar-se no ambiente da cidade. Esse espaço, agora lugar, passa a ser sede de uma vigorosa alienação, tudo lhe é estranho. O sujeito social está presente no lugar, diferenciado, cidadão, mas a parte de todo movimento circunscrito nesse ambiente (SANTOS, 2006, p. 222).

Antes de chegar à cidade, no próprio barco, no alvorecer do dia, as mulheres iniciam o processo de se arrumar para a chegada à cidade. Inicia-se a higienização com um banho, a troca de roupa, para uma mais apropriada à cidade, retira-se o chinelo e coloca-se a sandália, o cabelo é penteado e o perfume dá o toque final. Pronto, hora de ir para a cidade, transformar-se para parecer igual, mesmo sabendo das intrínsecas diferenças. Pretende-se manter a unidade diante da diversidade. No ambiente da cidade, da cultura de massa há a presença da uniformização e da indiferença, há um padrão na linguagem, na vestimenta, no modo de ser e fazer (Ibid., p. 222).

Uma hora antes da saída do barco, em geral, às 12h, fuso horário do Amazonas, ainda no Estado do Pará, os passageiros, moradores da Ilha, já estão no barco, com suas “quentinhas”¹⁷ para o almoço e os “bagulhos”¹⁸ adquiridos no comércio. A animação em voltar para a Ilha, após algumas poucas horas na cidade, é latente, observa-se a

¹⁷ Quentinhas refere-se à marmitex, comida comprada, pronta para o consumo.

¹⁸ Bagulhos: o mesmo que mercadorias, em geral, adquiridas no comércio local.

inquietação e a ânsia por ouvir o funcionamento do motor do barco. As pessoas pedem a Deus para o rio, assim como o vento, estarem calmos para poderem fazer uma boa travessia, a qual sempre traz uma sensação de insegurança. Por isso, sempre afirmam o quanto são corajosas. Esta realidade acomete homens e mulheres das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, ainda que seja mais comum os moradores do Chaves se dirigirem às cidades em suas próprias embarcações.

Voltar para as Ilhas é como voltar para os braços da mãe, do lar, mesmo sendo frágil e precário, é acolhedor e dá um sentimento de pertencimento. O aventurar-se por espaços mesmo conhecidos, mas externos as Ilhas, é mostrar-se vivo, capaz de estabelecer relações distintas daquelas vivenciadas no interior das Ilhas e adquirir novos conhecimentos e informações, possibilitando novas discussões e a ampliação da flexibilidade adaptativa. Quanto maiores às interações e mais diversas elas forem, maiores as capacidades de resiliência, a complexidade humana se amplia, dando aos seres humanos maiores condições de sobrevivência (MORIN, 1975, p. 30; 2010 p. 303).

Das cultivadoras nas Ilhas do Valha-me-Deus apenas uma sai da Ilha esporadicamente, as demais, semanalmente, atravessam as fronteiras da Ilha, dirigindo-se para outros espaços. Na Ilha do Chaves é comum as cultivadoras irem às cidades, senão semanalmente, pelo menos quinzenalmente.

A Ilha do Valha-me-Deus, também, é um lugar de recordações de uma vida tranquila, do afeto dos familiares, da fruta retirada do pé, do queijo, do puro leite, do peixe retirado diretamente do rio pelas próprias mãos ou de algum familiar, para aqueles moradores de lugares distantes, como nas capitais e até mesmo em outros países.

Um ponto observado neste aspecto é a festa da Igreja, no final do mês de janeiro. Esta ocasião é oportuna para encontros familiares, principalmente para os descendentes da Sra. Leopoldina Bruce. Estes retornam à Ilha para “glorificar a Deus”, como afirmam, e rever parentes, relembrar antigas brincadeiras da infância, das amizades, dificuldades, alegrias e comparar com a vida experienciada na cidade.

As festas têm um valor central na vida dos seres humanos como uma estratégia para “suportar” a realidade imposta pelas regras socioculturais e darem significado às suas vidas. Para Morin (2012, p. 124) os seres humanos são submetidos, ininterruptamente, a um confronto entre o desejo e o princípio da realidade, entre a necessidade de respeitar a realidade e sua tendência em negá-la. Nesse sentido, as festas, assim como os mitos e as ilusões, vão não negar a realidade, mas torná-la numa certa medida suportável.

As festas continua o autor (Ibid, 2012 p. 169), podem ser lugares e momentos comunitários, de plenitude individual, de poesia vivida, de possíveis transgressões das interdições impostas pela cultura, mas ao mesmo tempo é a oportunidade para estreitar laços e de exaltar o valor do viver em “comunidade”.

Este processo contribui para reforçar o sistema de pertença do sujeito a um grupo, a um coletivo, o qual está no cotidiano comprimido por relações factuais, fragmentadas. Na vida moderna, o tempo e o espaço foram pulverizados, em virtude de um sistema constituído de forças homogeneizantes do dinheiro e da troca de mercadoria, alimentado por uma mídia volátil e massificadora (HARVEY, 2004, p. 209).

Na Ilha, o tempo e o espaço parecem menores, mais humanizados, resgata-se o sentimento de lugar, a topofilia (TUAN, 2012, p.135). Na Ilha o celular pouco funciona, movimentar-se é apenas a pé, o acesso da mídia ocorre somente no período noturno, dando uma sensação de um maior tempo disponível, ocioso, é um espaço onde a sensação de controle é bem maior.

Neste sentido, há mais tempo para as conversas, para a contemplação das belezas naturais, saborear uma boa comida, dormir despreocupado, em qualquer espaço da Ilha. Neste lugar, é possível se sentir parte de um coletivo, onde o importante não é o que eu tenho, mas quem eu sou. A sociedade do descarte foi deixada na cidade, no espaço sem fronteiras de tempo e espaço. Na Ilha, cercada pelas águas do Rio Amazonas, os relacionamentos são mais estáveis, há um maior apego às coisas, às pessoas, ao modo de agir e ser.

Por isso, quando as cultivadoras saem da Ilha para a cidade, logo há a necessidade de retorno para o lugar, para o abrigo de um tempo e espaço mais controlável e com a percepção de ser mais equilibrado, harmonioso e coletivo.

O sujeito, ao estar no lugar, está submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetivos, outros sujeitos conhecidos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, cuja construção histórica foi participe, há uma familiaridade entre o sujeito e a história do lugar. No lugar o sujeito é mais ativo e tem maior domínio dos acontecimentos (SANTOS, 2006, p. 222).

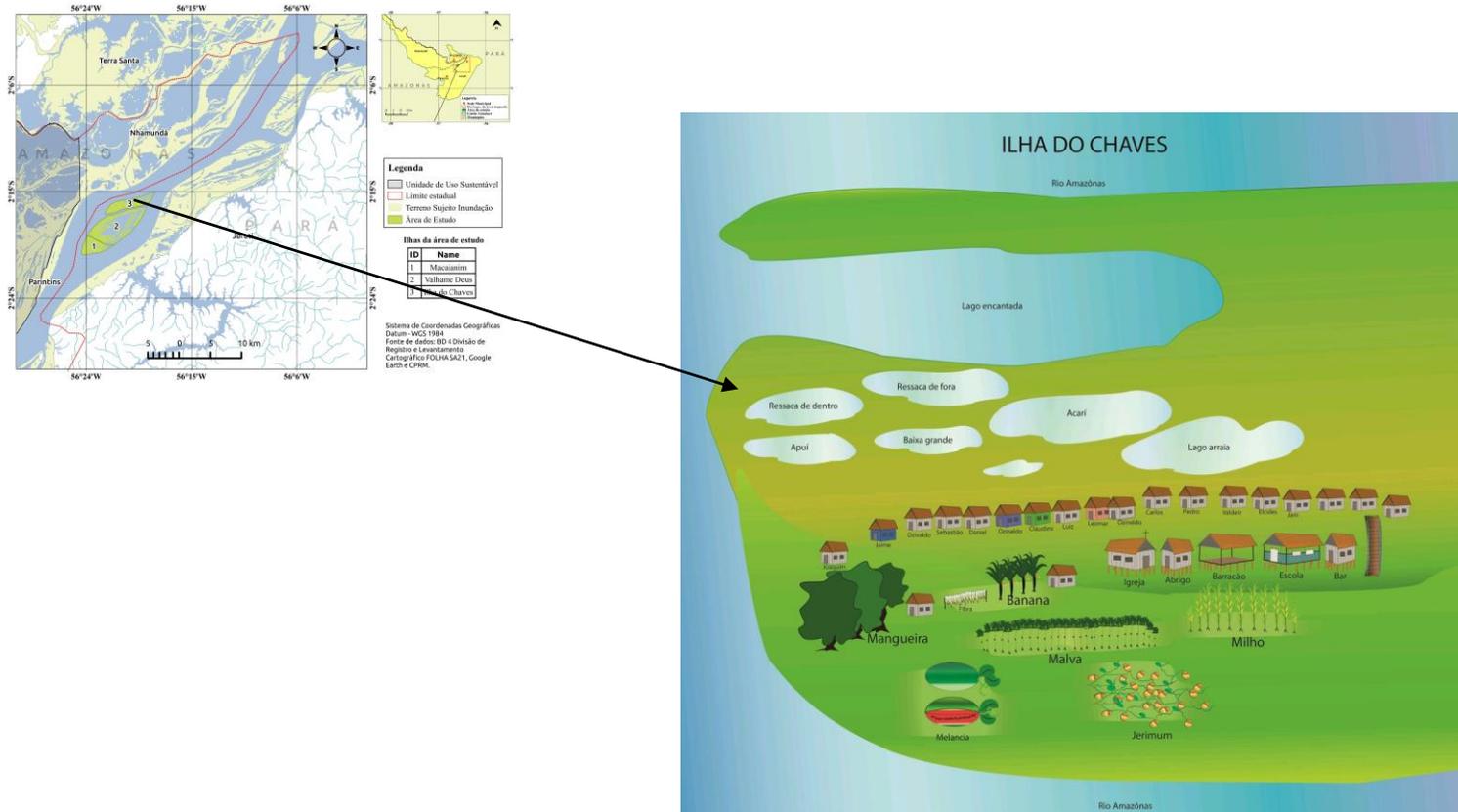
Na Ilha do Chaves vive-se processos semelhantes quando se analisa a perspectiva de tempo, espaço e lugar. As cultivadoras apresentam um forte sentimento topofílico em relação à Ilha, os tempos de ausências para resolver assuntos familiares,

financeiros, adquirir bens duráveis e de necessidades básicas, tendem a ser curtos, dependendo da distância percorrida e o assunto a ser resolvido.

O destaque na cartografia social da Ilha do Chaves, figura 26, está na disposição da área da comunidade, assim como os cultivos. Estes estão retratados logo à frente do mapa elaborado, dando a eles um valor significativo para as pesquisadas.

A área da “comunidade” é o lugar de encontro, das reuniões, do ensino, das celebrações religiosas e das festas, uma área bem conservada e cuidada pelos grupos responsáveis por tal função. Anualmente é feito pela Associação dos moradores o planejamento das atividades a serem realizadas. Para o alcance das mesmas, os comunitários são divididos em grupos, tendo, cada um, tarefas específicas, assim a “comunidade” está sempre organizada, proporcionando melhorias contínuas.

Figura 26 – Representação gráfica de cartografia social da Ilha do Chaves. Município de Juruti, PA. 2015



Fonte: Cartografia social Mapa mental elaborado pelas cultivadoras, em fevereiro de 2014. Organizado em programa computacional Corel Draw por Sandra Silva (2015).

Na área da comunidade, como pode ser observado na cartografia social, encontra-se a Igreja, o abrigo, o barracão, escola e um bar. O abrigo é para agasalhar as crianças, atar redes, especialmente no período das festas. O bar é da própria “comunidade”, utilizado para comercializar guloseimas, refrigerantes, nos dias de festas e torneios de futebol, arrecadando dinheiro para a comunidade. Neste espaço não é comercializado bebida alcoólica.

Os cultivos são destaque nesta Ilha, reforçando o reconhecimento desta como a área com maior diversidade de cultivos alimentares e não alimentares, quando comparadas as duas Ilhas. A juta (*Corchorus capsularis L.*) e malva (*Urena lobata L.*), desde seu surgimento, sempre foram destaque na Ilha, mesmo em tempo de escassez das sementes, os produtores, ainda, continuam se destacando.

Em sequência há a melancia (*Citrullus lanatus (Thunb.) Matsum. et. Nakai*) e o jerimum (*Cucurbita spp.*), muito cultivado e negociado no mercado regional. Este ano, devido a grande produção da melancia, como alternativa para substituir a produção da malva (*Urena lobata L.*), houve muita oferta do fruto, ocasionando uma maior competitividade e queda no preço. O milho (*Zea mays L.*) plantado é utilizado para o consumo da família e alimentação dos animais, a pequena produção não compensa o trabalho para a comercialização.

Há ainda árvores frutíferas, como a mangueira (*Mangifera*), encontrada em abundância pela Ilha, apesar das cheias do rio ter devastado grande parte das espécies frutíferas; as bananeiras estão presentes em praticamente todos os quintais, resistindo as águas.

As casas estão expostas lado a lado, por uma questão de organização espacial na elaboração do mapa. No espaço da Ilha, elas estão dispostas umas distantes das outras, tendo cada família terrenos próprios, divididos por cercas, especialmente quando há criação de bovinos.

Nesta ilha não se identifica um controle social institucionalizado pela Igreja, como ocorre na Ilha do Valha-me-Deus. Mas isto não significa que a vigilância e o controle não existam. O que se percebe é que este é mais moderado, disfarçado. Todos sabem e acompanham, mesmo a distância, os movimentos de cada família na Ilha. Observa-se este controle como um movimento de cuidados, segurança para com os familiares, visto serem, em sua maioria, da linhagem dos Souza. Das cultivadoras na Ilha do Chaves, 67% são da família Souza, possuem uma relação de parentesco. São primas, irmãs, mães, tias.

As suas práticas materiais e imateriais como agricultores familiares, contribuem para formação de uma identidade do grupo e individual, servindo de estratégias para a manutenção

dos espaços das Ilhas sobre a posse de grupos com vínculos consanguíneos. Este aspecto reforça o sentido de pertencimento à Ilha, reforçando o sentido existencial de cada ser.

Retomando a descrição da cartografia social (Figura 26) não se identifica nenhuma ilustração de animais de criação, visto serem pouco significativos na Ilha. Ao fundo, estão os lagos, lugar de conservação dos peixes e quelônios. Os moradores/pescadores têm um cuidado especial para com este, não deixando o gado pastar nas margens, proibindo a pesca predatória e fiscalizando a desova dos quelônios e conservando-os em chocadeiras. Na área do lago encantado, onde se forma uma grande praia no verão, é o espaço de desova dos quelônios, o qual é fiscalizado continuamente pelos moradores, além de servir de área para educação ambiental, promovida pela professora da escola e pelo presidente da comunidade.

O espaço da Ilha do Chaves possui uma área de floresta, com vegetação típica de várzea. Para transitar de uma casa para outra é preciso passar por estas áreas, onde são abertos caminhos. São comuns as histórias de cobras e “visagens”¹⁹. Para as pesquisadas do Valha-me-Deus, a Ilha do Chaves é uma área de visagem, visto ter muita mata e nela se esconderem estes seres. São os mistérios da mata, o desconhecido que muito aterrorizou os colonizadores, e, para terem maior domínio sobre o ambiente, degradaram, derrubando árvores, criando áreas abertas, desnudas de vegetação nativa. Ocuparam o espaço para poder dominá-lo.

Na Ilha do Chaves, as histórias de visagem são comuns e há unanimidade quanto ao respeito e cuidado para com elas, ao andar pela mata, reforçando a visão das cultivadoras do Valha-me-Deus.

As cultivadoras da Ilha do Chaves apresentam um forte sentimento topofílico (TUAN, 2012, p.135) em relação à Ilha, tanto pelos cuidados com suas casas, quanto com a própria comunidade, contribuindo em ações para a conservação ambiental.

Diferentemente da Ilha do Valha-me-Deus, não há no Chaves, um reencontro de familiares, parentes distantes, os quais se unem em uma festa para resgatar suas raízes históricas. No Chaves, esporadicamente filhos e parentes nascidos na Ilha, hoje residentes em outras localidades, principalmente na capital do Amazonas - Manaus, retornam a mesma para visitar familiares, contudo, são casos pontuais.

As dificuldades para retornar são maiores, ainda que a saudades dos familiares seja um sentimento presente. O contato com os filhos e parentes distantes foi facilitado com a introdução do telefone celular. Nesta Ilha o sinal é mais acessível. As tecnologias de

¹⁹ Visagens: semelhante a espíritos que vivem na floresta, fazem parte da lenda Amazônica, como o boto e o curupira.

comunicação reduziram o tempo e o espaço no cenário contemporâneo, oportunizando as pessoas, mesmo em lugares remotos, distantes, no meio do Rio Amazonas, terem condições de instantaneamente contatar seus familiares, amigos, receber notícias e informações.

Atravessar as fronteiras da Ilha para se dirigir as cidades é uma prática comum, sendo mais frequente para Juruti/PA e a comunidade de Juruti Velho, localizado há um pouco mais de uma hora de viagem, em canoas com motor de rabeta. Em Juruti Velho, as cultivadoras possuem terrenos com áreas de roça, parentes e amigos. As Sras. M.A.S. (35 anos, 2014); A.M.P.F. (49 anos, 2014); T.S.N. (29 anos, 2014); E.A.S. (19 anos, 2014), cultivadoras da Ilha do Chaves, juntamente com suas famílias se destinam as áreas de terra firme para cultivar a mandioca e espécies frutíferas não cultivadas na Ilha, devido ao pulso de inundação.

Na Ilha do Chaves não há barcos de “recreio” para levar passageiros para as cidades, quando necessário, os moradores utilizam do barco da Ilha do Valha-me-Deus, ou as próprias embarcações. Os moradores da Ilha do Chaves parecem ter mais autonomia para se locomoverem entre os diferentes espaços regionais, visto possuírem uma maior quantidade de meios de transportes.

Quando perguntadas sobre o futuro destas Ilhas, o qual nos remete ao paraíso perdido, as mulheres por unanimidade não identificam um futuro muito longínquo, principalmente quando se pensa na faina diária, nos cultivos alimentares e na fibra vegetal malva (*Urena lobata* L.).

Eu não quero o meu destino para os meus filhos. A agricultura é muito pesada, quero que eles estudem e trabalhem. Todo trabalho é desgastante, mas nenhum como um cabo de enxada e no roçado (A.M.P.F., 49 anos - Ilha do Chaves, 2014).

Espero que melhore, mas tá difícil, até a malva não tem, tem que investir no filho da gente e ver o futuro que vai ser. Eu acho que vai continuar tendo terra, mas tem que prevenir mais o meio ambiente. Deixar a terra descansar, tirar uma parte para trabalhar e a outra descansar (I.B.S. 25 anos – Ilha do Chaves, 2014).

É muito bom viver aqui, mas tem um, porém, que eles não vão mais querer. Os jovens querem estudar e conhecer outros lugares. Acho que daqui uns 30 anos vai ter poucas pessoas aqui, hoje as pessoas não aguentam as enchentes, também, antes não tinha tanta água. Esses tempos é todo o tempo enchente que cobre tudo (L.B., 56 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Eu acho que vai acabar tudo, se eu plantar vou continuar, mais aí tenho que brigar com o búfalo, porque a gente recebe o bolsa família, mas não dá, é muito pouco, tem que ter outras coisas, tem que plantar, não tem condições para minha família que é grande (V.F.B., 44 anos – Ilha Valha-me-Deus, 2014).

As falas destas cultivadoras sintetizam os pensamentos e sentimentos das demais. Indicando as limitações quanto ao futuro das famílias no sistema ambiental pesquisado, as quais podem ser expressas em seis pontos:

1. O primeiro relativo **à agricultura tida como pesada, o trabalho desgastante do cabo de enxada e no roçado.**
2. O segundo ponto relativo ao **incentivo e investimento para o filho estudar e trabalhar na cidade.**
3. O terceiro, a **conservação ambiental.**
4. O quarto as **enchentes cada vez maiores dificultando a conservação de bens e recursos bem como a utilização dos serviços ambientais.**
5. A quinta limitação causada pelos **conflitos com os criadores de bubalinos.**
6. Sexto ponto, a preocupação com a **segurança alimentar.**

Estes pontos limitantes indicam a fragilidade das políticas públicas voltadas para uma produção agrícola eficiente, com recursos financeiros, planejamentos e ações para o atendimento das demandas de toda cadeia produtiva. O reconhecimento do valor da agricultura familiar para a economia e promoção de uma efetiva redistribuição de riquezas para o sistema ambiental rural; uma educação do campo, preparando a futura geração para desenvolver ações em prol de uma produção sustentável, de incentivos e tecnologias para uma agricultura de base ecológica.

Os estudos de Campos (2011, p. 24), sobre a face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio, ressaltam as desigualdades dos montantes orçamentários para financiar o agronegócio, a agricultura familiar e a reforma agrária. A atenção diferenciada a cada uma dessas áreas inicia-se com a definição de dois Ministérios de governo: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, voltado para atender as demandas do agronegócio, com um orçamento previsto, para 2015, em torno de R\$ 10.500 bilhões; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cuja incumbência é potencializar a produção da agricultura familiar e realizar a reforma agrária, com um orçamento em torno de R\$ 5.600 bilhões.

Estes dados revelam a tendência política e econômica de expansão do agronegócio com o apoio do aparelho do Estado. O agronegócio representa a articulação de um complexo sistema de capitais, vinculados aos processos produtivos agropecuários, sob o domínio de grupos multinacionais e que, juntamente com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um ambiente privilegiado de acumulação capitalista. Essa aliança

contribuiu para ampliação das dimensões das desigualdades sócioespaciais em terras brasileiras (CAMPOS, 2011, p. 22).

A agricultura mundial passou por duas revoluções, a primeira denominada de Revolução Agrícola Contemporânea – RAC e a segunda de Revolução Verde - RV. A primeira trouxe uma elevada motorização-mecanização, seleção de variedades de plantas e de animais com forte potencial de rendimento, ampla utilização de fertilizantes, dos alimentos concentrados para o gado e produtos de tratamento para as plantas e os animais domésticos (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 28).

Quanto à revolução verde esta ocorreu a partir dos anos 60. É uma variante da RAC desprovida de motorização-mecanização, entretanto, desenvolveu-se mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo e outros cultivos de exportação, ampla utilização de fertilizantes químicos, produtos de tratamento, eventualmente, irrigação e drenagem (MOREIRA, 2000, p. 44).

Para Gliessman (2008, p. 600), a proposta da revolução verde era resolver os problemas da produção de alimentos para uma população mundial em crescimento. Porém, foi criada e ampliada uma gama de problemas, entre eles a dependência em relação aos agrotóxicos poluentes e fertilizantes intensivos no uso de energia e a degradação mais rápida dos recursos do solo. Destaca-se ainda, a não resolução dos problemas da fome e da distribuição desigual dos alimentos pelo mundo.

Estas revoluções atenderam as expectativas do agronegócio, deixando centenas e milhares de agricultores dos países em desenvolvimento sem nenhum acesso aos meios de produção de nenhuma das duas revoluções. Mesmo em regiões onde ocorreram adesões aos RAC e REV, muitos agricultores familiares ficaram de fora e foram empobrecidos pela baixa dos preços agrícolas reais e as consequências das duas revoluções (poluição, salinização dos solos irrigados) (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 29).

Milhões de camponeses continuaram a trabalhar com ferramentas estritamente manuais, sem fertilizantes, nem produtos de tratamento e com variedades de plantas que não foram objeto de pesquisa e de seleção sistemática (Ibid., p. 29), a fibra vegetal juta (*Corchorus capsularis* L.) e malva (*Urena lobata* L.) são exemplos, na Região Amazônica.

Em virtude da nova ordem capitalista imposta ao mundo rural, em especial aqueles que trabalham na agricultura familiar, estes tendem a desenvolver a pluriatividade para garantir uma renda monetária para a sobrevivência da família. Desenvolvem atividades pluriativas simultâneas em áreas rurais e urbanas como: pequenos comércios; empregos

agrícolas fora da propriedade familiar; artesanatos, conservas caseiras, turismo rural; arrendamentos e parcerias em terras de terceiros; aposentadoria; diversificação produtiva e busca de produções agroecológicas, orgânicas e naturais. Neste ponto, é impensável uma ascensão dos agricultores familiares ao progresso econômico e social sem significativas e profundas reformas na propriedade da terra, no acesso aos benefícios das políticas governamentais e no reconhecimento da cidadania plena aos trabalhadores e desempregados do espaço rural (MOREIRA, 2000, p. 49).

Somado a este processo de enfraquecimento das políticas para incrementar a agricultura familiar, tem-se a aplicabilidade de uma educação formal voltada para reforçar o movimento de mobilização do trabalhador na agricultura e de seus descendentes à venda de sua força de trabalho para o mercado. O conteúdo pedagógico não condiz com a sua realidade vivenciada, apreende-se contextos, informações que se sobressaem às fronteiras das Ilhas e não fazem nenhuma relação com as mesmas.

As salas de aulas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves possuem mobiliários sucateados, ventilação insuficiente, constituindo um local úmido e quente; os professores revezam em suas turmas multisseriadas, tendo que responder às demandas de alunos nas mais diversas faixas etárias, demandas estas não só pedagógicas, mas afetivas; os alimentos enviados pela prefeitura para a merenda não são suficientes para atender os alunos, durante todo o mês, sendo as aulas interrompidas até a chegada de uma nova remeça; os alimentos da merenda incluem produtos industrializados, importados de outras regiões brasileiras impondo uma alimentação diversa da alimentação regional; os professores possuem vínculos empregatícios temporários, contribuindo para a fragilização do ensino.

Moura e Santos (2012, p. 2) apontam o quanto as políticas educacionais, na atualidade, são influenciadas pelas determinações dos organismos internacionais, tais como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Pelo Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais definem uma perspectiva política e ideológica para os países em desenvolvimento. O ponto central é postular uma formação humana em resposta aos imperativos do mercado, diante de uma perspectiva economicista, mobilizando sujeitos para o serviço no modelo de produção capitalista.

Em relação à educação no campo, no Estado do Pará, os estudos de Hage (2006, p.3) indicam em 2002 a existência de 64% das escolas do campo no Brasil eram multisseriadas, e

na Amazônia esses dados é ainda mais preocupantes, visto 71,7% das escolas ofertarem as séries iniciais do ensino fundamental como exclusivamente mustisseriadas. Indica ainda, a precariedade da infraestrutura dessas escolas, a ineficiência e/ou inexistência de apoio pedagógico e formação continuada; além de um currículo descontextualizado com o modo de vida da população do campo na Amazônia.

Enfim, é um somatório de entraves impostos pelo sistema econômico, vinculado ao educacional, ao agrícola, à saúde, aos sistemas informacionais; além das mudanças climáticas geradoras de enchentes cada vez mais extensas; desvalorizando o mundo rural e supervalorizando a ilusória modernidade re-produzida no âmbito da cidade, a tecnologia de ponta, a efemeridade das relações e os produtos ao alcance das mãos de quem pode pagar. Uma modernidade aprisionadora a partir de uma difusa sensação de liberdade e autonomia para os trabalhadores.

Quanto aos aspectos da conservação ambiental, esta parece, também, seguir a lógica do capital, de apropriação dos bens comuns, terras e águas nas Ilhas para as criações de animais, por um pequeno número de agricultores/criadores. As cultivadoras têm consciência do quanto às ações humanas, nas áreas de roça, com as queimadas e derrubadas de árvores degradaram o sistema ambiental, mas sabem como estas ações são infinitamente menos degradantes do que a criação dos bubalinos. O conflito ambiental entre agricultores e criadores está instalado na Ilha do Valha-me-Deus, reproduzindo a lógica de intervenção do Estado e do capital para o lugar.

Harvey (2004, p.208) destaca a necessidade de todo projeto de transformação da sociedade apreender a complexa estrutura das práticas espaciais e temporais. Entende-se que parte desta complexa estrutura foi retratada acima, nos apontamentos e análises sobre organização espacial e temporal das Ilhas. Valendo a seguir apontar os fluxos, transferências e interações físicas e materiais ocorridas no e ao longo do tempo/espaço, garantindo, desta forma, a produção e reprodução social.

Nesta ótica serão apontados, a seguir, os fluxogramas de insumos, produtos, a circulação da renda monetária e a organização do trabalho nos agroecossistemas das Ilhas pesquisadas.

3.2. O FLUXO DE INSUMOS NOS AGROECOSSISTEMAS

A utilização de insumos e produtos para o sistema agrícola segue um fluxo onde são estabelecidas interações tanto internas como externas ao sistema ambiental das Ilhas. Quanto menor a dependência externa em relação a estes insumos e produtos maiores as condições para uma sustentabilidade ambiental.

Um agroecossistema ao incorporar as qualidades do ecossistema, de resiliência, adaptabilidade e produtividade, tende a assegurar uma melhor condição para uma base ecológica sustentável. Com a redução dos insumos externos no controle dos agroecossistemas, podem-se esperar organizações sistêmicas desenhadas para usar processos e interações ecossistêmicas, assim como o uso de componentes derivados do próprio sistema (GLIESSMAN, 2008, p. 81).

A unidade familiar agrícola é o centro de onde se estabelecem as interações e os processos dos fluxos de entrada e saída de produtos, insumos, trabalho e renda monetária. Neste espaço determinam-se o planejamento do que, quando e como cultivar os produtos agrícolas, assim como as atividades criatórias para a sobrevivência da família e geração de renda monetária.

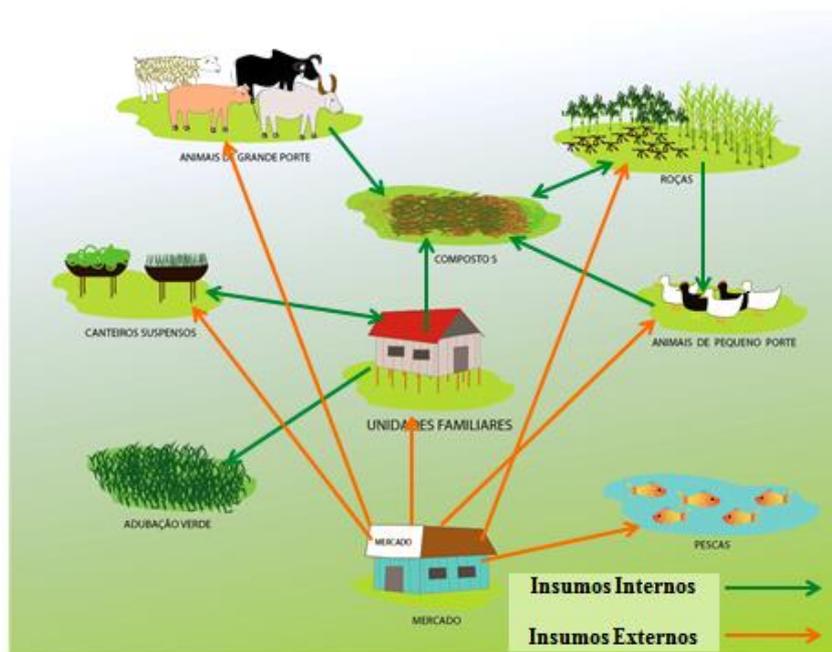
Neste aspecto, identificar a organização sistêmica das interações entre a produção e aquisição de insumos, assim como os produtos destinados e oriundos do mercado, é condição essencial para a análise da sustentabilidade dos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves.

Os fluxos (Figura 27) de insumos agrícolas internos e externos, em ambas as Ilhas, assemelham-se. Visto seus lugares produtivos serem influenciados pelos mesmos fenômenos climáticos, o pulso de inundação anual das águas, assim como as especificidades típicas das ilhas fluviais presentes na calha do Rio Amazonas, reconhecidas como áreas de várzeas.

Compreendem-se insumos, na perspectiva apontada por Gliessman (2008, p. 80), como aqueles referentes aos próprios bens comuns e recursos ambientais, como a radiação solar, as precipitações pluviais, os ventos, os sedimentos depositados pelas águas dos rios e os propágulos das plantas. Os insumos externos, denominados de insumos produtos, para Gliessman (2008, p. 80) e Noda, Noda, Silva (2013, p. 64), referem-se aos agrotóxicos, sementes híbridas, combustíveis fósseis utilizados nas máquinas, sacos para embalagem de produtos, apetrechos de pesca, cartuchos e chumbo, entre outros não produzidos nos agroecossistemas, mas fundamentais para a manutenção nas várzeas.

Na categoria de insumos, temos os produzidos internamente e aqueles advindos do mercado, aqui denominados de insumos produtos, devido uma relação mercantil monetarizada, para aquisição dos mesmos.

Figura 27 – Representação gráfica dos fluxos de insumos internos e externos dos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juruti, PA. 2014/15.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Na primeira categoria de insumos produzidos internamente nos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, tem-se a adubação verde e os compostos orgânicos resultantes do esterco produzido na criação dos animais de grande porte bovinos e bubalinos e dos pequenos animais, da decomposição do paú²⁰, restos de cascas, frutos, verduras e leguminosas. Nada é perdido nestes lugares e sim reutilizado para algum fim. Em geral, nos quintais encontra-se uma caixa, onde são conservados estes insumos, os quais são decompostos e, futuramente, serão utilizados como adubos para semear as plantas e mantê-las sempre viçosas, tanto nas unidades dos quintais, dos canteiros suspensos, quanto na unidade das roças.

Há ainda os insumos originários das áreas de roça, como o milho, utilizados para alimentar os animais de grande e pequeno porte; os componentes dos canteiros suspensos quando não consumidos pela unidade familiar, também são úteis para alimentar os animais de

²⁰ Paú: decomposição da espécie arbórea munguba (*Malvaceae*).

pequeno porte, especialmente as galinhas (*Gallus gallus domesticus*) e os patos (*Anas Platyrhynchos*).

No mercado regional são adquiridos os insumos externos necessários para a produção agrícola e a pesca, tais como as ferramentas de trabalho, como enxadas, terçados; as sementes de melancia, couve, pepino e da fibra vegetal malva, destinadas às unidades dos quintais, canteiros suspensos e roças; rações e grãos para alimentação de animais de pequeno porte (galinha (*Gallus gallus domesticus*), patos (*Anas Platyrhynchos*), carneiros (*Ovis Aries*)); os apetrechos de pesca; combustível para o funcionamento dos barcos e botes; defensivos agrícolas utilizados no combate às pragas nas plantações de melancia. Não foi identificada a aquisição de fertilizantes nos lugares pesquisados, somente aqueles produzidos pelos insumos orgânicos, encontrados na adubação verde e nos compostos orgânicos.

As sementes da malva (*Urena lobata L.*) e melancia são adquiridas no órgão de assistência técnica e extensão rural IDAM, por meio do programa de distribuição de sementes no Estado do Amazonas. Os agricultores das Ilhas pesquisadas também são beneficiados por esse programa, ainda que se localizem em terras do Estado do Pará.

As demais sementes, insumos para produção nas unidades de roça, quintais e canteiros suspensos, como o jerimum (*Cucurbita spp*), o milho (*Zea mays L.*), o feijão (*Vigna Sinensis*), consideradas como caboclas estão em seu poder a muitas décadas, sendo o conhecimento de como conservá-las repassado de geração para geração – este trabalho material e imaterial é re-produzido pelas mulheres.

Esses achados na pesquisa corroboram com os estudos de Noda, Noda e Silva (2013, p. 61) os quais evidenciam a distribuição de sementes por parte do IDAM aos agricultores e da manutenção e posse do material reprodutivo das sementes, em virtude do armazenamento dessas pelos agricultores, ao adquiri-las no mercado, ou serem resultantes da “doação” ou trocas com outros agricultores.

O grande desafio é retomar a conservação das sementes de espécies tradicionais, hoje, praticamente, extintas das Ilhas, como afirma a pesquisada I.B.S. (25 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Eu tenho a semente de melancia cabocla, mas ela custa a dar, o fruto é mais gostoso, tem mais sabor, mas não cresce tanto, como a semente da melancia comprada. No próximo ano (2015) vou tentar plantar e cuidar mais da semente da melancia que eu tenho, para ver se dá melhor, pois o sabor é melhor. Os fregueses querem graúda, o pepino, por exemplo, aqui dá do grande, tem mais para comer, mas os fregueses querem do pequeno, aí vou ter que comprar a semente para próximo ano para vender

melhor, o que os fregueses querem (V.F.B.R., 44 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Observa-se no dístico acima a necessidade de se plantar o que o mercado/freguês exige: uma melancia mais viçosa, grande e saborosa. Para se chegar a este ponto, é necessário adquirir a semente registrada no MAPA, acompanhada de seu pacote tecnológico, os defensivos agrícolas, os quais trazem uma série de prejuízos para a saúde ambiental de todos envolvidos na cadeia produtiva.

Para adquirir um melhor retorno financeiro é preciso planejar melhor o tempo para o plantio, assim como os espaços onde este irá ocorrer. Este tempo não pode ser muito cedo, enquanto o solo da várzea ainda está úmido, correndo o risco de perder os plantios, mas também, não muito tarde, quando todos já plantaram. Pois desta forma, o mercado fica saturado do produto provocando a queda nos preços.

Os agricultores familiares de áreas de várzea adotam uma complexa organização social da produção utilizando a força de trabalho familiar em diferentes atividades no sistema ambiental. Ocupam o espaço e uso dos bens e recursos ambientais para atender a manutenção da família, sendo a produção agrícola destinada, prioritariamente, para o autoconsumo; e o excedente não consumido é destinado para a aquisição de bens e serviços não gerados na unidade de produção familiar (NODA, NODA, SILVA, 2013, p. 52).

Na Ilha do Valha-me-Deus a produção ou aquisição dos insumos seguem a mesma dinâmica da Ilha do Chaves, havendo no Valha-me-Deus uma maior produção de compostos e adubação verde, em virtude da criação dos animais em maior quantidade. Entretanto, esta adubação pouco contribui para o incremento na produção agrícola, diminuindo a cada ano os cultivos. No ano de 2013, todas as cultivadoras do Valha-me-Deus plantavam em suas áreas de roça, nas terras em frente as suas casas.

Em 2014, apenas as Sras. S.B.V.S. (32 anos, 2014), em parceria com a Sra. C.B.V. (62 anos, 2014), ambas da Ilha do Valha-me-Deus, fizeram um roçado de plantas miúdas melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum & Nakai), jerimum (*Cucurbita máxima* Duchesne), pepino (*Cucumis sativus* L.). A Sra. V.F.B.R. (44 anos, 2014) plantou a malva (*Urena lobata* L.) e afirma que para o ano de 2015 pretende melhorar o terreno para cultivar plantas de ciclo curto e tradicionais na região, incrementando a produção. No ano de 2014, também, ficou afastada da Ilha, plantando em sua área de roçado na terra firme. Ela afirma:

A grande dificuldade no Valha-me-Deus são os búfalos, este ano comprei dois mil metros de fio de arame e trezentas e cinquenta estacas para cercar minha área de roçado, mas mesmo assim os búfalos invadiram uma parte. Fiquei muito chateada, fui procurar o dono do animal, mas ninguém assume. É desanimador ter que todo dia combater o búfalo, ele é um animal não sabe o que faz esta atrás de alimento, o problema é o dono dele. Até quando o Sr. Mateus Bruce era vivo, lá pelos anos 1990, já tinha os búfalos, mas ficava lá pela área dos lagos, só vinham para cá, quando já tinha retirado todos os plantios, ele punha ordem, não deixava invadir, todos respeitavam, mas quando ele morreu, ficou assim, como os criadores querem, tudo espalhado por aí, sem controle.

Este tem sido o conflito instalado na área da Ilha do Valha-me-Deus. Quem domina o espaço tem maior poder. Em geral, os criadores são descendentes da família Bruce, os quais consideram as terras como sendo da União e de posse daqueles que foram os primeiros a ocupar a área. Quem quer plantar, precisa ter condições econômicas para cercar suas terras, controlar e cuidar para não serem invadidas pelos animais soltos pelos pastos.

Tem sido uma luta entre cultivadores, criadores e o sistema ambiental, onde este último tem ficado em desvantagem, sofrendo anualmente processos de degradação. As famílias dos cultivadores têm se sujeitado a esta realidade, com poucas perspectivas de mudanças. Identifica-se na Ilha do Valha-me-Deus uma semelhança com o sistema empresarial de pecuária de corte e leite, apontado nos estudos de Noda et al. (2007, p. 26). Nesse sistema estruturam-se atores sociais originários dos setores secundários e terciários, possuidores de terras, familiares ou arrendam terras, em áreas destinadas a criação de gados, como as encontradas na Ilha do Valha-me-Deus.

Nessa Ilha, parte dos criadores é empresário, comerciante, morador de áreas urbanas próximas as Ilhas, como Parintins/AM e utiliza desses espaços como uma atividade secundária para investimentos e aumento de seu capital. Quando não morador na Ilha, esses criadores de gado, contratam vaqueiros/moradores na Ilha para os cuidados com o gado.

Da terra as cultivadoras retiram o alimento para sobrevivência de suas famílias, mas esta tem sido negada, por aqueles que buscam o lucro fácil, menos dispendioso, aqueles totalmente desassociados do sistema ambiental, pois em sua maioria residem em outras localidades; para os que dependem da força de trabalho, da terra para cultivar, não veem outra saída, senão partir em busca de trabalho, em outras localidades.

É o movimento do capital, mobilizando estes sujeitos sociais, retirando-os de suas raízes, onde possuem estratégias para resistir e manter sua liberdade e autonomia, para escravizá-los nas grandes cidades, em fábricas e serviços precarizados, com ares de modernidade, tomando de si a possibilidade de escolha de como viver.

3.3 O FLUXO DE PRODUTOS NOS AGROECOSSISTEMAS

Os produtos referem-se às espécies alimentares animais e vegetais produzidos nos agroecossistemas, podendo ser consumidos pela própria unidade familiar ou compartilhada com outros membros da comunidade, por uma rede cultural, social e econômica, a qual contribui sobremaneira para a estabilidade e permanência das comunidades rurais (NODA, NODA, SILVA, 2013, p. 54).

Os produtos oriundos das espécies alimentares ou não alimentares, quando não consumidas pela unidade familiar, podem ser colocados no circuito do mercado para a geração de renda monetária, oportunizando a aquisição de bens não produzidos nos agroecossistemas. Nessa dinâmica, o produto é transformado em mercadoria, deixando de possuir valor de uso e sendo substituído por valor de troca. Ao atribuir valor monetário ao produto, ocorre o processo de alienação dos atributos sociais, econômicos e culturais geradores de produção (Ibid., p. 54).

No aspecto relativo aos fluxos dos produtos (Figura 28), tem-se na produção interna dos sistemas agrícolas o abastecimento das necessidades familiares. Na Ilha do Chaves destacam-se os produtos oriundos dos canteiros suspensos, da roça, dos animais de pequeno porte, da pesca, os quais são consumidos e geradores de renda monetária para as famílias; e os animais de grande porte, o gado bovino.

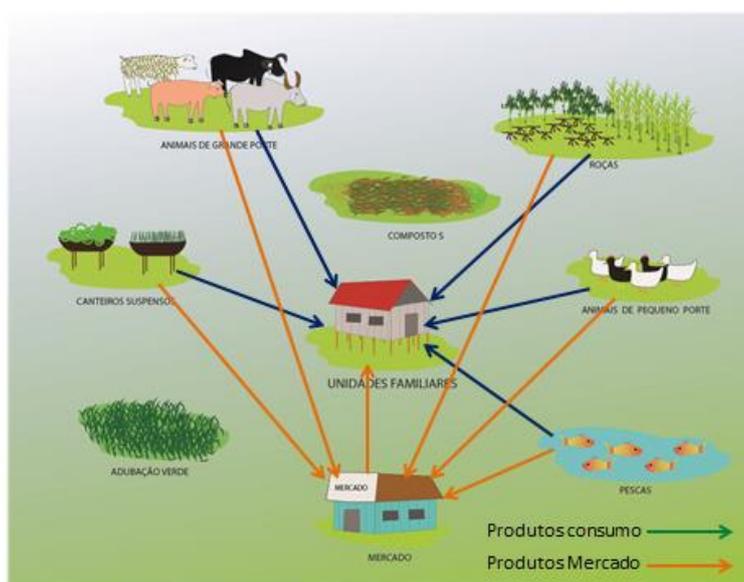
Na Ilha do Valha-me-Deus, das cultivadoras entrevistadas somente três retiram dos quintais e roça os produtos para o consumo e geração da renda; uma produz para o consumo familiar nas terras na Ilha do Chaves. Os canteiros suspensos abastecem as famílias de todas as cultivadoras entrevistadas, em ambas as Ilhas, assim como os animais de pequeno porte e a atividade pesqueira; quanto aos animais de grande porte, apenas uma, a Sra. S.B.V.S. (32 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014) produz derivados de leite para o consumo e geração de renda, além de comercializarem o gado; há ainda os animais de pequeno porte, de grande demanda no mercado, como a galinha (*Gallus gallus domesticus*), patos (*Anas Platyrhynchos*) e carneiros (*Ovis Arie*).

Esses dados evidenciam o acesso ao alimento pela via não monetária indicando um elevado patamar de segurança alimentar nas unidades familiares pesquisadas (NODA, NODA, SILVA, 2013, p.67). Identifica-se uma diversificação nos sistemas produtivos agrícolas, indicando uma conservação e valorização das unidades do agroecossistema,

especialmente na Ilha do Chaves, as quais são voltadas para o autoconsumo e comercialização.

Enquanto os produtos nos Agroecossistemas são destinados exclusivamente para o consumo da unidade familiar, esse apresenta valor de uso. Entretanto, esses quando não consumidos por essa unidade e destinados ao mercado, passam a ter valor de troca, sendo transformados em mercadorias, as quais serão geradoras de renda monetária para a aquisição de outras mercadorias, necessárias para a sobrevivência das unidades familiares.

Figura 28 - Representação gráfica dos fluxos de produtos dos agroecossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juriti, PA. 2014/15.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os produtos destinados ao mercado são aqueles encontrados nas unidades da roça, dos quintais e canteiros suspensos como o jerimum, a melancia, a fibra vegetal malva, a banana, as hortaliças; no extrativismo animal por meio da pesca de diversas espécies; os animais de grande porte e seus derivados; e os animais de pequeno porte.

A comercialização desses produtos não é realizada de uma única vez, e sim, conforme as necessidades dos agricultores em possuir uma renda monetária para adquirir os bens de consumo ou para resolver problemas familiares, como atendimentos a saúde (NODA, NODA, SILVA, 2013, p. 63). A malva, produzida especificamente para a troca no mercado regional, tem no mês de maio o início do processo de comercialização, nas Ilhas pesquisadas,

podendo chegar até meados de junho nesse intercambio mercantil com os intermediários que adquirem o produto.

As unidades familiares para sua sobrevivência nas Ilhas e para o trabalho adquirem produtos/mercadorias no mercado regional, como alimentos industrializados não produzidos nos agroecossistemas das Ilhas, bens duráveis, vestimenta, material escolar, entre outros.

No período das cheias, há uma maior necessidade de adquirir os produtos industrializados, devido à ausência de terras para o contínuo plantio. As estratégias de algumas cultivadoras, principalmente as que possuem filhos pequenos, como é o caso das Sras. M.A.F. (35 anos, 2014), T.S.N. (29 anos, 2014), E.A.S. (20 anos, 2014), A.M.P.F. (49 anos, 2014), S. A.S. (31 anos, 2014), na Ilha do Chaves e Sra. V.P.B.R. (44 anos, 2014), na Ilha do Valha-me-Deus, dirigirem-se para as áreas de roça na terra firme, na região de Juruti Velho, possibilitando alternativas de renda e alimentos para sobrevivência das famílias. As demais, em ambas as Ilhas, permanecem em suas casas, tirando o sustento da comercialização do peixe, dos programas de assistência social e aposentadorias, da ajuda financeira enviada pelos filhos trabalhadores nas capitais e do que economizou no período de maior safra, no ano de 2015 na produção da melancia.

Um agroecossistema para ser sustentável, aponta Siliprandi (2009), deve seguir alguns critérios, os quais são analisados a seguir tendo como ponto de partida as Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves.

O primeiro critério é a busca da **autossuficiência das unidades produtivas** quanto aos insumos utilizados. Nesse aspecto, observamos um elevado patamar de autossuficiência em ambas as Ilhas, tendo uma dependência externa em relação as espécie alimentar melancia e defensores agrícolas para combater as pragas nessa espécie, além da espécie couve; e, não alimentar, a fibra vegetal malva.

Um segundo critério, refere-se ao **estímulo a criatividade e a recuperação do conhecimento local sobre os agroecossistemas**. As cultivadoras apresentam um ampliado conhecimento sobre o sistema ambiental das Ilhas, são conhecedoras da dinamicidade dos pulsos das águas e dos efeitos delas nas produções agrícolas, utilizando estratégias para manter a sobrevivência da família, mesmo em tempos de cheia do rio e ausência de terras para os plantios. Os canteiros suspensos, a pesca, a plantação na área de terra firme, as marombas para manutenção dos animais de pequeno porte, os quais são fonte de alimento e renda monetária, principalmente no período das cheias, são as principais estratégias para conservar a autopeiose das unidades familiares no sistema ambiental de várzea.

Terceiro critério, a **manutenção estável e crescente da capacidade produtiva em longo prazo**. Observa-se, nesse aspecto, a reprodução e reconstrução dos saberes relativos aos sistemas produtivos agrícolas, por meio do processo de ensino-aprendizagem entre as gerações para a manutenção do sistema ambiental. Saberes esses reconstruídos culturalmente no contexto das unidades familiares e não referenciados nos conhecimentos repassados nas escolas do campo.

Quarto critério, a **realização de práticas beneficiadoras do local e do enriquecimento da diversidade biológica**. Na Ilha do Chaves há evidências pelas ações apontadas no segundo capítulo quanto as ações comunitárias para a conservação das espécies, dos lagos, do rio, para o trabalho coletivo, para a participação dos comunitários nas decisões implicadas na sustentabilidade da Ilha, indicando princípios da governança ambiental, de acordo com as formas de uso, gestão e manejo dos recursos naturais na Ilha (NODA, NODA, SILVA, 2013, p. 66). Quanto a Ilha do Valha-me-Deus, devido aos conflitos entre cultivadores e criadores de gado bubalinos, neste critério, parece não haver, por parte desses últimos, práticas beneficiadoras do local e de valorização da diversidade biológica.

3.4 A CIRCULAÇÃO DE RENDA MONETÁRIA NOS AGROECOSSISTEMAS

Compreende-se para fins de análise da circulação da renda monetária nas áreas pesquisadas, como aquela a qual se refere a um fluxo, uma dinâmica de trocas monetárias simples ou complexas e corresponde a quantidade de bens produzidos e distribuídos em determinado período (PICKETY, 2014, p. 56).

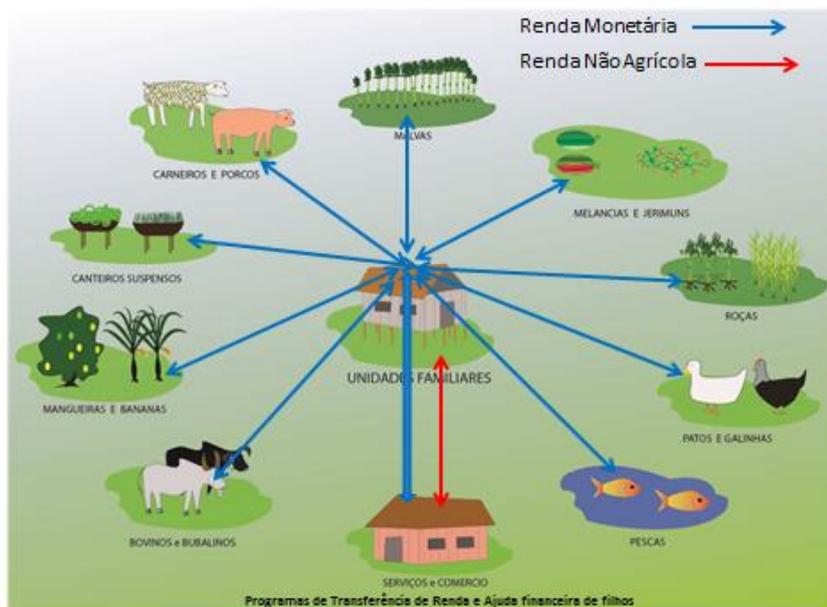
A renda pode ser analisada como a soma da renda do trabalho e da renda do capital. A primeira compreende, sobretudo, salários e a segunda representa os títulos de propriedades do capital, independente de qualquer trabalho e da denominação jurídica (Ibid., p. 238).

Os dados da pesquisa indicaram a ocorrência da renda monetária nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves por meio de um processo de circulação simples de mercadorias. A renda monetária ao ser auferida origina-se da “posse” da terra, numa área de várzea de solo fértil, proporcionadora de cultivos alimentares de ciclo curto e de fácil inserção no mercado consumidor e da quantidade de força de trabalho familiar disponível para a produção.

A figura 29, relativa à circulação da renda, indica duas dimensões: a renda monetária, aquela representada pelo dinheiro adquirido no mercado com a comercialização dos produtos agrícolas; e a renda não agrícola relativa ao dinheiro, obtida por meio da

associação de atividades diversas para obtenção da renda (MOREIRA, 2000, p.49), dos programas de assistência social, aposentadorias e ajuda monetária de filhos residentes em centros urbanos, como Parintins, Manaus/AM e Juruti/PA.

Figura 29 – Representação Gráfica sobre a circulação da renda monetária nas Ilhas do Valhame-Deus e Chaves. Município de Juruti, PA. 2014/15



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A renda monetária nas Ilhas apresenta uma simetria, sendo resultante da produção agrícola das espécies alimentares melancia (*C. lanatus*), jerimum (*C. máxima Duchesne*), maxixe (*C. anguria L.*), pepino (*C. sativus L.*); e a espécie não alimentar malva (*U. lobata L.*), cujo plantio é destinado, exclusivamente, para a geração da renda monetária, como pode ser observado na figura 29; das atividades criatórias do gado bubalino e bovino; da criação de pequenos animais.

A unidade de produção agrícola é formada por uma complexa rede de atividades produtivas assentadas, basicamente, na força de trabalho familiar. Essa é organizada para produzir os cultivares necessários para o consumo familiar, para a troca entre os vizinhos e o excedente tendo como destino final o mercado, com a obtenção da renda monetária.

Não se identifica entre as cultivadoras uma organização e exploração da força de trabalho para a acumulação do capital e, sim, exclusivamente para o consumo e geração de renda para a manutenção da conservação autopoietica da unidade familiar.

Os modelos de unidades de produção empresarial familiar, em especial para pecuária de corte e leite, apontados por Noda et al. (2007, p. 26), são identificados entre os criadores de bubalinos, na Ilha do Valha-me-Deus, como apontado anteriormente.

As interações humanas com o sistema ambiental são permeadas pela circulação monetária. O dinheiro passou a ser, em tempos contemporâneos, a maior necessidade humana, como bem afirmava Erick Fromm, nos anos de 1970, do século XX. Seja ele objetivado em espécie, seja em produtos para sobrevivência e/ou pela exploração da força de trabalho familiar e/ou dos recursos naturais, é hoje a base de todas as relações. Consume-se a si mesmo, de formas cada vez mais densas, para obter condições de consumir aquilo que o mercado oferta volátil e efemeramente.

A circulação monetária não está associada somente a produção e comercialização, diante de um mercado ditado por regras capitalistas, homogeneizantes, mas perpassam todas as unidades do sistema ambiental pesquisado, pelos bens comuns, pelas ações antrópicas e as interações recursivas entre todos estes elementos do sistema ambiental.

O processo de circulação monetária nas Ilhas ocorre pela interação dos cultivadores junto ao mercado consumidor, seja ele representado pelos atores sociais, intermediários, padrões, comerciantes ou consumidor final. Neste processo, ocorre uma circulação de mercadorias simples ou como aponta troca mercantil simples (PINTO, 2010, p. 198), ainda que complexa em sua essência.

Esta circulação se inicia ainda nas Ilhas, quando os cultivadores transportam em suas próprias embarcações os produtos a serem comercializados no mercado, em geral na região de Juruti/PA ou fretam barcos para transportar seus produtos. Já na Ilha há a subordinação dos agricultores às regras postas pelo capital. Regras estas ocultas, desconhecidas e até mesmo indecifráveis para o agricultor, mas permeadoras de todas as suas relações.

Subordinação às regras do complexo sistema capitalista é o resultado de desenvolver ações, aparentemente autônomas, mas em essência definidas, determinadas e controladas pelo capital. O que plantar, em que quantidade e para quem vender são questões ditadas pelo mercado capitalista. Como pondera uma das cultivadoras, sobre os produtos, “eu prefiro plantar o pepino grande, graúdo, rende mais, mas o cliente prefere o pequeno, então é este que vou plantar no próximo ano” (I.B.S., 25 anos – Ilha do Chaves, 2014), o mesmo ocorrendo com outras espécies alimentares.

A malva (*U. lobata L.*) é o exemplo clássico da subordinação do capital. Nos tempos onde havia grande demanda de mercado, os cultivos eram extensos, ocupavam vários espaços

das Ilhas; a força de trabalho familiar era ocupada e explorada em demasia. Havia interesse do Estado Amazonense, com apoio do Governo Federal, em criar políticas agrícolas para inserir a região ao circuito da produção industrial. A partir dos anos de 1990 a falta de incentivos políticos e econômicos para melhorias na cadeia produtiva iniciou um ciclo de decréscimos na produção, chegando aos dias de hoje a ausência de sementes e incentivos para a continuidade do plantio da fibra.

A subordinação ao capital, também, se manifesta no ciclo da comercialização. Os cultivadores vendem seus produtos ao mercado, recebem o dinheiro e com este adquirem os produtos necessários para sua sobrevivência e aquisição de instrumentos, insumos para a continuidade da produção. Entretanto, o dinheiro obtido é infinitamente menor do que o necessário para adquirir os itens. Os produtos agrícolas tendem, na lógica capitalista, a possuir um valor monetário inferior àqueles produzidos pela indústria. Indicando o quanto a subordinação ao capital é ampliada.

Este determina a produção a ser praticada nos sistemas agrícolas, os valores a pagar pelos produtos e estes últimos terão valores mercantis inferiores aos produtos adquiridos no comércio regional. Esses produtos no comércio, além de apresentar um valor superior ao produzido pelo cultivador, não necessariamente atendem as suas necessidades, pois nem sempre a qualidade, marca e tipo de produto que o agricultor anseia está ofertado no mercado.

A lógica do capital se define por um sistema altamente complexo, o qual apresenta uma diversidade de estratégias para submeter à classe trabalhadora a sua lógica, uma delas é a assimilação espontânea (BAUMANN, 2003, p. 86), o trabalhador quer ser parte da “comunidade” do ter, do mercado consumidor e para tanto irá se consumir para consumir coisas.

O sistema capitalista possui mecanismos de resistência (PINTO, 2010, p. 157), para manter sua dominação, como capitalizando trabalhadores, por meio de incentivos fiscais, diminuição de impostos, facilitando créditos e oportunizando condições para aquisição de bens, mantendo, neste sentido, a vitalidade do mercado capitalista.

Neste processo de produzir “coisas” necessárias ou não, para a sobrevivência dos seres humanos, estes últimos, por meio da lógica de apropriação capitalista, foram subjugando a natureza e os recursos naturais nela presentes, estando hoje os seres humanos reféns e subordinados ao processo de resiliência da mesma.

Os seres humanos, por meio de sua racionalidade cartesiana, pretenderam colocar ordem no mundo, nas relações sociais, dominar a natureza e todos os seus mistérios, fazer

dela sua fonte de riqueza, com isto, criou-se um total processo de desordem, onde hoje a própria natureza, pela sua auto-organização procura colocar sua ordem, a qual difere sobremaneira da ordem prevista pelo capital (MORIN, 1975, p. 47).

A relação entre ordem e desordem é permanente em todos os sistemas abertos. Os cultivadores estabelecem uma ordem para sua produção, haverá certo controle sobre esta, mas destaca-se que a desordem está mesmo ocultamente presente em todos os processos.

As relações desiguais engendradas no mercado colocam os cultivadores numa situação desfavorável. Nos cenários produtivos nos quais estão envolvidos são sempre o elo mais frágil da complexa cadeia de operações comerciais, vendendo seus produtos aos preços mais baixos e pagando preços mais altos pelas mercadorias adquiridas no comércio. Neste sentido, estão impossibilitados, continuamente, de formar uma reserva de renda monetária, visto estarem subordinados ao mercado capitalista.

Quanto à renda não agrícola, indicada na figura 28 pela seta vermelha, apenas uma das cultivadoras não recebe o bolsa família. Este programa de transferência de renda com condicionalidades é parte das políticas de combate à pobreza efetivadas, em 2004, no Governo Lula, cuja prioridade foi a de atender famílias chefiadas por mulheres (CAMPOS, 2011, p. 23). O valor destinado a cada família é definido de acordo com a idade e o número de filhos. Nas Ilhas os valores variam de R\$ 120,00 a R\$ 440,00.

Desde sua efetivação, as cultivadoras relatam o valor de ter um cartão e poder receber um dinheiro destinado ao nome delas, para atender as necessidades das famílias. O PBF (Programa Bolsa Família) oportunizou as mulheres terem maiores condições de decidir o que, quando e como adquirir bens e alimentos para sua família. Os alimentos, fazer o “rancho” como elas afirmam é a prioridade, seguida da aquisição de roupas e materiais escolares.

Na região de Juruti/PA não há um programa para beneficiar as crianças e adolescentes em período escolar, com materiais e a farda (uniforme). Neste sentido, o PBF tem um significativo valor para aquisição destes itens. As mulheres sentem-se satisfeitas e empoderadas com a condição de poderem retirar o dinheiro no banco ou caixa lotérica. Nunca em suas vidas tinham tido esta oportunidade. Quando recebiam algum dinheiro era parte dos produtos comercializados pelo marido. Hoje, além do PBF, relatam receber o dinheiro da comercialização para guardar e administrar para as necessidades da família.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada, uma cultivadora da Ilha do Valha-me-Deus e uma da Ilha do Chaves o recebem; em relação a aposentadoria duas da Ilha do Valha-

me-Deus a recebem e nenhuma pesquisada no Chaves. Uma de nossas pesquisadas da Ilha do Valha recebe um salário mínimo como salário, pela prestação de serviços na Escola da comunidade. E uma cultivadora a Sra. V.F.B.R. (44 anos, 2014), dessa mesma localidade, presta serviços de costura, contribuindo financeiramente com a renda da família.

Em relação à renda não agrícola oriunda dos filhos residentes em outras localidades, centros urbanos, na Ilha do Valha-me-Deus, cinco delas recebem esta renda, seja objetivada em dinheiro ou bens duráveis para suas casas, com fogão, geladeira, freezer, camas, etc. Na Ilha do Chaves, apenas uma recebe renda não agrícola de filhos residentes em Manaus, contudo, esta é eventual.

As famílias pesquisadas com filhos residentes em outras localidades, também, contribuem para a sobrevivência dos filhos, enviando, periodicamente, alimentos originários da produção agrícola e da pesca. Essa circulação da moeda e de produtos agrícolas permite a manutenção dos vínculos familiares e dos saberes.

Os programas de transferência de renda PBF, BPC, ajuda financeira dos filhos, oportunizaram as mulheres o reconhecimento de sua capacidade como gerenciadoras da renda familiar, tarefa esta, anteriormente, realizada exclusivamente pelos homens.

O planejamento de como gastar é feito entre o casal, às mulheres guardam o dinheiro em suas casas e, conforme a necessidade, as cultivadoras vão destinando o dinheiro para as despesas. As mulheres parecem ter mais um senso de como gerir o escasso recurso da família, até mesmo porque seu objetivo maior é o bem-estar social e econômico de todos e não suas necessidades particulares imediatas. Afirmam raramente comprar algo para si mesmas, sendo a prioridade os filhos e a casa. Os dados indicam a resignação por parte destas mulheres para com as suas necessidades.

As cultivadoras pelas suas especificidades arquetípicas tende a estarem mais associadas a *anima*, apresentando elementos de um caráter mais receptivo, integrativo e solidário, mas mantendo elementos racionais, reguladores, organizativos, próprio do *animus*, dando a elas maiores condições de lidar com as desordens postas pelo sistema ambiental e sabendo priorizar o coletivo ao individual (MONTEIRO, 1998, p. 25). Revelando a condição para estas mulheres administrarem eficientemente as poucas rendas familiares mais justamente.

Destacam-se além das rendas apresentadas acima aquelas não contabilizadas pelos cultivadores, mas, preponderantes, para garantir melhores resultados financeiros. Tem-se a renda obtida pelos bens comuns (RICOVERI, 2012, p.27), terra, água, ar, fogo e energia,

presentes em todo agroecossistema, cuja complexidade, diversidade, resistência e vitalidade são vitais para a sustentabilidade dos mesmos.

Os bens comuns quando associados às atividades humanas para a produção agrícola, pecuária ou a pesca, podem ser transformados em mercadorias, as quais podem ser comercializadas diretamente no mercado, seguindo a lógica econômica dominante. Entretanto, são dominantes no sistema ambiental pesquisado estes bens comuns como base de insumos naturais para uma melhor produção e sobrevivência das unidades familiares agrícolas.

Saber manejar os bens comuns aliados às atividades agrícolas e criatórias possibilita uma maior capacidade de produção e maiores retornos financeiros. Para tanto, os cultivadores precisam ter um amplo conhecimento e estar associados integralmente aos movimentos ecológicos de seu sistema ambiental, saber ouvir e sentir os sinais enviados pela natureza quando um de seus elementos apresentam sinais de degeneração e necessitam de descanso e reservas para a sua reorganização.

3.5 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS AGROECOSSISTEMAS

As sociedades são o resultado das interações, da mútua dependência, entre os seres humanos e o sistema ambiental. Estas interações produzem um todo organizador, onde cada elemento retroage sobre o outro, trocando e complementando informações. As sociedades, os seres humanos, as relações sociais, as instituições são ao mesmo tempo produtores e produtos das interações (MORIN, 2010, p. 182).

Os seres humanos ao interagir no sistema ambiental, primeiramente como coletor e predador, pouca consciência possuía sobre as possibilidades de transformação deste assim como de si mesmo. Foi a partir de relação dialógica, entre o sistema ambiental e os seres humanos desenvolveram as suas capacidades cognitivas, de adaptabilidade e ampliaram suas consciências, re-produzindo saberes entre as diversas gerações, seja pelo trabalho material e ou imaterial (Ibid., p. 186).

Este movimento recursivo entre os seres humanos e o sistema ambiental revela-se por meio do trabalho. Para Maturana e Varela (2001, p. 31) “todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer”, como um processo dialético, onde o ser humano em interação com o sistema ambiental, por meio do trabalho, transforma a natureza em bens para satisfação de

suas necessidades e, neste processo, há um ato de transformar a si mesmo, não sendo mais o mesmo em cada ato do fazer.

O fazer, a ação quando pensada organizacionalmente, resulta numa constelação de noções: práxis, trabalho, transformação e produção, e, todo ser humano comporta estas noções. A práxis para Morin (2008, p. 199) se manifesta como uma série de atividades geradoras de transformações, produções, performances a partir de uma competência. A práxis relativa à produção se revela no sentido de criação, de “conduzir ao ser ou à existência”. A transformação como mudança de forma, de metamorfose. O ser humano, como uma organização práxica, em que as formas se fazem, se desfazem e se refazem, na interação com sistema ambiental, o qual também, é transformado.

O trabalho é uma força motriz humana, podendo ser concebida indissociavelmente em seu aspecto material e imaterial. Quando o trabalho é associado com a transformação do sistema ambiental e dos seres humanos envolvidos na produção, há a prevalência da ação práxica. A transformação ocorre quando há consciência da ação produtora, quando todos componentes estão interagindo circular e recursivamente.

Para a racionalidade dominante, imposta pelo complexo sistema capitalista, há estabelecida uma divisão de tarefas e saberes, aqueles que pensam - trabalho imaterial, com aqueles que fazem – trabalho material. Os primeiros, num nível hierárquico maior, detentores dos conhecimentos e os segundos, num nível inferior, como força física, como se esta divisão nos sistemas humanos fosse parte da organização dos mesmos, uma dissociação pré-existente entre corpo e mente.

Para a dialética da complexidade sistêmica (MORIN, 2010, p.275), não há esta divisão de esferas nos sistemas vivos, somos um todo e partes associadas, interdependentes, produzindo e sendo produtos das interações entre os diversos sistemas. A consciência está presente em toda ação humana e revela-se e se transforma em cada fazer. Esse paradigma respeita o caráter multidimensional da realidade antropossocial, pretende não a dominação sobre a natureza, mas a abertura de formas de ação que comportem a autoconsciência e o autocontrole.

Observa-se o quanto os cultivadores possuem uma relação espacial e temporal com as terras e as águas. Apesar de economicamente estas já terem se tornado mercadorias e serem usadas para produzir ou retirar delas os produtos a serem comercializados. Estas ainda se constituem como espaço de trabalho familiar.

Nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, os trabalhos possuem tempo e espaço peculiares para a área de várzea. A força de trabalho familiar, subordinada às determinações postas pelo mercado, tende a ser explorada ou mantida passivamente em espera, de acordo com os interesses econômicos e políticos dos gestores públicos das esferas estatais ou federais.

Todos os membros da família, em condições de realizar alguma atividade, têm responsabilidades a cumprir para a sobrevivência da família. Possuem deveres, e quando um desses não os cumpre, haverá sobrecarga de trabalho para os demais. As cultivadoras iniciaram sua participação nas atividades produtivas da família entre os 08 e 10 anos de idade, nos espaços do roça, quintais, pesqueiros e da casa. Anteriormente a esta idade, havia uma iniciação, carregando pequenos baldes de água, retirando as ervas daninhas dos plantios; no espaço da casa, a arrumação da mesma, retirar as roupas do varal e dobrá-las, lavagem de pratos, entre tantas outras pequenas mais importantes tarefas para o conjunto das necessidades da família. Como relata a Sra. L. F. B (56 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014) “desde cunhatã já trabalhava na malva, a gente achava bom”; (M.N.S. 51 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014) “desde os 09 anos eu carrego água na cabeça, aqui no braço ou no ombro não sei, só sei carregar na cabeça” (Sra. L.C.S. 35 anos – Ilha do Chaves, 2014) “eu tinha 09 anos quando aprendi com a mamãe a plantar, ela dizia que eu tinha mão boa.”. A Sra. V.F.B.R. (44 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014) relatou “o primeiro presente da mamãe foi um terçado²¹ pequeno para ajudar nas tarefas do roçado”.

A criança na área rural desde cedo é introduzida no mundo do trabalho agrícola. Esta iniciação, mais do que o trabalho em si, enquanto agente transformador de materiais é ação de reconstrução dos saberes. A inserção das crianças nos espaços produtivos tem o propósito de valorização do trabalho coletivo familiar para a manutenção da agricultura naquele contexto.

Este processo é introduzido pelos pais, quando as crianças os acompanham desde recém-nascidos nas áreas do roça. Como relata a Sra. S.N.C. (49 anos – Ilha do Chaves, 2014) e tantas outras participantes desta pesquisa: “quando no roçado com os filhos pequenos, às vezes recém nascido, tinha que esperar o corpo esfriar, para poder amamentar o filho, que aguardava na rede, embaixo da árvore”. Esta fala manifesta esta inserção dos filhos desde recém-nascidos aos espaços de trabalho familiar, contribuindo para a formação de sua identidade grupal, como parte e todo do coletivo de agricultores familiares.

²¹ Terçado semelhante a um facão.

A figura 30 indica a organização espacial dos trabalhos desenvolvidos pelas famílias das cultivadoras. As setas azuis indicam os trabalhos desenvolvidos por mulheres adultas, vermelhas pelos adultos homens e as amarelas jovens de ambos os sexos.

Os trabalhos são organizados nas unidades dos quintais, roças, nos lagos e rios, além do mercado. Este último representa a Escola da comunidade, na qual a Sra. S.B.V.S. (32 anos – Valha-me-Deus, 2014) desenvolve serviços gerais, por meio período, e os serviços de costura prestados pela Sra. V.F.B.R. (44 anos, Ilha Valha-me-Deus, 2014).

Como se observa na figura 30, todos os membros das famílias estão envolvidos nas diversas atividades, com exceção da criação de gados brancos e bubalinos, exclusivamente homens e jovens do sexo masculino; nos canteiros suspensos, mulheres e jovens de ambos os sexos; nas demais atividades em ambas as Ilhas os trabalhos são divididos entre todos os membros da família.

Figura 30 – Representação gráfica sobre a organização do trabalho nos agroecossistemas das Ilhas do Chaves e Valha-me-Deus. Município de Juruti, PA. 2014/2015.



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Durante a pesquisa de campo pode ser observada a participação da família nas diversas etapas produtivas. Na área da roça é comum encontrar a presença das cultivadoras, pois entendem o cultivar como uma atividade familiar, destacando a importância de estar junto com o companheiro na roça, quintal e até mesmo na pesca, onde é realizado o trabalho. O dístico abaixo expressa esta afirmativa:

A gente trabalha junto, eu não gosto de ficar reclamando não, não gosto de ficar falando, nem de estar mandando. Digo, nós vamos capinar, colher, plantar, tudo nós vamos juntos, eu gosto de estar com eles, meu marido vai junto, eu gosto de trabalhar com eles, eu me sinto bem e eles me respeitam muito (V.F.B.R. – Ilha Valha-me-Deus, 2014).

A força de trabalho empregada nas atividades, em sua totalidade, não é contabilizada no momento de comercialização da produção, pois, se assim o fosse, não haveria recursos monetários para pagar a mão de obra de cada membro da família. Para se auferir maiores ganhos, amplia-se a exploração da força de trabalho da família. Revelando o quanto a organização do trabalho está subordinada as necessidades do mercado e não apenas para o consumo da família. Na hora da comercialização dos produtos tudo é computado como se fosse apenas um trabalhador - o “chefe da família”.

Quando os produtos agrícolas, resultantes da aplicação do esforço da força de trabalho familiar chegam ao mercado, agora embutido de valor de troca, ocorre à alienação de todos os atributos sociais, econômicos e culturais geradores de sua produção. A força de trabalho familiar não é reconhecida na sua totalidade, mas como se fosse resultado apenas do esforço de um único trabalhador (NODA, NODA, SILVA, 2013, p. 54).

As cultivadoras na Ilha do Valha-me-Deus, desenvolvem atividades nas áreas de roça e quintais; na pesca, três delas acompanham seus maridos ou filhos, visto gostarem da atividade e, principalmente, de estar junto a eles em todos os trabalhos produtores de alimentos e geração de renda monetária; uma das cultivadoras trabalha, também, como prestadora de serviços na escola, além de produzir doces, queijos, bolos a serem comercializados na própria comunidade ou no mercado regional, e uma presta serviços de costura.

No espaço da casa, as atividades são divididas de acordo com o gênero, contudo, é possível observar esta divisão não é estanque, podendo variar de acordo com as necessidades da família.

Na Ilha do Valha-me-Deus, a divisão do trabalho doméstico é estabelecida seguindo o modelo patriarcal dominante, com reforço da doutrina religiosa, a qual define os papéis para cada um dos membros da família, espaços e tempos para executá-los. Ainda que com os filhos, de ambos os sexos, observa-se um maior afrouxamento nesta divisão de tarefas, visto meninos e meninas desenvolverem tarefas domésticas similares.

Apenas em duas casas das pesquisadas (V.F.B.R., 44 anos, 2014; S.B.V.S., 32 anos, 2014), ambas das Ilhas do Valha-me-Deus, se encontra uma divisão do trabalho entre todos os membros, os maridos colaboram com todas as atividades, desde o cozimento de alimentos, arrumação da casa, cuidado com os filhos, limpeza, entre outras atividades consideradas domésticas. As mesmas afirmam que seus maridos, moraram sozinhos, antes de casamento, possuindo, desta forma, todo um conhecimento e experiência para lidar com as tarefas domésticas.

As cultivadoras afirmam ensinar seus filhos homens nas tarefas domésticas, para que estes não se “fiem” apenas em suas mulheres, assim como ensinar para as mulheres as tarefas das áreas do roça e quintais. Indicando nestas ações a reprodução dos saberes e fazeres entre as gerações, a transmissão social reconstruindo as culturas familiares do lugar.

Cinco cultivadoras cujos filhos estão morando em outras localidades destacam com orgulho o quanto seus filhos sabem realizar as tarefas domésticas, ensinadas por elas. Afirmam entender o trabalho doméstico não sendo exclusivo das mulheres. Quando crianças recordam a presença de uma divisão do trabalho doméstico mais rígido, os irmãos e pais nunca faziam ou ajudavam nas tarefas domésticas. Observa-se em seus maridos, este rigor em dividir as tarefas domésticas, visto serem de outra geração. Mas hoje, como elas afirmam, os tempos mudaram, as mulheres têm mais direitos, procuraram ensinar os filhos de uma forma diferente, pois sabem o peso de assumir sozinhas as tarefas domésticas. Esperam que seus filhos sejam bons companheiros e possam ajudar suas esposas.

Quanto às tarefas na roça nunca houve uma rígida divisão do trabalho, o que era trabalho de homem ou de mulher. Recordam dos tempos de auge da fibra vegetal juta (*Corchorus capsularis* L.) e malva (*Urena lobata* L.), faziam todas as tarefas, não havia esta divisão. Cortavam, afogavam, lavavam e penduravam a fibra, além de realizar as atividades de enfardar. A comercialização ficava sob a responsabilidade do homem. Hoje, com a melancia, o jerimum, atividades agrícolas de maior produção, as mulheres e homens desenvolvem as mesmas tarefas, até mesmo comercializar.

Destaca-se na Ilha do Valha-me-Deus a Sra. V.F.B.R. (44 anos, 2014), a qual desenvolve as inúmeras atividades produtivas nos espaços destinados a sua produção na Ilha, além de trabalhar em seu terreno na terra firme, nas atividades de pesca, costura para sua família e encomendas de vizinhos na comunidade. Nunca fez curso, aprendeu observando outras mulheres costurando, ou seja, aprendeu fazendo. Olha um vestido e o copia, seguindo a mesma lógica em seu fazer. Com o tempo foi aprimorando suas técnicas e ampliando seu

saber, por meio do trabalho imaterial e, hoje, cria diversos modelos de roupa, conforme as encomendas. Esta comercializa seus produtos, adquire insumos, administra o dinheiro da família. Quanto ao trabalho doméstico, diz não se adaptar muito a este, prefere mesmo o trabalho na roça, gosta de acompanhar toda família nas atividades. Residem em sua casa doze pessoas, entre marido, filhos, noras, genros e netos, todos trabalham com ela, seja desenvolvendo atividades domésticas, seja nas atividades agrícolas e criatórias.

A força de trabalho dos familiares da Sra. V.F.B.R. (44 anos, 2014) é um exemplo clássico da exploração do trabalho, da subordinação da mesma ao capital, mas também da resistência em manterem-se unidos no espaço onde possuem a posse da terra, as águas em abundância para dela retirarem o alimento e os meios de produção. Não há terra na Ilha para construir as casas para cada um dos filhos, mas há o terreno, no qual foi construída uma grande casa, com diversos quartos, salas, para acomodar a todos.

Essa “exploração” da força de trabalho é para manutenção da sobrevivência da família, não indicando um índice de acumulação de capital como encontrando nas unidades de produção empresarial familiares apontados por Noda et al. (2007, p. 26).

A produção da Sra. V.F.B.R. (44 anos, 2014) ao longo dos anos foi composta por uma diversidade de cultivos, tanto na várzea como na terra firme, desenvolve a pesca tanto para alimentação como para geração de renda monetária, possui força de trabalho para organizar toda sua produção e bens comuns em abundância que podem lhe servir de insumos vitais para sustentabilidade de seu sistema agrícola.

A Sra. S.B.V.S. (32 anos – Valha-me-Deus, 2014), também, se destaca quanto à organização do espaço de trabalho, seja no âmbito doméstico, quanto nos cultivos alimentares e prestação de serviços gerais para escola da comunidade, além da produção de bolos, queijos e doces derivados do leite do gado, comercializados na própria comunidade e/ou na região de Juruti/PA. Esta cultivadora e seu marido foram os únicos a cultivar espécies alimentares de ciclo curto na Ilha, em parceria com a Sra. C.B.V. (64 anos, 2014) sua mãe. A diversidade de atividades produtivas sejam nas áreas de roça, quintais, na criação de animais, espécies frutíferas, possibilita as cultivadoras lidar melhor com as incertezas impostas pelo sistema ambiental, ampliando as condições de resistência frente aos ditames do capital.

O entrave, em tempos atuais, na Ilha do Valha-me-Deus tem sido a invasão dos búfalos nas áreas de roça. A criação destes animais parece ser no sistema ambiental das Ilhas o grande competidor contra o trabalho das cultivadoras e de seus familiares.

Na Ilha do Chaves a divisão do trabalho na roça, quintais, pesca e doméstico é mais equânime. Homens e mulheres parecem partilhar melhor todos os trabalhos necessários para garantir uma produção agrícola para sobrevivência da família e para geração de renda monetária. As mulheres destacam sempre em suas falas, o quanto, hoje, estas conquistaram direitos e devem ser respeitadas no âmbito da casa.

A divisão do trabalho no espaço da casa existe, foi reproduzido e ainda o é bioculturalmente, entre as diversas gerações. Observa-se uma dinâmica e uma maior participação dos homens. Estes já se permitem estar no espaço da cozinha, preparando uma refeição, lavar uma roupa, dando banho numa criança ou comprando produtos de higiene pessoal exclusivo de mulheres, sem se envergonharem em frente a seus vizinhos ou amigos. Esta maior participação dos homens nos espaços ditos domésticos, femininos, ocorre com maior frequência no sistema ambiental da Ilha do Chaves.

Entre as cultivadoras desta Ilha, oito trabalham nas roças e quintais; uma trabalha somente nos cultivos no quintal; duas delas na pesca, juntamente com seus companheiros e/ou filhos homens. No espaço da casa, seis das cultivadoras dividem os trabalhos domésticos com todos os membros da família, independente do gênero; na casa de três delas a divisão do trabalho é realizada entre as mulheres e os filhos, de ambos os sexos.

A Sras. E.A.S. (20 anos, 2014), M.A.S. (35 anos, 2014) e S.A.S. (31 anos, 2014), cultivadoras da Ilha do Chaves, indicam esta participação de seus maridos na atividades domésticas:

Meu marido ajuda em tudo, limpa a casa, busca a água, limpa peixe, cuida das crianças e cultiva. Eu também faço de tudo, vou para roça com meu marido (E.A.S., 20 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Quando eu era criança, o meu pai mandava todo mundo ajudar, as mulheres iam para a juta, lavar roupa não era com os homens, mas era pegar, carregar balde, limpar o peixe e limpar a casa (M.A.S., 35 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Hoje em dia os homens fazem de tudo, meu marido ajuda em tudo, lava roupa, principalmente quando estou menstruada, faz comida, quando ele faz as crianças dizem que a dele é mais gostosa. Eu prefiro a dele mais, ensino meus filhos a fazer tudo, limpar a casa, cuidar do peixe (S.A.S. 31 anos, Ilha do Chaves, 2014).

As mulheres, também, relatam a importância de ensinar os trabalhos domésticos para os filhos homens e mulheres, para poderem ter condição de cuidarem bem de suas casas e de si mesmos, não ficando na dependência de outrem. Quanto aos trabalhos domésticos, ensinamos da mesma forma para todos os filhos.

Quando eu era criança minhas irmãs mais velhas foram estudar e só ficou eu na casa, com as macharadas. Eu ajudava na casa e na roça, mas os homens também ajudavam, os curumizada era buscar água, trabalhar na roça, encher o pote, ajudavam a lavar roupa. Eu tenho um irmão o AAA, que mora no Valha, que é que nem mulher, faz de tudo. Meus filhos também fazem de tudo, homens e mulheres ensinei tudo igual. Sabem limpar uma casa, cuidar do peixe, lavar roupa. Aqui os homens tem o quarto deles, cada um tem sua toalha, não tenho perturbação, cuidam do que é deles. Meu marido chega do lago já pergunta como eu vou que quer comer o peixe, já cuida, faz assado, cozido, ele vai tratar e tudo, eu to tratando aqui com a panela, o outro filho já vai fazer outra coisa. Meu filho em Manaus sabe fazer de tudo (S.N.C. – 49 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Quando perguntado às cultivadoras se desejam que seus filhos sejam agricultores, trabalhem na roça, sigam exemplos dos pais: As mesmas manifestaram o desejo de seus filhos terem uma vida melhor, arrumarem um trabalho nas cidades, numa fábrica, poder comprar uma casa e sair do trabalho sofrido da agricultura.

Como manifestou a Sra. C.B.V. (64 anos, 2014) da Ilha do Valha-me-Deus: “Quando meus filhos eram pequenos não queria que eles fossem da roça, eu queria como dizem, gente boa. Meu filho é funcionário da Alcoa, ganha bem, a casa dele é o mesmo que entrar numa Caixa Econômica, dá orgulho de ver, cada quarto tem um banheiro”.

Esta fala e tantas outras coletadas sinalizam o quanto o movimento de resistência destas famílias em permanecer nas Ilhas, não se entregarem a mobilização do capital, está se mingando. A total ausência de uma política agrícola eficiente para cultivadores e sociedades de várzea, faz com que estes agricultores, mas especialmente seus filhos, se integrem cada vez mais ao circuito do capital. Vendendo sua força de trabalho, se subordinando massivamente a lógica do mercado, de apropriação da mais valia, onde o dinheiro permeia todas as relações.

No ambiente de reprodução do agroecossistema as unidades, os bens comuns tornaram-se mercadorias, as quais estão em poder dos agricultores. No mercado de trabalho, tudo é mercadoria, a ser adquirida pelo dinheiro, e nada está em poder da classe trabalhadora, nem mesmo o controle sobre sua própria força.

A sustentabilidade ambiental se mantém, resiste pela sua complexidade e diversidade, quanto maiores estas, maiores as condições de re-organização adaptativa às desordens postas e impostas pelo sistema ambiental (MORIN, 2011, p. 51).

Quando ocorrem processos de desordens, de desorganização e a exploração tanto da força de trabalho quanto dos recursos naturais, são exemplos clássicos, ocorre um consumo excessivo de energia para manutenção dos sistemas vivos. Continuamente, ao desenvolver ações sejam de ordem material ou imaterial, o ser humano está num processo de dispersão de energia, tanto de si mesmo, quanto do sistema ambiental. Ao trabalhar na terra, ao pescar,

tecer uma rede, realizar das tarefas da casa, manter relações comerciais, tudo há dispêndio de energia. Neste contexto de absorção e dispersão de energias será a flexibilidade adaptativa dos seres vivos que lhe proporcionará condições de realizar a neguentropia (MORIN, 2010, p. 26), ou seja, a sua re-organização contínua, na busca de um estado homeostático.

Os seres humanos e os recursos ambientais, quando colocados em situações de exploração intensiva, podem colocar em risco esta sua condição de adaptabilidade, gerando estados de entropia (MORIN, 2010, p. 262), degradação de seu sistema havendo tanto perda de seu acervo material quanto imaterial. Evidenciam-se, em tempos recentes, as intensas mudanças climáticas, resultantes das ações antrópicas, as quais consumiram os recursos até próximo a sua exaustão para que seres humanos pudessem consumir “coisas”.

Neste processo, os seres humanos, também, se consumiram próximo a exaustão, degradando seus corpos, com o objetivo de obter maior produtividade, maiores retornos econômicos, para poder consumir “coisas” ocorrendo o ciclo de viver, de morte e morrer de vida apontado por Morin (2011, p. 36).

A entropia e a neguentropia coexiste em todas as interações entre os seres vivos (MORIN, 2010, p.262), a questão é como processá-la para que haja o menor dispêndio de energias. Este é um grande desafio num lugar onde o consumo se intensifica velozmente no tempo e espaço das sociedades humanas.

As crises econômicas, guerras, os desastres naturais e as monoculturas mentais, são alguns dos exemplos dos estados de degradações que a racionalidade econômica dominante, tem levado a sociedade, a profundos estados de desordens ambientais.

No sistema ambiental das Ilhas para se adaptar as desordens impostas, as cultivadoras e seus familiares têm desenvolvido estratégias heurísticas (MORIN, 2010, p. 303), ora de resistência ora de entrega à lógica do capital, na esperança de pelo menos manter o já experienciado mínimo estado de bem-estar social e econômico.

As cultivadoras na Ilha do Valha-me-Deus, têm como estratégias cultivar na área de terra firme, como relatou a Sra. V.F.B (44 anos, 2014); plantar em terrenos na Ilha do Chaves, como a Sra. I.B.S. (55 anos, 2014); resistir a invasão dos búfalos criando áreas de cercado, onde são realizados os cultivos, como as Sras. V.F.B. (44 anos, 2014), Sra. L.B. (56 anos, 2014), com os parques cultivos de malva (*Urena lobata* L.); S.B.V.S. (32 anos, 2014) e C.B.V. (64 anos, 2014) com os cultivos de ciclo curto; garantir o direito a aposentadoria como as Sras. I.B.S. (55 anos, 2014), Z.S.B. (51 anos, 2014), M.N.S. (51 anos, 2014); estabelecer um pequeno comércio para garantir uma renda monetária extra; ou encaminhar filhos para a

cidade grande, principalmente os homens, para trabalhar e enviar a ajuda financeira para a família que ficou na Ilha, como as Sras. I.B.S. (55 anos, 2014), M.N.S. (51 anos, 2014), M.C.B. (50 anos, 2014), C.B.V. (64 anos, 2014), Z.S.B. (51 anos, 2014).

As cultivadoras e as famílias na Ilha do Chaves têm manifestado ações de resistência a subordinação do capital, mantendo-se em suas propriedades, cultivando suas terras e retirando das águas dos rios e lagos o alimento para o sustento e a renda monetária. As mulheres desta Ilha preferem deixar o filho decidir se querem morar ou não na Ilha quando crescerem. A Sra. M. A. S. (35 anos - Ilha do Chaves, 2014), destaca o seu filho adolescente, o qual faz um curso técnico agrícola na comunidade de Juruti Velho. O mesmo afirma querer voltar para a Ilha e trabalhar no terreno junto ao pai, não pretende ir embora para cidade. A pesquisada afirma ficar alegre com seu filho, em querer melhorar a produção da família e continuar junto as suas origens.

Cultivadoras e Agroecossistemas possuem uma relação dialógica, suas unidades estão engendradas, formando como uma engrenagem, na qual cada parte contribui para a sobrevivência e permanência do todo, apesar de todas as incertezas postas pelo ambiente cambiante. As mulheres apresentam maior fidelidade com o sistema ambiental vivido, com os agroecossistemas, com a busca de estratégias para a garantia de um bem-estar social e econômico da coletividade.

As cultivadoras são as protagonistas desta pesquisa e suas percepções sobre o ambiente imaginado e experienciado relevam a prevalência da sustentabilidade ambiental no aspecto agroecossistêmico e o esforço destas em resistir às ações humanas contrárias a manutenção deste sistema.

Na Ilha do Chaves, as protagonistas compõem um cenário de maior participação nas ações coletivas para a perdurabilidade sustentável do sistema ambiental, são ouvidas, suas propostas são postas em ação, a divisão sexual do trabalho se compõem de acordo com as necessidades imediatas da família para a sobrevivência destes e para a geração de renda monetária. Encontram-se, nas Ilhas, ações voltadas para a prevalência da justiça social e relações mais igualitárias.

No contexto da Ilha do Valha-me-Deus, nossas protagonistas se empenham em manter ações para a manutenção da sustentabilidade ambiental, contudo, encontram entraves limitando suas ações. Em princípio, têm-se os dogmas e valores religiosos, os quais normatizam uma sociedade de cunho patriarcal, centrada na divisão sexual dos espaços da Ilha, principalmente o doméstico. Outro ponto relevante é a inserção extensiva da criação dos

bubalinos, interferindo diretamente nas atividades práticas não só das cultivadoras, mas de todos os agricultores familiares da Ilha, contribuindo para a constituição de um novo cenário no sistema ambiental.

A complexidade sistêmica das Ilhas dialoga com a complexidade sistêmica do capital, porém, neste diálogo tem se mantido as determinações do segundo, visto este possuir uma maior diversidade de estratégias para sua manutenção no cenário contemporâneo. Silenciosamente, os agricultores familiares vão resistindo em suas Ilhas, buscando e efetivando estratégias inovadoras, para se manterem na posse da terra e dos meios, ainda que rudimentares, de sua produção. Vivem entre o desalento e a esperança de um futuro melhor para seus descendentes.

O esforço destas mulheres em recriar ambientes sustentáveis é resultado de sua constituição bio-sócio-cultural, de sua organização autopoietica, para manutenção não só de sua própria vida, mas de todo sistema ambiental. É a associação arquetípica entre componentes tanto femininos quanto masculinos, contribuindo para a organização de um ser humano mais completo e em condições de transitar por espaços tanto privados como públicos. A análise da organização autopoietica das mulheres das Ilhas do Chaves e Valha-me-Deus, é o tema do próximo capítulo.

4 A ORGANIZAÇÃO AUTOPOIÉTICA DE CULTIVADORAS NAS ILHAS

Esse último capítulo 4 trata da compreensão da organização autopoietica das cultivadoras, considerando o fato desta perpassar as interações humanas entre as cultivadoras e o todo ambiental. No todo ambiental incluem-se aspectos bio-sócio-culturais e o quanto esses influenciam as interações humanas ao longo das gerações, apontando as estratégias das cultivadoras para a conservação de sua autopoiese.

Tem-se como pressuposto para a análise das cultivadoras, como seres humanos complexos, autônomos e interdependentes de seu sistema ambiental, a pressuposição de que a humanidade surge de uma pluralidade e justaposição de trindades: a primeira relativa, a trindade – indivíduo/sociedade/espécie; a segunda trindade – cérebro/cultura/espírito; e terceira trindade – razão/afetividade/pulsão (MORIN, 2012, p.51).

Cada uma dessas trindades e seus elementos contêm os demais e seguem um movimento hologramático e de recursividade. Não só os indivíduos estão na espécie, mas também as espécies estão nos indivíduos; não só os indivíduos estão na sociedade, mas esta também está no indivíduo, introjetando-lhes, desde o nascimento, a sua cultura. Desse modo a espécie produz os indivíduos produtores da espécie, os indivíduos produzem a sociedade a qual os produzem - indivíduos, espécies, sociedades, produzem-se e cada elemento gera e regenera os demais (Ibid, 2012, p. 52).

Pensar os seres humanos numa perspectiva de produção do conhecimento complexo é pensar nesses como *homo* concebido numa dialética entre as diversas esferas compostas na humanidade (Ibid., 2012, p. 18, 28), o *sapiens* (racionalidade), *faber* (técnica); o *demens* (a loucura); *ludens* (ilusões) e o *consumans* (consumo). A humanidade pela sua singularidade de ser cerebral carrega todos esses elementos, contribuindo para se adaptar às incertezas, aos acasos, aos desafios ecológicos, conflitos humanos e a própria realidade imposta pelos interstícios culturais.

Compreender o ser humano, numa perspectiva da dialética da complexidade sistêmica, é aceitar a composição deste em suas diversas esferas biofísica e psico-sócio-cultural e uma remetendo a outra, uma associada à outra recursivamente. A recursão, em termo de práxis organizacional, representa a produção de si e a re-generação por meio das emergências, onde se abre uma nova formação, a partir da transformação. As emergências

revelam-se nos aspectos mais impressionantes da *physis*, o salto para a novidade, para a síntese, para a criação (MORIN, 2008, p. 142, 232).

Na tríade indivíduo, espécie e sociedade para a complexidade sistêmica, não há divisão, ela é um todo integrado e associado as suas partes. Nesse sentido, ao lançar um olhar psicológico encontra-se o indivíduo em sua autonomia e nas suas peculiaridades distintas, contudo, no limite dessas, a sociedade desaparece; mas, quando, ao lançar um olhar sociológico, o indivíduo apaga ou passa a ser um instrumento, um objeto posto pelo determinismo social. Por um olhar biológico, tem-se invisibilizado as influências sociais, culturais e ecológicas sobre o indivíduo, tornando-o assim como no sociológico, um objeto, uma parte do todo. Mas quando se mobiliza a associação dessas três perspectivas num único olhar, tem-se a oportunidade de abordar a trindade, pensar no ser humano numa condição mais ampla e complexa, sem que nenhuma dessas realidades seja relegada a um segundo plano (MORIN, 2012, p.51).

Esse é o princípio desse capítulo (Figura 31), analisar o ser mulher, cultivadora, feminino, como ser complexo e atrelado à trindade indivíduo/espécie/sociedade e os elementos sociais, culturais, biológicos de suas configurações.

Figura 31 - Representação gráfica sobre a organização autopoietica das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

A conservação da autopoiese das cultivadoras é outro ponto central dessa tese. Como essas estruturam seus corpos, seus costumes, pensamentos, ideias, se reorganizam para manterem-se vivas em ambientes em constante transformação.

A autopoiese não é algo que se tem, mas é algo que se vive. A autopoiese é o ser e a realização de seu viver. Todo processo de transformação ocorrido num organismo, seja internamente, seja na sua dinâmica relacional, ocorre para a permanência de sua autopoiese, como um fluir contínuo de mudanças recursivas, de uma dinâmica espontânea, como uma entidade num tempo e espaço dinâmicos. A autopoiese é um contínuo transformar-se num devir histórico, independente da complexidade do ser vivo (MATURANA; YANES, 2009, p.273, 275).

Para a ocorrência da transformação é fundamental a associação ininterrupta entre a ordem, desordem e organização, interpelada pelas interações com o sistema ambiental. “A organização é num mesmo movimento a transformação e a formação, como uma morfogênese” (MORIN, 2008, p.164).

Compreender a organização autopoietica das cultivadoras perpassa pela compreensão de sua estrutura bio-sócio-cultural e suas influências na constituição da sociedade humana. A trindade humana - indivíduo/espécie/sociedade está totalmente engendrada, pelos valores, crenças, mitos, rituais protegidos, nutridos, mantidos, renegerados e transmitidos pela cultura (MORIN, 2012, p.35, 53). O autor assevera como as unidades ligadas em trindade são inseparáveis. O ser humano é ao mesmo tempo 100% biológico e 100% cultural. No humano encontra-se um nó de interferências da ordem biológica da pulsão e da ordem social da cultura.

A organização autopoietica das cultivadoras, em seus aspectos bio-sócio-culturais tem como ponto de partida a estrutura e organização de seus ciclos de vida e como estes são influenciados pelas transformações sociais e culturais no sistema ambiental por elas vivenciado.

4.1 AS CULTIVADORAS NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS VALHA-ME-DEUS E CHAVES

O conhecimento se concebe como complexo primeiro ao reconhecer nele o sujeito humano como incluído no ambiente; segundo porque é inseparável a unidade da diversidade; terceiro concebem-se todas as dimensões biológicas, físicas, sociais, mitológicas, econômicas,

sociais, históricas, as quais no paradigma cartesiano se mantêm separadas e compartimentadas da realidade humana; quarto concebe o *homo* como *sapiens, faber, demens, ludens e consumans*; e, por último, porque o conhecimento complexo dá um novo sentido às palavras perdidas e esvaziadas na ciência, incluindo as cognitivas, a alma, o espírito e o pensamento (MORIN, 2012, p. 18).

Como ponto de partida para fazer essa análise, inicia-se pelo simples, mas não menos complexa, a descrição de quem são as cultivadoras dessa pesquisa. Observa-se, a partir desse ponto, a necessidade da presença na descrição proposta de homens compondo assim, os dados de análise do *Autos* do ser cultivadora. O *Autos* das cultivadoras constitui-se a partir da interação com o *Autos* de seus respectivos companheiros, cônjuges, pares, com os quais dividem e somam, o cotidiano de seu seres e fazeres.

O conceito *Autos* contém e engloba ao mesmo tempo a auto-organização, a autopoiesis, a auto regulação, a auto referência e funda a autonomia própria do ser vivo “Não há autos sem indivíduo-sujeito, não há indivíduo-sujeito sem autos” (MORIN, 2010, p.283). A proposta não é explicar tudo a partir da interassociação do autos-indivíduo-sujeito, mas compreender melhor por meio de sua complexidade, por meio de sua interação com o sistema ambiental. O *Autos* pressupõe a manifestação indissociável da trindade indivíduo/espécie/sociedade.

O *Autos* das cultivadoras é resultante das interações sociais, culturais com seus respectivos companheiros e das interdições postas pela cultura vivenciada pelas gerações ancestrais, num sistema ambiental marcado por transformações sócias e históricas, desencadeadas em um movimento de conquista e formação social e cultural na Amazônia.

A espécie humana é una em sua essência, unida pelos seus elementos masculinos e femininos, mas, num sentido racional, é separada, dualizada. O monopólio do poder político na constituição das sociedades civilizatórias deu aos homens um poder criador, construtor e às cultivadoras lhe negaram essas mesmas condições materiais.

Morin (2012, p.84) insiste ao se pensar na complexidade da espécie humana e em suas relações sociais, é preciso retomar a unidade da dualidade masculino-feminino. Afirmando como o masculino está no feminino e vice-versa, genética, anatômica, fisiológica e culturalmente, ou seja, a retomada do unissexo o qual não significa a abolição da diferença dos gêneros, mas o reconhecimento da parte comum entre eles.

Para Jung apontado por Monteiro, cada um dos gêneros traz dentro de si as qualidades e os elementos do gênero oposto. “A masculinidade tanto psicológica, quanto

biológica, contém traços femininos recessivos, assim como a feminilidade contém traços masculinos” (MONTEIRO, 1998, p.18). Viver é igualmente abrir-se a transformação, num incessante diferenciar-se e individualizar-se. Esta pressuposição tem origem entre os pré-socráticos onde o pensar é abrir-se à transformação.

Para Jung (2000, p.16), os conteúdos dos inconscientes coletivos são denominados de arquétipos. Estes representam essencialmente o inconsciente, estão presentes nos mitos e símbolos, modificam-se por meio da conscientização e percepção, assumindo nuances variantes em acordo com a consciência de cada indivíduo.

O arquétipo representa a estrutura profunda da psique humana, do inconsciente coletivo, sendo este não só o que pertence a um indivíduo, mas a toda espécie. Seria como um DNA psíquico com uma série de engramas²² funcionais condicionando a estrutura psíquica. “Os arquétipos são como forças vivas atuantes na psique, elementos dinâmicos e energéticos, atuam como deuses vivos, fornecendo padrões de comportamento, emoções e experiências” (MONTEIRO, 1998, p.22).

Segundo a autora as polaridades masculinas e femininas estão presentes em todos os seres humanos e fluem continuamente num processo de interações disformes. Compreender o feminino exige a compreensão do masculino e vice-versa. Jung (2000, p.36, 102) captou várias dinâmicas arquetípicas e enfatizou algumas como sendo *anima* e *animus*. Estes arquétipos resistem a serem fixados em definições e limites preconcebidos. Para Jung, nem o homem, nem a mulher são sempre uma realidade, eles são múltiplos e nunca podem ser reduzidos a papéis estereotipados, definidos pela cultura. *Anima* e *animus* são a contraparte sexual psíquica, contudo, não podemos reduzir *animus* à mulher e *anima* ao homem, pois tais arquétipos são categorias associadas, permeando as relações de homens e cultivadoras.

É necessário realinhar as possibilidades arquetípicas da psique da mulher na integração de seus elementos masculinos e femininos, isto também cabe ao homem, para reorganização autopoietica não apenas nos seres humanos, mas no sistema ambiental.

A partir dessas notas introdutórias sobre a autopoiese, a unidade entre os aspectos do feminino e masculino diante da diversidade humana e das interferências da cultura sobre o ser e fazer humanos analisar-se-á a seguir os ciclos vitais (menstruação, início da vida sexual, nascimento dos filhos, casamento/união) das cultivadoras, tendo esses ciclos como pontos

²² Engramas – são traços de memória espalhados pelo sistema nervoso. Área de estudo da neurociências. (CASTRO, 2050, p.9)

chave para a compreensão da estrutura e organização do ser mulher/cultivadora e de sua organização autopoiética nas várzeas das Ilhas Valha-me-Deus e Chaves.

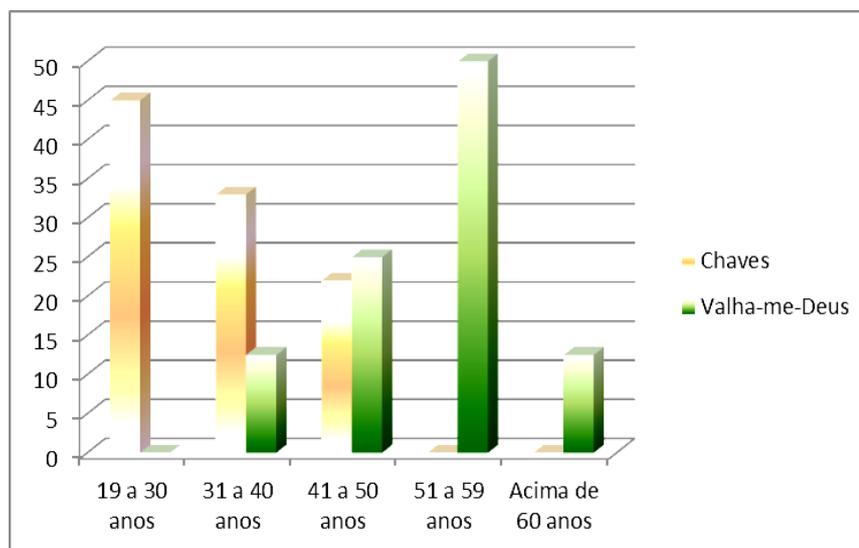
As estruturas, em especial as comportamentais, cognitivas da espécie humana do gênero feminino podem ser modificadas como resultado dos desencadeamentos ocorridos no sistema ambiental, entretanto nessa dinâmica sua organização, sua *physis*, se mantém. Nesse caso específico às estruturas comportamentais podem ser transformadas ontogenicamente, mas sua organização, seu ser mulher, se mantém independente da dialética entre a opressão e a liberdade, a unidade e a diversidade. É a organização do ser vivo que permite reconhecer um ser como membro de um grupo específico (MATURANA, VARELLA, 2001, p. 54).

Em todo processo de interação entre o ser humano e o sistema ambiental há um desencadeamento de desordens, geradoras de caos, perdas, desequilíbrios, seguidos de ordem e organização. Nessa dinâmica ocorrem as transformações e formações de novos elementos, também chamadas de emergências.

A organização assegura a solidariedade e a solidez relativa diante das interações dos seres humanos no sistema ambiental, assegurando ao sistema possibilidades para manutenção, apesar das perturbações aleatórias, impostas pelas desordens resultantes das interações. A organização, assim, transforma, produz, religa e mantém; ela permite um estado homeostático. Tendo papel fundamental para a conservação da autopoiese. (MORIN, 2008, p. 13).

O primeiro ponto a ser analisado é referente à faixa etária. No gráfico 04, identifica-se na Ilha do Chaves, cultivadoras jovens adultas pois, 45% delas estão na faixa etária entre 19 a 30 anos, e 33% na faixa de 31 a 40 anos e 22% de 41 a 50 anos. Na ilha do Valha-me-Deus tem-se uma maior distribuição entre as faixas etárias estando 12,5% entre 31 a 40 anos, 25% entre 41 a 40 anos, 12,5% acima de 60 anos e 50% na faixa de 51 a 59 anos.

Gráfico 04 - Percentual por faixa etária das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juriti, PA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. N=17

Vale destacar cultivadoras foram selecionadas a partir de seu fazer, seu ato cotidiano de cultivar nos agroecossistemas das Ilhas, aquelas envolvidas em atividades somente no âmbito privado ou outras atividades não relacionadas às práticas agrícolas não compuseram a amostra dessa pesquisa. Os homens participantes foram selecionados a partir da convivência com as cultivadoras, companheiros/cônjuges.

Nessa pesquisa optou-se por agrupar as faixas etárias em três grandes grupos: primeiro, os adolescentes (12 a 18 anos de idade), conforme preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990); idosos (60 anos ou mais de idade), de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº. 107.451 de 01 de outubro de 2003) e, na categoria de adultos, temos as cultivadoras na faixa etária de 19 a 59 anos. Nessa última categoria houve um reagrupamento com intervalos de 10 anos para melhor visualização dos dados das mesmas.

Os dados indicam uma prevalência de cultivadoras adultas e idosas nas atividades práticas agrícolas na Ilha do Valha-me-Deus e adultas entre as cultivadoras da Ilha do Chaves. Esse dado remete-nos as hipóteses dessas cultivadoras terem deixado às atividades agrícolas no Valha-me-Deus por algumas situações como a prestação de serviços para a Prefeitura Municipal. São diversas as trabalhadoras no posto de saúde e na escola nas Ilhas.

Encontra-se nessa ilha um maior número de cultivadores e cultivadoras aposentados; uma maior dependência financeira dos filhos trabalhadores em outras localidades, como as

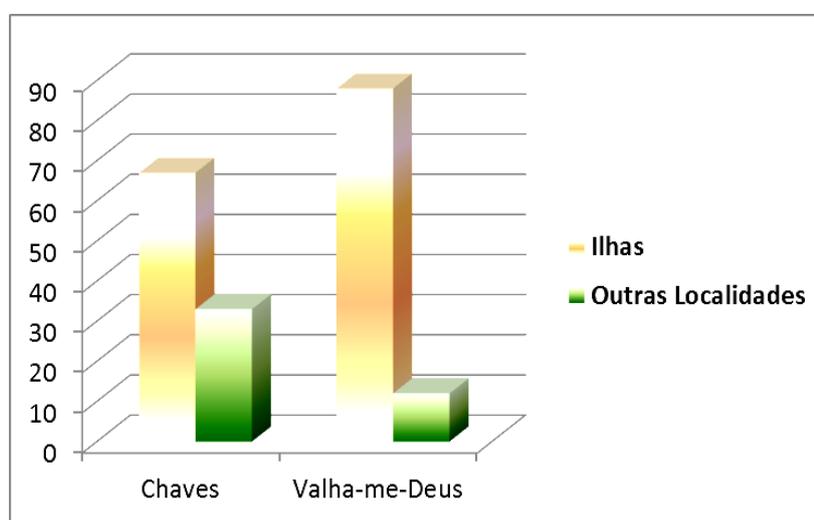
idades de Manaus, Santarém, Juruti; e uma maior dependência das atividades de pesca, além dos programas de transferência de renda como o Programa de Bolsa Família do Governo Federal Brasileiro e o Benefício de Prestação Continuada.

Pode-se apontar também, entre as cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus, somente uma de nossas entrevistadas possui filhos ainda menores, as demais todas já possuem filhos adolescentes ou adultos. Também, nesse cenário encontra-se uma maior quantidade de filhos mobilizados para as cidades em busca de trabalho, mantendo com as famílias na Ilha relações de solidariedade e ajuda financeira.

Na Ilha do Chaves existe uma maior interação entre as cultivadoras e as atividades práticas no sistema ambiental da Ilha, nenhuma dessas prestam serviços para prefeitura e todas estão envolvidas nas atividades agrícolas e criatórias. Há pessoas na Ilha desenvolvendo essas funções, mas num número muito inferior do que observado na Ilha do Valha-me-Deus.

As cultivadoras analisadas nessa Ilha possuem filhos ainda crianças, na faixa de 0 a 12 anos, necessitando de uma maior produção e diversidade de espécies alimentares para garantir a segurança alimentar da unidade familiar.

Gráfico 05 - Percentual sobre o local de nascimento das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. N=17



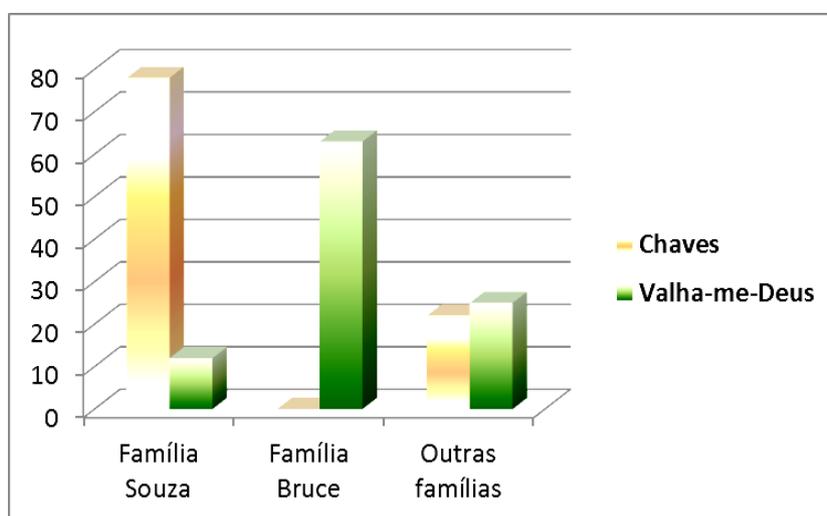
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Em relação ao local de nascimento das cultivadoras (Gráfico 05), identifica-se na Ilha do Chaves, 67% são nascidas na própria Ilha, outras 33% migraram de cidades vizinhas, Terra Santa/PA, Nhamundá/AM e capital do Amazonas – Manaus.

Na Ilha do Valha-me-Deus 88% são nascidas na própria Ilha e 12% é originária da região de Juruti Velho, indo morar na Ilha quando de seu casamento com um descendente da família Bruce.

Quanto à família de origem (Gráfico 06), na Ilha do Chaves 78% são descendentes dos Souza e 22% de outras famílias, são as cultivadoras de origem de Terra Santa e Nhamundá, as quais se casaram com homens moradores dessa Ilha. Na Ilha do Valha-me-Deus 63% de nossas cultivadoras são descendentes da Sra. Leopoldina Bruce, 12% da família Souza, visto ter nascido na Ilha do Chaves, 25% descendente da família Batista e outra Silva.

Gráfico 06 - Percentual sobre a descendência familiar das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. N=17



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Ao falar de descendência e/ou ancestralidade, reporta-se a teoria de reprodução apontada por Maturana e Varela (2001, p. 66). A reprodução está inserida na história dos seres humanos e na composição de seus componentes celulares individuais, fazendo desses seres e de suas células, seres de uma mesma idade ancestral, ou seja, seres históricos. Existe uma conexão ancestral que ultrapassa o tempo e espaço, do aqui e agora, remetendo-nos ao passado mitológico e de dimensões arquetípicas, condicionantes das ações humanas.

Ao considerar as partes isoladas na construção do conhecimento, não se identifica as suas propriedades, visto essas desaparecerem sob os efeitos das coações organizacionais do sistema. Nesse ponto, se consideramos as cultivadoras em suas particularidades, sua origem a partir de sua ancestralidade mais imediata, mães e avós, não se tem a condição de compreender a complexidade sistêmica de todas as suas demais dimensões, as quais se

encontram ocultadas nos mitos e novos mitos, na dimensão da noosfera²³ (MORIN, 2010, p. 291).

Maffesoli (2007, p. 18, 48) ao referir-se aos arquétipos aponta as pulsões e reações humanas como melhor compreendidas quando se tem referência na imemorial memória da experiência coletiva. Na psique coletiva reduz-se o eu individual e tem-se acesso a um eu transcendental. Nessa memória coletiva estão condensadas e sedimentadas, as experiências micro e macroscópicas relativas à humanidade, as quais sempre se inscrevem, re-produzem, re-criam numa comunidade específica.

Quando se pensa nos aspectos das influências e desencadeamentos dos arquétipos para o ser mulher, cultivadora hoje nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, vale-se dos mitos e novos mitos engendrados na vida das cultivadoras ao longo das gerações no tempo e espaço. Esses mitos foram sendo transformados e interpretados pelos colonizadores, mas de alguma forma, pela própria complexidade do ser humano, ainda permanecem em seu inconsciente coletivo.

O mito tem sua gênese em algo muito profundo no espírito humano e se intensifica pelo mistério da existência humana e pelo abismo da morte. Os mitos são narrativas tidas como verdadeiras compostas por infinitas metamorfoses e comportam personagens sobrenaturais. É arcaico, antigo ou religioso e traz uma inteligibilidade ao mundo (MORIN, 2012, p.42, 104).

Ao se perguntar aos cultivadores e cultivadoras como identificam as mulheres fundadoras do que hoje são as Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, essas são qualificadas por unanimidade como guerreiras, de fibra, de coragem. Ditas perigosas. Mulheres que ninguém segurava. Elas possuíam homens, como as quatro cultivadoras que ocuparam a Ilha do Chaves, e já destacadas no primeiro capítulo, mas eram elas que mandavam. Ou como a Sra. Leopoldina Bruce ao ocupar a Ilha do Valha-me-Deus acompanhada de seus filhos ainda jovens. Não possuía homem, mas serviu de “referência” para todas as demais cultivadoras descendentes da família Bruce.

As cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus não conheceram a Sra. Leopoldina Bruce, cinco delas são descendentes diretas dos Bruce e se identificam como cultivadoras de garra, trabalhadoras, lutadoras, guerreiras. As Sras. V.F.B.R. (44 anos, 2014), C.B.V. (64 anos,

²³ A noosfera é o meio condutor e mensageiro do espírito, coloca os indivíduos em comunicação com o mundo, assim como ao mesmo tempo, serve de tela entre nós e o mental. A noosfera é uma dimensão do circuito auto-organizador da sociedade e indivíduos (MORIN, 2012, p. 44).

2014) são tidas por muitas cultivadoras e cultivadores na comunidade como mulheres perigosas, fortes e lutadoras, envolvidas com todas as atividades..

Na Ilha do Chaves 78% são descendentes da família Souza. Os cultivadores dessa família ocuparam a Ilha, juntamente com uma das “Quatro velhas”, nos finais do século XIX. Os moradores da Ilha do Chaves são como uma grande família, com diversas relações de parentesco, ocorrendo uniões/casamentos com primos de segundo e terceiro grau, conforme relatou a Sra. M.A.S. (35 anos, Ilha do Chaves, 2014).

As cultivadoras da Ilha do Chaves reforçam qualidades inerentes as quatro cultivadoras que ocuparam e contribuíram na criação da comunidade, hoje com inúmeras famílias e com tendência a desenvolver econômica e socialmente, visto a atenção dos moradores quanto a conservação ambiental. Eram cultivadoras guerreiras, perigosas, ninguém as segurava e quando não resolviam a situação se uniam com a Sra. Bruce para garantir os seus direitos ao uso da terra.

O mito das cultivadoras guerreiras, perigosas, lutadoras são características das imemoriais Amazonas, as quais contribuíram para alimentar o imaginário, as fantasias dos colonizadores em diversos continentes. As cultivadoras não falam das Amazonas, nem ouviram dizer, mas os traços dessas cultivadoras mitológicas estão presentes nas ações de seus antepassados como cultivadoras ocupantes das Ilhas do Valha-me-Deus a Sra. Leopoldina e da Ilha do Chaves as “Quatro Velhas”.

As Amazonas foram guerreiras de cuja presença Colombo teve notícia nas Antilhas; houve também notícias dessas cultivadoras na Europa, na África e no Brasil em terras Amazônicas. Eram guerreiras adestradas, só mantinham relações com homens uma vez por ano, quando regressavam e traziam como prisioneiros os varões das tribos oponentes. Segue o mito dessas cultivadoras extraíam-lhes o seio direito a fim de manejar com mais destreza o arco (TOCANTINS, 2000, p.47).

Em terras Amazônicas, o Capitão Francisco Orellana, espanhol, após ouvir histórias dos indígenas sobre a presença das cultivadoras guerreiras, partiu em missão a fim de dominar o seu reino. Segundo relatos de Frei Gaspar de Carvajal, os colonizadores desceram o grande rio, alimentados pela imaginação de além de conquistar essas cultivadoras, satisfazer seus instintos sexuais contidos durante a longa jornada. Frei Carvajal descreveu o encontro, mas há interpretações dessas descrições terem ficado no plano do irreal. As Amazonas, no Brasil, foram descritas como mulheres altas, brancas, cabelos compridos, entrançado e enrolado na cabeça, pernas e braços fortes, andavam nuas em pelo e dissimulando seu sexo, com os arcos

e flechas nas mãos. Dizem os colonizadores terem abatidos essas cultivadoras. Conta-se que 59 homens derrotaram doze mil índias guerreiras (TOCANTINS, 2000, p.51; TORRES, 2005, p.46).

Torres (2005, p. 46, 48) destaca nesse episódio de derrocadas das Amazonas guerreiras a aura de superioridade masculina a ser retratada na história de formação social da Amazônia. O mito das Amazonas representou duas perspectivas ideológicas de poder: a primeira da dominação masculina, imbuída da ideia da passividade e submissão da mulher; e a segunda da dominação da raça branca no processo de conquista e colonização dos povos indígenas.

Apesar da brutalidade vivenciada pelas cultivadoras indígenas durante o processo de conquista e colonização da Amazônia, o mito das Amazonas permaneceu no imaginário coletivo, nas sombras do inconsciente e criam, até os dias de hoje, força no tesouro dos arquétipos (MAFFESOLI, 2007, p.47).

Novos mitos e arquétipos se recriaram no desenvolvimento da cultura Amazônica, principalmente a partir das influências religiosas, ocorridas no processo de colonização. Como aponta Silva (2003, p. 160), o português, a partir de sua postura fálica (simbolizado pelo poder e potência), atravessou os mares e penetrou nas terras ignotas, as novas terras. Ao atravessar os mares os colonizadores teriam deixado no cais sua alma, seu aspecto feminino.

O Brasil colônia foi invadido por valores religiosos, por um discurso mergulhado na razão, regulado pela moral religiosa e se esforçando para conhecer os saberes e percepções sobre o funcionamento do corpo feminino e de toda cosmologia dos povos locais.

Os colonizadores europeus vieram acompanhados e respaldados por uma lógica patriarcal, garantida por meio de Instituições como a Igreja, o Estado e a Família. Seguiram-se novos matizes e recortes para a constituição da organização social dos povos amazônicos. O discurso religioso era constituído de uma visão da mulher indígena ignóbil, pérfida, antro do pecado e da perdição, a qual precisava ser dominada e controlada, de acordo com a doutrina cristã. A mulher deveria obedecer ao homem, pois esse era dotado naturalmente de maior discernimento e razão. Esses eram preceitos postos na Súmula Teológica de Santo Thomas de Aquino (TORRES, 2005, p.55).

Os indígenas Amazônicos foram forçosamente obrigados a seguir a doutrina do catolicismo sacramental do batismo e demais sacramentos da Igreja, contudo essa adesão era mecânica e superficial sem enraizamento e significado na vida cotidiana. As mulheres foram expostas ao comércio sexual promovido pela própria Igreja, troca de favores políticos entre o

homem branco e as índias. Aquelas que se submetessem a esse comércio seriam reconhecidas e legitimadas naquela sociedade, além de receberem o sacramento do batismo. As índias pagãs resistentes ao batismo ou ao preparo para tal sacramento, eram desprezadas e afastadas do seio da Igreja e da sociedade, não podendo se casar ou copular com o homem branco (TORRES, 2005, p. 65, 79).

Estés (1994, p.15) aponta para o quanto as mulheres “selvagens” (guerreiras), em seus aspectos espirituais, foram saqueadas e queimadas, tendo seus refúgios destruídos e seus ciclos naturais transformados em ritmos artificiais para atender os gostos e olhares dos outros. Esse foi o mecanismo de controle sobre o ser e fazer feminino na Amazônia durante a colonização.

As amazônidas foram se submetendo às novas ordens postas pelas Instituições sociais, indicando o quanto as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder. Novos mitos e arquétipos foram sendo introduzidos no ser e fazer dessas mulheres, em especial aqueles difundidos nos cultos e celebrações realizados nas Igrejas, repercutindo no modo de vida das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves.

As novas guerreiras, as “Quatro Velhas” e a Sra. Leopoldina Bruce, nos finais do século XIX, passaram a compor o imaginário coletivo das cultivadoras e suas histórias são reproduzidas no contexto das Ilhas. Agora numa nova configuração e modelos de comportamentos diferenciados das Amazonas, visto se unirem aos homens e terem as religiões como balizadores de seu ser e fazer.

Essas cultivadoras formaram famílias, se uniram aos homens, foram batizadas e batizaram seus filhos, cada uma seguindo sua doutrina religiosa. A Sra. Bruce foi batizada e evangelizada pelos missionários oriundos da Suécia, Daniel Berg e Gunnar Vingren, ao visitar a região, nos anos de 1910, como parte do processo de introduzir esta religião no Pará. Desde então, seguiu seu trabalho de evangelizar inúmeras pessoas enquanto viveu na Ilha do Valha-me-Deus, tendo uma contribuição significativa para a fundação da Igreja Assembleia de Deus na Ilha.

As “quatro velhas” da Ilha do Chaves foram evangelizadas seguindo a religião católica, também, introduzida na Ilha desde a chegada de seus primeiros moradores, os quais já professavam a religião e seus sacramentos mais consolidados em seu viver, no início do século XX.

Com a introdução de novos princípios religiosos, tanto católicos como protestantes, novos mitos e arquétipos foram se constituindo no ser e fazer das cultivadoras, seus instintos

antes de luta, “guerra”, vão sendo controlados e regimentados por novas ordens, seguindo as doutrinas apontadas pelas Igrejas.

Morin (2012, p. 143) aponta a religião como uma neurose obsessiva da humanidade, contribuindo para aliviar a angustia, dando condições para suportar o peso da vida cotidiana, dos rituais, das práticas, das obrigações, das adorações e sacrifícios. Os ritos religiosos oferecem ao indivíduo a segurança diante das incertezas da vida, coloca-o numa ordem, fornece explicações e o insere numa comunidade maior, numa comunhão entre “irmãos” unidos por um único Deus.

As cultivadoras de outrora livres, guerreiras ficam submersas no inconsciente coletivo do ser feminino, tendo a oportunidade de se revelar mesmo por alguns instantes, na práxis produtiva agrícola. Na sua práxis, elas podem manifestar seus conhecimentos e conexões com os elementos do sistema ambiental. Quando, assim, os expressam são tidas como cultivadoras fortes, guerreiras e perigosas.

A simetria entre o feminino e o sistema ambiental ocorreu num determinado período da história da humanidade, onde os seres humanos apresentavam uma relação mítica e sagrada com os elementos ambientais. Gaia, Terra Mãe, Natureza, Criadora e Mantenedora da Vida foram os princípios para simbolizar a “natureza” como feminina.

Para Garcia (2012, p.21) no imaginário primitivo, a árvore foi a primeira imagem relacionada à mulher, como símbolo feminino. Ainda segundo Garcia, a mulher, nos tempos primitivos, foi identificada como Deusa e apresentava uma profunda associação com a “natureza”. No imaginário social, enraizaram-se os arquétipos desta simetria. Foram inúmeros os esforços das Instituições representativas do patriarcado principalmente, a Igreja e o Estado para desenvolver e arrancar as raízes dessas imagens pagãs das mentes e substituí-las por imagens sugestivas de piedade; do coração sangrando e, instigando a estética do sofrimento e do medo.

Entretanto, as cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e do Chaves manifestam suas forças e instintos guerreiros durante o momento do nascimento de seus filhos, ao amamentar e criá-los diante das adversidades da vida nas várzeas. Quando essas cultivadoras manifestam esse seu saber e fazer feminino, elas retomam seu alfa matrilinear, reafirmam seu relacionamento com a mulher selvagem, dispondo de um dom especial de ter uma observadora interna permanente, uma sábia, uma visionária, uma criadora (ESTÉS, 1994, p.15).

O desenvolvimento da linguagem, segundo Garcia (2012, p.61) foi atribuído às cultivadoras. Assim, como a criação de códigos de comunicação verbal; o desenvolvimento de ferramentas; a invenção dos fornos de pedra; fabricação de cestos para coleta de vegetais. E mais, descobriram o endurecimento do barro e a tecnologia da cerâmica; ainda foi atribuído às mulheres a obtenção do mel, azeite, vinho, farinha e os alimentos usados nos ritos sagrados.

Este saber atribuído às cultivadoras deve-se a esta relação simbiótica com o sistema ambiental, por conhecer os cultivos de cada estação e o momento adequado para preparação das áreas para semear, capinar e colher; conheciam e conhecem o movimento das estrelas nas diferentes estações do ano; a relação entre o céu, as chuvas, o pulso de inundação e o tempo adequado para o plantio e a colheita. Todo este saber, nos diferentes períodos históricos, eram e persistiram sendo também, atribuições do feminino.

Toda ação de arar a terra, semear, colher os cultivos, estão relacionados com os próprios ciclos da vida das cultivadoras. Arar a terra relaciona-se com o preparo do corpo da mulher para o início da vida sexual, a menstruação; o semear é o próprio ato sexual em si; o germinar de uma semente representa a gestação de uma nova vida no ventre da mulher; sendo o ato de colher o nascimento e o amadurecimento do ser mulher, o fruto vingou.

Reforçando sua interação com o sistema ambiental, Garcia (2012, p.62) aponta as agricultoras e as sacerdotisas às inventoras das lendas agrícolas, da religião e mitologias, além da farmacologia, como sendo as responsáveis por curar as enfermidades dos membros dos bandos. Continua a autora em muitas sociedades pagãs, a mulher era a única exploradora das entranhas da terra.

As cultivadoras manifestam sua força guerreira e sua conexão com o transcendente durante as celebrações do círculo de oração, os quais ocorrem todos os sábados pela manhã na Ilha do Valha-me-Deus e aos domingos nas celebrações religiosas na Ilha do Chaves. No momento das orações e cânticos proferidos pelas cultivadoras parece haver um movimento de retomada aos tempos antigos, um abandono do eu e o acesso a um nível transcendental, aquilo que Maffesoli (2007, p. 122) aponta como rememorar as antigas hierogamias, quando a figura da grande mãe era homenageada, como o símbolo da vida, triunfando sobre a negação da própria existência.

Os novos mitos e arquétipos sobre o ser e fazer das cultivadoras, agora guiados pelas doutrinas protestantes e católicas, além da introdução de tecnologias referentes à medicina científica sobre o funcionamento dos corpos das mulheres, conduziram a transformações nas

interações humanas nas Ilhas, assim como a interação com o sistema ambiental no tempo e espaço das mesmas. Definiram suas vestimentas, comportamentos, mas não lhe arrancaram o saber, essas não deixaram de ser conhecedoras dos ciclos naturais e de si mesmas. Desordens foram postas no modo de vida das cultivadoras nas Ilhas com a introdução de novas religiões, doutrinas, produzindo perdas, mas também novas aquisições, gerando um processo de reconstrução cultural.

A primeira manifestação de dominação da cultura patriarcal sobre o ser feminino ocorreu na Amazônia, no processo de conquista e colonização dos povos dessa Região. Primeiro numa tentativa de rompimento de tudo o que representou o mito das Amazonas, para as cultivadoras dessa região, cultivadoras fortes, destemidas, livres e conhecedoras dos ciclos do sistema ambiental. Os conquistadores, ao anunciar a derrota das Amazonas, submeteram e subjugarão todas as demais mulheres, inculcando o mito religioso, criador de uma mulher repleta de virtudes, abnegadas e devotas ao seu patriarca.

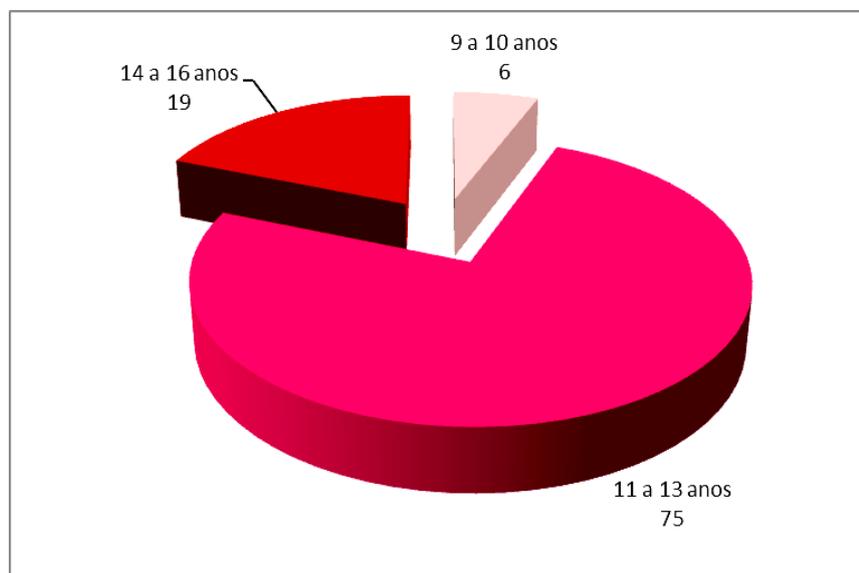
A cultura patriarcal inculcou novos ritos e costumes nas vidas das cultivadoras. Entre as cultivadoras, essas viveram entre a nova ordem geradora de estados de desordens e a reorganização de suas vidas, entretanto não perderam o sentimento e a íntima percepção de seus ciclos de vida. O verão inicia com o desabrochar da adolescência, quando inicia o ciclo menstrual e se encerra no inverno ao findar a mesma.

4.2 A MENARCA – UM NOVO CICLO NA VIDA DAS CULTIVADORAS DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES

O primeiro ciclo natural e de maior influência sobre seu viver é a menarca. Esse é um período na vida das cultivadoras que enseja a mudança de um ciclo em suas vidas, essas passam da fase da meninice para o alvorecer do ser mulher em outra dimensão. Agora com maiores cuidados em todos os aspectos da vida.

Esse momento inesperado para algumas meninas, para outras aguardado com ansiedade, é cercado de múltiplos sentidos, mitos e tabus. Durante a infância das cultivadoras não se tocava em assuntos relacionados ao feminino, falar do início do ciclo menstrual, das relações sexuais, do casamento e da maternidade era e ainda é em inúmeras famílias, visto como um tabu.

Gráfico 07 - Percentual sobre a faixa etária da primeira menstruação das cultivadoras nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juruti, PA. 2014.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. N=17

Os dados do gráfico 07 indicam que 75% das cultivadoras tiveram seu ciclo menstrual iniciado no intervalo etário entre os 11 e 13 anos; 19% dos 14 aos 16 anos; e 6% dos 9 aos 10 anos. Para muitas dessas é uma grande surpresa quando ocorre o primeiro gotejar, indicando o início da menstruação. Essas sentem medo, vergonha, choram, o que antes era desconhecido, agora passa a ser silenciado, entre os amigos e familiares. Ficar “moça” para quem outro dia era criança é um grande episódio.

Eu fiquei com 11 anos, mamãe nunca falou nada. Eu tava dormindo de dia, quando eu acordei dei com o sangue no meu pé. Me assustei, fui lavar e nada. A roupa tava suja. Eu não queria contar para a mamãe, fiquei com medo. Mas eu contei depois, ela disse que eu tinha ficado menstruada. Ela participou para o papai. Eu fiquei com muita vergonha, tinha muita vergonha mesmo, eu não queria nem encontrar com meu papai. Era uma vergonha ele saber que eu já era moça feita (M.C.B., 50 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Eu fiquei triste, quando eu menstruei, tinha só 10 anos, minhas irmãs caçoaram de mim, até chorei (S.A.S., 31 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Quando eu fiquei menstruada a primeira vez, eu tinha 12 anos, morava com uma família em Parintins, não sabia de nada dessas coisas, vi o sangue, fiquei com medo e chorei, aí fui falar com uma vizinha, ela que me disse o que era me explicou para eu me forrar, que eu tinha que tomar banho, cuidar, para não ficar fedorenta perto das pessoas. Hoje eu explico para minhas filhas (A.M.P.F., 49 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Eu fiquei com 12 anos, disse para mim mãe, ela disse que era assim mesmo, que todas as cultivadoras eram assim, e que neste tempo não podia ir na beira, tinha bicho que judiava, então, por três a quatro dias nós ficávamos dentro de casa. (I.B.S., 55 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Eu fiquei menstruada eu tinha 14 anos, eu não tinha ideia do que era aquele sangue, fiquei assustada, porque sem esperar e não sabia como era né, aí eu disse para minha mamãe e ela só disse é assim mesmo, a gente mulher é assim mesmo. Depois eu fui acostumando. Eu dou razão para essas meninas que ficam com medo, as vezes até choram né, porque é algo que a gente não tá esperando, sem esperar se depara com o sangue né. (L. B. 56 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

A menstruação na cultura local está cercada por uma série de componentes culturais dando significados a esse novo momento na vida das cultivadoras. São tabus, mitos, lendas e crendices, os quais irão direcionar as ações e o viver dessas. Esses componentes foram e são reproduzidos ao longo das gerações. Na atualidade, as filhas das cultivadoras já não seguem mais os rituais impostos para o período da menstruação, contudo, entendem o valor desses e os mantêm até os dias de hoje.

Os estudos de Martin (2006, p.161) sobre a mulher e o corpo apontam a visão cultural sobre a menstruação como algo sujo, incômodo e chato, onde é necessário manter em ordem àquela sujeira repulsiva e longe do olhar dos outros, uma repulsa se a sujeira aparecer em roupas, móveis ou chão.

Todo tabu da menstruação carrega consigo um sentimento de vergonha e um segredo, como se o corpo fizesse algo a ser mantido em segredo, significando poder fazer outras coisas também em segredo. Os tabus sobre as mulheres em período menstrual ao longo da história seguiram dois caminhos, o primeiro na História anglo-saxônica ou europeia. Nessa os tabus estavam baseados na crença de que, durante a menstruação as mulheres faziam as carnes estragarem, o vinho azedar e a massa do pão murchar. Em diversas regiões da Europa, as cultivadoras menstruadas não podiam tocar no vinho ou em qualquer outra coisa que fosse a mesa: carne de porco salgada, um porco recém-abatido, molho de salada, maionese, conservas, chucrute, pickles ou pão (MARTIN, 2006, p.161).

As cultivadoras das Ilhas relatam uma série de privações durante a menstruação, não em relação aos cuidados com os alimentos que vem a mesa, mas em sua própria alimentação e principalmente nos cuidados em não chegar próximo as águas do rio e lagos.

Quando fico incomodada (menstruada) eu não saio de casa para canto nenhum, nem para igreja eu vou, tomo banho aqui no assoalho da casa, os meninos ou meu marido busca água, quando tá longe a água, na cheia é mais fácil. Não vou na beira, não como peixe liso, banana, fruta que apodrece. Eu digo para minhas filhas a mesma coisa. Eu aprendi tudo isso com minha mãe e faço tudo isso. Tenho muito medo do

boto fazer mal para meus filhos, por isso não atento o bicho (M.A. S., 35 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Quando a gente ficava menstruada nunca podia tomar banho no rio, era só em casa para tomar banho. Era de sete a oito dias sem ir na beira, não saía nem de casa. Não podia sair para não pegar friagem, tinha os botos que diziam que ele olhava a gente, ficava com medo. Eu ensinei tudo isso para minha filha, mas hoje ela mora na cidade, e lá não tem dessas coisas. (M. N.S. 51 anos, Ilha Valha-me-Deus, 2014).

Eu tenho medo do boto, principalmente quando a gente tá menstruada, aqui dentro de casa ele não vem, mas só se andar assim pelo lago, de casco, eu tenho medo. Os antigos diziam, minha avó dizia que o boto engravidava a gente nessa fase da menstruação, e a gente tem esse medo até hoje. Quando meus filhos saem e eu fico sozinha, eu tranco tudo e fico lá atrás, qualquer coisa eu tenho um terçado né. Eu já ouvi falar de moças que engravidou do boto, mas a criança nasce deficiente. Também o bicho adormece a mulher quando ela tá menstruada para fazer coisas com ela. A mulher fica abatida, fraca, é o boto atentando. É o que o pessoal conta. (S.N.C., 49 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Meu pai cuidava muito quando a gente tava menstruada, ele não falava, mas pedia para mamãe cuidar. Falava para não ir na beira, olha o boto; não comer bodó porque tem muito sangue; não come ovo, não comer banana. Até hoje eu ensino isso para minhas filhas. (M.C. B., 50 anos, Ilha Valha-me-Deus, 2014).

Relataram uma intrínseca relação com as águas, devendo no período menstrual, se manter afastadas das mesmas, visto nelas estar presente uma série de mistérios, lendas, alimentado o imaginário dos povos das Ilhas.

As águas possuem um caráter mítico, está envolta em uma aura de mistérios, segredos, encantamento e simbologia mágica. A água simboliza a vida e está diretamente relacionada com a ideia de fertilidade e geração. É considerada um dos mais poderosos agentes das forças da natureza e faz-se presente em inúmeros rituais mágicos e sagrados, nas cerimônias religiosas ou profanas, tem um poder para atrair as forças invisíveis e astrais de todas as espécies (SILVA, 2006, p. 4). Nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves as vidas são regidas tanto biológica e física como miticamente pelas águas.

Durante o período da menstruação os mitos e credences tomam o ser e fazer das cultivadoras, não saem de suas casas, com medo do boto e não comem determinados alimentos. São rígidas nessas concepções, orientando suas filhas a tomar as mesmas atitudes. Foi preciso há tempos atrás até mesmo intervenção do médico que visita a comunidade, conversando com as mães para que deixassem suas filhas irem à escola, visto haver durante alguns dias do mês uma ausência das meninas/moças às aulas, em virtude do período menstrual.

Na Amazônia as águas dos rios cobrem o imaginário de seu povo, com uma série de concepções míticas, de seu mundo de crenças e lendas e o reino dos encantados denominados de “gente do fundo” ou “caruanas” (SILVA, 2006, p. 5).

As cultivadoras relataram o medo em relação ao boto, em especial no período da menstruação, como destacado nas falas: não saem de casa, tomam banho nos assoalhos dentro de suas casas, além do medo dos encantamentos realizados por ele, para seduzir as cultivadoras, ficando essas doentes sobre o feitiço do boto ou até mesmo grávidas.

O mito do boto navega pelo imaginário humano, desde a antiguidade. Conhecido também como golfinho, ele é o símbolo da sensualidade, da luxúria, dedicado a Vênus. Possui uma cabeça grande semelhante a uma glândula humana. Seu nado é ondeante, num movimento de subir e descer dando a impressão de movimentos sexuais e seu focinho obscuro fura as águas, como se essas fossem uma vulva. Esse erotismo, associado ao boto, alimenta o imaginário dos povos que vivem as margens das águas dos rios amazônicos (TOCANTINS, 2000, p. 64).

O boto encanta as cultivadoras solteiras podendo engravidá-las e namora com as casadas, relatam as cultivadoras, alimentadas pelas lendas através dos tempos. O boto se transforma em homem, como um Don Juan, um sedutor. As cultivadoras relatam ouvir histórias de ser esse homem muito bonito, vestido num terno branco, usando também um chapéu branco, bom de dança e de encantar as cultivadoras.

O mito desse boto é comum em particular entre os povos ribeirinhos isolados nas diferentes regiões da Amazônia. Para os povos dessa região oriundos de uma cultura formada por nordestinos, índios e amazonenses, era inaceitável uma filha engravidar se não fosse casada. O boto entra em cena, para justificar os “pecados” cometidos pela filha, sendo esse e seus poderes de encantamento o responsável pela gravidez indesejada. As cultivadoras pelo seu espírito fraco não tinham possibilidades de resistir aos encantos e assédios amorosos do ser sobrenatural (SILVA, 2006, p.5).

Destaca-se ainda o mito “panema”, o qual a mulher em período menstrual não poderia tocar nos apetrechos de pesca, não se aproximar das embarcações destinadas para esse fim, além disso, os pescadores não poderiam caçar o boto, podendo sofrer o encanto da panema, ou seja, a falta de sorte na pescaria (Ibid., 2006, p.6).

Morin (2012, p.28) revela os seres humanos ao vivenciarem uma aventura cósmica, telúrica e biológica, parecem estar sob o controle de uma dialógica entre a harmonia e a cacofonia. Os seres humanos ao viverem essa aventura, são ao mesmo tempo, *sapiens-*

demens, carregam ao mesmo tempo a racionalidade e o delírio, a insensatez e a destrutividade. O mito contribui para dar significado a vida dos humanos, diante das cacofonias, das desordens postas no real, criando uma realidade suportável.

No aspecto relativo à alimentação, essa também é modificada durante o período da menstruação. Todas as cultivadoras relataram não se alimentarem de peixe liso, nem mesmo frutas em estado de apodrecimento como a banana, melancia, abacate. Aprenderam esses ensinamentos com suas mães, avós, as quais também aprenderam com seus ancestrais e ainda os reproduzem junto as suas filhas e noras. Mas, entendem que muita coisa mudou e, hoje, as meninas, moças já não seguem mais esses, abrindo margem para que muitos desses saberes sejam perdidos ao longo das futuras gerações.

As cultivadoras relataram os peixes lisos como espécies reimosas, peixes muito gordurosos e que fazem mal quando se está menstruada, após o parto ou quando possuem algum ferimento. Essas espécies estão associadas à *reima*, um fluido viscoso, podendo ser atrelado entre os alimentos perigosos (reimosos), sendo aplicada às pessoas em estados sociais e físicos de representação ritual e simbólica de transição ou passagem, como enfermidades, menstruação e pós-parto (SILVA, 2007, p. 127).

Ainda para Silva (2007, p. 18) cuidar da alimentação nesses momentos de transição e passagem são fundamentais para manter o equilíbrio do corpo e da mente. As proibições dos alimentos sejam frutas ou algumas espécies de peixes (reimosos) esta pelo fato de proteger as cultivadoras nas situações em que seu organismo está mais sujeito aos riscos de uma agressão externa e existe uma consciência da necessidade de resguardá-los.

Esse é um saber que não foi passado pela medicina científica, pelos colonizadores da Amazônia, mas que foram mantidos, conservados pelas cultivadoras e povos amazônicos a milhares de anos. Constituem um acervo da cultura somática (SCAVONE, 2004, p. 132; BOLTANSKI, 1979, p.145), um saber adquirido, transferido e mantidos pelas cultivadoras, sobre o funcionamento de seu próprio corpo, pelos sinais emitidos tanto na saúde como na doença.

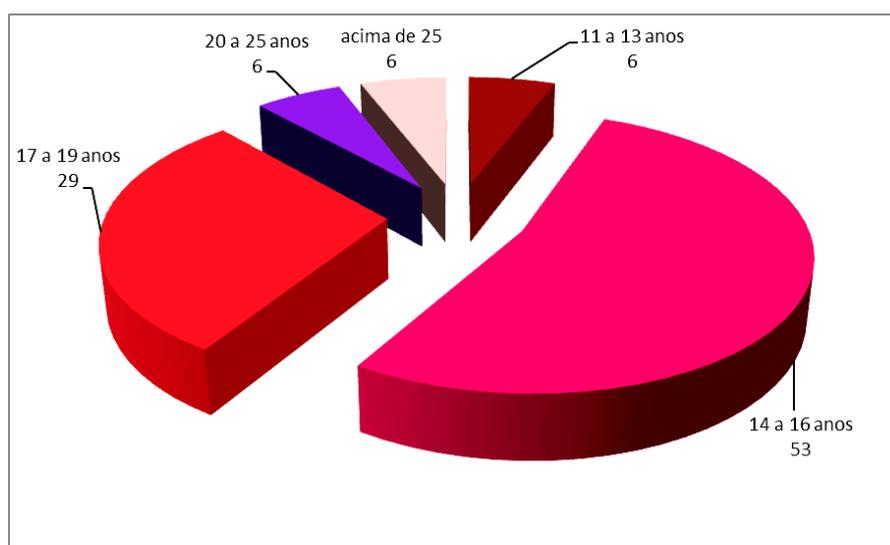
Saber esse repassado geracionalmente, ainda que haja inúmeras interferências e introduções de novos saberes pelas novas gerações. Para Carneiro (2008, p. 261) as mulheres são guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores, bens simbólicos que são transmitidos geracionalmente, entre eles estão saberes relacionados ao funcionamento sobre o próprio corpo.

4.3 O SEMEAR A VIDA – O FLORESCER DA SEXUALIDADE

Assim, como o início do ciclo menstrual é um tabu, cercado de silêncio e segredo, o início da vida sexual, também o é. A primeira menstruação é a transição de menina para mulher, assim como tem como característica definidora a capacidade de ter filhos, de iniciar a vida sexual (MARTIN, 2006, p. 165).

As cultivadoras ainda jovens iniciaram sua vida sexual, apesar de todas as regras impostas pelas Igrejas tanto católicas como protestantes, indicando quanto o instinto sexual, o *Eros* tem um domínio superior sobre o corpo dos seres humanos, indo além dos interstícios sociais e culturais.

Gráfico 08 - Percentuais sobre a faixa etária do início da vida sexual das cultivadoras nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juruti, PA. 2014.



Fonte: pesquisa de campo, 2014. N=17

O gráfico 08 indica que 53% das cultivadoras de ambas as Ilhas iniciaram a vida sexual entre os 14 e 16 anos; 29% entre 17 a 19 anos; os 6% indicam ter iniciado sua vida sexual na faixa de 11 a 13 anos, 6% na faixa de 20 a 25 anos e 6% acima de 25 anos.

O início da vida sexual para as cultivadoras não está relacionado com o casamento ou união estável. Em algumas situações esse iniciar vem acompanhado de uma gravidez inesperada, em virtude do desconhecimento sobre a estrutura e a organização do seu próprio corpo, em seus aspectos biológicos, da ausência de diálogo sobre o ser mulher e seus desencadeamentos, e dos tabus postos sobre o sexo.

As cultivadoras relataram nunca terem falado com suas mães sobre como evitar filhos, o que era sexo, cuidados para evitar gravidez indesejada ou qualquer outro assunto relacionado a esse tema. Há lembranças dos pais dormirem em redes separadas e, às vezes, até mesmo em quartos separados. Os pais sempre mais preocupados com esses assuntos de cuidar para não engravidar, proibir namoros, ficar andando sozinha pelas áreas da comunidade ou de conversa com garotos.

O início da vida sexual para as cultivadoras:

Eu tive um filho sozinha, menina moça engravidei aqui na ilha, no poder da vovó, e aí quando eu engravidei, eu tava para ter o bebe, e ela me levou para Parintins, para eu ter na casa de minha tia (C.B.V. 64 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014)

Eu fiquei menstruada com 13 anos, com 14 anos já fui morar com meu companheiro, e com 15 anos já tive minha primeira filha (E.A.S., 19 anos, Ilha do Chaves, 2014)

Com 13 anos eu engravidei na Ilha, fui embora para Manaus, e o filho nasceu lá. Passei muito mal, tive eclampsia. Este meu primeiro filho morreu logo depois de pneumonia, com 15 anos tive outro filho (I.B.S., 25 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Eu engravidei antes de casar, solteira mesmo. Eu arrumei um namorado. Minha mãe nunca tinha falado nada que eu podia engravidar. Engravidei de um homem que usava um chapéu preto, que nele era guardado uma cagila, como um feitiço. É um tipo de um perfume que passa e seduz. Aí eu engravidei. Meu pai ficou muito bravo, porque ele era um homem muito bravo, queria me colocar para fora de casa, mas mamãe chorou muito e dizia que se eu fosse ela iria também, aí ele me deixou ficar (M.C.B. 50 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Indicaram o início da vida sexual num período anterior ao casamento, em geral, justificam esse início atrelado ao mítico, ao feitiço, de terem sido seduzidas ou até mesmo de terem cometido o pecado, assim como Eva o fez, no mito da criação do mundo, na Genesis. O sistema ambiental das Ilhas é cercado por imagens instigadoras do desejo sexual, são os animais copulando livremente pelos espaços das Ilhas, o mito do boto e toda sua performance ao movimentar-se pelas misteriosas águas do rio. O transformar-se desse animal em um homem sedutor, bem apessoado e possuidor de um encantamento irresistível. Esse mundo mítico e natural alimenta o imaginário de homens e cultivadoras.

As religiões com todas suas doutrinas e regras são insuficientes para conter o *Eros* que habita em cada ser humano. *Eros* filho do espírito e do sexo, ele se projeta, expande em diversas dimensões humanas, inclusive nos êxtases religiosos (MORIN, 2012, p. 40).

Continua Morin (2012, p. 49), os seres humanos, por meio de uma racionalidade cartesiana, dualista, e “controlados” por doutrinas religiosas e mitos castradores, submeteram

a natureza vegetal e animal, pensando assim terem-se tornado senhores e donos das terras e de si mesmo, mas se descobrem a cada despertar que os seres humanos têm um laço matricial com a biosfera e somente vivemos a partir dela e pelo reconhecimento de nossa muito física e biológica identidade terrestre.

Por mais que os mitos, regras, ideologias tentam coibir as ações humanas, de expressar o seu *Autos*, a própria natureza dá condições de resposta. Os humanos são a trindade, indivíduo/espécie e sociedade e contida nessa estão o homo *sapiens*, *faber*, *demens*, *ludens*, *mythologicus*, vivenciando em todos os instantes estados de ordens e desordens, certezas e incertezas, no processo de conservação de sua autopoiese (MORIN, 2012, p.41).

Eros instiga o ser humano, seja homem ou mulher, no sistema ambiental das Ilhas a cumprir seus desejos mais reprimidos e esse possui todo um ambiente que lhe condiciona a expressá-los. Os mitos, feitiços e a própria religião lhe servem de justificativas perante os olhos dos outros, que os julgam e condenam.

O homo *faber* e o homo *mythologicus* estão associados, interagindo e mantendo a ligação entre o pensamento objetivo técnico-lógico e o pensamento subjetivo, composto pelo mundo fantástico, mítico e mágico. O ser humano está entre a racionalidade e o controle de si próprio, assim como entre o irracional, o inconsciente de si, incontrolado e inacabado, entre a ordem e a desordem. Nesse ponto, o mito tem um valor central na constituição da organização autopoietica dos seres humanos, dando sentido as suas vidas (MORIN, 1975, p. 108).

Maffesoli (2007, p.133,136) ressalta que o indivíduo somente se torna alguém ou alguma coisa a partir do olhar do outro que o reconhece como tal. As pessoas em seu aspecto plural adquire sentido a partir das relações na comunidade, desempenhando papéis, sendo reconhecidas como sujeitos a partir da teatralidade coletiva, possibilitando tornar-se quem elas são.

Com o início da vida sexual vem à gravidez “indesejada”, quando o parceiro está na Ilha e assume o relacionamento, tem-se logo a união dos jovens, como ocorrido com nossa informante Sra. E.A.S. (20 anos, Ilha do Chaves, 2014). Quando esse não assume ou a mulher não deixa claro quem é o pai do seu filho, a família da parturiente toma as providências para que essa criança nasça longe dos olhos dos vizinhos, como relatado por nossas entrevistadas. Ir para casa de parentes na cidade é uma estratégia de resguardar as filhas.

O nascimento de uma criança do ventre de uma mulher foi durante muitas gerações até o desenvolvimento da medicina científica, um grande mistério. Para Silva (2003, p.169), a mulher era a representante da magia e do ventre. No princípio da humanidade a mulher

parecia um ser estranho, ela parecia inchar e dar a luz por si só. Os homens as cultuavam, mas também as temiam. O processo de conceber uma criança era um mistério, um saber guardado apenas entre as mulheres. Foi esse saber que os conquistadores trataram de se apropriar, primeiro aprendendo com elas a arte do parto e das ervas, e em seguida negando a elas o direito de fazer uso desses saberes. As caças às bruxas, durante a Inquisição promovida pela Igreja Medieval, foi o início dessa apropriação de saberes femininos, iniciado entre os séculos XV e XVII na Europa, se reproduziu pelos demais continentes onde houve o processo de conquista e colonização, a partir de um modelo de Estado Absolutista e baseado numa cultura patriarcal. Associadas as bruxas estavam as parteiras e curandeiras (SCAVONE, 2004, p. 130).

Como categoria de análise o patriarcado (MURARO; BOFF, 2010, p.52) não pode ser entendido apenas como dominação binária, macho-fêmea, mas representa uma complexa estrutura estratificada por gênero, raça, classe, região e outras formas de dominação de uma parte sobre a outra, do qual resultou em relações de gênero amplamente conflitivas e desumanizadoras tanto para o homem, em especial para as cultivadoras.

A cultura ocidental, a partir do paradigma patriarcal, cartesiano, separou Deus da natureza, rompeu a relação entre a divindade com a natureza. Garcia (2012, p.65) diz que a perda do paraíso foi a perda da deidade feminina. A vida das cultivadoras a partir do desenvolvimento da agricultura tornou-se uma faina penosa. Estas se viram envolvidas em múltiplas tarefas com o trabalho na lavoura, na casa, nos cuidados com os filhos, os doentes, idosos e pequenos animais. Agora domesticada, confinada aos espaços privados, as cultivadoras foram categorizadas como passivas, tal qual a natureza.

Com o desenvolvimento das sociedades ocidentais, as cultivadoras foram aos poucos perdendo a conexão com o sagrado, deixaram de ser as mensageiras das Deusas, tornaram-se apêndices dos homens. Para Monteiro (1998, p.24), desde o mundo grego e hebraico, até a atualidade, o feminino continua sendo desvalorizado.

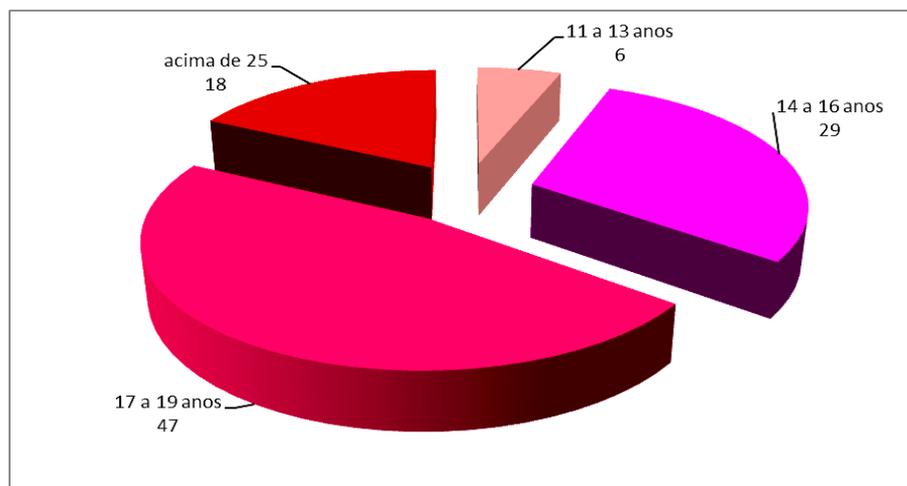
Nesse cenário dicotômico a maternidade se configura na atualidade de vida das cultivadoras, com rompimentos, conhecimentos saqueados e sob o controle da medicina científica.

4.4 GERMINAR A SEMENTE, UMA NOVA VIDA – A MATERNIDADE

A maternidade para as cultivadoras chegou cedo, assim como ocorreu com suas mães. Entre os 14 e 19 anos iniciava um novo ciclo da vida das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves - a maternidade. Trazendo novas experiências, novos saberes e sensações sobre seu corpo, novos arquétipos e formas de estruturar o seu viver.

Os dados do gráfico 09 indicam a primeira gestação entre os 14 e 16 anos para 29% das cultivadoras; 47% delas entre os 17 e 19 anos; 18% acima dos 25 anos e 6% dos 11 aos 13 anos de idade.

Gráfico 09 - Percentuais sobre a faixa etária da primeira gestação das cultivadoras nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juruti. PA. 2014.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014. N=17

Em relação ao número de filhos, 56% cultivadoras na Ilha do Chaves possuem de 3 a 6 filhos; 44% de 07 a 10 filhos. Na Ilha do Valha-me-Deus, 50% possuem de 3 a 6 filhos; 37,5% de 11 a 13 filhos e 12,5% 15 filhos.

Para as cultivadoras não houve uma escolha reflexiva, planejada pelo número de filhos, eles simplesmente foram acontecendo, sem nenhum método ou controle eficaz para evitar as gestações.

Na agricultura, a maternidade sempre foi associada à fecundidade da terra, os filhos eram necessários para os diversos trabalhos e representavam a segurança para o futuro dos pais, na velhice e ou na doença, ainda que no presente enquanto crianças representassem um encargo (SCAVONE, 2004, p. 172,173).

Identifica-se nos dados as cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus com um número de filhos superior as da Ilha do Chaves, uma hipótese para tal dado, pode ser devido aos aspectos religiosos e da proibição da utilização dos métodos contraceptivos. Seguiram os mandamentos da Bíblia Sagrada em seu Gênesis 28 – “Deus todo poderoso te abençoe, te faça crescer e multiplicar, de sorte que te tornes uma multidão de povos”.

Esses ensinamentos foram seguidos pelas cultivadoras do Valha-me-Deus principalmente aquelas com maior número de filhos. A Sra. Z. S.B. (51 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014) afirma ter tido sorte porque antigamente as cultivadoras faziam muitos filhos, seguindo os ensinamentos da Igreja, hoje não dá para ter muitos, vida difícil, aí tem que prevenir, mas não sabe como elas fazem, pois a Igreja não permite.

Vive-se entre o sagrado e profano nas Ilhas pesquisadas, de um lado tem-se as doutrinas religiosas impondo regras muitas vezes inteligíveis e sem explicação coerente com a realidade; de outro lado têm-se as desordens, os desejos, os impulsos sexuais, procurando estratégias para quebrar as regras ou dar justificativas a elas, muitas vezes dentro da própria doutrina religiosa.

Os métodos contraceptivos utilizados pelas cultivadoras eram poucos, nada que garantisse manter certa distância entre uma gestação ou outra. Em geral, os partos eram em torno de doze a dezoito meses após uma gravidez. Uma estratégia utilizada, mas não muito eficiente era manter a amamentação, porém pouco funcionou para as cultivadoras.

Scavone (2006, p. 175) sugere a escolha da maternidade como ligada as causas tanto biológicas, quanto subjetivas e sociais, e essas podem estar associadas ou não. Nas cultivadoras há o desejo atávico da reprodução da espécie ou pela continuidade da própria existência; a necessidade de um sentido para a vida; ser reconhecida e valorizada socialmente, visto, muitas vezes, a maternidade está ligada ao casamento; o amor pelas crianças, à reprodução tradicional do modelo de família de origem.

Cita-se ainda o próprio processo de reprodução da maternidade na criação das meninas, as mesmas desde a infância são preparadas emocional e socialmente para se tornarem mães, seu treino acontece ao cuidar dos irmãos mais novos ou das bonecas de brinquedo presenteadas para esse fim. A maternidade já lhe é inculcada em seu *self* desde a meninice assim, a cultivadora só faz reproduzir o ensinado mimeticamente.

A organização autopoietica dos seres humanos é o resultado das interações humanas e essas se dão, pelo uso da linguagem, seja qual for a forma de expressão. Por meio da

linguagem reproduzimos os comportamentos, os pensamentos, os papéis sociais institucionalizados.

Morin (2012, p.87) remete a total ligação entre os pais e seus descendentes, indicando o quanto deles estão em nós e como esses ressuscitam continuamente em nosso ser. Em nosso inconsciente se mantém vivo mil tons de voz, formas de comportamento, hábitos mentais, os quais se inscrevem em nós, pela imitação, aos nossos parentes mais próximos.

Ser mãe ainda jovem, mulher, esposa, é um processo desencadeado e não determinado pela cultura, desde o nascimento, podendo no viver esse processo ser rompido, modificado, a partir da introdução de novos conhecimentos, experiências e perspectivas de vida, criando condições para a contínua regeneração da cultura.

94% das cultivadoras se submeteram ao parto normal, as mais jovens como as cultivadoras S. B.V.S. (32 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014), Sras. M.A.S. (20 anos, 2014), I. B.S. (25 anos, 2014), T.S.N. (29 anos, 2014), L.C.S. (35 anos, 2014) da Ilha do Chaves submeteram-se ao parto normal nos hospitais da região; as demais, somente seus últimos filhos nasceram nos hospitais, os primeiros foram nascidos na própria Ilha em suas casas, no barco no percurso a caminho do hospital, ou na casa de parentes.

Eu tive 10 filhos, três em casa e os demais no hospital; tive no hospital porque eu tinha medo de ter em casa, vi minha mãe morrer no parto, aí meu pai tinha medo e logo me levava para o hospital. Antigamente eram senhoras idosas no hospital não eram médicos, nem enfermeiros. Em casa tive com parteira, mas fiquei com medo, foi muito doido (A.M.P.F., 49 anos, Ilha do Chaves, 2014)

Eu tive 11 filhos, só uma eu tive no hospital, a segunda filha, o primeiro foi na casa de minha tia em Parintins. Foi tudo parto normal. Quando me dava às contrações, eu já sabia, amanhã uma hora dessas já ia estar tranquila, queria que fosse logo. Para mim a gravidez nunca foi uma doença. Não parava de trabalhar quando estava grávida, até trabalhava mais. Naquele tempo tinha que socar o café, torrar, quando já estava dando a dor, aí que eu ia socar mesmo o café, ia para a roça, lavava e batia a roupa, achava que aquele movimento era bom para o parto. Tudo me ajudava a ter filho. E quando eu tinha meus filhos eu era muito bem guardada (C.B.V., 64 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014)

Tive 15 filhos, todos normais, foi operar bem depois, fiz laqueadura, a 11 anos, do meu último filho. Os 14 filhos eu tive em casa, eu tive uns cinco sozinhos, não tinha medo de nada, nem quando fiquei menstruada, nunca gostei de muita gente, dois filhos eu tive sozinha mesmo, cortei o umbigo, lavei as roupas, quando mamãe chegou de manhã, já tinha nascido e eu já estava fazendo as coisas. Eu sentia muita dor, aí deitada numa cama e já ia ter. Meus filhos doía para nascer, demorava umas três a quatro horas para nascer. Nunca gostei de reclamar, desde o primeiro filho já sabia quando era hora. A minha filha mais velha eu passei o dia inteiro com dor, eu não reclamei com ninguém e trabalhei o dia inteiro, tava cortando juta, nem jantei neste dia, fui tomei um banho e fui para o quarto, quando mamãe chegou eu já tinha parido. Eu tinha muita vergonha, não queria fazer escândalo (V.F.B.R., 44 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Como apontam as falas das cultivadoras e essas corroboram com as demais quanto ao parto normal, como um momento de muitas percepções sobre os sinais enviados pelo próprio corpo, de muitas dores, mas de domínio sobre o processo ocorrido consigo mesmas. Para elas a gravidez não era uma doença, mas sim um período de muita saúde e energia para o trabalho. Relatam durante a gestação sentirem-se mais animadas e fortes para o trabalho na roça.

As Sras. V.F.B.R (44 anos, 2014), Z.S.B. (51 anos, 2014) da Ilha do Valha-me-Deus e a Sra. M.A.S. (35 anos, 2014) da Ilha do Chaves, relatam o quanto hoje as cultivadoras grávidas parecem doentes, ficam deitadas durante a gestação em suas redes, muito paradas, prejudicando no nascimento dos filhos, visto o corpo não se movimentar e se preparar para o parto normal. O corpo da mulher é preparado para gerar a vida de uma criança, a não ser que nasça com uma doença, mas para tanto é preciso movimentar-se, agir. Afirmam, também, hoje, existir maiores possibilidades de cirurgias para fazer o parto, como a cesariana, facilitando a vida das cultivadoras, pois não sentem dores, mas após o parto há maiores dificuldades para se recuperar.

Scavone (2004, p.128) aponta a mulher primitiva parindo sozinha, por instinto, isoladamente, visto não haver ainda entendimento sobre esse movimento de expelir um ser do corpo da mulher. Assim como os animais o faziam, era um momento único e exclusivo da fêmea, não havia uma ação coletiva. Posteriormente, as mulheres passaram a dominar o conhecimento sobre o funcionamento do próprio corpo e de outras cultivadoras, especialmente no aspecto relativo aos ciclos naturais tornando o parto, o nascimento de uma criança, um *affaire* de cultivadoras, do qual homens estavam excluídos.

Desde a Antiguidade até a Idade Média, os nascimentos das crianças eram assistidos pelas parteiras e seus saberes eram transmitidos entre as gerações, na maioria das vezes pela tradição oral. Foi durante a Inquisição que essas mulheres parteiras foram perseguidas e queimadas como bruxas (SCAVONE, 2004, p.128). Continua a autora, uma segunda derrocada das mulheres e de seus saberes ocorreu a partir da Idade Média, pela Europa, atravessou os mares, durante as conquistas das Américas, e chegou ao Brasil pelas mãos dos países Ibéricos. As amazônicas, também, foram perseguidas e seus saberes sobre o funcionamento de seu corpo e os cuidados relativos aos mesmos foram saqueados.

Em relação ao ambiente para a realização do parto normal é fundamental estabelecer a qualidade do mesmo, assim como a confiança nas pessoas, em geral as cultivadoras que conduziram esse momento tão desconhecido e temeroso, principalmente quando se é o

primeiro filho. As comunidades da Ilha do Valha-me-Deus e Chaves sempre tiveram cultivadoras, consideradas parteiras para conduzir as demais na hora parto. Na hora do início das dores logo a parteira já era chamada, sendo o mensageiro o próprio marido ou um filho.

Dizem as cultivadoras a Sra. Bruce ter sido uma reconhecida parteira na comunidade, muitas crianças nasceram de suas mãos. Além dela, posteriormente, houve sua descendente a Sra. Rufino Bruce, essa já falecida, também era de muita confiança para as mulheres das Ilhas. Inúmeras crianças também nasceram em seus braços. Ainda nos dias de hoje há uma senhora tida como parteira. Essa quase não para na Ilha do Chaves e também não faz mais parto. Orienta, observa e identifica se a mulher está gestante, mas na hora do parto pede para a mesma se encaminhar para o hospital.

As Sras. V.F.B.R. (44 anos, 2014) e C.B.V. (64 anos, 2014) relatam sua coragem e fibra no momento do parto, pois tiveram alguns de seus filhos sozinhas, assim como as cultivadoras primitivas, seguindo o instinto. Em seus quartos, deitadas no chão ou de cócoras deram a luz a mais uma vida. Diziam saber o momento exato do nascimento de seus filhos, quando as dores começavam, já preparam todos os apetrechos para a hora do parto, roupas e panos limpos, a tesoura para cortar o cordão umbilical. Um dia antes já sentindo as primeiras dores aumentavam a intensidade do trabalho na casa ou roça para ajudar no momento do parto. Associavam esses movimentos como fundamentais para a criança nascer mais rápido.

As cultivadoras dizem observar como as mais jovens, atualmente, têm tantas dificuldades em parir uma criança, explicam essas dificuldades como a ausência de movimentos, ficarem deitadas na rede como se tivessem doentes e a gravidez entendem como saúde, ânimo para o trabalho. Afirmam as jovens cultivadoras serem muito paradas, tudo têm na mão, não querem sentir dores, aí ficam cheia de problemas.

Quanto a sentir dores, as cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus falam dessas como consequências do pecado cometido por Eva, citado no Genesis. A mulher Eva ao comer o fruto proibido foi castigada por Deus, suas descendentes viriam a partir de então sentir as dores e incômodos promovidos pelos seus ciclos naturais – menstruação, cólicas, dores do parto, os fogachos durante a menopausa – para que nunca se esquecessem do pecado cometido por Eva. Os próprios pastores durante os cultos celebrados na Igreja Assembleia de Deus reproduzem essa máxima do Gênesis, tendo as cultivadoras como seres inferiores, pecadoras e sujeitas às dores relativas ao funcionamento de seu próprio corpo.

As cultivadoras da Ilha do Chaves não concordam com essa “verdade” postulada pelo Gênesis, entendem que as dores fazem parte do corpo da mulher e por isso a mulher

precisa estar continuamente se cuidando, tomando os chás, se preservando das águas, da friagem, mas nunca associado ao pecado cometido por Eva ao comer o fruto proibido. Afirmam Deus ser bom e perfeito e não faria nada de mal para seus filhos e se algo acontece é porque não sabemos agir.

As cultivadoras possuem um saber empírico sobre seu próprio corpo e esse saber é de vital importância para a conservação de sua vida, para os cuidados com a família. A maternidade é compreendida como um fato biológico, mas cercado por inúmeras facetas sociais e culturais que lhe dão significados. As cultivadoras sabem todos os momentos da maternidade, desde o evitar a concepção, o pré-natal, o momento do parto, a interrupção da gravidez, até os cuidados com a saúde da criança. Todos esses momentos são sentidos pelo corpo da mulher e por esse sentir é que as mesmas desenvolvem todo esse saber (SCAVONE, 2004, p. 127,128).

Somente uma cultivadora se submeteu a três partos cesarianos, situação vivenciada pela Sra. E.A.S. (20 anos – Ilha do Chaves, 2014), impedindo-a de ter mais filhos em seu futuro.

Eu fui mãe aos 15 anos, hoje tenho 20 anos e já tive meu terceiro filho, todos foram cesarianas, assim o médico disse que eu não podia mais ter filho e aí o médico me operou. Eu queria ter mais filho, mas o médico nem me perguntou, ele só foi dizendo que eu estava operada, porque eu já tinha tido três cesarianas.

O parto cesariano é um procedimento no qual a mulher não tem mais o controle sobre as funções de seu próprio corpo, elas ocorrem de acordo com o manuseio e técnicas da medicina científica da obstetrícia. Martin (2006, p. 109) assemelha o parto cesariano como um processo dentro de uma organização fabril, com profissionais técnicos, dominados pelo homo *faber e sapiens*. O mecânico seria o médico, a máquina a paciente, nessa dinâmica também se reproduzem as relações de poder e controle, assim como ocorrem no âmbito da produção fabril e o objetivo maior dessa produção é gerar produtos/bebês saudáveis.

A cesariana quando praticada de maneira sistemática sem indicação terapêutica, significa para as cultivadoras o processo de medicalização integral do parto (ato cirúrgico com todas as suas implicações) além da transferência para o médico da ação e da responsabilidade de dar à luz. Toda essa transferência de saber e controle sobre o próprio corpo tende a legitimar o poder e a relação da medicina na e com a família (SCAVONE, 2004, p. 95).

Essa transferência de poder se observa nas Ilhas nos cuidados de saúde e doença promovidos pelas cultivadoras e suas famílias. Hoje, há total dependência dos cuidados e

medicamentos fornecidos pelo posto de saúde ou hospitais da região. As plantas curativas, os saberes sobre o uso das mesmas, foram sendo esquecidos e apagados da memória, afirmam o medicamento ter uma resolubilidade mais eficiente, passando os sintomas, mas não curando ou diagnosticando as doenças.

Uma prática ainda muito comum nas Ilhas, podendo se assemelhar as práticas exercidas pelas curandeiras, é o ato de “puxar”, como uma massagem, no local onde se sente um mal estar, uma dor, em geral costas, braços e pernas. Quatro das cultivadoras são reconhecidas como puxadeiras. Três na Ilha do Valha-me-Deus e uma na Ilha do Chaves.

Elas afirmam terem adquirido esse conhecimento pela prática. Aqui vale retomar a máxima de Maturana e Varela (2001) “todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer”. Podemos elencar, além desse fazer e conhecer, a própria ação de imitação ao observar e aprender com aqueles que lhe antecederam as práticas de cura pelas mãos e os saberes conservados num reservatório guardado em nosso estado mais inconsciente, mas que quando precisamos vamos buscá-los (MAFFESSOLI, 2007, p. 154).

Retomando os aspectos relativos à cesariana, Scavone (2004, p. 95) destaca no Brasil a introdução das tecnologias para prevenção pré-natal e para esse tipo de parto, contudo essas tecnologias não estão acessíveis para a maioria das cultivadoras, ficando restrita a quem pode pagá-las. Nesse sentido, o acesso às tecnologias é um privilégio e não um direito. Houve uma supervalorização da tecnologia médica e maior aceitação e justificação de seu uso. Com as novas tecnologias houve o aumento do número de cesarianas e acompanhadas delas a introdução das técnicas de esterilização, sendo prática entre as cultivadoras submeterem a laqueadura.

Das cultivadoras de ambas as Ilhas 65% delas se submeteram a cirurgias de laqueadura, quatro delas entre os 19 e 28 anos e as demais na faixa etária dos 40 anos. As cultivadoras fizeram esse procedimento após o nascimento daqueles que elas entendiam ser o último filho e também por orientação médica, devido às inúmeras gestações mesmo quando de partos normais. A mulher mais jovem a ser submetida à esterilização entre as entrevistadas foi a Sra. E.A.S. com 20 anos, em 2015, ano do procedimento cirúrgico.

Surpreende como uma mulher tão jovem já se submete a um procedimento tão grandioso que afetará seu estado de saúde e doença. Como ela mesma afirma: “eu gostaria de ter mais filhos quando fosse mais velha, mas não tive essa opção”. Nesse ponto observa-se o quanto a medicina científica ginecológica e obstétrica foi desenvolvida para algumas poucas

mulheres com acesso a um serviço de qualidade e com informações possibilitando tomar decisões conscientes sobre seu próprio corpo e vida.

As tecnologias de esterilização chegaram ao Brasil como uma política de controle do crescimento das populações mais pobres no país e/ou raça negra, a partir dos anos 80 do século XX. Scavone (2004, p.60) destaca o Brasil com um dos países com uma das mais altas taxas de esterilização feminina do mundo, destacando que 74% das esterilizações são realizadas no momento do parto, das quais 80% são em parto cesáreo. Continua a autora afirmando o quanto o alto índice de esterilização está associado com as desigualdades sociais existentes no país. As regiões mais afetadas são as mais pobres e as mulheres são aquelas com menores índices de escolarização.

Entre os critérios para o procedimento de esterilização no SUS – Sistema Único de Saúde estão: idade acima de 25 anos para homens e cultivadoras; ter pelo menos dois filhos (as); o paciente precisa ser comunicado de seus riscos e benefícios; a esterilização pode ser realizada independente do parto (SCAVONE, 2004, p. 61).

Observa-se nesse cenário que todo saber detido pelas cultivadoras, parteiras, curandeiras foram paulatinamente sendo transferidos para os homens, por meio da ciência e do desenvolvimento da obstetrícia e dos tratamentos ginecológicos. Esse movimento ocorreu entre os séculos XVI e XVII quando a medicina científica lutava para monopolizar o saber médico. Essa entrada dos homens num espaço antes dominado apenas pelas mulheres, não se deu sem resistências. Os homens agora no universo antes exclusivamente feminino, os médicos cirurgiões nos partos e nos tratamentos ginecológicos, significavam para as cultivadoras do ponto de vista moral, um desacato ao pudor feminino, para as mulheres a presença desses homens era difícil aceitar (SCAVONE, 2004, p.133, 134).

A Sra. S.B.V.S. (32 anos da Ilha do Valha-me-Deus, 2014) relata esse momento de desconforto em ter um homem, responsável pelos cuidados de seu corpo, onde antes só havia cultivadoras.

Quando do nascimento de meu último filho, no hospital em Juruti, o parto estava demorando para ocorrer, a criança não nascia, apesar das dores frequentes, então o médico aparece. Coloca as luvas, sem ao menos olhar ou falar comigo. Nesse momento orei a Deus para que não permitisse que aquele homem colocasse suas mãos em meu corpo, ao terminar de orar, a criança deu sinais para o nascimento. Deus não permitiu que aquele homem desconhecido me tocasse num lugar tão íntimo.

Além do desconforto de ter um homem desconhecido, com luvas em sua mão, há ainda o desconforto do próprio ambiente, uma sala fria, com pessoas desconhecidas, tratando a mulher como uma máquina produtiva de bebê, seguindo o padrão estabelecido pela própria ciência e não de acordo com o funcionamento, o sentir do corpo da mulher.

Martin (2006, p.109) destaca esse aspecto em relação à hora do parto, esse tido como uma produção, semelhante a uma máquina, a qual deve ser de qualidade e eficiente no alcance de seus resultados, terem crianças saudáveis e mães satisfeitas com o nascimento de seu filho. Um procedimento sem o menor nível de emoção, afetividade ou compaixão para com a mulher a operar o milagre da reprodução da espécie humana.

A introdução da prática médica masculina na ginecologia e obstetrícia significou o afastamento definitivo das parteiras e curandeiras, do primeiro escalão dos cuidados com a saúde das cultivadoras. Os homens, agora médicos, foram conduzidos pela ciência, pela racionalidade a ver o corpo feminino como uma peça mestra para a reprodução humana, dispensando as cultivadoras o papel de ser apenas mãe, responsável pelos cuidados com o filho recém-nascido (SCAVONE, 2004, p. 135).

As cultivadoras relataram o quanto se sentem desconfortáveis ao procurar um médico ginecologista e encontrar um homem, sentem envergonhadas e acabam não dando continuidade aos tratamentos médicos. 58% das cultivadoras nunca foram ao ginecologista, dizem fazer exames preventivos, mas acabam nem buscando o resultado ou dando continuidade aos procedimentos de diagnósticos.

O acesso à política de saúde da mulher ainda não é uma realidade e, não só pela ausência de postos de saúde ou médicos ginecologistas, mas pela própria forma como os procedimentos médicos são feitos, para uma parte do corpo da mulher, na qual se teve ao longo de gerações um cuidar e conservar muito especial. Nos hospitais sua intimidade é tratada de forma mecânica, fria, desconectada de seu corpo e de seu sentir.

Nesse aspecto, Scavone (2004, p. 136) argumenta o quanto à medicina científica contribuiu para controlar os riscos de uma procriação indesejada, por meio dos métodos contraceptivos, mas por outro lado, construiu uma barreira entre o saber médico-científico e o saber empírico das cultivadoras. Houve uma inversão de papéis, antes as cultivadoras eram socialmente legitimadas como conhecedoras dos assuntos ligados a reprodução humana, sobre o funcionamento do corpo, agora se tornaram meras “curiosas”, “comadres”.

Em relação ao aspecto biológico a mulher é diferente do homem, tem um ciclo lunar, carrega no ventre a vida, nutre e amamenta com o próprio corpo. Vivencia e experiência de

mudanças e transformações rítmicas. Em diversos mitos comparam-se as cultivadoras à lua e suas fases. Os mistérios sanguíneos, menstruação, gravidez, parto, lactação e menopausa. Para Estés (1994, p.19) em tempos sombrios, de negação do feminino selvagem, é durante a gravidez, a amamentação e o milagre das mudanças que surgem na vida, onde o feminino desperta e as mulheres sentem novamente a ligação profunda com a natureza, com Gaia.

Para Estés (1994, p.23-24) quando a mulher perde o contato com a psique intuitiva, ela vive num estado de destruição parcial, as imagens, poderes e saberes naturais não encontram lugar para o pleno desenvolvimento. Foram cortados os vínculos das cultivadoras com sua fonte de origem, elas ficaram esterilizadas, seus instintos e ciclos naturais foram perdidos, em virtude da subjugação vivenciada na cultura ocidental. Ainda segundo a autora as mulheres podem ser silenciadas, torturadas, rotuladas de perigosas, contudo, seu feminino selvagem volta à superfície. As mulheres têm guardadas no seu inconsciente uma vida secreta, com pensamentos e sentimentos ocultos. Estes são exuberantes e selvagens, ou seja, naturais, sabem que um dia haverá uma saída, uma abertura para se libertar dos grilhões do patriarcado.

4.5 O PÓS-PARTO, CUIDADOS NA ALIMENTAÇÃO E NO RESGUARDO

Referente ao pós-parto as cultivadoras também relatam cuidados especiais, não só no aspecto do alimento, como do uso de plantas medicinais, os chás de casca e um medicamento fitoterápico denominado água inglesa²⁴, além do resguardo.

Em relação à alimentação afirmam ter ingerido após seus partos, alimentos produzidos a partir da galinha “caipira”, especialmente. Afirmam criar essa espécie para o consumo logo após o nascimento das crianças, pois são ricas em nutrientes para ajudar na recuperação da mulher. Nunca se alimentam de alimentos reimosos, como os peixes lisos, bichos de casco e frutas como a banana, abacate, aqueles alimentos considerados com alto teor de gordura.

Silva (2008, p.3, 4) em seus estudos sobre a alimentação na Amazônia, aponta alguns tabus e restrições referentes ao aspecto alimentar, em destaque as mulheres parturientes. As cultivadoras em estado de gravidez e pós-parto são consideradas aquelas com maior

²⁴ Medicamento fitoterápico ajuda a limpar o organismo de hormônios artificiais e ajuda a cicatrização interna. Disponível em: www.medicinanet.com.br/bula.

fragilidade e vulnerabilidade, onde a ingestão de alimentos reimosos pode trazer algumas consequências para as cultivadoras e seus bebês. Nesse mesmo estudo, a autora destaca a controversa apontada pela medicina científica, afirmando essas restrições e tabus podem colocar em risco a gravidez, além da saúde das cultivadoras e seus filhos, visto a alimentação não ser rica em nutrientes e proteínas, como as encontradas nas carnes, nos diversos tipos de frutas e na diversidade de peixes, independente de sua natureza.

As cultivadoras possuem um arcabouço de conhecimento empírico, resultante das experiências repassadas entre as diversas gerações, conhecimento esse que não pode ser negado nos cuidados com a saúde das mesmas, fundamentalmente por se localizarem em regiões afastadas dos centros onde se desenvolvem as práticas da medicina científica. Cita-se ainda a própria fragilidade dos espaços públicos de saúde para promoção e prevenção de doenças para atender a toda sua demanda.

As cultivadoras das Ilhas apontam o quanto às mais jovens já não fazem mais uso dos cuidados relativos à saúde, durante os ciclos vitais das mesmas, trazendo prejuízos para seu bem-estar. Destacam o não se prevenir ou ter cuidados durante a menstruação, tomando banho de rios, comendo alimentos sem cuidados específicos para a manutenção da saúde do corpo, já não se guardando mais após o parto. Visto até mesmo esses serem realizados nos hospitais na cidade e já exigirem das cultivadoras e seus filhos recém-nascidos se exporem a todos os riscos.

O resguardo pós-parto, para as entrevistadas tem um papel fundamental para ajudar na recuperação das mesmas e para uma vida saudável.

Resguardo ficava em casa, eu não era muito daquela de ficar fechada, sem tomar banho, não gostava disso, tá aqui meu velho, ele amornava a água, levava para mim, para eu tomar banho, depois que tinha filho, aí trocava minha roupa e pronto. Eu não usei os panos na cabeça, mas eu tinha uma tia que era meu Deus do céu, pano na cabeça, algodão no ouvido, por isso ela não ficava doente, os antigos se cuidavam muito. Minhas filhas, eu já sou vó, essa uma que tem filho, teve três filhos, mas só no hospital, nunca tiveram assim como eu, uma foi com enfermeira outra com medico (S. N.C, 49 anos – Ilha do Chaves, 2014).

Meu trato era muito rigoroso, só tomava o caldo de galinha, não podia comer guisado, eu ficava no quarto por 08 dias, só abria a porta para entrar a comida, a água era morna numa garrafa, porque vovó falava que não podia tomar água gelada. Minha cabeça quando eu ia comer lá fora, era toda coberta, algodão no ouvido, isto se o tempo tivesse bom, se tivesse vento não podia sair (C. B.V., 64 anos – Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Quando eu tinha filho era só comer galinha, ficava de resguardo, três dias dentro de casa, quando esquentava o sol a gente saía. Eu tomava chá de casca de pau bastante, água inglesa eu tomava por 08 dias, quando ia ter criança à gente já preparava. Eu

acho melhor ter o parto normal, hoje em dia é só cesariana, mas o normal é melhor logo já está andando bem, está forte, cessaria tem que ter alguém ajudando (S.A.S., 31 anos – Ilha do Chaves, 2014).

As cultivadoras relataram os cuidados pós-parto e entendem esse como um diferencial para hoje terem mais saúde. Com orgulho, as Sras V.F.B. (44 anos, 2014), Z.S.B. (51 anos, 2014), C.B.V. (64 anos, 2014), S.N.C. (49 anos, 2014), I.B.S. (55 anos, 2014), S.B.V.S. (32 anos, 2014) destacam o quanto cuidaram de seu corpo após o parto e quando vão ao médico e relatam o número de gestações, os médicos ficam surpresos de seus organismos estarem tão saudáveis, que cultivadoras mais jovens e com menos filhos já possuem inúmeras doenças. Confirmam os cuidados com alimentação, resguardo e os chás de casca no pós-parto, como desencadeadores de uma vida saudável.

A amamentação é outro ciclo vivenciado pelas cultivadoras e uma rotina no pós-parto. Todas amamentaram todos os seus filhos, independente de quantos foram, como o caso da Sra. V.F.B. (44 anos, 2014) da Ilha do Valha-me-Deus, quinze filhos. O valor da amamentação está relacionado ao afeto, aos cuidados com o filho gerado, para não ficar doente e relaciona o amamentar com o estado de saúde dos filhos, aquele não é amamentado é mais doentinho, afirmam.

Outro ponto no aspecto relativo à amamentação é ter nessa uma estratégia para minimizar os riscos de uma nova gestação. Entretanto, nesse ponto há controvérsias entre as entrevistadas.

Enquanto amamentava não ficava grávida, amamentava os filhos até um ano e oito meses, também não menstruava neste período, eu ficava fraca, o médico dizia que a criança tava mamando meu sangue, aí eu parava, antes de parar de amamentar já estava grávida (A.M.P.F., 49 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Sobre a amamentação e evitar filho, eu não acho que não funciona, porque mesmo amamentando eu engravidava, 9 meses, um ano eu engravidava normal (C.B.V., 64 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Eu acho que engravida, tem gente que diz que não, mas eu engravidei, quando minha filha estava com 1, 3 meses. Percebi quando já estava com três meses, foi mandar puxar e aí a mulher disse que era gravidez (E.A.S., 19 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Amamentar para mim era uma forma de evitar, quando desmamava, logo no menstruava e no outro mês ficava grávida. A distancia de um filho para outro foi o período de amamentação (Z.S.B., 51 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

As cultivadoras não são unânimes no aspecto de que no período de amamentação há maiores dificuldades para se engravidar, visto não haver a menstruação no ciclo regular. Scavone (2004, p. 152) aponta no ato de amamentar práticas reprodutivas dos saberes

tradicionais, estando assegurado não apenas pela cultura regional, mas especialmente na valorização da relação mãe-criança (no ventre e no seio), além da necessidade de assegurar a sobrevivência das crianças ou a anticoncepção.

As cultivadoras dessa pesquisa relatam o valor e significado de ser mãe, o amor que sentem por cada um dos filhos, lembrando inclusive das saudades dos filhos falecidos. Mas ser mãe, não foi resultado de uma escolha consciente, reflexiva. Para elas aconteceu ainda no alvorecer da juventude, sem muito entendimento das causas e consequências de seguir seus instintos humanos, guiados pela sexualidade. Com os filhos no colo trataram de cuidar de suas vidas e de seus filhos, com apoio de suas famílias.

Esse é um ponto importante identificado no percorrer da tese, o apoio da família para com suas filhas e filhos no momento da maternidade inesperada, das desordens postas no decorrer da juventude dos filhos. Os pais das cultivadoras as quais foram mães solteiras ainda jovens acolheram as mesmas e a seus filhos. Houve discussões, conflitos, “ralhos” como elas afirmam, mas para o bem de todos, houve o acolhimento.

Entendem ser um prazer à maternidade, mas também é um papel de grande responsabilidade e dever, muito mais para as cultivadoras do que para os homens. A Sra. S.B.V.S. (32 anos, 2014) relata “ser mãe é um prazer, enquanto criança é um dever de cuidar, de dar o que comer depois que cresce fica mais fácil”; para a Sra. T.S.N. (29 anos, 2014) “Ser mãe é um papel de grande responsabilidade, cuidar de uma criança é muito difícil. Eu acho que ser mãe é um dever e um prazer”.

Essas falas sintetizam os sentimentos das demais cultivadoras, o quanto ser mãe é uma tarefa de grande responsabilidade, em especial num sistema ambiental de várzea onde são inúmeras as carências e numa sociedade onde oferta-se pelos meios midiáticos uma série de produtos, bens que aguçam os desejos dos consumidores. Vivendo cultivadoras e seus filhos entre a ínfima possibilidade de ter o ofertado pela mídia e o desejo angustiante por possuir.

Os homens entrevistados afirmam que, hoje em dia, é muito mais fácil criar os filhos, em virtude da ajuda do governo, por meio dos programas de transferência de renda, em especial o bolsa família. Seus pontos de vista estão mais relacionados a questões de ordem econômica e menos afetiva ou até mesmo de bem-estar de suas cultivadoras.

Hoje eu vejo a situação moderna, muitos casais só querem fazer dois filhos, dizem que a situação tá difícil, mas hoje tá fácil para ter filhos. Se fosse hoje eu teria doze filhos também, hoje não teria tantas dificuldades, hoje com o bolsa família, tem bolsa verde, tem aposento, tem salario maternidade, o governo ajuda tanto, e ainda

tem muita gente colocando os pés na cabeça do governo (E.B.S., 59 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2015).

Eu acredito que a caminhada de vivência em família era mais difícil, hoje tem ajuda do governo, o bolsa família, que ajuda um pouco. Tem sempre uma ajuda de nosso governo, mas antes tinha a cesta básica, era uma coisa pouca, de certo tempo para cá, o bolsa família, isso fez muita gente preguiçoso, foi um meio das famílias não se preocuparem tanto com alimentação, com a farda dos alunos, com material escolar. A convivência com a família mudou mesmo (L.P.S., 35 anos, Ilha do Chaves, 2015).

As falas desses homens, as quais se associam com os demais, indicam uma maior facilidade para ter filhos, em virtude da ajuda do governo, havendo até mesmo incentivo do mesmo para tanto. Para o cultivador (L.P.S., 35 anos, 2015) o Programa Bolsa Família deixou muita gente preguiçosa, tirando eles da labuta diária na agricultura e na pesca.

Se contrapondo a essa visão de que Programa Bolsa Família –P.B.F. deixa as pessoas preguiçosas, dependente do governo. Tavares (2010, p. 18,) em sua pesquisa sobre os efeitos do P.B.F. sobre a oferta de trabalho de mães, indicou dois possíveis incentivos adversos do acesso ao P.B.F., o primeiro relativo ao efeito preguiça; e o segundo o efeito substituição, caracterizado por um aumento da oferta de trabalho das mães, um aumento na frequência escolar dos filhos e uma redução do trabalho infantil. Em relação ao primeiro efeito adverso, a pesquisa da autora, apontou que não houve uma redução na jornada de trabalho das mães beneficiadas do P.B.F. e que o fato de deixar as crianças na escola, possibilita as cultivadoras terem mais tempo para desenvolver atividades geradoras de renda.

Para os homens ter ou não filhos está mais associado com fatores econômicos e práticos do cotidiano, como maior quantidade de força de trabalho, segurança e cuidados em casos de doença ou velhice. Para as cultivadoras a maternidade não é uma escolha, mas sim um acontecimento sem planejamento prévio.

Para mulheres escolher ou não viver a maternidade é um fenômeno que somente foi se consolidando no decorrer do século XX, afirma Scavone (2004, p. 174), com o desenvolvimento das tecnologias contraceptivas, com a maciça inserção das cultivadoras no mercado de trabalho e na educação, somado as conquistas de direitos das cultivadoras em todas as dimensões da sociedade. Continua a autora o ser mãe ou não no cenário contemporâneo passou a ter uma dimensão reflexiva, a ser uma decisão consciente, a partir de fatores relacionados às condições subjetivas, econômicas, sociais das mulheres, e também, do casal.

No sistema ambiental das Ilhas, as cultivadoras já possuem um nível de conhecimento muito maior sobre seus direitos, se sentem participes da sociedade e das próprias ações das

comunidades onde vivem. Contudo, apesar de todas suas conquistas ainda vivem cerceadas, mesmo que momentaneamente, no desenvolvimento de suas ações, em especial aquelas fora do âmbito familiar. Afirmam viver no governo de seu marido, após terem vivido no governo de seu pai.

4.6 CULTIVADORAS SOB O GOVERNO DO PATRIARCA

Um ponto que nos chamou a atenção nessa pesquisa no relato das cultivadoras no que se refere a sua família de origem e na constituição de sua família atual é viver sob o governo de alguém, sob o controle e mando de outrem. Foi unânime entre as cultivadoras essa afirmação, as quais são representadas pelas falas.

Viver no governo do Pai é assim não ficar de mais andando, só saia de casa se pedir licença, hoje não tem isso vai mesmo. Com o marido é mais fácil, a nossa convivência é bem melhor, ele não é assim demais, a gente conversa, o pai era mais autoritário, marido é tranquilo (S.A.S., 31 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Quando a gente era jovem vivia no governo do Pai, digo assim não tinha liberdade para onde queria, principalmente este negocio de festa, meu pai era evangélico, não gostava que a gente usava pintura, cabelo cortado, unha pintada, short nem pensar, aí se ele visse nos com estas coisas, meu pai não aceitava, ele dizia enquanto eu estiver vivo e vocês no meu poder, vocês não vão usar coisas que não pode, eu não aceito, quando eu morrer vocês podem andar até nú. Se ele visse alguém com unha pintada, ele dizia chegou macaco em minha casa, tem macaco na minha casa, ele dizia para minha mãe, mandar tirar unha pintada. No marido é governo também, já mudou um pouco é mais tranquilo, a gente dois conversa, conversando a gente se entende, peço e ele deixa, ele não é igual meu pai, ele era muito bravo, não podia conversar com ninguém. A gente se conversa eu e meu marido, pai era cruel (M.C.B., 50 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Nesse ponto, manifestam-se as hierarquias e as relações de poder estabelecidas no cenário familiar, em ambas as Ilhas, hoje com situações mais flexíveis, dialogadas, até mesmo pelo espaço de conquista das cultivadoras, por homens mais sensíveis e solidários das causas femininas, mas, num passado não muito distante, as hierarquias eram mais rígidas, tanto para as cultivadoras como para os homens.

Ao pensar em governo, manifestam-se ideias como autoridade, organização, hierarquia, esses são princípios pautados nas duas Instituições sociais primeiras da sociedade o Estado e a Igreja e como essas condicionam as relações nas unidades familiares. São essas que irão dar direcionamento para o ser e fazer dos membros de uma família.

O Estado é o acontecimento organizador chave no desenvolvimento das sociedades históricas. Essas se transformam, surgem nações modernas, mas o Estado mantém-se como

núcleo até os tempos contemporâneos e deverá perdurar ainda muito além deles. O paradoxo do Estado está em que ele é, com frequência, bárbaro e civilizador, assim como emancipador e escravizador. Quando um povo está sujeito à dominação de outros povos, ele tende a subjugar o outro. O Estado dispõe de poderes espirituais enormes por meio do aparelho religioso que sacramenta o poder (MORIN, 2012, p. 177,178, 179).

Nesse ponto relacionado ao Estado, vimos na Amazônia, no processo de conquista, a presença de um Estado absolutista, de origem Ibérica, que disputava na região os escravos em potenciais, os possíveis mercados, as rotas marítimas e comerciais, as matérias-primas e um possível espaço para as medidas e ajustes nas forças dos processos de colonização. Toda essa dinâmica ocorreu com apoio incondicional da Igreja, os jesuítas foram os principais agentes formadores da ação cultural europeia sobre os povos amazônicos originários. O sentido espiritual presente na empresa Ibérica colonizadora tinha como objetivo maior de formar súditos cristãos (SILVA, 2012, p.23, 34, 35).

O papel da religião na formação social e cultural dos povos amazônicos originou transformações ontogênicas no ser e fazer desses. Seus valores passaram a ser medidos pela forma como se submetiam aos ritos sacramentais da Igreja. Foram se instituindo novas regras, fundadas em doutrinas baseadas em um único Deus e uma série de novos costumes as quais exigiam disciplina, suavidades, submissão as doutrinas religiosas.

A religião foi a forma de se conseguir civilidade, cultura e comércio, essa primeira tinha objetivo último de promover a cristianização e combater a ignorância. Criar uma monocultura mental no aspecto dos valores e doutrinas a serem seguidas a partir de então, rompendo com toda diversidade cultural existente milenarmente entre os povos amazônicos (Ibid., 2012, p. 90).

Entre as novas regras, combinações impostas pela Igreja, estavam à política de casamento, a reprodução política dos subalternos fiéis ao poder colonial. As amazônidas, as mais afetadas nesse processo de colonização, foi tida como um recurso importante para os objetivos da colonização portuguesa visto entender que dela dependia grande parte da qualidade do resultado a ser manifestado na estabilidade da família colonial (Ibid, 2012, p.135).

As cultivadoras passam a ser orientadas por qualidades morais, as quais lhe atribuem valores físicos, ensinando-lhe as virtudes de futuras mães e de uma esposa devota, seguindo os princípios postos pela Igreja. As mulheres devotas e submissas eram exaltadas e comparadas aos santos e as cultivadoras bíblicas, tendo Maria mãe de Jesus como maior

exemplo a ser seguido, além de outras tantas mulheres virtuosas citadas na Bíblia (TORRES, 2005, p.72).

Instituem-se regras e formas de governo hierárquico, primeiro tendo o Estado como núcleo do poder, sendo seus súditos todos os demais povos, incluindo o Clero da Igreja, posteriormente esses valores são reproduzidos para o contexto das famílias, as quais seguem um modelo fundado na autoridade do patriarcal.

O patriarcado foi uma “grande vitória do instinto de morte sobre a vida”, aponta Muraro e Boff (2010, p. 261) assim, neste modelo de sociedade enraizou-se em todos os espaços e permeou todas as interações humanas, de forma silenciosa e invisível. Por suas características de apropriação e controle, associadas ao modelo de produção capitalista, tornou-se cada vez mais destrutiva, especialmente com relação à terra – Gaia - as culturas menos desenvolvidas; a barbarização nos processos produtivos; e com cuidados necessários para a preservação do patrimônio comum da biosfera.

A cultura do patriarcado entrou pelos lares e inundou as famílias de valores dicotômicos, hierárquicos, definindo papéis centralizadores e gerando uma série de conflitos entre os membros das famílias. Essas reproduziram os modelos postos pelo Estado e pela Igreja, de subjugação e opressão de um ser sobre o outro.

Carvalho (2000, p.28) indica a presença do modelo de família patriarcal, anterior ao período da escravidão, sendo esse modelo um balizador da nossa cultura. O velho patriarca – coronel, pai, chefe, está sempre contido no imaginário, no inconsciente dos indivíduos, dominando os sentimentos contraditórios em relação à sexualidade, a relação homem-mulher, gerando confusões e conflitos na formação da própria ideia de identidade sexual, nos comportamentos machistas exacerbados, na ausência de afetos dos machos - dos patriarcas.

As falas dos homens apontam essa cultura patriarcal em suas famílias de origem.

Quando eu era jovem quem mandava em casa era o papai, nós éramos em 11 irmãos entre homens e mulheres, naquela época papai fazia as ordenações para nós de trabalho, tanto para o homens quanto para as mulheres, depois ele veio a falecer, veio a mamãe e ela ficou no comando, eu tinha 9 anos quando mamãe ficou no comando, ela sempre soube governar bem a gente, no começo ela teve dificuldade, porque tudo era o papai, mas depois que ele faleceu, ela ate que se acostumou, aí ficamos sobre o comando da mamãe (E.B.S., 59 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2015).

Quem mandava em casa era o papai, mas também a mamãe, a gente trabalhava na roça, na juta, no jerimum, no feijão, tudo na roça a gente trabalhava. Minha mamãe era quem ia trabalhar mesmo, ela era uma mulher muito trabalhadeira, ela plantava muito feijão, era bonito de ver, era de 20 a 30 sacos de feijão, a gente conversava e trabalhava muito (J.C.S., 58 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2015).

Morava com pai e mãe, meus pais tiveram oito filhos, 4 homens e 4 mulheres, todos trabalhavam na juta, desde criança já ia para juta, desde que se entendeu, já ia para juta, a pobreza era triste, minha mãe trabalhava muito. Não tinha esse negocio de casa de madeira, tudo era de palha. Minhas irmãs trabalhavam na roça e mamãe, os homens era difícil fazer o serviço da casa. Quando eu fiz 12 anos eu fui trabalhar fora, fui trabalhar com meu tio, para ter um dinheiro, já comecei a sair. Trabalhar com pai, não tinha a lembrança do amor dos pais, não ajudava muito. Minha mãe dizia que os pais antes era mais bravo, meu pai não era muito, não governava muito. (C.S.R., 55 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2015).

Os homens relatam o quanto viveram sobre o mando e controle do pai, era esse que definia as tarefas da casa e do trabalho na roça, e somente na ausência dele a mãe poderia estar no controle das decisões da unidade familiar, indicando um valor central para a estabilidade familiar e um poder reconhecido pelos seus filhos.

Para os homens viverem sob o governo do pai, não era muito confortável, nesse sentido na primeira oportunidade buscavam uma estratégia de sair do ambiente familiar e ir trabalhar em outras “paradas” seja com familiares ou desconhecidos, tanto para se libertar do domínio do pai, como para obter uma renda monetária. Esse foi o caso dos nossos pesquisados L.P.S. (35 anos, 2015), C.S.R. (55 anos, 2015), J. S.(53 anos, 2015), M.F.V. (70 anos, 2015), ainda jovens na faixa etária dos quinze anos saíram de suas casas.

As cultivadoras somente saíram de suas casas, do domínio do pai pelo casamento ou para se unir com seus companheiros, por isso afirmam terem saído do governo do pai e passaram para o do marido. Esse segundo governo entendem como mais democrático, mais oportunidades de diálogos e participações nas decisões das famílias.

Essa democratização nas relações de gênero no contexto das unidades familiares segue a dinâmica da própria sociedade, na luta pela conquista dos direitos sociais, de uma maior participação política em todos os âmbitos da sociedade e inclusive possibilitando às cultivadoras a conquista de uma série de direitos, ainda que a distribuição da renda não tenha sido equânime e permitido a essas exercer com concretude a sua cidadania. Elas têm direitos, entretanto as políticas públicas que efetivam esses direitos, ainda são frágeis e até mesmo ausentes em diversas esferas, em especial na agricultura.

O Estado, Igreja e Família são instituições primeiras de qualquer sociedade e seus princípios, especificidades são resultantes da contínua relação e associação entre o indivíduo e sociedade. Essa relação, numa perspectiva da dialética da complexidade sistêmica pressupõe que entre o indivíduo e a sociedade há uma relação hologramática, recursiva e dialógica. Não há indivíduo sem a sociedade nem esta sem a composição, participação dos indivíduos. Em

cada sociedade, o indivíduo apresenta características de um sujeito egocêntrico e um momento/elemento de um todo sociológico (MORIN, 2012, p.167).

Esse aspecto identifica-se nas falas dos sujeitos dessa pesquisa, em especial aos homens, quando relatam o papel dominador, de poder estabelecido pelo pai, no contexto das relações familiares, até mesmo como respostas a todas as condicionalidades da cultura patriarcal, patrimonialista, imposta aos sujeitos sociais, por meio de suas instituições estatais e religiosas. Na contrapartida, os interesses e necessidades familiares podem produzir uma reversão de papéis destinando as cultivadoras/mães, este papel mais centralizador e de dominação no contexto das famílias.

As cultivadoras são vistas pelos entrevistados como guerreiras, lutadoras, trabalhadoras, aquelas que aguentam a árdua tarefa de cuidar dos afazeres domésticos, assim como da faina agrícola e o cuidar dos filhos, remetendo-se as suas mães, como modelos de cultivadoras, assim como as suas esposas/companheiras.

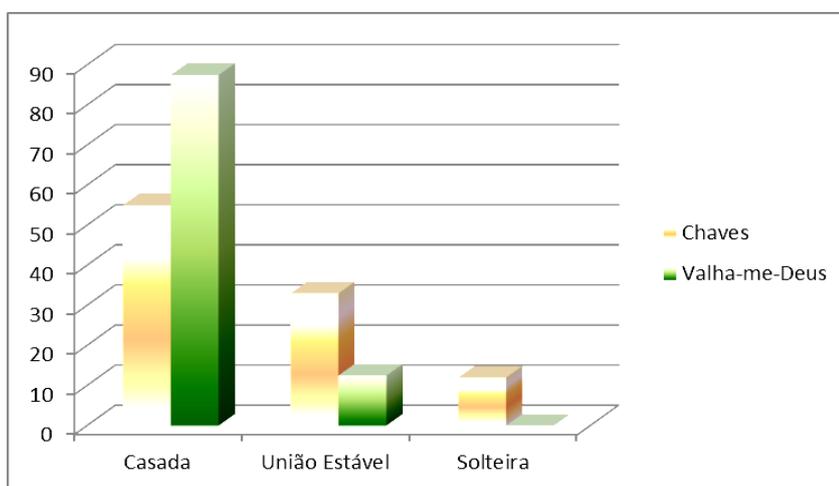
O casamento para os homens é o encontro da parceira para a vida, o afeto ao se conhecer a mulher, a sorte de encontrar uma boa esposa, uma mulher virtuosa. Para as cultivadoras, o casamento é algo que aconteceu, em geral porque houve um início da vida sexual, uma gravidez, como relata a Sra. I.B.S. (55 anos, 2014): “não imaginava como era o casamento, conheci meu marido com 16 anos, aí ele fez o que não podia fazer, mexeu comigo, ai minha mãe forçou ele a casar comigo”. A Sra. SB.V.S. (32 anos, 2014) relata: “eu já estava com 18 anos e pensava estou ficando velha preciso arrumar um marido, conheci o meu marido atual, ele é bem mais velho que eu, mas é um bom marido e bom pai”. Para a Sra. S.A.S. (31 anos, 2014) o casamento não foi desde sempre um sonho: “não sonhava em casar, ter filhos, minha vontade era de continuar estudando, minha vontade de ser professora, mas aí conheci meu marido e me casei com ele, já tinha 22 anos”.

Observa-se nas falas das cultivadoras o quanto o casamento, assim como a gravidez precoce destacada acima, não foram escolhas conscientes e refletidas dessas cultivadoras, pois aconteceram quando ainda eram muito jovens, ainda em período escolar, com uma série de ilusões permeando os pensamentos, principalmente o de ser professora. Quanto a seguir essa profissão essa foi manifestada por 35% cultivadoras, contudo devido às dificuldades locais e a precocidade da maternidade esses sonhos foram transferidos para as filhas.

4.7 O CASAMENTO E UM NOVO STATUS PARA A VIDA DAS CULTIVADORAS

Em relação ao estado civil, entre as cultivadoras da Ilha do Chaves, 55% delas são casadas tanto no religioso como no civil, 33% vivem em situação de união estável e 12% é solteira. Na Ilha do Valha-me-deus 87,5% das cultivadoras são casadas no religioso e no civil e 12,5% vive em situação de união estável, conforme indicado na figura 36.

Gráfico 10 - Percentual sobre o estado civil das cultivadoras das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves. Município de Juruti, PA. 2014.



Fonte: Pesquisa de campo. N=17

O casamento na Ilha do Valha-me-Deus indica um *status* da mulher, principalmente nas atividades da Igreja. Ser ou não casada indicará a possibilidade ou não de participação na mesma. Uma das cultivadoras em virtude do não casamento religioso e civil é aconselhada, pelos representantes da Igreja Assembleia de Deus na comunidade, a não participar de todas as atividades da mesma, como, por exemplo, do Círculo de Oração, realizado apenas pelas mulheres, considerado o *locus* das cultivadoras virtuosas.

O casamento no civil e religioso é algo controlado e cobrado pela Igreja, tanto a católica como a protestante nas Ilhas. As cultivadoras afirmam quando não se casam conforme determina as leis de Deus e dos Homens estão vivendo em pecado. Nesse sentido, as próprias igrejas procuram criar estratégias para a realização na própria comunidade, quando da presença do padre, como na Ilha do Chaves, ou conforme a necessidade na Ilha do Valha-me-Deus.

Para as cultivadoras casadas são apresentadas modelos, arquétipos de cultivadoras bíblicas, virtuosas, as quais devem ser seguidas nas relações com seus maridos e familiares. Esses arquétipos lhe são inculcados desde o nascimento e reproduzido nas relações sociais e reforçados nos cultos religiosos, em especial na Igreja da Ilha do Valha-me-Deus.

Tanto na fala das cultivadoras e dos homens na Ilha do Valha-me-Deus são diversas as indicações de mulheres bíblicas exemplos a serem seguidos pela sua virtuosidade, pela submissão e cuidados para com o marido e devoção aos filhos. São citados nomes como Ana, Rute, Sara. Observa-se a não citação do nome de Maria, mãe de Jesus, nas falas dessas cultivadoras. Entendem Maria como apenas mãe, e tem seu papel reconhecido na Bíblia, mas quanto à virtuosidade, o servir ao marido, tem destaque os nomes já citados.

Falam de Eva como representação da fraqueza humana, em especial das mulheres, não resistindo às tentações, deixando dominar-se pela sexualidade. Comer o fruto proibido representou uma transgressão que diante da exposta nudez repercutiu na condenação da sexualidade feminina perante a dominação patriarcal. As mulheres foram atribuídas à culpa e as consequências do pecado, portanto as mulheres eram consideradas perigosas (MARTINS, 2006, p.56).

A imagem da Madalena bíblica também representa a mulher mundana (TORRES, 2005, p.72). Essas mulheres são os exemplos das perdições e de todo mal que vive a sociedade, devendo essas ser domesticadas em seu feminino mais selvagem, sendo subjugada e destinada aos serviços privados do ambiente familiar.

Esse olhar para essas mulheres também bíblicas são resultantes de um modelo de sociedade fundado num Deus masculino. Toda a repercussão desse pensar encontra-se nas discriminações étnicas, religiosas, de gênero presentes ao longo do desenvolvimento do *homo sapiens e faber*, a partir de uma cultura balizada no patriarcado.

As mulheres representavam para a Igreja o símbolo da sexualidade, possuíam uma natureza sedutora e enganadora, dessa forma precisavam ser contidas, visto serem uma ameaça para a consciência masculina e para as religiões cumprirem sua missão de salvação da humanidade. Era preciso exorcizar os diabos contidos no ser feminino, desconhecidos e misteriosos, silenciar o campo corporal em todas as suas dimensões: sua sexualidade, seu poder, sua amorosidade, seu conhecimento, expressão e espiritualidade, nesse ponto se configuram as mulheres bíblicas virtuosas (MARTINS, 2006, p. 42).

Quanto a essas mulheres bíblicas os entrevistados da Ilha do Valha-me-Deus destacam:

Eu fui criada na católica, mas depois que morei para cá que passei para o evangélico. Tem muitas coisas para aprender nas mulheres da bíblia, Ana, Ester, Sara, exemplos boas esposas. Cuidar do marido, da casa, ter responsabilidade séria. Esposa fiel, esposa respeitada. Maria mãe de Jesus foi um exemplo de mãe (M.N.S., 51 anos, Valha-me-Deus, 2014).

Na bíblia fala muito de mulheres virtuosas, mulheres sábias, edifica sua casa. Saber como conduzir um lar cristão, trazer a igreja para dentro da casa, em todo lugar onde esta o servo de Deus. Eu procuro ser esta mulher sábia, virtuosa, na bíblia tem varias, tem como Doca, Ana, Rute. Tento seguir o modelo delas, eu tento seguir, do lado da oração, espiritual tento seguir Ana. (S.B.V.S., 32 anos, 2014).

Na bíblia sagrada de varias mulheres, que foram guerreiras, que foram ajudantes do próprio Jesus aqui na terra, a Ana mãe do profeta Samuel, foi uma mulher sofredora, na época mulheres que não tinham filho era muito sofrida e ela pediu a Deus que mandasse um filho para ela, e ela já tinha idade, e Deus a abençoou para ter um filho, tem ainda Isabel, Maria, foram mulheres guerreiras, assim como minha mãe, se todas as mulheres guerreiras fossem mencionadas na bíblia ela seria muito grande. (E.B.S., 59 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

Sara era uma mulher obediente ao marido, chamava de Senhor para Abraão, isso era uma grande virtude, um grande amor, afeto, também tinha Rebeca, nora de Abraão, tinha Doca, Rute, aí tem muitas. Minha esposa tem certos momentos que ela procura, eu fico olhando e pensando, mas se é de Deus, ela tem o afeto como de Doca, tudo ela faz, ajuda a todos, Pedro ressuscitou ela quando ela morreu, pois ela era muito especial com as amigas (M. F.V., 70 anos, Ilha do Valha-me-Deus, 2014).

As cultivadoras e homens entrevistados apontam as mulheres bíblicas como guerreiras, sofredoras, mas também abençoadas, devotas aos maridos, cuidadoras de sua família e das demais pessoas na comunidade, sempre prontas a servir. Também eram mulheres sem vaidade que viviam para servir a Deus e as suas famílias. As cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus não utilizam de nenhum objeto ou material que possam exprimir alguma vaidade, sua vestimenta é sóbria, saia próxima ou abaixo dos joelhos, nenhum tipo de maquiagem ou unhas pintadas, blusas mantendo o decoro. Cabelos quase nunca são cortados e quando o são, somente as pontas. Considerado pelas cultivadoras como o véu, que as protege e lhes guarda.

A repressão a livre expressão das cultivadoras e a vaidade, por parte da Igreja, podem ser analisadas na perspectiva do confinamento simbólico apontado por Bourdieu (2002 p.36,49). Nesse confinamento as cultivadoras são submetidas a uma vestimenta útil não apenas para dissimular o corpo, mas também limitar a sua movimentação, o seu desempenho, uso de saias, saltos altos, bolsas, são todos objetos para inibir o agir das cultivadoras. A força simbólica é como um poder exercido sobre os corpos, silenciosamente, sem qualquer coação física, é subjetivo e condicionador de modos de ser não para si, mas para o olhar dos outros.

Quanto às cultivadoras virtuosas, Sara foi uma das mulheres Bíblicas mais citadas pelas entrevistadas da Ilha do Valha-me-Deus, foi uma mulher que recebeu a Graça de Deus de ser mãe. Naquele período uma mulher que não pudesse procriar era vista com maus olhos pela sociedade e a infertilidade concebida como uma maldição divina. Sara era casada com Abraão e foram escolhidos por Deus para dar início ao seu povo, portanto procriar era uma necessidade para tal missão (MIGUEL, 2015, p.2).

Sara é culpabilizada pelos males que caem sobre Abraão, em virtude das mulheres serem consideradas como aquelas que possuem ideias e pensamentos pecaminosos, oriundos de sua mente e coração. Na Bíblia, Sara exime o patriarca Abraão, assumindo todas as culpas, indicando a mulher sábia como aquela que edifica sua casa (Ibid., 2015, p. 2).

O livro dos provérbios é considerado um livro de sabedoria, contendo indicações para um bem viver e fornece conselhos de como ter um casamento bem sucedido, pois esse tende a promover uma vida bem sucedida. Nesse livro é estabelecido um contraste entre dois tipos de mulher: a mulher insensata e a mulher sábia, a mulher adúltera e a virtuosa. Essa última característica é a mais citada pelas cultivadoras na Ilha do Valha-me-Deus, afirmam uma boa esposa é um exemplo de virtude.

Nesse ponto Miguel (2015, p.2, 3), em sua obra sobre a mulher virtuosa revela a esposa prudente como uma dádiva de Deus, para o homem. É aquela mulher tida como forte, a qual desfruta da confiança do seu marido, com quem se pode contar e está sempre ao lado do marido e tem paixão no cuidado para com ele. Ela é alguém dedicada ao seu marido e está sempre ao lado dele, todos os dias de sua vida, independente de qualquer circunstância.

A mulher virtuosa apontada na Bíblia está sempre pronta a servir ao seu marido, visto ser ele o patriarca e o enviado por Deus para lhe proteger, ser o provedor de todas as suas necessidades. Os homens dessa pesquisa apontam o papel do homem como o provedor, cuidador de sua esposa e família. Prover é a maior de suas responsabilidades. Não se observa nesses textos bíblicos, nenhuma referência ao cuidar da prole, dos filhos, ser uma mãe abnegada e amorosa com os seus. Vale destacar na Ilha do Valha-me-Deus, a Igreja Assembleia de Deus, segue os princípios e ensinamentos do primeiro testamento, relativo ao período anterior ao nascimento de Cristo.

Na Ilha do Chaves, diferentemente da Ilha do Valha-me-Deus, as cultivadoras indicam suas próprias mães e avós como modelos de mulheres a serem seguidas, quando não os homens pesquisados indicam suas esposas. Quanto à mulher bíblica apontam unanimemente Maria, mãe de Jesus.

Maria, mãe de Jesus, surge com destaque a partir do segundo testamento, com ensinamentos oriundos a partir do nascimento de Cristo. As cultivadoras da Ilha do Chaves são frequentadoras assíduas das celebrações religiosas realizadas na comunidade, são responsáveis pelos cânticos, com os cuidados com a Igreja e também pelas palavras a serem proferidas na pregação. São sempre cânticos de adoração e agradecimento a Deus, de remissão dos pecados e pedidos de bênçãos.

Para as cultivadoras da Ilha do Chaves, Maria, foi um exemplo de mãe e é isso que procuram ser para seus filhos, cuidando para não faltar o alimento, para atender as suas necessidades imediatas. Entendem o marido como importante para a família, mas seus cuidados são, em primeira instância, para os filhos, em seguida o marido e, por último, olham para si mesmas.

Para mim Maria Mãe de Jesus, foi uma mulher preocupada, ela não queria aceitar no começo ser mãe, porque não tinha marido, não entendia que era um milagre, mas depois ela aceitou, e passou a ser uma mãe preocupada, eu prefiro ficar com meus filhos, do que abandonar eles, pelo amor de meus filhos, que eu não perdi a cabeça de ir embora (S.A.S., 31 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Têm duas mulheres a primeira foi Isabel, que não podia ter filhos e foi um milagre. Deus tocou no coração dela. Maria mãe de Jesus foi um exemplo de mãe e de esposa. A gente pensa muito nos filhos, a gente vê o exemplo da Maria, não abandonou o filho (M.A.S., 35 anos, Ilha do Chaves, 2014).

Maria, exemplo de mãe, teve um filho, que chorava pelo filho, nenhuma mãe quer que o filho sofre, como o filho dela passou. Maria foi mais mãe do que esposa, eu também seria mais mãe. Eu largaria um companheiro pelos meus filhos, eu jamais deixava meus filhos. Quando mais nova isto passou pela minha cabeça (I.B.S. (25 anos, Ilha do Chaves, 2014).

As falas dessas cultivadoras sinalizam o papel da mulher mãe no contexto das relações familiares, de que não esperam no homem o provimento de suas necessidades, mas de que enfrentam as dificuldades, os sofrimentos para estar sempre ao lado dos filhos, são mais mãe do que esposas, seus filhos estão na prioridade de suas vidas.

Entendem que Maria concebeu um filho, sem um homem, por intercessão do Espírito Santo, mas o quanto foi difícil para ela aceitar aquela gravidez, numa sociedade altamente machista e a qual culpabilizava as mulheres por todos os males ocorridos, especialmente no contexto das famílias. Mas de que essa enfrentou o preconceito, com apoio de José seu marido, o qual entendeu o significado e o valor daquela gestação, pois ali estava sendo concebido o Salvador.

Na Bíblia, em Lucas (1:28, 1:42, 1:47-53), Maria é cheia de Graça, a bendita entre as mulheres, mãe do Messias e Serva do Senhor. Maria foi reconhecida como o templo vivo do Espírito, pois esse só podia vir de alguém feito de Deus. Foi colocada por Cristo como a colaboradora íntima da obra de Deus (Jo 19, 26, 27). Maria foi uma mulher que viveu em união com seu filho, acompanhava-o, associando-se a Ele, e amando sempre aqueles que o amavam. (Jo, 2,5).

Nesse aspecto, as cultivadoras na Ilha do Chaves encarnam bem esse arquétipo de Maria, afirmam estar sempre junto aos seus filhos, mesmos os mais distantes, hoje adultos morando em outras localidades. Procuram reproduzir os ensinamentos aprendidos na Igreja e serem mães, consoladoras e conselheiras de seus filhos. Aqueles ainda crianças e jovens, de ambos os sexos que vivem com suas mães, essas procuram lhes atender em suas necessidades, principalmente em referência a alimentação, cultivando, criando pequenos animais, para garantir primeiramente o alimento na mesa e o que exceder poder gerar alguma renda, para também atender as necessidades dos filhos.

As cultivadoras da Ilha do Valha-me-Deus parecem ser mais esposas, as do Chaves mais mães, ambas possuem em seu Autos aspectos de um feminino selvagem que se manifesta ao nascer de seus filhos, no amamentar, ao entregar-se ao amor, ao buscar estratégias para suprir as necessidades alimentares de seus filhos, enfrentando as cheias do rio, os búfalos que teimam em manter em suas plantações, resistindo aos controle e dominações impostos pelo governo do marido.

Ora seu ser e fazer são conduzidos pelos arquétipos das mulheres selvagens, das Amazonas, das mulheres dos novos mitos, Sra. Bruce e as “Quatro velhas”, ora são conduzidas pelas mulheres religiosas apontadas na Bíblia, como Sara, Ana e tantas outras do primeiro testamento, e Maria, no segundo testamento.

Esse capítulo identificou o quanto as tentativas de rompimento com o feminino, mais instintivo, criador dos ciclos da natureza, está atrelado a tantos outros rompimentos, visto esses fazerem parte da estratégia de ação da sociedade moderna, de capitalizar, homogeneizar tudo que é diverso, para desta forma, manter o domínio de tudo e todos. Mas existem brechas deixadas pelo Estado e pela própria cultura. Esses direcionam, controlam, subjagam os indivíduos por meio de suas regras, mas também possibilita transgressões, emancipações, nesse sentido há condições para as insurreições, para as revoltas.

No movimento de controle do capital e do Estado há o rompimento entre as conexões entre os seres humanos e o sistema ambiental, uma dualidade em seu interagir. Degrada-se a

natureza, produzem-se queimadas, para a criação de áreas de pastagens, para comercialização de madeiras nobres, para aumentar a produção de grãos. Havendo na contrapartida uma série de mudanças climáticas, como apontado no primeiro capítulo. Rompe-se a ligação da teia da vida quando da introdução de tecnologias verdes, produtoras de sementes e produtos geneticamente modificados e incrementados por uma série de agrotóxicos e fertilizantes para garantir uma maior produção, gerando doenças ambientais em quem produz e quem consome.

Rompe-se quando saqueia os saberes dos povos, das cultivadoras sobre o funcionamento de seu próprio corpo e se cria novas regras, técnicas e conhecimentos, efêmeros e fragmentados, condicionando mentes e pensamentos, num processo de negação da diversidade humana e ambiental.

Para as cultivadoras são negados os direitos em ter o controle sobre o seu próprio corpo, são inseridos no seu universo uma série de tecnologias que artificializam seus ciclos naturais, facilitando suas vidas, mas também as tornando dependentes da medicina científica e toda sua estrutura farmacêutica para seu bem viver.

As cultivadoras e homens das Ilhas têm buscado estratégias para resistir às pressões impostas pelo Estado, Igreja e o Mercado, os quais impõem condicionalidades que modificam as estruturas postas em seus modos de vida. Esses não deixam de serem homens, nem cultivadoras, conservam sua autopoiese, se adaptando as desordens postas pela sociedade cambiante, mas suas estruturas se adaptam conforme a deriva da vida.

É preciso reconhecer o fato do grande tesouro da humanidade estar na diversidade criadora e sua fonte de criatividade estar na unidade geradora, em cada indivíduo/espécie/sociedade (MORIN, 2012, p.66). A unidade precisa conceber, garantir e favorecer a diversidade, para a conservação da autopoiese dos seres vivos. Negar essa diversidade é romper com o ciclo da vida, viver sob o princípio da entropia.

É preciso restaurar o ser andrógino em cada um de nós, ou seja, ser capaz de reunificar os opostos dentro de si, o homem e a mulher, a atividade e passividade, a mente e o corpo.

A gestão e manutenção da floresta, frequentemente, realizadas por cultivadoras, apresenta uma dimensão cosmológica, a qual precisa ser incorporada ao projeto de sustentabilidade ambiental, para estabelecer a ligação entre os lugares sagrados, onde as águas, os rios e as florestas são protegidos como um requisito obrigatório para a conservação da biodiversidade. Cabe neste momento da história à recuperação do feminino, tanto em homens como nas mulheres, para a realização da re-ligação da teia da vida entre os seres

humanos e o sistema ambiental, por meio da solidariedade, da cooperação, da justiça e da ética ambiental.

CONCLUSÃO

Compreender a realização do viver e como os seres vivos e o sistema ambiental conservam sua autopoiese nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves foi o objetivo central dessa tese. Esse objetivo se construiu ao longo do desenvolvimento da mesma, onde foi possível identificar uma dinâmica organizativa para a manutenção da vida, diante das desordens e incertezas postas pelo ambiente *cambiante*.

Em relação as cultivadoras chegamos a compreensão de que apesar de todas as transformações desencadeadas no sistema ambiental das Ilhas e no Ser e Fazer das mesmas, essas ainda mantêm a conservação de sua autopoiese. Conservam a realização de seu viver.

Há no sistema ambiental e na interação desse com os seres humanos, estados de ordem, associação e complementariedade entre as partes e o todo, mas há também momentos de desordens, de antagonismos onde busca-se estratégias para a contínua reorganização. Vive-se nesse movimento dialético do viver, entres estados de ordens e desordens tendo a continua necessidade para a re-organização da vida, pois desta forma há possibilidades de se realizar o viver, seja ele de forma sustentável ou não. Identifica-se um movimento para o viver insustentável com perdas de saberes ancestrais fundamentais para a adaptabilidade nas várzeas Amazônicas.

Nessa tríade de ordem, desordem e re-organização há perdas para as cultivadoras e para os agroecossistemas, há fragmentações dos saberes sobre os cultivos e sobre o próprio corpo; são fragilizadas as políticas públicas para a agricultura familiar numa perspectiva sustentável; há ocorrências acentuadas de mudanças climáticas, afetando o viver das cultivadoras, mas mesmo assim, apesar de todas transformações de sua estrutura, sua organização autopoietica se mantém.

Concluimos a necessidade de compreender de que na unidade existe a diversidade, acompanhada de incertezas e essa é a riqueza da humanidade, permitindo sermos seres complexos.

Precisamos eliminar a fragmentação nos sistemas ambientais, dirimir as diferenças e eliminar as desigualdades. Criar estratégias para uma reconstrução cultural onde o ser humano esteja presente em sua totalidade, como ser andrógino, onde seus arquétipos feminino e

masculino estejam associados, sejam complementares e antagônicos, proporcionando a condição para a dialética do viver humano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vera Maria Fonseca; VAL &, Nazaré Ferreira. Máximo Rio Amazonas: As Jóias do Tesouro. Resenha do livro: Tesouro Descoberto no Máximo Amazonas. Padre Daniel. **Ambiente & Sociedade**, v. VIII, n. 1, jan./jun. 2005.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ANDRADE, Paulo César Machado. et al. **Projeto Pé-de-Pincha: parceria de futuro para conservar quelônios na várzea Amazônica**. Laboratório de animais silvestres. Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco antes e além depois**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2010.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. 30. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.
- BERNARDI, Cristina Costa. **Conflitos sócio ambientais decorrentes da bubalinocultura em territórios pesqueiros artesanais: o caso Olinda Nova do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental)– Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental, Universidade Católica de Brasília, 2005.
- BIANCHEZZI, Clarice. et al. Vestígios e Memórias: história local e o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista História & Ensino**, Londrina, v.20, p.191-209, jul./dez. 2014.
- BIBLIA SAGRADA. 149. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tonnies. **Revista de Ciências Sociais**, v.39, n.1, 2008.
- BRANDÃO, Jesuete Pacheco. **Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá na Amazônia Ocidental**. Tese (Doutorado)–Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, Universidade de Brasília, 2013.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BOURDIE, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: Editora Clacso, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar. In: COSTA, L.F.de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **Mundo rural brasileiro**. Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora UFRRJ, 2008.

CARVALHO FILHO, Benedito José. **Marcas de família**: travessias no tempo. São Paulo: Editora: Annablume, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

CASTRO, Elisa. Memória e aprendizagem: aquisição e retenção de saberes. www.elisacastro.no.sapo.pt/pdf/psicologia.pdf, ano 2005. Acessado em 30 de agosto de 2015.

CÁUPER, Gené Conceição de Barros (Org). **Biodiversidade Amazônica**. Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA, 2006.

COSTA, Luiz Fernandes; ÍTAVO, Luis Carlos Vinhas; SOARES, Claudia Muniz; CEREDA, Marney Pascoli; MACIEL, Josemar de Campos; ÍTAVO, Camila Celeste Brandão. Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **Interações**, Campo Grande, v.11, n.2, p.161-169, jul./dez. 2010.

CPTEC/INPE. Disponível em: < <http://enos.cptec.inpe.br/>>. Acesso em: jun. 2014.

DIÓGENES, Antonia Mara Raposo; SCHERER, Elenise Faria. As pescadoras de camarão em Parintins-AM: o dilema entre a subsistência e a conservação ambiental. In: ANAIS DO 6º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2014.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Trabalhadores da Malva**: (Re) produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões. Dissertação (Mestrado em Ciências do Meio Ambiente)– Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas- UFAM, 2009.

FISCH, Gilberto; MARENGO, José; NOBRE, Carlos. Clima da Amazônia. **Acta Amazônica**, v.28, n.2, p.101-126, 1998.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 70, p. 101-138, 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antonio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus, EDUA, 2007.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 5. ed. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1970.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das Normas da ABNT**. 16 ed. Porto Alegre. Editora Dáctilo Plus, 2012.

GARCIA, Lorely. **Meio ambiente e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2012.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processo ecológicos em Agricultura Sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Portugal: Editora Princípia, Cascais, 2010.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi) seriado de ensino. **Revista Em Aberto**. Brasília, v.24, n.85, p.97-113, abr. 2011.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 5 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HOMMA, Alfredo K. Oyama. A imigração japonesa no Estado do Amazonas: a expansão da juta no médio e baixo Solimões. In: WITKOSKI, Antonio Carlos et al. **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Editora Annablume, 2010.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

JUNK, J. Wolfgang; PIEDADE, Maria T.F. Na. Introduction to South America Wetland Forests: Distribution, Definitions and General Characterization. In: JUNK, J. Wolfgang. et al. **Amazonian Floodplain Forests: Ecophysiology, Biodiversity and Sustainable Management**. Editors. Springer Science, 2010.

JUNK, J. Wolfgang. et al. Ecophysiology, Biodiversity and Sustainable Management of Central Amazonian Floodplain Forests: A Synthesis. In: JUNK, J. Wolfgang. et al. **Amazonian Floodplain Forests: Ecophysiology, Biodiversity and Sustainable Management**. Editors. Springer Science, 2010.

JUNK. J. Wolfgang. Áreas Inundáveis: um desafio para a Limnologia. **Acta Amazônica**. v.10, n.4, p. 775-795, 1980.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Comida e trabalho: um estudo sobre as relações de gênero entre famílias rurais assentadas. In: V ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. **Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: paradigmas e atores em conflito**. 03 a 06 de junho de 2012.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Tradução Frederic Bazin. v. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **A agricultura familiar:** comparação internacional. 2 ed. São Paulo: Editora Unicamp, 1997.

LIEBMAN, M. Sistemas de policultivos. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. p. 221-40.

LOPES, Luis Otávio do Canto. **Conflito socioambiental e (re) organização territorial:** mineradora Alcoa e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativista de Juruti Velho. Município de Juruti – Pará-Amazonas. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida:** variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. Segurança alimentar e Nutricional em nível local no contexto brasileiro. In: X WORLD CONGRESSO OF RURAL SOCIOLOGY – IRSA. v.1, p.1-19, 2000.

MARIOTTI, Humberto. Prefácio. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo:** uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA, Humberto; YÁÑES, Ximena Dávila. **Habitar Humano:** em seis ensaios de biologia-cultural. São Paulo. Palas Athena, 2009.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MIGUEL, Fabio. **Histórias de Mulheres da Bíblia.** Disponível em: <http://m.fabiomiguel.com>. Acessado em: 15 de junho de 2015.

MORAES, Elba Christine Amarante. **Projeto de Assentamento Dirigido Anaua e suas implicações socioambientais no Sul do Estado de Roraima.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, 2009.

MORAN, Emilio F. **Adaptabilidade humana:** Uma Introdução à Antropologia Ecológica. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica a sociologia contemporânea. In: Plural, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo**, v.17, n.2, p.105, 125, 2011.

MONTEIRO, Dulcinéia da Mata Ribeiro. **Mulher: feminino Plural**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

MORAES, Elba Christine Amarante. **Projeto de Assentamento Dirigido Anaua e suas implicações socioambientais no Sul do Estado de Roraima**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2009.

MOREIRA, José Roberto. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: X WORLD CONGRESSO OF RURAL SOCIOLOGY – IRSA E XXXVIII BRASILIAN CONGRESSO OF RURAL ECONOMIC AND SOCIOLOGY – SOBER. Workshop.38. Creening of agriculture. Rio de Janeiro, 2000.

MORIN, Edgar. **O enigma do homem: para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

_____. **Ciência com Consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

_____. **O método 2: a vida da vida**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

MOURA, Terciana Vidal Moura; SANTOS, Fabio José Souza. A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Debates em Educação**. Maceió, v.4, n. 7, Jan./jul. 2012.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2010.

NOBRE, Antonio Donato. O Futuro Climático da Amazônia: relatório de avaliação científica. **Articulação Regional Amazônica – ARA**. São José dos Campos, outubro de 2014.

NODA, Sandra do Nascimento. **Na Terra como na Água: organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade da Amazônia Brasileira**. (Tese), Instituto de Biociências - Pós Graduação em Ciências Biológicas (Curso de Ecologia e Conservação da Biodiversidade), Universidade Federal do Mato Grosso, 2000.

NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva. In: WITKOSKI, Antonio Carlost et al. **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Editora Annablume, 2010.

_____. NODA, Hiroshi; SILVA, Antonia Ivanilce Castro. Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental. In: NODA, Hiroshi et al. **Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia**. Manaus: Wega, 2013.

_____. Et. al. Principais características dos sistemas de produção agrícolas das comunidades ribeirinhas e do abastecimento do município de Pauini. In: NODA, Sandra do Nascimento. (Org.). **Agricultura familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NODA, Hiroshi. et al. Agricultura e extrativismo vegetal nas várzeas da Amazônia. In: NODA, Sandra do Nascimento. (Org.). **Agricultura familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PACHECO, Jesuete Brandão; BRANDÃO, José Carlos Martins; CARVALHO, José Alberto Lima. Geomorfologia fluvial do Rio Solimões/Amazonas: Estratégias do povo varzeano do sudoeste do Careiro da Várzea. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v.2, n.4, p.542-554, 2012.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Fronteiras da vida: o tradicional e o moderno na Amazônia**. Manaus, EDUA, 2013.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. A constituição histórica da produção mercantil simples no estado do Amazonas e a cultura da juta. In: WITKOSKI, Antonio Carlos. et al. **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Editora Annablume, 2010.

RAMALHO, E.E. et al. Ciclo Hidrológico nos ambientes de várzea da reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá – Médio Rio Solimões, Período de 1990 a 2008. **Uakari**, v.5, n.1, p.61-87, jun. 2009.

RICOVERI, Giovanna. **Bens Comuns versus Mercadorias**. Rio de Janeiro. Editora Multifoco, 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SANTOS, MILTON. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. 2009. Tese. Programa de Pós Graduação em Direito – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHERER, Elenise Faria. Mosaico: Terra e Água: as vulnerabilidades sociais ribeirinhas na Amazônia – Brasil. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Coimbra, set. 2004.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) –Programa de Pós- Graduação Desenvolvimento Sustentável, Universidade Brasília – UNB. Brasília, 2009.

SIOLI, Harald. 50 anos de pesquisa em limnologia na Amazônia. Palestra editada por Therezinha Soares. **Acta Amazônica**. v. 36, n.03, 2006.

SILVA, Andréa Leme. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.50, n.1, 2007.

SILVA, Charlene Maria Silva. Mocambo, Caburi. **Vila Amazônia no Município de Parintins**: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. **Territorialidades rurais no município de Parintins**: *habitus*, circularidade da cultura e *ethos* ambiental na localidade do Zé Açu. (Tese), Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, 2015.

SILVA, Cristina Maria. A transfiguração do corpo feminino na cultura brasileira. **Emancipação**, v. 3 (1), p.155-172, 2003.

SILVA, Josué da Costa. O mito e as crenças como constituintes do espaço ribeirinho da formação do modo de vida amazônico. Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações: construções teóricas do geográfico. **Anais**. Edição do NEER Geografia/UFPR, Curitiba, v.1, n.1, 2006.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Dieta alimentar de mulheres grávidas e paridas em áreas ribeirinhas da Amazônia. **Fazendo Gênero 8** – Corpo, violência e poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

SILVA, MARILENA CORREA. **O País do Amazonas**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2012.

SILVA, Sandra Helena; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Processo produtivo da juta e malva na perspectiva do desenvolvimento sustentável. **Somanlu**, ano 12, n.1, jan/jun, 2012.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mujeres y conocimientos ancestrales em la Amazonia, Brazil. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; CASTRO, Albejamare Pereira (Org.). **Amazônia: cultura material e imaterial**. São Paulo: Annablume, 2012.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. Indústria e desenvolvimento na região Bragantina: o caso da Companhia Têxtil de Castanhal – CTC. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO – NAEA- 35 ANOS. UFPA, 2008.

SOUZA, Nilciana Dinely. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM):** Evolução e transformação. Tese. (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade São Paulo- USP, 2013.

STERNBERG, Hilgard O`REilly. **A água e o homem na Várzea do Careiro.** 2 ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1998.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do programa bolsa família sobre a oferta de trabalho de mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n. 3 (40), p.613-635, dez. 2010.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. 9. ed. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TONNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.) **Comunidade e Sociedade:** leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas.** Manaus: EDUA, 2005.

_____. **Intersecção de Gênero na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2011.

_____. Gênero e sustentabilidade na Amazônia. In: Torres, Iraildes Caldas. Org. **O ethos das mulheres da floresta.** Manaus: Editora Valer, 2012.

TOURNEAU, François Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas. v.XIII, n.1, p.111-130, jan-jul. 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Editora Difel, 1983.

VAL, Alberto. Luis. et al. Amazônia: recursos hídricos e sustentabilidade. In: Bicudo, C.E.M., Tundisi, J.G. & Scheuenstuhl, M.C.B. (Org.). **Águas do Brasil:** análises estratégias. 2010, p. 95-109.

VERISSIMO, José. **Pará e Amazonas:** Questão de limites. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1899.

WANDELLI, Elisa Vieira; CAVALCANTE, Darssullem Araújo. Efeito do plantio agroflorestal adensado de espécies arbóreas na eliminação da vegetação secundária herbácea

de pastagens degradadas. In: **IX CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS**, 2013.

WEBER, Max. (1864-1920) **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.

Apêndice 01: Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar do Projeto de Pesquisa intitulado “**Autopoiese feminina na Amazônia: o olhar sobre as cultivadoras de malva**”, que será realizado por meio do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM de Parintins. A pesquisa tem como objetivo principal: compreender o modo de vida das cultivadoras de malva, sua organização autopoiética e a relação com a conservação ambiental. A metodologia a ser utilizada caracteriza-se como uma pesquisa social que buscará nos livros e textos melhor entendimento sobre o tema da pesquisa; em um segundo momento será feita a pesquisa de campo onde serão realizadas entrevistas, observação do cotidiano e do modo de vida mulheres, imagens fotográficas e anotações nos diários de campo para melhor coleta de dados. Desta forma coletaremos dados objetivos e subjetivos sobre as percepções das cultivadoras sobre o ser feminino, o ambiente, o cultivo e os processos produtivos. As entrevistas serão gravadas, pois é preciso garantir total fidelidade da fala dos sujeitos da pesquisa. Concordo em ser fotografado(a) e ou filmado (a) para o processo de levantamento de dados da pesquisa. As gravações serão arquivadas em CD e ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, para futuras consultas ou dúvidas dos envolvidos da pesquisa. Os participantes deste estudo serão pessoas voluntárias, por isso não haverá compensação financeira por sua colaboração, além disso, você não precisará dispor de nenhuma despesa pessoal. Dessa forma, a sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento você poderá desistir. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo da sua participação. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Esta pesquisa será desenvolvida de forma a minimizar todo e qualquer risco aos sujeitos da pesquisa. Terá como proposta de benefício oferecer dados e informações para o reconhecimento e valorização do ser feminino para a conservação ambiental. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato pelo telefone (92) 3533-2251/9180-6088 (ICSEZ/UFAM) no endereço Estrada Macurany, 1805, CEP 69.151-000, Parintins/Am. Este termo consta de duas vias que será assinada pela pesquisadora e pelo sujeito da pesquisa, o qual ficará com uma via após assinar e consentir na participação. Este termo consta o telefone e endereço do pesquisador responsável e do Comitê de Ética de Pesquisa da UFAM. Através destes contatos você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos propostos e do quanto minha participação e colaboração são importantes na pesquisa. Por isso, eu concordo em participar do projeto,

Parintins,..... de..... de 2014

.....
Participante

.....

Assinatura do Pesquisador

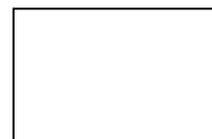
Pesquisador Responsável: Prof^a MSc. Sandra Helena da Silva.

Telefone: (92) 9180-6088 / (92) 8171-0978

Endereço: Rua Pecuarista Osmar Faria s/n Jacareacanga - Parintins

E-mail: sandrahsf@gmail.com

CEP/UFAM: R. Terezina, 495 – Adrianópolis – Manaus/AM – (92) 3305-5230.



.....
Assinatura do

Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

Apêndice n02: PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO

Nº _____

Data da coleta de dados	
Horário	
Nome	
Como gosta de ser chamada	
Idade	
Estado civil	
Local de moradia	
Quanto tempo mora na Ilha	
Local de origem	

1. Estrutura familiar:

Nome	Idade	Atividade Ocupacional

2. BENEFÍCIOS SOCIAIS:

Nome	Tipo de Benefício

3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Participa de algum grupo ou organização na comunidade? () não () sim Caso afirmativo qual? _____

Paga taxa? () não () sim qual o valor da taxa? R\$ _____

4. RELIGIÃO

Qual sua crença religiosa _____

Há quanto tempo você participa desta religião? _____

Como você fez a opção por esta religião? _____

Qual a frequência que você vai a Igreja? _____

A Igreja é na sua comunidade? _____

Qual o período das festas religiosas na sua comunidade? _____

Existe Santo Padroeiro, se sim qual? _____

Como é organizada a festa, quem participa?

Outras comunidades são convidadas, quais?

5. HABITAÇÃO

Essa casa é própria? () sim () não

Quantos cômodos tem a casa? _____

Estrutura da casa: () Alvenaria () madeira () paxiuba () taipa () mista () outra _____

Cobertura da Casa: () Telha de barro () telha de amianto () palha () Alumínio () cavaco () outro _____

Base da casa: () Flutuante () Palafita () Terra firme () outra _____

Quais eletrodomésticos possui? () TV () radio () aparelho de som () geladeira () fogão a gás () ant. parabólica

6. SAÚDE

Existe posto de saúde na comunidade? () sim () não

Se sim, possui instalação própria? () sim () não

Onde são realizados os exames: _____

Quanto tempo demora para chegar os resultados dos exames? () dias () semana

() quinzena () meses

Há atividades/campanhas de prevenção/ combate as doenças? () sim () não

Quais _____

Tem agente de saúde na comunidade? () sim, quantos? __ () não

Tem parteira na comunidade? () sim, quantas? __ () não

Quem é a parteira(s)

Desde quando se identificou como parteira, aprendeu com quem e como?

Tem benzedor (eira) na comunidade? () sim, quantos? _____ () não

Quem é o benzedor (eira)? _____

Desde quando se identificou como benzedor(eira), aprendeu com quem e como?

6.1 Como são tratadas as doenças? () remédio caseiro* () remédio sem orientação medica () remédio com orientação medica () outros _____ *explicar o remédio caseiro _____

6.2.Recebe visita do agente de saúde? () não () sim. Qual frequência?

6.3 Onde fazem os partos? () casa () hospital () posto de saúde () outros

07. LAZER

O que as pessoas da comunidade fazem para se divertir? () futebol () Festa do padroeiro () Arraial () outros _____

Há torneios de futebol? Qual o período _____

Outras atividades de lazer: _____

08. RENDA FAMILIAR / SEGURANÇA ALIMENTAR

Quais principais fontes de renda de sua família?

() benefício Social () Empregado

Descrição	Onde	Carteira assinada sim/nao	Valor R\$

8.1 COMÉRCIO E SERVIÇO – Renda Mensal: R\$ _____

() Venda () P) Piloteiro () Diária/bico () Mateiro () Barraqueiro () Turismo

() Estaleiro () Artesanato. Qual _____

8.2 PESCA RENDA MENSAL: R\$ _____

Espécies	Locais de pesca		Apetrecho	Destino kg.		Local de venda
	Cheia	Seca		Cons.	Venda	

Há algum período no ano no qual não há geração de renda pela pesca? ()sim () não

Se sim, qual período: _____

É participante da Colônia de pescadores? () sim () não

Possui carteira de pescador? () sim () não

8.3.CRIAÇÃO – Renda Mensal: R\$ _____

Espécie	Qtde.	consumo	venda	comprador	Local
Aves					
Abelha					
Gado bovino					

Búfalo					
Porco					
Carneiro					
Bode					
Peixe					
Quelônio					

A criação é vacinada? () sim () não

8.4 AGRICULTURA- renda mensal: R\$ _____

Atividades desempenhadas (produção / trabalhos domésticos)

SEXO	NOME	PARENTESCO	>10 ANOS	<10 ANOS	ATIVIDADE

Cultivos do período das secas e das cheias:

Preparo da terra, há o pousio, queima?

O que se planta no sítio, no quintal? Há pomares frutíferos? Quintais medicinais, plantas ornamentais? Como é no período das cheias estas plantações?

Agricultura Familiar

Perguntas abertas

09. Com que você aprendeu a plantar, quantos anos tinha?
10. Quais os cuidados que você tem para cultivar, tipo de planta, com o corpo, alimentação, família?
11. Quem de sua família desenvolve esta atividade?
12. Qual o valor da mão de obra, por dia de serviço, caso você fosse pagar alguém para o processo de cultivar a malva?
13. Quanto tempo do seu dia você se dedica ao cultivo da malva, tanto no período da seca, como das cheias?
14. Quais seriam seus desejos, sonhos em relação à melhoria deste processo produtivo?
15. Como você se organiza junto aos outros produtores para conseguir um melhor preço na venda da malva?
16. Além da malva, quais são os outros cultivos que você desenvolve, como e qual o destino de cada um? Se você não está na malva, o que faz?
17. O que você acha que mudou no cultivo da malva, desde os tempos mais antigos até hoje?
18. O quanto o cultivo da malva melhorou suas condições de vida?
19. Tamanho da área usado para o plantio da malva, se não plantasse a malva o que cultivaria nesta área?
20. O quanto você recebe em dinheiro pelo trabalho na malva? como se sente neste sentido?

21. O que você acha que o plantio da malva trouxe de benefício para você?
22. Quando você está cansada você vai trabalhar nos cultivos? E quando estava grávida, amamentando, menstruada?
23. Dados a serem observados: vestimenta; relações familiares e sociais; participação social, política e econômica das mulheres; documentos, atas de reuniões; divisão de tarefas entre homens, mulheres e filhos; hierarquia familiar; áreas de cultivo; influências dos ciclos das águas no ecossistema;

Protocolo de observação	Aspectos a serem observados	
Data		
Local		
Tempo de duração		
Descrições	Elementos Interpretativos	Reflexão teórica

07. Grupo focal – temática mitos cristãos e neomitos amazônicos

Data da realização:
Número de participantes:
Duração:
Discursos:

08. Outras fontes:

Novas unidades de análise	
Novas fontes de evidências	
Novas questões	

09. Análise de evidências – relação dos casos com a teoria

Dados qualitativos	Dados quantitativos

10. Observações gerais: imagens fotográficas; diário de campo



Organização da Unidade Familiar

1. Como era organizada sua família de origem?
2. Como eram as relações entre homens e mulheres, divisão de tarefas na roça e em casa?
3. Religião, regras morais, significado do casamento, educação, sonhos, histórias que te faziam sonhar?
4. Como foi conhecer o seu companheiro, constituir uma família, nascimento de seu primeiro filho, como e onde foi seu parto e a amamentação, alimentação e o período de resguardo?
5. Você acha que hoje as mulheres têm os mesmos cuidados, em especial com a gravidez, amamentação, resguardo, como era no passado?
6. Como você criou seus filhos, as mesmas regras em que foi criada? Como é a divisão de tarefas da roça e da casa?
7. Quando foi a última vez que você foi a um médico, qual a especialidade do mesmo, com que frequência vai a um ginecologista?
8. Você sente dores no corpo, onde, com que frequência, já procurou um médico, o que o mesmo avaliou?
9. Toma medicamentos com frequência? Para tratamento do que?
10. O que diferencia você de outras mulheres, daquelas que não cultivam malva, o que as pessoas comentam?
11. O que faz você sentir orgulho de você? Uma característica que você tenha.
12. Quais são seus pensamentos, sentimentos, desafios ao desenvolver esta atividade? Como são divididas as tarefas domésticas quando você está no trabalho da malva?
13. Se você fosse pagar alguém para fazer suas atividades domésticas, quanto seria este valor por dia?
14. Como ficam as atividades escolares quando está no processo de colheita da malva?
15. O que faz com que você se mantenha nesta atividade, que motivos são significativos para sua permanência e de sua família?
16. Dados a serem observados: relações familiares e sociais; participação social, política e econômica das mulheres; divisão de tarefas entre homens, mulheres e filhos; hierarquia familiar; interação com outros membros da comunidade; postura nas atividades religiosas; participação na igreja; cuidados consigo mesma; ações coletivas e ou individuais; cuidados com o corpo; vaidade; atenção ao discurso e ao uso da linguagem.

Religião, Cultura

1. Religião, regras morais, significado do casamento, educação, sonhos, histórias que te faziam sonhar?
 2. Quais eram os mitos contados especialmente para as meninas?
 3. O que diferencia você de outras mulheres, daquelas que não cultivam malva, o que as pessoas comentam?
 4. Você acredita que há alguma relação entre os astros do universo (sol, lua, estrelas, constelações) e o sucesso e ou fracasso de algum cultivo? Se sim, qual a relação?
 5. Com relação às histórias, lendas, mitos que se contam, existe algum que te influencia no cultivo das plantas, sejam elas ornamentais, para alimentação, comercialização, ou remédios caseiros?
 6. Você vê alguma relação entre a espiritualidade, religião e o processo produtivo na agricultura? Se sim, qual a relação?
11. Dados a serem observados: discurso sobre os valores, ensinamentos, mitos religiosos; novos mitos e influência no agir das cultivadoras; vestimenta; divisão sexual do trabalho; participação das mulheres na comunidade; cuidados consigo mesma; relação com as plantas, o ato de cultivar, colher, distribuir os alimentos;

Protocolo de observação	Aspectos a serem observados	
Data		
Local		
Tempo de duração		
Descrições	Elementos Interpretativos	Reflexão teórica

12. Grupo focal – temática mitos cristãos e neomitos amazônicos

Data da realização: Número de participantes: Duração: Discursos:

13. Outras fontes:

Novas unidades de análise	
Novas fontes de evidências	
Novas questões	

14. Análise de evidências – relação dos casos com a teoria

Dados qualitativos	Dados quantitativos
--------------------	---------------------

15. Observações gerais: imagens fotográficas; diário de campo

--

Conservação ambiental.

01. Organização do sistema produtivo da malva
02. Qual o futuro da agricultura familiar e do cultivo da malva aqui na Ilha?
03. Há algum cultivo que você gosta mais de desenvolver? Sem sim, qual o motivo?
04. Quanto você cultiva uma planta qual a sensação que você têm, o que você pensa, o que imagina?
05. Como é hoje ser uma mulher, cultivadora, responsável por uma família, qual sua preocupação com a produção de alimentos, em ter uma renda?
06. Que cuidados você tem em relação a terra, água, períodos da vazante do rio, seca, chuvas, cheias para praticar seus cultivos?
07. Qual sua preocupação com a conservação do ambiente, plantações?
08. Você acredita que há alguma relação entre os astros (sol, lua, estrelas, constelações), a cosmologia e o sucesso e ou fracasso de algum cultivo? Se sim, qual a relação?
09. Dados a serem observados: atividades de cultivar; colher, cuidados com as sementes; alimentos para geração de renda e consumo da família, mudanças climáticas, influencias dos ciclos das águas no ecossistema;

Protocolo de observação	Aspectos a serem observados
Data	
Local	
Tempo de duração	

Descrições	Elementos Interpretativos	Reflexão teórica

10. Outras fontes:

Outras unidades de análise	
Outras evidências	

11. Análise de evidências – relação dos casos com a teoria

Dados qualitativos	Dados quantitativos
--------------------	---------------------

12. Observações gerais: diário de campo; imagens fotográficas

--

História ecológica:

1. O que é a várzea para você? Como você a caracteriza, tipos de vegetação? Vegetação primária, secundária
2. Existe a várzea alta e baixa? Você a identifica na Ilha?
3. Me explique o que você entende por restinga, uma Ilha, uma praia, lago, poço, furo, paraná?
4. Você recorda quais foram os principais períodos de seca e cheias, períodos que foram marcantes na sua vida?
5. Espaço navegáveis, quais foram as mudanças ao longo da história?
6. E quanto as embarcações, o que mudou desde quando você era criança até os dias de hoje?
7. Como você se sente no período das cheias, sua mobilidade, como é afetada?
8. Quais eram os cultivos iniciais, quais foram os primeiros plantios, quem trouxe, por que acabou?

9. O que mudou na alimentação desde os primeiros plantios, mudanças no cardápio, como você avalia a alimentação de sua família hoje, com o período em que você era criança, principais mudanças.
10. Qual o significado do Rio Amazonas para você? Como é morar cercada pelas águas deste rio?
11. Identifique no mapa as áreas de plantio, capoeira, pousio, os lagos, furos?
12. Como era a pesca no início dos primeiros moradores da Ilha, tinha mais fartura, maior número de espécies, o que mudou ao longo destes anos? O principal fator de mudança
13. Quando começaram a ser criados os bovinos ou bubalinos aqui na Ilha, quem trouxe as primeiras cabeças? Modificações para o ambiente.
14. E os pequenos animais quando estes começaram a ser criados aqui na Ilha, houve alguma mudança na quantidade e espécies dos mesmos?
15. Você considera a Ilha um assentamento, se sim de que tipo? Como ele foi sendo formado, a participação do INCRA na regularização das terras?
16. Quando iniciou as primeiras assistências técnicas aqui na Ilha, por parte do IDAM, Emater, Secretarias de Produção? Em algum momento foram interrompidas?
17. Vocês foram consultados para transferência do Estado do AM para o PA? Como foi este processo?
18. Você acha que houve mudanças climáticas nos últimos anos, o que te chama atenção, o que você cultivava e hoje não é mais possível, o que você acha que aconteceu?
19. Você sabe dizer quando inicia a seca, as cheias dos rios e a vazante? O tempo, o clima emite algum sinal que você percebe?
20. Quando foi inaugurada a Igreja, como foi o trabalho para a construção da mesma? E a escola e o posto de saúde quando foram construídos, o que estava acontecendo no período, como vcs se mobilizaram para conseguir tais direitos? Você lembra qual gestão era, qual o Estado fez as instalações?
21. Quando vocês tiveram acesso a comunicação por meio do telefone? Como e onde funcionava? Quando chegou a tecnologia do celular, mudanças que ocorreram? O que facilitou na vida de vocês?
22. E as políticas de assistência social, quando iniciou os acessos, você lembra qual foi o primeiro benefício que você recebeu?

Protocolo de observação	Aspectos a serem observados
-------------------------	-----------------------------

Data Local Tempo de duração		
Descrições	Elementos Interpretativos	Reflexão teórica

07. Grupo focal – temática mitos cristãos e neomitos amazônicos

Data da realização: Número de participantes: Duração: Discursos:

08. Outras fontes:

Novas unidades de análise	
Novas fontes de evidências	
Novas questões	

09. Análise de evidências – relação dos casos com a teoria

Dados qualitativos	Dados quantitativos
--------------------	---------------------

10. Observações gerais: imagens fotográficas; diário de campo

--

Anexo 01: Parecer do Comitê de Ética – Plataforma Brasil

Você está em: Pesquisador > Gerir Pesquisa > Detalhar Projeto de Pesquisa

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

Dados do Projeto de Pesquisa

Título da Pesquisa: Autopeiose feminina na Amazônia: o olhar sobre as cultivadoras de malva
Pesquisador: Sandra Helena da Silva
Área Temática:
Versão: 3
CAAE: 24915313.2.0000.5020
Submetido em: 03/01/2014
Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Situação: Aprovado
Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Anexo 02: Termo de Anuência – Comunidade da Ilha do Chaves

Assin. 28 de outubro de 2024.

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Willelmo Chaves Sobrinho de Jesus, RUI nº 9736672, Presidente da Comunidade Ilha do Chaves – Juruá/PA, deixo para os devidos fins que estejam de acordo com o resumo do projeto de pesquisa intitulado: "AUTOPRESE FEMININA NA AMAZÔNIA: O OLHAR SOBRE AS CULTIVADORAS DE MALVA". A referida pesquisa terá sob a responsabilidade da pesquisadora Profa. MSc. Sandra Helena de Silva, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade do Aracaju - PPGCASA da Universidade Federal do Aracaju. Fico ciente que a qualquer momento poderei fazer contato para obter informações sobre este projeto junto a pesquisadora no endereço eletrônico: Sandra.Pereira@ufac.br, 1805, Douradopolis – Paratiba/AM ou pelo telefone: 92.41834888.

Willelmo Chaves Sobrinho de Jesus

Assinatura

Anexo 03: Termo de Anuência da comunidade da Ilha do Valha-me-Deus

Terceiro, 28 de outubro de 2013.

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Adelmar Corrêa Braga, 1911
e 0153125-8, Presidente da Comunidade
 Ilha do Valha Me Deus - Juruá/PA, deixo para os devidos
 fins que entendo de acordo com a natureza do projeto de
 pesquisa intitulado: "ACTOPHENE FEMININA NA
 AMAZÔNIA: O OLHAR SOBRE AS CULTIVADORAS DE
 MALVA". A referida pesquisa está sob a responsabilidade do
 pesquisadora Profa. MSc. Sueli Helena da Silva, discente do
 Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e
 Sustentabilidade do Amazonas - PPGCASA da Universidade
 Federal do Amazonas. Fico ciente que a qualquer momento
 poderá fazer contato para obter informações sobre este projeto
 junto a pesquisadora no seguinte endereço: Escola
 Federal/Macurany, 1801, Tucuruá/PA - Paricó/AM ou pelo
 telefone: 011-4181-0018

Adelmar Corrêa Braga

Assinatura